

TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS SOUZA

EMOÇÕES E CAPITAL:

AS MULHERES NO NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, sob orientação do Prof. Dr. José Paulo Netto.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS SOUZA

EMOÇÕES E CAPITAL:

AS MULHERES NO NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PUC/SP

2006

BANCA EXAMINADORA

*Para minha mãe Josefa Martins dos Santos
e meu pai Antonio Ferreira dos Santos (in memoriam),
pela coragem de tentar (e conseguir) mudar o nosso destino.*

Pelo imenso amor e exemplos de vida.

Por terem me dado régua e compasso.

AGRADECIMENTOS

“E é graças aos encontros inesperados dos velhos amigos que eu fico reconhecendo que o mundo é pequeno e, como sala-de-espera, ótimo, fácilimo de se aturar” - João Guimarães Rosa

*“(…) gostaria de inventar a máquina da memória para poder se lembrar de todas”
Gabriel Garcia Marques*

A Iruatã, meu filho, pelo seu incondicional amor e apoio, pelos inúmeros momentos de discussão da tese, em que muitas idéias foram gestadas e refinadas, pelo apoio nas lides tecnológicas, pela infinita paciência, pela sabedoria e grandeza de espírito, pela fidelidade, pelo imenso respeito e carinho por minhas peculiaridades maternas.

A Ivan, meu marido, pela ajuda no texto, pelas ricas discussões da tese, pelo apoio e incentivo constante, pelo afeto leal e incansável, pela pureza de espírito, pela presença amorosa, pela solidariedade em todos os momentos da vida.

A Ely, minha irmã/filha, pela sua luta incansável pela vida, pelo seu espírito de generosidade e desprendimento, pelo seu imenso amor e cuidado, pela tradução, pelo cuidado comigo, por existir.

Ao Prof. Dr. José Paulo Netto, meu orientador (*O galho tem seus pássaros fiéis porque não ata, oferece, Pedro Salinas*), presente na hora que muitos debandaram, solidário na alegria e inabalável nos momentos difíceis, intrépido frente a injustiça, pilar da minha incursão/aventura no mundo do conhecimento, minha maior referência teórica.

A Chica, pela generosidade e presença afetiva em todos os momentos.

A Jú, Cláudio, Diego e Lucas, pela força nos difíceis momentos atravessados, pelo acolhimento, pelos risos, pela esperança.

A Maria, Humberto, Vinícius e Mabel, pelos sonhos, músicas, cachoeiras e tantas alegrias compartilhadas.

A Zezé, Helô, Miguel e Bia, por compartilharem os problemas e alegrias familiares

A Lulu, Cacilda, Luiza, Raul e Renata, pelas festas em família.

A Giovanni Poggiali, pela generosidade.

A Sandro Serantoni (*in memoriam*), cuja arte atenuou a tristeza de muitos.

A Carlos Souza, Bete Dilce e Vitória Val, pelo suporte em todos os momentos difíceis e pela presença nos momentos alegres, pelo carinho e afeto.

A Antonio Carlos Victório, (Jacaré), camarada e companheiro, amigo fiel e leal, presente em todos os acontecimentos tristes e alegres da minha vida, com quem divido os sonhos revolucionários e as angústias afetivas, porto seguro existencial. Por ter preservado, por nunca ter desistido de mim, por diminuir minha solidão.

A Carla Dozzi, camarada de letras e de lutas, por resistir sempre a qualquer forma de arbítrio.

Ao Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho, mestre querido, pilar coerente na defesa das relações democráticas e do direito à diversidade, pela imensa coerência teórico/política.

A Profa. Dra. Sueli Terezinha Martins pelo ajuda preciosa no Exame de Qualificação e pelos ensinamentos constantes.

A Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia, pela preciosa ajuda no Exame de Qualificação e pelos textos brilhantes.

Ao Prof. Dr. Ricardo Antunes, a quem eu devo a primeira inspiração para o tema, pelo acolhimento, pela coerência teórica/política que serve de inspiração para toda uma geração de militantes.

Ao Prof. Dr. Omar Ardans-, pelo apoio, pelo incentivo amigo e gentil, pela resistência.

Ao Prof. Dr. Paulo Tumolo, pela competência, coerência, coragem e radicalidade teórica/política, pela imensa ternura acolhedora, por não se render jamais.

A Lidia, Hermas, Paulinha e André, amigos acolhedores, cuja dedicação, generosidade e ternura superam a distância espacial que nos separa, cujos ensinamentos teóricos e afetivos têm sido norteadores em momentos de águas turvas.

A Isabel Serrão (Bel), pela ternura e delicadeza no trato com a vida, pela coerência teórico/política.

A Seu Antonio Ferreira da Silva, meu querido amigo, que zela carinhosamente pela segurança do meu descanso.

A Sumaia, Sílvio e Nando. pela presença amiga e constante, pelo cuidado no trato e pelo respeito carinhoso ao meu jeito de ser.

A Rita Rapold, Sérgio Guerra, Marina e Guto, Comitê Central do Consulado Paulista de Salvador, amigos acolhedores e generosos.

A Andréa Oliva e Miguel Iademarco, *hermanos*, parceiros de inquietações políticas.

A Virgínia Siede, *hermana*, irmanada na luta por um novo mundo.

Aos companheiro do NEAM (Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista), pelas ricas discussões teórico-políticas e pelas festas.

A Bia Abramavides, por ter me conduzido ao NEAM, pela firmeza revolucionária e a afetividade.

A Lia Viana, pela generosidade, pela presença constante e firme em todos os momentos, pela coerência revolucionária, pelo imenso carinho, parceira de inquietações político/teórico/afetivas.

A Laura Conti, amiga leal e coerente.

Ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC/SP, a Kátia (Secretária), e especialmente as Profas Carmelita Yazbek, Lúcia Barroco e Dilséa Adeodata, que carinhosamente me acolheram.

A Marcelo Casadei Abumussi, fiel amigo, doce presença de tantos anos.

A Cláudia e Ana Beatriz, por dividirem alegria, tristeza, festas e lágrimas.

A Ana, Raquel, Leo, Daniel e Henrique, minha segunda família, refúgio perene.

A Secretaria de Atendimento ao Aluno da PUC/SP, especialmente a Marta (funcionária) e Elvis (ex-funcionário), pela competência, presteza e gentileza.

A família Dilce, pelo acolhimento carinhoso e generoso.

A Lourdes Souza e Malu, pela amizade fiel.

A Edna de Andrade, pelo profissionalismo e carinho na execução das tarefas domésticas.

Ao Prof. Dr. José Martins, cujas brilhantes análises de Economia Política têm me servido de bússola na leitura do mundo das mercadorias.

A Marlene, Secretária do PSO (Programa de Psicologia Social) pela competência no trato das questões burocráticas e afabilidade nos atendimentos.

A Ana Elizabeth Palmeira de Souza, por potencializar minhas capacidades e auxiliar no processo de estabelecimento de limites, possibilitando a conclusão de mais essa jornada.

Aos/as camaradas do NEP (Núcleo de Educação Popular) 13 de maio especialmente à Luiz Carlos Scapi, meu mestre, bastião de resistência à cooptação político ideológica, bússola coerente e 'impávido vanguardeiro' do proletariado, por todos os ensinamentos, e a Mauro Iasi, pela produção teórico/política, pela firmeza e lealdade à causa revolucionária, pelos ensinamentos que me presta/prestou e a Emílio Gennari, pelas informações sobre a luta.

Ao CNPQ pela bolsa.

“(...) e o aparelho para esquecer as más recordações” (Gabriel García Marquez).

No meio do caminho

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O capital sempre incidiu na subjetividade da classe trabalhadora, aprisionando-a, mas no capitalismo contemporâneo apresenta um traço novo que é a conformação, por mediações distintas, dessa subjetividade. No atual momento de reestruturação produtiva, surgem novas e refinadas formas de dominação, com ênfase na potenciação das emoções do conjunto dos/as trabalhadores/as. De acordo com essa premissa, este trabalho analisa o significado do crescimento que ocorre, no atual padrão de acumulação, no número de mulheres em cargos de direção, bem como os rebatimentos que recaem sobre a constituição da subjetividade dessas mulheres.

Utilizou-se o arsenal metodológico marxista para abordar as categorias do modo de produção capitalista e sua relação com o controle/gestão da força de trabalho, categorias que são principais para entender o desenho da dupla subordinação - de gênero e de classe - que o capital faz recair sobre parcela da classe trabalhadora, que são as mulheres.

A análise revela que, no atual momento de reestruturação produtiva, uma das formas de potencializar a extração da mais valia relativa é a exploração de certas emoções da força de trabalho das mulheres em cargos de direção, enquanto gestoras e responsáveis pelo controle e otimização da produção, propiciando, como consequência, um incremento da mais valia relativa. O capital não efetua gastos para qualificar a mulher gestora para isso, visto que as mulheres são historicamente treinadas pela educação de gênero para lidar bem com as emoções. Dessa forma, a força de trabalho das mulheres gestoras desonera o capital.

O crescimento do número de mulheres em cargos de direção não representa um rompimento com o padrão de divisão social e sexual do trabalho, bem como, nos moldes em que se dá, contribui para emersão, nessas mulheres, de uma subjetividade que apresenta forte aderência à lógica societal do capital.

PALAVRAS-CHAVE: EMOÇÕES, MARXISMO, MULHERES, PSICOLOGIA SOCIAL, SUBJETIVIDADE, TRABALHO.

ABSTRACT

Capital has always pushed through the subjectivity of the working class by seizing it, but contemporary Capitalism shows a new feature which means a configuration done by distinguished mediations of that subjectivity. On today's issue of productive restructuring, brand new and refined forms of domination come up to surface with special emphasis to the potentialness of workers' emotion. Regarding such premise, this work is an analysis of the occurring growth on the number of women in leading position on today's standard of capitalist accumulation, on the number of women in leading position, as well as consequences that fall back on subjectivity constitution of those women.

Marxist methodological tools have been used herein to approach the categories of the capitalist mode of production and its connection to regulations and management of workforce, the main categories to comprehend the double subordination outline – of gender and class – with which capital use to wrap around part of the working class, the women.

This analysis reveals that, on today's issue of productive restructuring, one of the ways of over-extracting relative plus value is to exploit certain emotions from women in leading position, while in the role of managers and responsible persons for the production control and improvement, which consequently results a growth of relative plus value. For this purpose, capital is free of charge to qualify manager women, for women have been historically trained by gender education to deal better with emotions. Likewise, manager women's workforce does not burden capital.

The growth of number of women in leading position does not represent a breakaway of social and sexual division of labour standards, but the way it happens it helps rise up from them a subjectivity of intense attachment to capital's society logic, too.

KEY-WORDS: EMOTIONS, MARXISM, WOMEN, SOCIAL PSYCHOLOGY, SUBJECTIVITY, LABOUR.

SOMMARIO

Il capitale da sempre è ricaduto nella soggettività della classe lavoratrice, imprigionandola, tuttavia nel capitalismo contemporaneo si manifesta un nuovo aspetto che dà luogo alla mediazione distinta di questa soggettività. Nel presente periodo di riorganizzazione produttiva, sorgono nuove e raffinate forme di dominio, con particolare enfasi nel potenziare le emozioni di tutti lavoratori e tutte lavoratrici. In conformità a questa premessa, il presente scritto analizza il significato della crescita necessaria al raggiungimento dell'attuale livello di accumulo nel numero di donne con carichi dirigenziali, così come le conseguenze che incidono sulla costituzione della soggettività di queste donne.

E' stato utilizzato l'arsenale metodologico marxista per mostrare le categorie delle modalità produttive del capitalismo ed il suo rapporto con il controllo e la gestione delle forze di lavoro, categorie che sono basilari per capire il disegno della doppia subordinazione che il capitale fa ricadere sulla percentuale della classe lavoratrice costituita dalle donne.

L'analisi rivela che, nell'attuale momento di ristrutturazione produttiva, una delle forme per potenziare l'estrazione della "più valore" relativa è lo sfruttamento di alcune emozioni della forza lavoratrice delle donne in incarichi dirigenziali, poiché gestiscono e sono responsabili del controllo e dell'ottimizzazione della produzione generando come conseguenza, una "più valore" relativa. Il capitale non investe per qualificare le donne dirigenti dal momento che le donne sono storicamente "allenate" dalla educazione di genere a gestire meglio i sentimenti e le emozioni. In questo modo, la forza del lavoro delle donne dirigenziale sgrava di oneri il capitale.

La crescita del numero di donne con incarichi dirigenziali non rappresenta una rottura con il livello di divisione sociale e sessuale del lavoro bensì, così come accade, contribuisce all'emersione delle donne che occupano cariche dirigenziali, di una particolarità che crea forte adesione alla logica sociale del capitale.

PAROLE-CHIAVE: EMOZIONI, MARXISMO, DONNE, PSICOLOGIA SOCIALE, SOGGETTIVITÀ, LAVORO.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Empregos Formais no Grupo de Trabalhadores da Indústria 1, por Sexo, Estado de São Paulo

Tabela 2 – Pessoas Empregadas com Carteira Assinada, de 10 ou Mais Anos de Idade, por Sexo, de 2001 a 2004

Tabela 3 – Distribuição dos Empregos das Mulheres, segundo Grandes Grupos de Ocupações, Estado de São Paulo, 1989-2000

Tabela 4 – Número de Empregadas e Participação Feminina, segundo Famílias Ocupacionais Seleccionadas, Estado de São Paulo, 1989-2000

SUMÁRIO

RESUMO	pág. 08
ABSTRACT	pág. 09
SOMMARIO	pág. 10
LISTA DE TABELAS	pág. 11
INTRODUÇÃO	pág. 14
CAPÍTULO 1 – A GESTÃO DO MUNDO DO TRABALHO	pág. 25
o Manufatura, maquinaria e indústria moderna.....	pág. 36
o Capital e subjetividade das classes trabalhadoras.....	pág. 52
1.2.1 Taylorismo/fordismo.....	pág. 64
1.2.2 Toyotismo.....	pág. 75
CAPÍTULO 2 – O PATRIARCADO	pág. 98
2.1 Patriarcado e capitalismo.....	pág.100
2.2 Patriarcado e subjetividade	pág.112
2.3 Ser social, trabalho e linguagem.....	pág.118
2.3.1 Sistema Sexo/Gênero.....	pág.128
2.3.2 Família e Gênero.....	pág.137

CAPÍTULO 3 – FEMINISMO SOCIALISTA (FEMINISMO E MARXISMO).....	pág.144
3.1 A Luta das Mulheres no Brasil.....	pág.156
3.2 Novas Roupagens para Velhos Problemas:	
Situação das Mulheres no Século XXI.....	pág.172
3.2.1 Consciência de Gênero.....	pág.177
▪ Identificação com o Outro.....	pág.202
CAPÍTULO 4 – TRABALHO E EXTRAÇÃO DA MAIS VALIA RELATIVA.....	pág.207
4.1 A força de trabalho das mulheres.....	pág.228
4.2 As emoções como fenômeno histórico.....	pág.254
4.2.1 As emoções para Vigotski.....	pág.265
4.2.2 As emoções para Wallon.....	pág.280
○ Padrões atuais de ocupação das mulheres.....	pág.291
4.3.1 Espaços tradicionais.....	pág.296
4.3.2 Novos espaços.....	pág.299
5 – CONCLUSÕES.....	pág.326
• Possibilidades de superação.....	pág.326
• Construção do protagonismo de gênero/classe.....	pág.332
• À guisa de encerramento.....	pág.343
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	pág.345

INTRODUÇÃO

“A estória de um burrinho, como a história de um homem grande, é bem dada no resumo de um só dia de sua vida” (João Guimarães Rosa)

Se nos baseássemos no que diz a mídia sobre a sociedade contemporânea e fôssemos apresentá-la a um extraterrestre¹, pareceria que, nesta sociedade, as relações entre pessoas são profundamente afetivas, que nela os sentimentos humanos de amor, carinho, alegria são profundamente valorizados. Como o nosso convidado dispõe de pouco tempo, iniciáramos pelo setor central dessa sociedade, que é o mundo do trabalho. Nele ouviremos expressões como ‘trabalho em equipe’, ‘somos todos uma família’, ‘relações interpessoais de respeito e camaradagem’, ‘realização pessoal’, construção de relacionamentos, motivação, respeito às diferenças, que parecem apontar para relações de grande afeto entre as pessoas; para aprofundarmos ainda mais este conhecimento da sociedade, tomaríamos então uma parcela dos seres humanos que trabalham – as mulheres – para verificarmos se nesta parcela também se revela esta forte presença dos sentimentos humanos. *Voilà*, aqui se confirma mais ainda aquilo que ‘aparece’ nas observações anteriores: ouvem-se novos termos, como relações de parceria, polivalência, o trabalho em equipe, células de produção, ‘a nossa maior riqueza são nossos recursos humanos’, as mulheres são doces, emotivas e, de soslaio, palavras como realização pessoal, amor.

¹O recurso metodológico, aqui utilizado, de mostrar o funcionamento do modo de produção capitalista como se fora para um extraterrestre, buscando desnaturalizar a exploração que ele perpetra, foi criado pelo NEP (Núcleo de Educação Popular) 13 de maio, do qual sou monitora e ao qual agradeço.

Mas uma dúvida acossa o extraterrestre ao qual servimos de guia: como faço para conhecer mais de perto a situação das mulheres?

Respondo-lhe que, para avaliar a situação das mulheres, neste início do século XXI, se faz mister efetuar uma análise que vá além da aparência fenomênica em direção à essência, traçando um processo que se desdobra num ir e vir de pontos que são analisados e reanalisados – não repetindo, mas clarificando os conceitos à luz da perspectiva marxista – o significado do crescimento do número de mulheres em cargos de direção, a partir do processo de trabalho, para apreender as mediações sociais e históricas sem as quais tal processo não tem a configuração exata e específica que é a sua. A análise a ser empreendida situa-se no arcabouço conceitual da Psicologia Social, que estuda o ser humano singular. E para falar de singular é necessário descrever o diagrama do movimento capitalista, visto que o processo de constituição de cada indivíduo ocorre na trama das relações sociais, de tal modo que ele traz em si a sociedade como um todo (Marx, *Manuscritos*, 1993).

Para falar do singular tenho necessariamente de falar de modo de produção, pois o singular é a concretização da relação do universal mediado pelas particularidades históricas. A ênfase na materialidade do modo de produção capitalista se faz necessária, para contrapor-se às visões idealistas e ideológicas de correntes da Psicologia, da Psicologia clínica, ou mesmo de algumas correntes da Psicologia Social que hipostasiam o singular, tomando-o sem mediação, sem relação com o universal. De acordo com a Psicologia Social Sócio Histórica, torna-se necessário que, para apreender esse singular, eu explicito e enfatize os processos constitutivos da totalidade, do universal em que esse singular se constitui. A Psicologia Social marxista não pode perder de vista os seguintes questionamentos: O que é essa totalidade? A

qual universal nos referimos? Qual é essa generacidade? E a relação com as particularidades históricas?

Para traçar este itinerário utilizo a obra de Marx que, para Netto (1998), constrói o diagrama do movimento do mundo capitalista, por meio da apreensão da historicidade concreta do modo de produção capitalista, na captação de sua dialética interna. Desta forma, é necessário reconstituir inicialmente o diagrama traçado por Marx na sua análise da ordem do capital, tendo como mediação as considerações de Netto acerca deste movimento. A princípio o diagrama se configura com a ruptura dos padrões da indústria artesanal pré-capitalista, depois com o surgimento da manufatura e da maquinufatura, o mecanismo das crises, a emergência das classes sociais fundamentais, suas articulações e transformações, os liames que vinculam essas classes e as opõem por meio de suas lutas e contradições. Começa a luta para a transformação revolucionária da realidade.

E aqui surge o último questionamento do ET: nesta luta em que as classes trabalhadoras buscam sair da pré-história da humanidade para entrar finalmente na história, qual o papel que parte da humanidade – a parte da classe trabalhadora constituída pelas mulheres - está exercendo?

Para responder a este questionamento, para pesquisar o surgimento de novas facetas (mulheres em cargos de direção) de uma velha opressão (a opressão das mulheres) na sociedade burguesa (capitalismo), em determinado período histórico (toyotismo), busquei saturar de determinações esse objeto, da sua gênese (patriarcado) a seu desenvolvimento no capitalismo (manufatura, maquinaria e indústria moderna, fordismo, taylorismo, toyotismo) e suas tendências atuais e futuras, organizando os capítulos da seguinte forma:

O **primeiro capítulo I: Gestão do Mundo do Trabalho**, analisei a forma de controle que o capital exerce sobre a classe trabalhadora, que ocupa um papel importante na sua constituição enquanto relação social. Desdobro esta análise em dois momentos, item 1.1: manufatura, maquinaria e indústria moderna, em que utilizo integralmente as formulações expressas por Marx sobre a questão, em sua obra magna, O Capital e o item 2: o processo de constituição da subjetividade da classe trabalhadora pelo capital, taylorismo/fordismo e toyotismo.

O **item 1.2** analisa o modo pelo qual o capital constitui - de formas diferenciadas, segundo o gênero e a etnia - a subjetividade das classes trabalhadoras, em cada momento histórico. No modo de produção capitalista, o capital incide diretamente para produzir as subjetividades necessárias para sua própria reprodução, cujo processo de constituição apresenta formas diferenciadas sob a vigência do taylorismo, do fordismo.

O **sub-item 1.2.1** é dedicado ao período em que tanto **taylorismo** quanto **fordismo** eram as formas hegemônicas de organizar a produção e gerir a força de trabalho. O controle aqui é formal, exercido de fora para dentro e personalizado na figura do supervisor.

A mudança do taylorismo/fordismo para o **toyotismo** foi analisado no **sub item 1.2.2**, como uma mudança ainda em processo e sua implantação não significou a construção de um padrão hegemônico, convivendo com padrões e funcionamentos altamente taylorizados e fordistas.

O toyotismo representa muito mais a aquisição, pelo capital, de novas estratégias de subsunção da força de trabalho para extrair em situações contemporâneas, do que a substituição de um padrão que se tornou obsoleto. Sem

supervisor, o controle agora é internalizado, exercido por cada um sobre si mesmo e sobre o outro.

No capítulo II, analiso o **Patriarcado**, definido como um sistema de dominação/opressão, no qual os homens (patriarcas) são considerados superiores e as mulheres inferiores, como um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre os homens e uma solidariedade entre eles, o que permite controlar as mulheres.

No **sub-item 2.1**, a análise recai sobre **Patriarcado e capitalismo**, analisando as formas que, como supremacia masculina, este patriarcado assume, no capitalismo, quando, ao mudar algumas facetas dessa opressão, possibilita tanto avanços como regressões, fortalecendo-se, porém, no seu resultado final.

No **sub-item 2.2, Patriarcado e subjetividade**, analiso o processo de formação do patriarcado, com as ordens se transformando em normas internas que enquadram e submetem homens e mulheres, enquanto objetividade e subjetividade.

No **sub-item 2.3, Ser social, trabalho e linguagem**, focaliza-se a constituição dos seres humanos em gênero, isto é, em homens e mulheres a cujos corpos sexuados foram atribuídos significados hierarquizados. Para a análise, retomam-se a gênese da espécie, a ontologia do ser social e o papel que o trabalho e a linguagem ocupam nesse processo.

O **sub-item 2.3.1, Sistema sexo-gênero**, discute a diferença entre os sexos que são hierarquicamente significadas e denominadas relações de gênero. Os seres sociais são dotados ao nascer de características biológicas que as sociedades de classe transformam em fonte de desigualdade, para ancorar a própria lógica da exploração de uma classe por outra.

No **sub-item 2.3.2, Família e gênero**, parto do pressuposto de que a família não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos seres humanos em relação, e que exerce um papel crucial na formação do gênero. No capitalismo, ocorre um padrão dominante da família – monogâmica burguesa – mas existem padrões internos que a diferenciam em classes sociais diferentes e dentro da mesma classe.

No **Capítulo 3**, o conteúdo da análise é o **Feminismo socialista**, referente às teorias que se servem do materialismo histórico dialético para analisar a opressão que recai sobre as mulheres e entender o sistema de poder que deriva do patriarcado capitalista.

No **sub-item 3.1, A luta das mulheres**, elenco algumas das lutas ocorridas no século XX, no Brasil, visto que o salto no número de mulheres em postos de trabalho, que ocorre em todo o mundo, não foi seguido por um aumento correspondente sobre a temática das mulheres, excetuando-se a literatura feminista.

No **sub-item 3.2, Novas roupagens para velhos problemas**, analiso a situação da mulher, neste início de século XXI. Conforme a classe/etnia à que ela pertence, pode-se falar em avanços em algumas (poucas) áreas. Por outro lado, quando não apresenta regressões, em determinadas mudanças, aprofunda-se a sujeição, tornando difícil a sua identificação e conseqüente luta pela transformação.

No **sub-item 3.2.1, Consciência de gênero**, busco discutir como, no atual momento de reestruturação produtiva, se configura a consciência das mulheres em cargos de direção. Reconhecer a opressão específica que recai sobre as mulheres é um passo, mas articular esta opressão com a exploração de classe é uma tarefa das feministas socialistas.

No **sub-item 3.2.2, Identificação com o outro**, aponta-se que o processo de identificação com o outro (seja esse outro o homem ou o patrão) se dá quando se convive com ele na condição de minoria e não se desenvolveu a consciência da condição de gênero/classe. Mulheres, cuja trajetória pessoal e profissional se deu em locais com maioria masculina, enfrentam muitas dificuldades para reconhecer a opressão de gênero, por causa dos laços afetivos criados no convívio diário.

No **capítulo 4**, explano sobre os conceitos marxianos de **Trabalho e extração da** e o lugar que eles ocupam na teoria do valor trabalho, que ‘exige’ certas formas de enfrentamento, teórica e politicamente. Excluindo-se o caráter exploratório da ordem burguesa, torna-se possível propor pactos e convivências harmônicas, bem como lutar por mudanças no seu interior, sem necessidade de revoluções, preservando seus traços tão bem incorporados pela subjetividade social.

Para que possam florescer relações iguais entre os sexos, como entre as classes, é necessário acabar com as classes, bem como com o gênero, forma social e desigual de ordenar as relações entre os sexos.

No **sub-item 4.1, A força de trabalho das mulheres**, busco analisar como esta força se constituiu no toyotismo, bem como as metamorfoses, no mundo do trabalho, cujas mudanças, na objetividade e subjetividade da classe trabalhadora, são significativas, mas provocam uma mutação no padrão de acumulação e não no modo de produção. Há um mobilizar da afetividade para o trabalho, para construir processo de cooperação/cooptação.

Obedecendo a uma lógica utilizada pelo capital em diversas situações anteriores, em que a teia do patriarcado vai tecendo menor valor salarial e menos importância ao trabalho exercido por mulheres (mesmo os masculinos), aumenta o

número de mulheres, na composição da classe trabalhadora, neste trabalho cujas condições precárias intensificam sua divisão sócio-sexual. Esta divisão é diversa, mas não independente da divisão sexual do trabalho.

No **sub-item 4.2, As emoções como fenômeno histórico**, mostra-se como as novas formas de gestão do capital assumem, hoje, a forma de apelo às emoções. Esta estratégia de gerenciamento do capital passa principalmente pelo treinamento e uso diferenciado da força de trabalho das mulheres.

Partindo da premissa de que cada momento histórico faz emergir as emoções necessárias para sua manutenção (Vigotski), analiso quais as novas formas de emoções das mulheres, no atual momento de reestruturação produtiva, cujas subjetividades gestadas por este processo são diversas e vão do sentir-se discriminado(a)/revoltado(a) até o/a sentir-se incluído/a, adaptado/a.

No **sub-item 4.2.1, As emoções para Vigostki**, explano sobre o conceito de emoção para Vigotski, que afirma que as emoções só podem ser compreendidas no contexto de toda a dinâmica da vida humana (1999a). A emoção ocupa uma função central na configuração da consciência e estabelece nexos com as determinações sociais, o que a coloca como categoria analítica fundamental.

As emoções humanas se diversificam a cada novo passo dado pelo ser humano, no seu desenvolvimento histórico, produzem alterações em toda a diversidade de conteúdo de sua vida psíquica.

No **sub-item 4.2.2.**, analiso o conceito de **emoção para Wallon**, que afirma que elas fazem parte da vida afetiva, que são reações organizadas e que se exercem sob o comando do sistema nervoso central, sendo profundamente ancoradas na

materialidade. A emoção encontra-se na origem da consciência, atuando na passagem do mundo orgânico para o social, do plano fisiológico para o psíquico.

As emoções e a consciência são processos que na origem estão dialeticamente ligados. Na educação de classe, sexista e racista que recai sobre os seres humanos em forma de gramática de gênero, essas funções são separadas, com as mulheres 'se especializando' no trato com as emoções e os homens 'se especializando' no trato com as questões racionais, conscientes. Mas a origem comum das emoções aponta na direção de que (a luta por) o fim do patriarcado/capitalismo pode construir seres humanos integrais, em que o processo de razão/emoção não seja dicotômico, mas unidade na diversidade.

No **sub-item 4.3, Padrões atuais de ocupação das mulheres**, aponto para o fato de que o crescimento do número de mulheres em cargos de direção significa uma mudança em alguns aspectos econômicos/sociais, mas que, por tratar-se de uma realização muito recente desse processo, ainda possui aspectos a serem conhecidos e conseqüências a serem desdobradas.

No **sub-item 4.3.1, Espaços tradicionais**, analiso o fato de que, no período estudado, são as ocupações tipicamente femininas que respondem pelo aumento do emprego entre as mulheres, ocupações tradicionalmente desempenhadas por mulheres e agregam justamente as funções que reproduzem seu papel no cuidado da família e na organização do espaço e do tempo, tais como trabalhadoras da limpeza, atendentes de enfermagem, secretárias e recepcionistas – representando aproximadamente metade do contingente de mulheres empregadas. O que significa que não ocorreram modificações significativas na estrutura ocupacional de mulheres e homens.

No **sub-item 4.3.2, Novos espaços**, analiso a ocorrência de alterações, embora não marcantes, na estrutura ocupacional no período estudado, em que é possível identificar o aumento da inserção de mulheres em alguns espaços ocupacionais de domínio masculino, em espaços que exigem escolaridade elevada, ou seja, ocupações técnico-científicas e **em funções de direção e gerência**.

No **último capítulo, Capítulo 5.1-Possibilidades de superação**, busco elencar algumas possibilidades de superação da situação das mulheres, no atual momento da reestruturação produtiva e para além dele. O capital transforma a inserção das mulheres no mundo do trabalho em mais uma forma eficiente de produzir mais-valia – e por ser nova, essa forma ainda é pouco notada e pouco combatida. O fim do capitalismo não necessariamente conduz ao fim do patriarcado, mas o fim do patriarcado tem como condição necessária (mas não suficiente) o fim do capitalismo.

As teorias do feminismo socialista não colocam a igualdade (eliminação do caráter hierárquico) como solução da desigualdade entre os gêneros, mas reivindicam a desaparecimento das diferenças de gênero na formação dos seres humanos, com a singularidade expressando diferenças, no âmbito individual e não, de classe, sexo ou etnia. A constituição da subjetividade seria um processo em que aquilo que se denomina como masculino e feminino seria patrimônio de qualquer indivíduo, independente do sexo a que pertença.

No **sub-item 5.2**, busco afirmar a importância da **Construção do protagonismo de gênero/classe**, com as mulheres assumindo o protagonismo de suas vidas, dos processos que as envolvem, em um processo sócio-histórico cultural, que exige mudanças na objetividade e subjetividade, alterando os nexos

estabelecidos entre os mecanismos emocionais e intelectuais, de forma que mulheres e homens possam utilizar-se dos recursos da emoção e da razão.

No **sub-item 5.3, À guisa de encerramento**, avalio que o significativo crescimento de mulheres em cargos de direção contribui para o aumento da exploração de classe. Este processo só pode ser combatido em uma sociedade em que a propriedade privada dos meios de produção estejam ausentes. Em uma sociedade socialista não patriarcal, desaparecerá o sistema de normas morais especificamente sexuais, a alienação nas relações entre os sexos, as diferenças resultantes da divisão social do trabalho, diferenças que aparecem como 'naturais' na ideologia como por exemplo, a firmeza e a racionalidade 'natural' do homem oposta à doçura e à emotividade 'natural' das mulheres; desaparecendo a propriedade privada, desaparecerá a idéia de posse do outro, e a relação se dará entre indivíduos livres, em que o outro será sempre um fim em si mesmo.

A forma como organizei o texto, caso estivéssemos em um debate de economia política, faria com que certas passagens parecessem excessivas. Mas eu as coloco no corpo deste trabalho movida pela intencionalidade de incidir sobre o debate que devo travar com meus pares da Psicologia Social, Ciência em que a presença da Economia Política dos Trabalhadores é, ainda hoje, com honrosas exceções, quase inexistente. Visto que um traço fundamental do marxismo é a razão crítica, que visa à transformação e não simplesmente à razão intelectualiva, busco com este texto (também) contribuir com a produção crítica da Psicologia na sua inserção no processo de transformação revolucionária da realidade.

CAPÍTULO 1 – GESTÃO DO MUNDO DO TRABALHO

“Dotados de recursos que em outra época estavam reservados à Divina Providência, modificaram o regime das chuvas, apressaram o ciclo das colheitas, e tiraram o rio de onde sempre esteve e o puseram com as suas pedras brancas e as suas correntes geladas no outro extremo da povoação, atrás do cemitério” (Gabriel Garcia Marquez).

O atual padrão de acumulação de capital, em sua fase recente de reestruturação produtiva ou acumulação flexível, tem se caracterizado por implementar transformações no mundo do trabalho, especialmente no modo de gerir o trabalho, em que novas formas se apresentam como se fossem menos despóticas. O controle/gestão que o capital exerce sobre o processo de trabalho é um elemento determinante de materialização da submissão real do trabalho ao capital. As mudanças operadas nos processos de trabalho e o controle que o capital exerce sobre eles tem como consequência, por um lado, a potenciação do capital na medida que aumenta a extração da mais-valia e, por outro, tem servido como instrumento de neutralização, obstrução e destruição das formas de resistência e organização dos/as trabalhadores/as. Como consequência desse processo assiste-se à emersão de uma subjetividade inautêntica e dominada, nos/as trabalhadores/as, de submissão/subsunção real à lógica do capital, que tem submetido toda a vida societal, e não apenas o mundo do trabalho (TUMOLO, 2003).

Para entender as características centrais da gênese do controle/gestão que o capital exerce sobre o trabalho, faz-se mister analisar o processo de trabalho em geral e no modo de produção capitalista. Para tanto, busquei balizar-me na análise desenvolvida por Marx em sua crítica da economia política, particularmente em *O Capital*.

Para Marx (1989), os elementos gerais do processo de trabalho, a divisão entre as condições objetivas do trabalho em material e meios, contrapostos à própria atividade dos/as trabalhadores/as, são determinações presentes em todas as formas em que o trabalho humano possa desenvolver-se, e são independentes de todo o caráter histórico e especificamente social do processo de produção. O que distingue o processo de trabalho subsumido ao capital é a escala em que se efetua, tanto quanto à vasta quantidade de meios de produção adiantados, quanto à quantidade de operários/as dirigidos/as pelo mesmo patrão. Para que o capitalista se constitua propriamente como tal, é necessário que ele ocupe ao mesmo tempo um número dado de operários/as que lhe permita extrair mais-valia o suficiente para que ele, o capitalista, possa aparecer como simples capitalista que vigia e dirige o processo. Empregar um número pequeno de operários/as não é suficiente para extrair a mais-valia necessária, tanto para o consumo privado do capitalista como para o seu fundo de acumulação, para que ele possa ser liberado para gerir, vigiar e dirigir o processo de valorização do valor do capital.

No seio do capital, o processo de trabalho, em geral, a produção de objetos úteis só interessam como suporte de valorização. O valor de uso produzido pouco importa ao capital, o/a operário/a já não usa os meios de trabalho para produzir objetos úteis, são os meios de trabalho que utilizam o/a operário/a para produzir mais-

valia, o que importa são os valores de troca. O processo de valorização só se torna possível, se a força do trabalho atravessar a produção e nela deixar mais valores nas mercadorias que os iniciais. O trabalho, que era concreto, individual e qualitativamente definido, se transforma em trabalho abstrato, socialmente necessário, só quantitativamente definido, para poder, assim, representar, autonomamente, seu valor em dinheiro.

“Não é já o trabalho vivo que, insuflando vida no trabalho morto, prodigiosamente o ressuscita, é o trabalho morto que 'suga' o trabalho vivo a ponto de o esvaziar de sua própria essência incorporando-o em si como seu simples 'acessório' ; já não é o presente que resgata o passado da sua letargia, é o passado que avilta e agrilha o presente; já não é a qualidade que plasma a massa bruta, é esta que emaranha e oblitera aquela, é a vil 'coisa' que sufoca a celebrada 'pessoa'; já não é o instrumento de trabalho que funciona de veículo para a exteriorização da natureza humana, é o próprio instrumento que se torna um meio de comando da energia desumanizada” (MAFFI, 1969, p.21).

Para que essa transformação no trabalho ocorra, o capital institui o controle sobre o trabalho, o despotismo na fábrica, que lhe assegure que o trabalho tenha a intensidade ou a duração social média. Despotismo esse que não é uma acidentalidade inesperada no decorrer do processo, mas uma necessidade intrínseca.

Para discutir qual o papel que esse controle (eufemisticamente denominado de gestão pelos áulicos do capital) exerce no interior do capitalismo, se é uma determinação central ou acessória, se o capital pode prescindir de sua existência ou se esse controle vai assumindo formas peculiares, travestidas, às vezes, de formas aparentemente não opressivas (como no toyotismo em que a opressão é internalizada e aparece como libertação), utilizo as formulações de Marx, por entender que, em suas obras, estão os elementos centrais que permitem identificar a gênese, o desenvolvimento do controle da força de trabalho, além de conter elementos que permitem analisar sua forma atual e sua tendência futura.

Para que surgisse a relação capitalista em geral, um dado nível de desenvolvimento histórico e uma certa forma de produção social se fizeram necessários (Marx, Capítulo VI, Inédito de *O Capital*, 1969). Em um quadro de um modo de produção pré-existente se fez necessário o desenvolvimento de meios de produção e circulação que impeliram à superação das antigas relações de produção e à sua transformação na relação capitalista. Essas necessidades precisam estar desenvolvidas apenas a tal ponto que se opere a subsunção (submissão) do trabalho no capital, o que significa que a submissão do trabalho ao capital é parte constitutiva e imanente do modo de produção capitalista e não, uma decorrência indesejável.

Marx (1988) no Livro I, volume I, capítulo XI, de *O Capital*, afirma que o ponto de partida de produção capitalista se constitui pela atividade de um número maior de trabalhadores/as, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista. Pode-se afirmar que, desde a sua constituição, o capitalismo se defronta com a necessidade de comandar/gerir a força de trabalho. E já na sua gênese o capital se defronta com uma primeira contradição, que se refere ao fato de que ele é um sistema necessariamente excludente (porque alija a maioria da humanidade da propriedade dos meios de trabalho/produção) e dependente da cooperação (em que a força de trabalho reunida no mesmo local, potencializa as possibilidades individuais de cada trabalhador/a, ao mesmo tempo em que economiza meios de produção), para a produção de mercadorias.

“Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie” (MARX, 1988, p.249).

Para Marx (1988) no Livro I, volume I, capítulo XI, de *O Capital*, cooperação é a forma de trabalho em que muitos seres humanos trabalham lado a lado e coletivamente, em processos de produção conexos, sejam eles iguais ou diferentes. Para o autor (1988), o mero fator de seres humanos estarem juntos, em um mesmo local, já é algo significativo para o modo de produção capitalista, pois mesmo que não se altere o modo de trabalho, as condições objetivas do processo de trabalho são revolucionadas pelo emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores/as.

“Edifícios em que muitos trabalham, depósitos para matéria prima etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho” (MARX, 1988, p. 245/246).

Da utilização da cooperação advêm ganhos significativos para o capital. O primeiro deles refere-se a que estes meios de produção utilizados em comum cedem menor parte de seu valor ao produto individual e entram, se comparados com meios de produção isolados, com um valor relativamente menor, diminuindo desta forma um componente do valor do capital constante, do que decorre a diminuição do valor total da mercadoria. O segundo ganho refere-se a que, comparando-se uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais com uma jornada de trabalho combinada, esta segunda produz maiores quantidades de valor de uso, o que diminui o tempo de trabalho necessário para produzir certo quantum de mercadorias, aumentando conseqüentemente a extração da mais-valia.

Estar juntos em um mesmo local é a condição primeira para que os/as trabalhadores/as possam cooperar, o que torna condição *sine qua non* que o

capitalista empregue estes/as trabalhadores/as simultaneamente e reunidos/as no mesmo local. Outra condição necessária é que capitalistas individuais concentrem em suas mãos grandes quantidades de meios de produção, sendo que a extensão da cooperação depende do grau dessa concentração.

No início do processo em que o capital se estabelece como relação, tornou-se necessária a produção de uma massa de mais-valia (um número dado de trabalhadores/as explorados/as) suficiente, para que o próprio empregador pudesse liberar-se do trabalho manual, isto é, a liberação do capitalista se dá necessariamente à custa da exploração dos/as trabalhadores/as. Mas

“Certo grau de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa aplicar todo o tempo, durante o qual funciona como capitalista, isto é, como capital personificado, à apropriação e portanto ao controle do trabalho alheio” (MARX, 1988, p. 234).

Desta forma, a gestão/controle dos/as trabalhadores/as passa a ser função real e não apenas formal do capitalista. O controle que o capital exerce sobre o trabalho parecia inicialmente ser uma decorrência formal do fato de os/as trabalhadores/as trabalharem para o capitalista em vez de para si, isto é, apenas uma afirmação de posse, em que o capitalista somente tomava conta do que era seu. Mas o grande número de trabalhadores/as assalariados/as de que o capital necessita, para que possa ocorrer a cooperação, traz uma grande mudança no significado do seu controle sobre o trabalho: o comando do capital deixa de ser meramente formal, deixa de ser um controle fora do processo de trabalho, mesmo que exercido sobre ele, para converter-se numa verdadeira condição da produção, uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho.

O controle sobre o trabalho pode ser dispensado, quando este trabalho é exercido por poucos/as trabalhadores/as, um/a ou alguns/algumas; mas, quando o trabalho social ou coletivo é executado em grande escala, o controle/direção do processo se faz necessário, variando apenas a medida – maior ou menor – de sua necessidade. E esta função de mediação, de direção, de controle do trabalho não será exercida pelos que trabalham, torna-se, pois, função do capital, logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo (MARX, 1988). E ao se tornar função do capital (e não do trabalho), este controle/gestão ganha características peculiares, que configuram o modo de ser do capital, como controle da força e do processo do trabalho.

“Dentro do processo de produção, o capital evoluiu para o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida de que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau adequado de intensidade” (MARX, 1988, p. 235).

Marx (1988) discorre sobre as peculiares características da função de dirigir, a partir da definição inicial do objetivo do capital, qual seja, valorizar o valor. É necessário retomar aqui a afirmação de que todos os modos de produção podem produzir valor, mas só no modo de produção capitalista ocorre a valorização do valor, que se dá por meio da produção da mais-valia. A primeira dessas características se refere ao temor que o capital enfrenta da resistência dos/as trabalhadores/as. Esta é uma contradição fundamental do modo de produção capitalista que produz ele próprio aquilo que irá destruí-lo. Como se dá esse processo? Como dito antes, o objetivo do capital é valorizar o valor, e para produzir a mais-valia necessária, para tanto, ele precisa da maior exploração possível da força de trabalho, e isto só é possível com a

produção ocorrendo com um grande número de trabalhadores/as simultaneamente. Os/as trabalhadores/as só podem cooperar diretamente estando aglomerados/as em determinado lugar, bem como só podem cooperar se o mesmo capitalista os/as empregar simultaneamente, isto é, comprar ao mesmo tempo suas forças de trabalho. Dadas estas condições, grande número de trabalhadores/as juntos/as – ao mesmo tempo, pressupondo-se que os seres humanos são sociais por natureza e se relacionam, por meio de palavras, para que se entendam e possa ocorrer a ação comum – emergem as condições, para que esses/as trabalhadores/as, ao trocar com os/as outros/as seus lamentos e opiniões, possam, como conseqüência, se reconhecer como sujeitos com interesses comuns. Tendencialmente podem surgir formas de organização, de resistência, bem como as conseqüentes pressões do capital, para que isso não ocorra, bem como formas de neutralizar os efeitos, quando a resistência ocorre. Ora, se, por um lado, a presença de um número grande de trabalhadores/as faz o trabalho acontecer, estes/as trabalhadores/as, juntos/as, representam, em potência, a possibilidade de contestação. Para Marx (1988), o mero contato social, entre seres humanos, provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais, resultantes do ser humano constituir-se, por natureza, como um animal social.

Os/as trabalhadores/as, comandados/as pelo capital, conversam entre si, partilham opiniões e (podem) se reconhecem como iguais, vivendo a mesma situação, o que representa perigo para o capital. Torna-se necessária a gestão da força de trabalho, não apenas como distribuição técnica de tarefas e equipamentos, mas, principalmente, como forma de controlar (eufemisticamente denominado de gerir) a força de trabalho, impedir sua união e sua sublevação.

“Pressupõe-se, portanto, determinado mínimo de eficiência no trabalho, e (...) a produção capitalista encontra meios para medir este mínimo” (MARX, 1988, p. 245).

Os/as trabalhadores/as não são proprietários/as dos meios de produção que são usados no trabalho por eles/elas efetuado, dessa forma, o patrão preconiza – para que sejam utilizados adequadamente tanto os meios de produção como a força de trabalho comprada – a necessidade do controle. É mister atentar que a presença de grande número de trabalhadores/as no mesmo local é condição necessária mas não suficiente, para que eles/elas construam resistências ao capital, pois a cooperação que existe em dada situação (MARX) é mero efeito do capital, que os/as utiliza simultaneamente. É o capital que reúne e mantém unido um dado número de trabalhadores/as, sendo que suas funções e a unidade que possuem como corpo produtivo total não é imanente a eles/elas, mas se situa fora deles/delas, no capital, que subordina a atividade que eles/elas desenvolvem a seu próprio objetivo: valorizar o valor.

“A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social do trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social do trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração” (MARX, 1988, p. 250).

A gestão/direção capitalista do processo de produção possui, quanto ao conteúdo, um caráter de duplicidade, pois o processo de produção que ele dirige é, ao mesmo tempo, processo social de trabalho e processo de valorização de valor. Quanto à forma esse processo assume formas despóticas, peculiarizadas, conforme se desenvolve a cooperação em maior escala. Na Grande Indústria, quando a massa de mais-valia produzida se tornou suficiente para libertar o empregador do trabalho

manual e transformá-lo em capitalista, **o capitalista transfere a função de gestão/supervisão (exercida sobre os/as trabalhadores/as individuais/coletivos/as) para uma espécie particular de assalariados/as. Esses/as trabalhadores/as, que cooperam sob o comando do mesmo capital, durante o processo de trabalho, comandam em nome do capital e formam seu exército.** Para Marx (1988), o trabalho de supervisionar/controlar o processo de trabalho assume um caráter particular no capitalismo, cristalizando-se em sua função exclusiva. O comando supremo na indústria torna-se atributo do capital, faz parte do caráter do capital como função que ocupa uma centralidade e não de forma acessória, pois o capitalista não se torna capitalista por ser dirigente industrial, no entanto, ao contrário, ele torna-se comandante industrial pela condição mesma de ser capitalista.

O/a trabalhador/a é proprietário/a da força de trabalho que ele/a leva ao mercado para vender ao capitalista, mas é proprietário/a de sua força de trabalho individual isolada, o que não se altera mesmo que o capitalista compre muitas forças de trabalho, independentes entre si, ao mesmo tempo, em vez de uma só. Como cada trabalhador/a vende sua força de trabalho individual isolada, isso significa que, de um lado, o capitalista paga as forças de trabalho independentes, mas não paga a força combinada do conjunto de trabalhadores/as e, por outro lado, como pessoas independentes, os/as trabalhadores/as são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si, o que em si obsta possibilidades de resistência. Quando os/as trabalhadores/as saem dessa posição de isolamento individual, e entram na cooperação, fazem-no já no começo do processo de trabalho, a que eles já estão subordinados/as, já nem se pertencem mais, incorporados/as que estão ao capital. O/a trabalhador/a se torna um modo específico de ser do capital (capital

variável), na medida que se torna membro de um organismo que trabalha, que coopera. A força de um/a trabalhador/a individual, isolado/a nada significa para o capital e desse fato se servem as classes dominantes, para criar uma ideologia que desvaloriza o trabalho e o/a trabalhador/a, que faz com que cada trabalhador/a se sinta descartável; todavia a força produtiva, que o/a trabalhador/a desenvolve como trabalhador/a social, é significativa para o capital, por ser força produtiva do capital. E essa (força produtiva) se torna condição *sine qua non* para o capital, razão mesma da sua existência, pois, sem ela, o capital não pode extrair mais-valia. Contudo este fato não aparece à primeira vista como um sinal de potência para o/a trabalhador/a, porque o próprio processo de desenvolvimento dessa força produtiva obsta esse conhecimento. A força produtiva social do trabalho, colocada sob as condições de gratuidade, que o capital oferece, e não desenvolvida pelo/a próprio/a trabalhador/a, aparece para o/a trabalhador/a como se (seu trabalho) fosse propriedade do capital, como força produtiva imanente ao capital. Estão plantadas aqui as bases objetivas que levam à consciência alienada, porque o/a trabalhador/a está separado/a do seu trabalho que lhe parece estranho, como se pertencesse a outro (ao capital).

E da mesma forma que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece, não como pertencente ao conjunto de trabalhadores/as que a produziu, mas como força produtiva do capital, a cooperação em si aparece como forma específica do processo de produção capitalista (em que um grande número de trabalhadores/as precisa estar reunido em um mesmo local, sob determinadas condições e sob o comando do capital), contrapondo-se ao processo de produção de trabalhadores/as isolados/as independentes (que podem estar em grande número, mas não estão em cooperação). **E esta aparição da cooperação como forma**

especificamente capitalista – diversa de como a cooperação aparece em formas históricas anteriores ao capital – constitui a primeira mudança que o real processo de trabalho experimenta pela sua subordinação ao capital. O pressuposto dessa mudança constitui o ponto de partida da produção capitalista, a saber, um grande número de trabalhadores/as assalariados/as, ocupados/as, ao mesmo tempo, no mesmo processo de trabalho, que é coincidente com a existência do próprio capital. Para que ocorresse a transformação do processo de trabalho em processo social, foi necessária a emergência do modo de produção capitalista, o que, por outro lado, condicionou essa forma social do processo de trabalho a apresentar-se como um método, empregado pelo capital, para que, por meio da sua força produtiva, possa explorá-lo mais lucrativamente.

Em suma, para Marx (1988), apesar da cooperação coincidir com a produção em maior escala (pressuposto do modo de produção capitalista), ele não é uma forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

E para entender como esse modo de produção se transforma na forma totalizante de produzir a vida, como o conhecemos hoje, acompanhem os processos pelos quais ele se desenvolve, ou seja, a manufatura e a maquinaria e como, em cada uma destas distintas fases, se configura o controle/gestão do trabalho.

1.1 Manufatura, maquinaria e indústria moderna

Na manufatura o processo de controle que o capital exerce sobre o trabalho já está desenvolvido, com o/a trabalhador/a submetido/a ao capitalista. A destreza

manual, na qual se fundamenta o trabalho, comandava a ferramenta, a subsunção era formal e não real, o/a trabalhador/a ainda detinha o saber sobre o como fazer o trabalho. Mas, no modo de produção especificamente capitalista, a maquinaria se converte em amo e senhor do trabalho vivo, controla-o, subjuga-o e domina-o. A maquinaria foi introduzida no processo de trabalho como um instrumento eficaz na redução do preço da força de trabalho, mas o capitalista também a usa como arma para, na arena da luta de classes, impedir as formas de resistência e organização dos/as trabalhadores/as. Na medida em que substitui o trabalho vivo, a maquinaria se apresenta ao/à trabalhador/a como uma potência hostil, que o/a substituirá, de forma que o capitalista maneja sua utilização de forma tanto aberta como velada, acenando com a possibilidade de substituir o/a trabalhador/a pela máquina, de forma que, diante deste temor, ela se torna uma arma muito poderosa, para obstar a resistência dos/as trabalhadores/as na fábrica.

Atualmente, a produção capitalista ocorre nas indústrias modernas, as fábricas. Nelas as ocupações encontram-se separadas e a tarefa de cada trabalhador/a se reduz a uma operação muito simples. Lá o capital reúne e dirige os trabalhos. Há uma divisão social do trabalho que o capital gerencia. No entanto, para conhecer a origem da fábrica, é necessário conhecer a origem da indústria manufatureira. A Indústria manufatureira ainda não é como a moderna com as suas máquinas, porém distingue-se da indústria dos artesãos da Idade Média, bem como da indústria doméstica.

Antes de chegarmos à manufatura propriamente dita, é importante lembrar que (MARX, 1989) a grande divisão do trabalho levou três séculos na Alemanha, com a divisão campo e cidade. Tal mudança alterava as cidades. Com esse aspecto da divisão do trabalho, ter-se-ão as repúblicas antigas ou a feudalidade cristã, a antiga

Inglaterra, com os seus barões, ou a Inglaterra moderna, com os seus senhores do algodão. Diferentemente dos séculos XIV e XV, a divisão de trabalho, no século XVII, tinha uma outra fisionomia: a extensão do mercado. Anteriormente à expansão dos mercados, resultado direto da fase mercantilista, a divisão do trabalho seguia regras fixas, que nasceram primitivamente das condições de produção, nos regimes patriarcal, de castas e feudal corporativo. Essas formas da divisão do trabalho tornaram-se as bases de diversas organizações sociais, no entanto a divisão de trabalho na oficina era muito pouco desenvolvida em todas essas formas de sociedade. Com a expansão dos mercados, expande-se também a produção de bens². Surgem as manufaturas e, posteriormente, a maquinaria e a indústria moderna. A acumulação dos capitais (grandemente facilitado pela descoberta da América, com seus metais preciosos) torna-se condição indispensável para a formação da manufatura. Isso possibilitou um aumento dos meios de troca e provocou, de um lado, a depreciação de salários e das rendas fundiárias, e, de outro, houve um crescimento dos lucros industriais: as classe dos proprietários, dos/as trabalhadores/as, dos senhores feudais decaíam à medida em que ascendia a classe dos capitalistas, a burguesia.

Outras circunstâncias que contribuíram, também, para o desenvolvimento da manufatura: a descoberta do cabo da Boa Esperança (pois ampliava a circulação de mercadorias), o regime colonial, o desenvolvimento do comércio ultramar. Além disso, vale destacar duas outras contribuições: a liberação de numeroso séquito dos senhores feudais, cujos membros subalternos tornaram-se força de trabalho disponível, antes de entrar nas fábricas; levas numerosas de camponeses expulsos,

²Para conhecer o modo pelo qual se deu esta expansão do mercado, vide Marx (1989), O Capital, Livro 1, volume 1, Capítulo XXIV, A chamada acumulação produtiva.

pela transformação dos campos em pastagens e pelo avanço técnico, que prescindia de numerosos braços para sua execução. As condições históricas necessárias para a formação da manufatura podem ser encontradas na ampliação do mercado, na acumulação de capitais, nas modificações sobre as posições sociais das diversas classes citadas e num enorme contingente de pessoas que haviam sido privadas de suas fontes de renda.

Não se trata de um nascimento idílico o da manufatura, no interior das antigas corporações, em que o antigo mestre ocupava o lugar de chefe. É fruto de uma luta de classes, cruelmente posta entre a manufatura e os ofícios artesãos: o comerciante torna-se o chefe da oficina moderna, no lugar do antigo mestre artesão. Afinal, segundo Marx & Engels (1998, p. 4), “a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes”.

A manufatura, do século XVI até o último terço do século XVIII, origina-se de duplo modo. Primeiro, quando trabalhadores/as de vários ofícios reúnem-se em uma oficina de um mesmo capitalista. De uma combinação de ofícios, as atividades passam para uma série de operações particulares, sendo que cada trabalhador/a atua de forma exclusiva. Há também um outro caminho, de sentido oposto. Vários artífices que fazem algo da mesma espécie, sob um mesmo capital, produzem em cooperação em forma simples. A mercadoria daí resultante torna-se um produto social, em que cada artífice produz parcialmente.

O trabalho na manufatura coincide com a decomposição de uma atividade antes artesanal em diversas operações parciais. Para compreender essa decomposição, analise-se a questão do/a trabalhador/a parcial e sua ferramenta. O/a trabalhador/a que executa operações simples transforma seu corpo em órgão

automático. Coletivamente, aumenta a produção, aperfeiçoando seu trabalho pela repetição. Produz-se assim a virtuosidade do/a trabalhador/a detalhista. O período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica instrumentos de trabalho.

As manufaturas têm duas formas fundamentais: heterogênea e orgânica. Na heterogênea, os trabalhos parciais podem ser executados como ofícios independentes entre si. Na orgânica, combinam-se ofícios originalmente dispersos. Na sua divisão do trabalho, há isolamento de diversas fases de produção, limitação imanente da manufatura. Aqui o resultado do trabalho de um constitui o ponto de partida do outro. Essa dependência direta obriga a cada indivíduo empregar somente o tempo necessário à sua função. A divisão manufatureira do trabalho simplifica e diversifica os órgãos qualitativamente diferenciados do/a trabalhador/a coletivo/a, bem como cria proporção matemática fixa para o volume quantitativo dos/as mesmos/as.

A manufatura, que se origina de diferentes ofícios, pode desenvolver uma combinação de diferentes manufaturas, cada uma com sua própria divisão do trabalho, sem formar unidade técnica, que é característica da sua transformação em empresa mecanizada.

O intercâmbio que ocorre entre os/as trabalhadores/as coletivos/as coloca comunidades diferentes em relação e as transforma em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global, aprofundando a divisão social do trabalho. Sendo a produção e a circulação de mercadorias o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira exige que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvolvimento, no interior da sociedade. Há também uma divisão territorial do trabalho.

O trabalho na manufatura passa a ordenar a vida na sociedade. Há uma conexão entre os diversos trabalhos independentes produzidos nas diversas manufaturas. Essa conexão ocorre com a mediação das várias mercadorias, que são o produto desses diversos trabalhos independentes. Na manufatura, o/a trabalhador/a parcial não produz mercadorias. Somente o produto comum dos/as trabalhadores/as parciais o faz. Já na sociedade, a divisão do trabalho é mediada pela compra e venda de produtos de diferentes ramos de trabalho. Na manufatura, a conexão dos trabalhos parciais se dá pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A regra da divisão social do trabalho na oficina atua a posteriori à divisão do trabalho na sociedade. **O capitalista passa a ter uma autoridade incondicional sobre os seres humanos, transformando-os em membros de um mecanismo global.** A análise que empreendo nesta tese sobre a formação da subjetividade das mulheres parte desse princípio, o que significa dizer que não é possível analisar a formação de gênero, passando ao largo da análise da formação do modo de produção capitalista.

A divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista. O caráter capitalista da manufatura se organiza do modo seguinte: O caráter técnico da manufatura transforma (inova) tanto a parte constante (insumos, instalações, matéria prima, ferramentas, etc.) como a variável (força de trabalho) do capital, em razão da divisão manufatureira do trabalho. A manufatura, além de submeter o/a trabalhador/a ao comando e à disciplina do capital, cria uma hierarquia entre os/as mesmos/as trabalhadores/as, como já mencionamos, que vai dos não qualificados/as aos/às qualificados/as. Mas, mesmo com essa hierarquia, o/a trabalhador/a só desenvolve a atividade produtiva como acessório da

oficina capitalista, onde se mutila e se converte em trabalhador/a parcial. Sobre a manufatura, Marx diz que “ela aleija o trabalhador, convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor, mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas” (1988, p. 270). Esse aleijamento não provoca estranheza no conjunto da classe, pois o sistema sexo/gênero já preparou anteriormente um outro processo de aleijamento, pois as características que os homens – que nesse período constituem a maioria esmagadora da classe trabalhadora – desenvolvem no mundo da produção são qualidades parciais, necessárias ao mundo da produção e que não lhes possibilita atuar na vida fora da produção, isto é, no seu cotidiano. Nesse cotidiano, em que a reprodução da vida ocorre, são desenvolvidas outras qualidades, também parciais, das quais as mulheres são portadoras.

À medida em que há enriquecimento do/a trabalhador/a coletivo/a – do capital em força produtiva social – , cresce o empobrecimento do/a trabalhador/a em forças produtivas individuais, em virtude dessa mesma pormenorização produtiva. Durante o período manufatureiro, houve vários choques sociais em razão das mudanças da divisão social do trabalho. Um exemplo era a própria atividade artesanal, que ainda continuava necessária, sendo que o processo de aprendizagem fazia com que trabalhadores/as zelosamente a preservassem. Essa preservação podia ser lida como uma insubordinação, contra a qual o capital lutava constantemente. No período manufatureiro, mantinha-se a queixa por falta de disciplina. A época manufatureira, por sua vez, produziu as máquinas, que superaram a atividade artesanal como princípio regulador da produção social.

Da manufatura advém o desenvolvimento da maquinaria e da indústria moderna. O objetivo da maquinaria é produzir mais-valia. Toda máquina desenvolvida consiste em motor, transmissão e máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. Esta última parte tem como objetivo apoderar-se do objeto de trabalho e transformá-lo de acordo com seu fim necessário. A máquina-ferramenta é um mecanismo que, ao lhe ser transmitido movimento apropriado, realiza, com seu conjunto de ferramentas, as operações que eram, inicialmente, realizadas pelo/a trabalhador/a, com ferramentas semelhantes.

A invenção das máquinas, na Inglaterra, possibilitou os grandes progressos da divisão do trabalho (MARX, 1989c), invenção que acabou por separar a indústria manufatureira da indústria agrícola. Quando lá o mercado atingiu um desenvolvimento tal que o trabalho manual já não o satisfazia, experimentou-se a necessidade das máquinas, passando a aplicar a ciência mecânica, que já estava sendo preparada desde o século XVI. Com a invenção da máquina a vapor, a divisão de trabalho adquiriu proporções gigantescas, pois permitiu que a grande indústria se desvinculasse do solo nacional, dependendo apenas do mercado universal, das trocas internacionais, de uma divisão de trabalho internacional.

No plano da divisão social do trabalho, podemos salientar algumas características da maquinaria moderna: a) cabe ao ser humano vigiar, controlar e corrigir possíveis erros das máquinas; b) o motor adquire forma independente dos limites da força humana, podendo impulsionar várias máquinas ao mesmo tempo, que funcionam em cooperação; c) diversas máquinas de diferentes espécies, que se completam reciprocamente, fazem reaparecer a cooperação peculiar à manufatura baseada na divisão do trabalho; d) a revolução no modo de produção de um ramo

industrial propaga-se a outro. Quanto a este último item, um exemplo é a mecanização da fição, que faz tornar necessária a mecanização da tecelagem, além de essa revolução também alterar as condições gerais do processo social de produção (comunicação e transporte). Pode-se afirmar que, na maquinaria, o caráter cooperativo torna-se uma necessidade técnica.

Outro ponto importante encontrado na maquinaria diz respeito ao valor que ela transfere ao produto (mercadoria). Como qualquer outro valor constante, as máquinas não criam valor, mas o transferem para o produto para cuja feitura contribuem. Há uma grande diferença entre o valor da máquina e a parte do valor que ele transfere periodicamente ao produto. Só com a indústria moderna o/a trabalhador/a aprende a fazer o produto de seu trabalho passado, já materializado, operar em grande escala, gratuitamente, como se fora uma força natural. No entanto a aplicação da maquinaria limita-se pelo valor da máquina e o valor da força de trabalho que a mesma substitui, definindo assim os custos de produção.

A maquinaria traz conseqüências imediatas da produção mecanizada sobre o/a trabalhador/a. Em primeiro lugar, ocorre uma apropriação pelo capital das forças de trabalho suplementares – aqui nos referimos ao trabalho das mulheres e das crianças. Ao tornar supérflua a força muscular, a maquinaria permitiu o uso do trabalho das mulheres e das crianças, como forma de repartir o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira, desvalorizando, em conseqüência, a força de trabalho do adulto. Isso contribuiu para que houvesse quebra de resistência do trabalhador masculino.

Com a invenção da luz elétrica, em 1805, a maquinaria pôde efetuar o prolongamento da jornada de trabalho, tornando-se, além de eficaz para o aumento de

produção, potente instrumento para prolongar a jornada de trabalho para além dos limites estabelecidos pela natureza humana. Com a maquinaria, o movimento e o instrumental do trabalho se tornaram independentes do/a trabalhador/a. A resistência do/a trabalhador/a diminuiu diante da presente leveza do trabalho à máquina, e com o afluxo de elementos mais dóceis e flexíveis (mulheres e crianças).

Uma máquina passa por dois desgastes – o do uso e o da inação. Mas passa também por desgaste moral: quando perde valor-de-troca na medida em que se pode produzir mais por máquinas similares. Seu valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua própria reprodução ou de uma máquina melhor. Quanto mais curto o período em que se produz seu valor global, menor perigo de desgaste moral, que é possível pelo alongamento da jornada de trabalho. Aumenta-se a mais-valia ao mesmo tempo em que se diminuem os gastos para obtê-la. Com a maquinaria, é possível extrair mais-valia relativa e compensar a redução do número de trabalhadores/as explorados/as.

Além dessas conseqüências, existe a intensificação do trabalho. Isso ocorre com o prolongamento desmedido da jornada de trabalho que a maquinaria proporciona, provocando reações da sociedade que, ameaçada em suas raízes vitais, estabelece jornada normal de trabalho, legalmente limitado, como comprova a história com os movimentos de trabalhadores/as por redução de jornada, melhorias de condições de trabalho, etc. A mais-valia relativa, quando são colocados os limites à jornada de trabalho pela luta dos/as trabalhadores/as, significa aumento de produtividade sem que aumente a jornada. Isso só se torna possível com o desenvolvimento do sistema de máquinas. A redução da jornada cria, de início, condição subjetiva para intensificar o trabalho, agora menor, capacitando o/a

trabalhador/a a obter mais força, anteriormente gasta em uma jornada mais longa. A redução também, por força da lei, impele o capitalista a administrar de maneira mais severa os custos da produção. O aperfeiçoamento das máquinas exerce mais pressão sobre o/a trabalhador/a.

Outra característica da maquinaria moderna é a fábrica. Nela, a maquinaria é utilizada para transformar o/a trabalhador/a. Isso ocorre quando se reduzem os custos para reproduzi-lo/a, além de fazê-lo/a dependente da fábrica como um todo e, portanto, do capitalista. Na fábrica, o/a trabalhador/a:

- serve à máquina (na manufatura, se serve da ferramenta);
- tem de acompanhar o movimento do instrumental (na manufatura, procede dele/a o movimento instrumental);
- é complemento vivo de um mecanismo morto, independente dele/a (na manufatura, são membros de um mecanismo vivo).

Mas a história já demonstrou que o convívio do/a trabalhador/a com as máquinas nem sempre fora pacífico. No início do século XIX, presenciaram-se lutas dos/as trabalhadores/as contra as máquinas, uma vez que estas eram concorrentes daqueles/as³.

*“Mas a consolidação do mundo burguês é, ao mesmo tempo, a articulação da sua negação. As modificações assinaladas não são as únicas a informar o novo modo de vida; elas se acompanharam, sempre e inevitavelmente e em todos os lugares, do **protesto operário** – já no século XVIII espocam rebeliões cegas, centradas na destruição das máquinas (1758, Inglaterra; 1792 e 1794, Silésia)”. (NETTO, 1989, p. 12, 2a. Edição) (grifos no original).*

³ A destruição de máquinas por trabalhadores, cujo movimento mais conhecido foi o Ludismo, tem uma longa história. Hobsbawm (1994) afirma que ondas de destruição de máquinas periodicamente envolviam as indústrias manuais em declínio ameaçadas pelas máquinas, como nas indústrias têxteis britânicas (1810-11) e em 1826, nas indústrias têxteis do continente europeu na metade da década de 1830 e 1840. O movimento ludista surgiu na Grã-Bretanha entre 1811-1818, e se caracterizava por protestos contra a tecnologia e envolvia a destruição das máquinas. Seu nome remete à Ned Ludd, que em 1779 invade uma oficina e quebra as máquinas à marteladas.

Era mister o tempo e a experiência para que o/a trabalhador/a aprendesse a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados.

Na Inglaterra, as greves com regularidade deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas, como resposta capitalista nesse tipo de luta. É interessante notar que os capitalistas empregavam as máquinas como arma contra a revolta. Apesar de as colisões e as greves terem tido o objetivo de se voltar contra os esforços do gênio mecânico, esses movimentos acabaram por exercer uma imensa influência sobre o desenvolvimento da indústria, no processo de substituições de novas e mais modernas máquinas.

A questão é compreender como se gestam as lutas por parte dos/as trabalhadores/as. A grande indústria, num mesmo local, aglomera uma multidão de pessoas desconhecidas entre si, mas a concorrência entre elas divide os seus interesses. No entanto, a manutenção do salário, interesse comum que têm contra o seu patrão, reúne-os num pensamento único de resistência, uma coalizão. A coalizão tem sempre um duplo objetivo para os/as trabalhadores/as: o primeiro é fazer cessar a concorrência entre eles/elas, para que essa possa transformar-se em uma concorrência geral aos capitalistas. Mas ao aumentar a coalizão dos/as trabalhadores/as, os capitalistas se reúnem para reprimi-los/las. E a coalizão que no início era por salários e ocorria de forma isolada faz com que os/as trabalhadores/as se agrupem com o objetivo de manter a própria associação, e torná-la mais importante que a manutenção dos salários.

Apesar da organização dos/as trabalhadores/as, a exploração dos/as mesmos/as se mantém, nas rédeas dos capitalistas, com a imposição do aumento de

produtividade: fenômeno que permitiu e permite ainda hoje a dispensa de massas de trabalhadores/as, engrossando as longas filas de desempregados/as. Mas ao pensamento econômico burguês couberam teorias como a da compensação para os/as trabalhadores/as desempregados/as pela máquina. Tais economistas afirmavam que, simultânea e necessariamente, a maquinaria liberaria capital adequado para empregar trabalhadores/as por ela dispensados/as. Marx nega tal teoria. O que ocorre é o aprisionamento de capital com sua transformação de variável em constante. Na realidade, a maquinaria, como instrumental, encurta e facilita o trabalho, sendo uma vitória do ser humano sobre a natureza, para o capitalista, contudo é impossível qualquer utilização da maquinaria que não seja a mais-valia.

Com a maquinaria, ampliam-se as condições do capital em incrementar a produção de mais-valia. Com o aumento da riqueza advindo da mais-valia e a diminuição do número de trabalhadores/as necessários/as para a produção de gêneros de primeira necessidade, crescem, em contrapartida, as condições e as necessidades de produção de artigos de luxo para a classe capitalista. Ainda sobre a maquinaria, vale acrescentar que o acréscimo de trabalhadores/as empregados/as em fábricas é apenas aparente, fenômeno que decorre da anexação progressiva de ramos correlatos que se vão mecanizando. Marx, recorrendo aos fenômenos internacionais de seu tempo, afirma, como exemplo de anexação, que a maquinaria passa a destruir a manufatura e o artesanato, fazendo com que nações que dependiam dessas duas últimas formas se tornem produtoras de matéria-prima (colônias fornecedoras) para a mãe-pátria, criando-se uma nova divisão social do trabalho, agora em nível internacional.

Essa destruição de manufaturas, no artesanato e também no trabalho em domicílio pode ser traduzida como uma revolução que a indústria moderna impõe.

Vejamos suas conseqüências:

- Eliminação da cooperação baseada no ofício e na divisão do trabalho;
- Repercussões do sistema fabril sobre a manufatura e o trabalho em domicílio;
- A manufatura moderna que, na realidade, constitui grandes oficinas insalubres passa a apresentar condições de trabalho inferiores às da indústria moderna;
- O trabalho em domicílio, apesar de possuir uma aparência tão idílica, constituído majoritariamente por mulheres, jovens e crianças, sem obedecer a leis fabris, em contraste à indústria moderna, mostra-se extremamente nocivo à saúde do/a trabalhador/a, dadas as más condições de saúde. Em geral, não passam de extensões de residências;
- A aplicação de leis fabris à manufatura e ao trabalho em domicílio acelera a transição destes para a indústria mecanizada. A grande indústria passa também a fornecer matéria-prima e produtos semi-acabados;
- A grande indústria dispensa, pela mecanização e aumento de produção por trabalhador/a, massas de trabalhadores/as, criando desemprego. É a necessidade do capitalista de ter à mão um exército de trabalhadores/as, prontos/as a atender em qualquer flutuação de procura.

Podemos observar, pelos exemplos acima, que a legislação fabril teve papel fundamental para a indústria moderna, mas incompleta para resguardar minimamente as condições de vida dos/as trabalhadores/as. Marx analisou a legislação fabril inglesa, destacando suas disposições relativas à higiene e à educação, bem como sua generalização a toda produção social.

As disposições sobre a higiene são extremamente pobres, fáceis de serem burladas pelo capitalista, pois o rigor no seu cumprimento punha em risco a auto-expansão do capital. Na educação, no que se refere ao emprego de crianças (que trabalhavam menos horas que os adultos), houve boa conjugação de educação e ginástica com o trabalho manual, e conseqüentemente o trabalho manual com educação e ginástica para o capital, obviamente. Essa conjugação garantia boa produtividade no trabalho e bons rendimentos escolares que, por sua vez, ajudavam a capacitar tecnicamente ao trabalho. A ginástica proporcionava boas resistências físicas, melhorando, em conseqüência, o trabalho manual – o que constituía também item positivo ao capital.

Quando se destaca a produção social, é necessário ter em conta que a base técnica da indústria moderna é revolucionária, enquanto os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores. A indústria moderna revoluciona constantemente a divisão social do trabalho dentro da sociedade. Ela lança massas de capital e de trabalhadores/as de um ramo a outro. Quando existiam as guildas, seria praticamente impensável um/a trabalhador/a se deslocar de um ramo de produção para outro diverso. **Nas relações sociais, a indústria moderna cria, em relação às mulheres, adolescentes e crianças, nos processos de produção socialmente organizados e, portanto, fora da esfera familiar, um novo fundamento econômico para uma forma superior da família e das relações entre sexos. Enfim, há uma plasticidade maior nas relações pessoais, que permite extrapolar os limites da família celular.**

Para finalizar, a indústria moderna também altera o trabalho no campo. Na agricultura, o emprego da maquinaria está, em grande parte, livre dos prejuízos físicos

que acarreta ao/à trabalhador/a na fábrica, mas atua de maneira mais intensa e sem oposição, com o objetivo de tornar supérfluos/as os/as trabalhadores/as. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura dão lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência.

Em suma, com o trabalho se transformando em apêndice da máquina, com o trabalho vivo sendo substituído pelo trabalho morto da máquina, com a maquinaria se apresentando como uma potência hostil, o capital consegue incidir sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as, construindo subjetividades adaptadas aos seus ditames históricos e buscando impedir o surgimento de contestações.

1.2 Capital e subjetividade das classes trabalhadoras

“Pesados eunucos de argolas nos chifres,
que remastigam, subalternos, como se
cada um trouxesse ainda no pescoço a
canga, e que mesmo disjuntos se
mantêm paralelos, dois a dois”
(Guimarães Rosa).

A obra marxiana não se funda sobre o economicismo, como sugerem determinadas autoras do movimento feminista⁴ (porém não é só aí que a acusação da obra de Marx como economicista se encontra), mas fundamenta-se em ser o capital uma relação social, cujo centro é a determinação econômica, uma totalidade que é constituída por fatores múltiplos, legais, afetivos, culturais, religiosos, sociais, psíquicos. A lógica do capital penetra os corações e mentes, constitui as objetividades/subjetividades dos seres sociais existentes no mundo que ele organiza e no qual ocupa a centralidade. A gênese da constituição das subjetividades deve ser buscada nas formas históricas que o capital organiza para sua reprodução em melhores condições desde a sua perspectiva. No atual momento histórico, em que o capital promove e articula uma monumental reestruturação produtiva, de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (MARX), em que se assiste à destruição, precarização e eliminação de postos de trabalho (ANTUNES, 2005), gestam-se subjetividades diversas.

⁴Vide Pupim (1994)

Antunes (2005) afirma que apesar de mantida a dependência que o capital possui com relação ao trabalho para a criação do valor, ele faz um movimento oscilante com relação ao sentido do trabalho, ora reafirmando sua importância e perenidade, ora explicitando seu descarte. Entendo que este movimento é um movimento tanto da concretude, da fisicidade das formas de trabalho – que se expressa em trabalhos precarizados, flexibilizados, temporários, e no enorme exército industrial de reserva – como da subjetividade dos seres sociais hegemônicos (concordantes ou discordantes) pela lógica do capital. A uma insegurança crescente no modo de 'ganhar a vida', a uma insegurança profunda na forma de garantir a sobrevivência, gestam-se reações diversificadas. Numa concepção sócio-histórica de sujeito, em que este é construído na relação social, pode-se afirmar que estes sujeitos respondem a conjunturas e estruturas diversas, também de formas diversificadas, não sendo este sujeito uma construção pronta e acabada, que apenas entra em interação com o meio e atualiza seus sentimentos, afetos e emoções. Como afirma Antunes:

*“Em pleno mito neoliberal do individualismo exacerbado, tal como a ideologia do 'empreendedorismo', presenciamos de fato um **individualismo possessivo** cada vez mais desprovido de **posse**, onde cada vez mais amplas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras perdem até mesmo a possibilidade de viver da venda de sua única propriedade, a sua força de trabalho”* (ANTUNES, 2005, p. 17) (grifos no original).

Dessa forma pode-se afirmar que a constituição da subjetividade não é um processo linear, puro reflexo interno de um acontecimento externo, mas que é processo mediado, em que a emoção, a ideologia, a classe, o gênero, a etnia atuam de forma singular, construindo diversos jeitos de ser e estar no mundo. Frente a um mundo do trabalho mutante, que oferece oportunidades de futuro para poucos, na

lógica excludente do capital, diversas subjetividades se gestam: alguns agarram com unhas e dentes a possibilidade de ter, aderindo e defendendo os ditames do capital que aliena e desumaniza; outros, mesmo não tendo acesso a essas possibilidades, defendem-nas ideologicamente, na esperança de que um dia essas possibilidades apareçam (individualismo possessivo, mesmo não tendo posse-Antunes); outros rebelam-se e lutam para mudar a realidade e construir novas formas de existência – o que também se dá de formas múltiplas e variadas.

Em Chauí (1998), encontra-se a denúncia de que a lógica do capital, em sua forma atual, ao destruir os referenciais antigos de identidade e ação, produz uma dispersão e uma fragmentação que não só dificulta enormemente a construção de referenciais novos e críticos à ordem vigente, como, pelo contrário, faz com que a dispersão e a fragmentação apareçam como naturais e desejáveis. Neste sentido, pode-se explicar o surgimento das mulheres que, em cargos de direção, adotam a lógica do capital e a reproduzem, mesmo que esta lógica tenha produzido a desigualdade de gênero, as dificuldades que recaem sobre elas (das quais nem sempre têm consciência), sobre sua vida, bem como da vida de outras mulheres, em outras posições, pelo fato de serem mulheres; e mesmo que o lugar ocupado por elas, como sujeitos singulares (mulher em cargo de direção), seja um lugar de construção coletiva, gerado por lutas anteriores do movimento feminista, realidade que não era existente há 15/20 anos atrás (PUPIM, 1994), movimento feminista que propunha, em suas diversas formulações, a crítica e a superação da opressão/dominação por homens e mulheres e não a contribuição para sua eternização.

Na produção teórica da Psicologia, encontram-se visões de ser humano profundamente ideológicas, em que o indivíduo é pensado separado da história da

espécie, como portador de uma essência que apenas se expressa na história pessoal. Para essas correntes, não existe relação entre a materialidade na qual os seres humanos constroem sua vida e a subjetividade necessária para a reprodução desta materialidade. No livro *A Miséria da Filosofia* (1989), Marx critica Proudhon, para quem são as categorias e as forças motrizes que precisam ser modificadas, para mudar a sociedade, e que, para modificá-las, não é necessário modificar a vida prática. Ocorre uma inversão idealista em que é preciso mudar as categorias e, em consequência, a sociedade existente se modificará. Contrapondo-se a esta visão, as correntes da Psicologia que se reivindicam do campo teórico marxista, buscam explicitar os liames e as mediações pelas quais o modo de produção capitalista (seu modo de produzir mercadorias, sua materialidade) produz as subjetividades necessárias para sua reprodução.

A subjetividade é uma instância constitutiva do sujeito e resulta do processo pelo qual os seres humanos – e só eles – interiorizam as concretudes existentes, significando-as de uma forma única e exteriorizando essa subjetividade em ações e comportamentos objetivos, que, no seu conjunto, constitui sua identidade, identidade pela qual este ser humano se reconhece e é reconhecido pelo outro. “Subjetividade significa uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu” (MOLON, 1999, p.145). A subjetividade “manifesta-se, revela-se, converte-se, materializa-se e objetiva-se no sujeito” (MOLON, 1999). Trata-se aqui do sujeito individual, homens e mulheres historicamente determinados, datados, com sua história. A subjetividade é uma instância constitutiva dessa totalidade, instância mutável, ampliável, pode se enriquecer com novas determinações ou pode se empobrecer e uma das formas do seu empobrecimento é a alienação.

Ao analisar sujeito e constituição da subjetividade em Vigotsky, Molon (1999) afirma acerca da subjetividade que

“Ela é processo que não se cristaliza, não se torna condição nem estado estático e nem existe como algo em si, abstrato e imutável. É permanentemente constituinte e constituída. Está na interface do psicológico e das relações sociais” (MOLON, 1999, p. 143/144)

Definir subjetividade como processo de interiorização do real é afirmar que a forma como este real se constitui determina não só a forma que essa subjetividade assume, mas também aqui se dá a introdução dos elementos da constituição de normas acerca do que será socialmente definido como desejável/indesejável (conforme a classe, gênero, etnia) nessas subjetividades, determinando, deste modo, os padrões de normalidade/anormalidade. Falar de subjetividade não significa advogar o subjetivismo, que retira dos objetos as qualidades neles objetivamente existentes e as coloca apenas como qualidades que os sujeitos atribuem às coisas.

A subjetividade não pode ser confundida seja com os processos interpsicológicos, seja como os intrapsicológicos, mas é nela e por meio dela que se processa a dialética entre a relação interpsicológica e intrapsicológica (MOLON, 1999, p. 143). Os processos psicológicos são permeados pela subjetividade e esta extrapola os limites da individuação de um sujeito, realizando-se no processo de conversão das relações interpsicológicas em relações intrapsicológicas, por meio da mediação semiótica (idem).

A afirmação que a subjetividade extrapola os limites da individuação de um sujeito, remete à discussão sobre quais são as forças com as quais os indivíduos se

deparam como limite, no seu processo de constituição. Podemos afirmar que a forma como nossa subjetividade se constitui não é uma escolha aleatória e monadológica de cada indivíduo, mas um processo histórico-social. Para Marx (1989), as forças produtivas são o resultado da energia prática dos seres humanos, mas esta mesma energia é circunscrita pelas condições em que os seres humanos se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é fruto da geração anterior.

O que significa dizer que a produção de subjetividade transcorre de modo que cada geração se depara com as forças produtivas das gerações anteriores a si, que lhe servem de matéria- prima para novas produções, cria na história dos seres humanos uma conexão, uma ligação, cria uma história da humanidade. Cada indivíduo é uma síntese dialética entre a história de cada indivíduo e a história da humanidade, tanto mais desenvolvidas quanto mais as forças produtivas dos seres humanos, e, por conseguinte, as suas relações sociais adquiriram maior desenvolvimento.

A história social dos seres humanos é sempre a história do seu **desenvolvimento individual**, tenham ou não consciência deste fato (MARX, 1989). O que significa que apesar de a maioria das correntes da Psicologia ignorarem solenemente o estudo do modo de produção capitalista, para conhecerem o seu objeto de estudo, que é o ser humano singular, é esta história das relações de produção que nos fornecerá as pistas do por quê e do como, do motivo (VIGOTSKI) da ação humana.

São as relações materiais que formam a base de todas as relações humanas, sendo que estas relações materiais nada mais são que as formas necessárias nas

quais se realiza a sua atividade material e individual (MARX, 1989). Assim, analisarei as formas de organização da produção no capitalismo – o fordismo, taylorismo, toyotismo – para apreender a configuração das mulheres em cargos de direção no atual momento da reestruturação produtiva.

O movimento constitutivo da realidade (social) se expressa de formas diversas, econômicas, políticas e culturais, mas vai além delas, extravasa-as (NETTO, 1998). Desse modo,

“A análise da organização da economia (a crítica da economia política) é o ponto de irradiação para a análise da estrutura de classes e da funcionalidade do poder (a crítica do Estado) e das formulações jurídico-políticas (a crítica da ideologia)” (NETTO, 1998, p. XXIX).

Nessa análise parto do pressuposto marxiano de que os seres humanos, que produzem as relações sociais segundo a sua produção material, criam também as idéias, as categorias, isto é, as expressões abstratas ideais destas mesmas relações sociais. Estas categorias são produtos históricos e transitórios, e a subjetividade é um destes produtos históricos e transitórios, subjetividades diversas gestadas diferentemente conforme a classe, gênero, etnia, a que o indivíduo pertence, em cada um destes momentos históricos.

Para Mézaros (2004), a disputa entre as determinações estruturais objetivas da sociedade e a consciência dos seres sociais é desigual, mesmo em situações cujas condições objetivas dadas, possibilitem, potencialmente, construir uma crítica ao *status quo*. Conforme o que defendo nesta tese, mesmo que o avanço societal seja fruto de lutas tanto de um progressista movimento feminista e do movimento de mulheres, mesmo que tenha permitido às mulheres (a algumas) ocuparem, na

atualidade, um número crescente de cargos de direção, **a consciência destas mulheres têm demonstrado muito mais aderência ao *status quo* do que elaborado críticas a ele.**

Para Mézaros (2004), as forças materiais correspondentes às determinações estruturais fundamentais da sociedade, produzem os seres humanos de que precisam, em cada aspecto da vida, por meio da qual podem impor seus imperativos estruturais destrutivos sobre a sociedade como um todo. A parcela de mulheres que ocupa cargos de direção, nas empresas, é produzida de tal forma – na obediência aos ditames da ordem do capital, apesar do aparente rompimento com a ordem patriarcal – mesmo sendo herdeiras do movimento feminista, portador de um grande potencial de rompimento (ANDERSON, 1984), têm auxiliado na extração da mais-valia relativa, pela imposição dos imperativos estruturais, necessariamente destrutivos da ordem do capital.

Para analisar qual a subjetividade ‘necessária’ ao capital no estágio da acumulação flexível, faz-se mister atentar que ela é forjada tanto nos espaços específicos de formação profissional da classe, quanto nas diversas superestruturas ideológicas como escola, igreja, família. Neste momento de subsunção real de toda a vida social ao capital (TUMOLO, 2003), o capital eleva sua mais-valia relativa (enquanto prescinde de alguns espaços de formação específicos), porque amplia estes espaços para além dos limites anteriores e faz com que mesmo o espaço dedicado ao lazer e ao descanso, ou tempo livre, se organize de forma a gerar a necessária subjetividade⁵.

⁵ Para a análise da penetração do capital para os espaços de cultura e lazer, vide os teóricos da escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer.

Na área de esportes, por exemplo, são incentivados os esportes (como alpinismo) que treinem habilidades como trabalho em equipe, por um lado, e, por outro, ‘temperem’ o sujeito para enfrentar os riscos sozinho, passar por grandes privações etc. No mesmo sentido, o assim chamado ‘trabalho voluntário’ é incentivado pelas empresas, a ponto de, em algumas delas, fazer parte de uma ONG (Organização Não Governamental) ou dedicar tempo à assistência social aos ‘pobres’ fazer parte do currículo do/a profissional que ocupa cargo de mando. Esta última modalidade treina o espírito de equipe, a preocupação com o outro. Estas práticas não só não aparecem como cínicas (posto que é cinismo o fato de que ajudar o outro se torna requisito para tomar o lugar de outro ‘outro’) mas são aplaudidas, pois lidam com o mundo da opressão e não tocam no cerne da questão que é a exploração.

Tumolo (2003), ao refletir sobre determinadas características fundantes do atual padrão de acumulação de capital, analisa o processo histórico segundo o qual a subsunção formal do trabalho ao capital, que se expressa pela extração da mais-valia absoluta, criou tanto a necessidade como as condições para a diminuição do valor da força de trabalho. Este processo exige

“A subsunção real do trabalho ao capital, materializada pelo controle do processo de trabalho e que, por sua vez, implicou, contraditoriamente, a redução do preço da força de trabalho, abaixo de seu valor. De forma potencializada, este fenômeno, aliado ao domínio do capital sobre praticamente todas as atividades humanas, resultou, na contemporaneidade, numa subsunção da vida dos trabalhadores ao capital, ou melhor, numa subsunção real da vida social ao capital” (TUMOLO, 2003, p. 1).

Uma das formas pela qual esta subsunção real da vida social ao capital se revela é a aderência de vastos setores sociais, que, no último quartel do século XX, se apresentavam como críticos à ordem do capital e hoje se constituem em áulicos desta

mesma ordem⁶. Em uma sociedade de classes, em que estas se constituem necessariamente em torno de interesses antagônicos, quando um discurso enfatiza o ‘bem comum’, a cidadania, o ‘para todos’, o contrato social, este discurso revela, por parte de quem o pronuncia, compromissos ideológicos com a manutenção do status quo, bem como aponta para o ocultamento de processos de exploração, sujeição e servidão de uma classe por outra. Para Marx (1989b), no seio das sociedades constituídas em torno de interesses antagônicos, ocorre o processo pelo qual cada um concorre para o bem comum, buscando obter seu próprio proveito pessoal.

Os interesses antagônicos são primordialmente interesses de classe, mas o capital apresenta vários interesses apenas conflituosos como se fossem contraditórios, criando abismos e obstáculos de difícil superação, que se situam no terreno das diferenças de gênero, da etnia, geracional, religioso, cultural. No que se refere ao gênero, é o patriarcado que organiza os interesses dos homens contra as mulheres, mas os antagonismos não se referem apenas às graves situações de opressão (como defendem setores do feminismo), mas organiza também, quando o capital necessita explorar diferentemente (para cumprir seu objetivo, que é valorizar o valor) a força de trabalho das mulheres.

“Periodicamente (grifo meu), no outono e no inverno, são recrutadas pessoas que trabalham na lavoura, principalmente menores e mulheres, os filhos, as filhas e as esposas dos pequenos arrendatários vizinhos, sem qualquer experiência de trabalho com máquinas, para alimentar as máquinas de estomatar o linho” (MARX, 1989, p. 551).

“Os operários de ofício (...) lutaram passo a passo contra a introdução desses princípios de organização do processo de trabalho. Foi preciso esperar as situações de exceção engendradas pela 1ª guerra (...) o apelo à força de trabalho feminina, ao mesmo tempo menos qualificada e menos combativa (...)” (GRAMSCI, 1984, p. 40).

⁶ Para aprofundar-se nessa discussão, vide Tumolo, 2002.

A utilização das mulheres como força de trabalho mais barata e mais flexível, mais 'submissa', não é nova na história da classe trabalhadora e inclusive serve de mote para que o movimento operário veja com reservas a participação das mulheres (isto é, o sexismo recrudescer, não se origina aí). Do mesmo modo, a atuação que o capital exerce para produzir a subjetividade necessária para sua própria reprodução não é nova, pois o capital também 'atua' sobre a subjetividade da classe, no fordismo/taylorismo (processo que Gramsci(1984) nomeia de americanismo). O capital recorre também a antagonismos de gênero para conseguir seu objetivo, que é valorizar o valor. Desta forma, se faz mister o feminismo como luta pelo fim da opressão da mulher pelo homem, como uma necessidade estratégica de todos/as que colocam no horizonte o fim do capitalismo e de qualquer forma de exploração e opressão.

Assiste-se, neste período conhecido como acumulação flexível, a um aumento na velocidade com que os processos sociais transcorrem, que se estende por todos os setores, da vida afetiva (o 'ficar' entre os jovens) à vida cultural (os filmes de ação). A subjetividade dos seres sociais também não escapa a essa volatilidade. A origem dessa velocidade em todos os setores da vida social pode ser encontrada na forma de fabricar mercadorias, em que o capital, para valorizar o valor, necessita cada vez mais que se produza mais em menos tempo, e, para tanto, as subjetividades sociais devem se 'adaptar' a esse ritmo, adotando-o e incorporando seu funcionamento como desejável. É preciso então que nos debruçemos sobre a constituição da subjetividade dos/as trabalhadores/as neste tempo de acumulação flexível⁷.

⁷ Para uma discussão aprofundada sobre o significado e os contornos das transformações vivenciadas no capitalismo, especialmente a acumulação flexível, vide Harvey, 1994.

Esse apropriar-se da subjetividade dos/as trabalhadores/as e colocá-la a serviço do capital não pode ser um processo aberto, visível para todos, pois senão desvelaria seu caráter de exploração. Esse processo deve aparecer como seu contrário, como avanço societal do conjunto dos seres humanos. Tanto mais aumenta a coisificação dos seres humanos mais aumenta a necessidade do capital camuflá-la e fazê-la aparecer como seu contrário, como humanização das coisas. Esse fenômeno se torna visível na tendência da propaganda (que exerce no capitalismo uma dupla função extremamente importante; econômica, pois auxilia na circulação das mercadorias - circulação sem a qual não se cumpre o ciclo de valorização do valor – e ideológica, pois contribui para esconder o real e fazer aparecer o ‘desejável para o capital) de apresentar o adjetivo como substantivo, a qualidade do produto como se fora qualidade humana (“credicard a vida”, “speedificar sua internet”).

Para Silveira (1989), a discussão da subjetividade, na tradição marxista, ou tem sido feita de forma hipostasiada ou impedida sua discussão pelo ranço stalinista. Faz-se mister, especialmente nas discussões travadas no campo da psicologia (entendendo que toda psicologia é social), travar esta discussão do ponto de vista do materialismo histórico dialético, evitando as armadilhas, tanto do idealismo como do materialismo mecanicista.

O capital, para se reproduzir como modo de produção totalizante, que abarca todos os setores da vida societal (obedecendo seu objetivo que é valorizar o valor), a partir do início do século XX, organiza a produção basicamente em três grandes modos de gestão: taylorismo, fordismo, toyotismo.

1.2.1 Taylorismo/fordismo

“Todos eram idênticos, (...), e todos suportavam com igual imbecilidade o peso das mochilas e dos cantis, e a vergonha dos fuzis com as baionetas caladas, e a ferida da obediência cega” (Gabriel Garcia Marquez).

O controle/gestão que o capital exerce sobre o processo do trabalho, que, como já foi dito, é parte fundante do processo de constituição do modo de produção capitalista, está presente de forma acentuada na grande indústria, facilitado pelo advento da maquinaria, mas só chega ao seu auge durante a vigência do taylorismo/fordismo (ANTUNES, 1995). Os processos de trabalho fordista e taylorista predominaram na indústria capitalista, ao longo do século XX, o primeiro com o controle dos tempos e movimentos dos/as trabalhadores/as e o segundo com sua produção em série. Para manter e implementar tais processos de controle e racionalização na fábrica, torna-se necessário ao capital exercer o controle sobre a vida do/a trabalhador/a, na medida em que a produção da força de trabalho implica a produção da vida humana em sua integralidade, isto é, processos de produção e reprodução da vida. Tumolo (2003) afirma porém que o domínio sobre a vida do/a trabalhador/a era efetuado apenas como um prolongamento do domínio exercido sobre o trabalho ou, 'que o controle do processo de trabalho ainda era determinante em relação ao controle da vida e que, por isso, o controle da vida se dava por causa e

por intermédio do controle do processo de trabalho', ou seja, era o advento da subsunção formal da vida dos/as trabalhadores/as ao capital.

Para Antunes (1995), a grande Indústria taylorista/fordista é o coroamento da grande indústria de que Marx falou. O desenho das instalações taylorista/fordista é caracterizado pela produção em massa, homogênea, intensificada, em que o trabalho se converte plenamente em apêndice da ferramenta, separando a execução da formulação de forma nítida. A linha de montagem organiza e dita o tempo dos/as trabalhadores/as, primeiro por meio do cronômetro taylorista e depois pela homogeneização fordista. Esta organização das instalações entra inicialmente na indústria norte-americana e se estende posteriormente para outros setores, para além da indústria nos setores de serviços.

Quais foram os acontecimentos que tornaram necessária a organização da produção que, sob a forma que se convencionou chamar de taylorismo/fordismo, nos anos 1930, 40, 50 e 60, domina o mundo?

No final do século XIX, a partir de emergentes necessidades bélicas, a produção é organizada em regime de contrato, que consistia (HELOANI, 2002) em que o produto final seria tecnicamente dividido em partes e cada parte seria entregue a um contratante, que usaria os edifícios, ferramentas, máquinas e matéria-prima da companhia contratante, utilizando-se dos seus próprios empregados e arcando com a responsabilidade relativa à parte da produção que lhe cabia. A subcontratação era a forma principal nas indústrias de armas, máquinas de escrever e ferrovias. Desta forma de organizar a produção advêm ganhos econômicos, que consistiam em que a standardização e a massificação do consumo permitiam a troca de segmentos defeituosos ou avariados, até mesmo em combate. Mas “a burguesia não pode existir

sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX, 1998, p. 8).

É nesse período histórico que essa forma de organização de trabalho encontra seu limite, com o começo da Segunda Revolução Industrial, em que surgem novos padrões tecnológicos que levavam à concentração financeira e técnica (HELOANI), surgindo a necessidade de desenvolver novas formas de gestão do trabalho.

“No momento em que Taylor iniciava o seu trabalho, o capitalismo entrava na sua fase monopolista. Muito mais do que um novo padrão técnico, essa fase iniciava um novo padrão de acumulação que potencializava a intensificação do trabalho para elevar a reprodução do capital” (HELOANI, 2002, p. 12).

A implantação do taylorismo/fordismo exigia além de um novo tipo de Estado, um novo tipo de ser humano, tanto das classes dominantes como da classe trabalhadora. Decorre daí a necessidade de criar uma nova ética, com as indústrias passando a se interessar inclusive pela vida sexual de seus/suas trabalhadores/as, assim como pela acomodação de suas famílias. A vida dos/as trabalhadores/as e dos industriais deveria ser controlada (de formas diferenciadas para cada classe) em todas as suas dimensões, até as mais recônditas e íntimas, como a afetividade e a sexualidade, pois todas as energias deveriam ser voltadas ao trabalho e um mau cidadão não poderia ser um bom trabalhador (homem).

“O controle sobre o processo de trabalho, elemento determinante de materialização da subsunção real do trabalho ao capital, presente no período da grande indústria, chega no seu auge durante a vigência do taylorismo/fordismo. Não obstante, nessa fase da acumulação capitalista, o controle e racionalização do processo de trabalho passa a demandar o controle da vida do trabalhador, pois, como já foi visto, a produção da força de trabalho implica a produção da vida humana em sua integralidade” (TUMOLO, 2003,p.8).

O fordismo surge como uma nova organização na produção e no trabalho, no início do século XX, mais precisamente em 1913 (GOUNET, 2002), quando Henri Ford, para ampliar as possibilidades de produção/consumo da sua fábrica de automóveis, cria, então, uma forma de organização que possibilitasse fabricar o automóvel modelo T, por um preço relativamente baixo e que também tornasse possível que ele fosse comprado em massa.

Qual a organização de trabalho contra a qual Ford teve de se bater para implantar o novo processo? Era uma organização na qual operários/as super especializados/as, grandes mecânicos/as, fabricavam todas as peças do automóvel, quase que artesanalmente. Sendo o automóvel composto por dezenas de milhares de peças, a produção era lenta, pois tomando-se o conjunto de operações, que cada trabalhador/a efetuava, algumas demandavam um tempo imenso: como achar a peça certa, para colocá-la no local certo, modificá-la, adaptá-la. Como o valor do produto é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (MARX, 1988), os automóveis assim fabricados se tornavam caros.

Baseados nos métodos desenvolvidos por Taylor, conhecidos como 'organização científica do trabalho', Ford muda os métodos de fabricação do automóvel, que passa a atender a um potencial consumo de massas. As principais inovações introduzidas por Ford se organizam em torno do eixo da diminuição dos tempos mortos.

A primeira inovação se refere ao parcelamento das tarefas. Na forma anterior, do ponto de vista econômico, o/a mesmo/a trabalhador/a, que faz todas os passos de uma tarefa, não só produz tempos mortos enquanto procura uma peça, como, para construir esta especialização, emprega-se mais tempo e dinheiro, o que significa que a

força de trabalho do/a trabalhador/a, como mercadoria que é, se torna mais cara para ser comprada pelo patrão. Do ponto de vista político, esse/a trabalhador/a, cuja formação demanda um tempo significativo, não pode ser facilmente substituído/a por outro/a com a mesma qualificação, porque este/a outro/a também foi formado/a nas mesmas condições. Do ponto de vista ideológico, este/a trabalhador/a é cioso/a do seu saber, desta forma, pode, tendencialmente, organizar-se como classe com maior facilidade, pois sabe que é possível, pois não está tão ameaçado/a assim pelo fantasma da demissão. O parcelamento das tarefas traz vários ganhos ao capitalista: na economia, reduz tempos mortos e, dessa forma, aumenta a mais-valia extraída (sobre o processo de extração da mais-valia e sua ligação com o tempo, ver *Capítulo 3*), bem como reduz o investimento (tempo/dinheiro) feito na formação de cada trabalhador/a, uma vez que o/a operário/a que faz apenas um número limitado de gestos, repetidos infinitamente, não precisa ser um/a artesão/ã, não precisa de tempo para sua formação. Barateia-se, assim, o custo da reprodução da mercadoria força de trabalho e, conseqüentemente, eleva-se a mais-valia (sobre o processo de extração da mais-valia, ver *Capítulo 3*). Do ponto de vista político, esse/a trabalhador/a que cumpre tarefas simplificadas ao extremo é facilmente substituído/a, facilitando assim a formação do exército industrial de reserva, aumentando a mais-valia. Como explano no *Capítulo 3*, uma das formas de implementar processos de aumento da mais-valia relativa, via barateamento do salário pago à força de trabalho, é quando o exército industrial de reserva está muito grande, o que diminui a força de negociação dos/as trabalhadores/as, que, dessa forma, são obrigados/as a aceitar condições de trabalho em piores condições do que efetivamente poderiam ter (ainda que no regime de assalariamento). Do ponto de vista ideológico, essa desqualificação do trabalho, essa

retirada do saber especializado do/a trabalhador/a provocam um impacto tremendo sobre sua subjetividade: o/a trabalhador/a se sente (e o é efetivamente) refém da demissão, se sente desvalorizado/a, inferiorizado/a, trocado/a e, dessa forma, o processo de sujeição ideológica se instala, dificultando tremendamente sua reação, bem como sua organização em instituições de classe, como sindicato e partidos.

A segunda mudança que Ford instala se refere ao controle do fazer operário. O trabalho de cada um/a é regulado, mas a ligação entre os distintos trabalhos ainda não o é e, para isso, cria-se a linha de produção: operários/as colocados lado a lado, frente a uma esteira rolante que traz os componentes de cada peça, na qual cada operário/a realiza as operações que lhe cabem. O ritmo é controlado pela direção da empresa, pois cada trabalhador/a deve funcionar conforme o ritmo do/a outro/a, pois se um/a atrasa a tarefa, toda linha atrasa, identificando-se assim quem é o/a desviante. Desta forma, cada operário/a acaba por adquirir a cadência desejada pelo patrão, que é o 'tempo de trabalho médio socialmente necessário'. A produção flui e os estoques podem ser limitados ao necessário, o que traz ganhos ao capital, não só reduzindo o investimento no capital constante – pois reduz a matéria prima parada – como completa mais rapidamente o ciclo de valorização do valor, colocando a mercadoria mais velozmente no ramo da circulação. Um pouco mais adiante, o capital aumentará essa cadência e o significado do 'trabalho médio', aumentando assim novamente a mais-valia. O processo é progressivo e não linear, pois os/as trabalhadores/as também acabam por criar formas de resistir ou minimizar os efeitos. Tome-se, como exemplo, a origem da palavra sabotagem. No início da Revolução Industrial, as jornadas de trabalho chegavam a dezesseis horas diárias, e com o surgimento das máquinas, inicia-se o processo de controle de tempos mortos pelo

capital. Os/as trabalhadores/as, extenuados/as, subsumidos/as ao ritmo da máquina, descobrem rapidamente que esse ritmo é ditado por elas. Nas baixas temperaturas europeias, suas condições de reprodução eram tão precárias que não possuíam agasalhos adequados para os pés, calçavam apenas sandálias feitas de madeira, os ‘sabós’. A ligação se faz rápido na mente de um/a trabalhador/a: entre a máquina que se move majestosamente e a sandália, que facilmente se descalça, joga-se o ‘sabó’, a engrenagem pára, e até que o capataz descubra o que provocou a parada, está feita a sabotagem e os/as trabalhadores/as podem respirar um pouco.

A terceira mudança implementada por Ford se refere à padronização das peças. Era necessário evitar os desperdícios de tempo que ocorriam no conjunto de operações que cada trabalhador/a efetuava, como localizar a peça certa, para colocá-la no local certo, modificá-la, adaptá-la, bem como reduzir o trabalho do/a operário/a a apenas alguns gestos simples. A padronização das peças cumpre esses dois desígnios.

Essas mudanças no interior da fábrica foram acompanhadas de outras externas a ela: Ford faz uma integração vertical, comprando e incorporando outras fábricas que fabricavam componentes que o automóvel utilizava, de forma que obteve o controle direto de um processo de produção, de cima a baixo.

Em termos econômicos, o resultado era magnífico. Segundo Gounet (2002), na velha forma de produção, um automóvel era fabricado em 12h e 30 min; no taylorismo, apenas com o processo de parcelamento e racionalização das tarefas sucessivas e a homogeneização dos componentes, o tempo de produção do automóvel cai para 5h e 50 min. Entretanto a burguesia “não pode existir sem revolucionar permanentemente

os instrumentos de produção - por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX in NETTO, 1998, p. 8).

Dessa forma, logo esse tempo de produção cai para 2h e 38 min, graças ao processo de treinamento dos operários (homens), introduzido por Ford, tempo que, em seguida, cai para 1h e 30 min, após a introdução das primeiras linhas automatizadas.

No entanto o processo que produz uma classe não é linear, progressivo e harmônico. Neste período os/as trabalhadores/as tinham ainda alguma possibilidade de escolher entre a antiga forma de produção, na qual se sentiam portadores/as do próprio saber e esta nova, na qual eram expropriados/as do seu saber, optando, então, pela antiga. Com isso, Ford tem problemas para comprar a mercadoria força de trabalho. Vale-se, pois, de uma ‘convincente’ estratégia, capaz de superar os problemas subjetivos de inadequação da classe à nova situação: eleva o salário, dos 2,5 dólares oferecidos pelos concorrentes, para 5 dólares por uma jornada de 8 horas. O que exige Ford em troca de tanta ‘generosidade’? Ganha concretude aqui um processo que perpassa toda a construção do modo de produção capitalista, que é o capital como uma relação social, isto é, constituindo mentes, corpos e corações, segundo seus interesses.

Aqui o capital atua explicitamente para construir a subjetividade ‘desejável’ para a classe trabalhadora. Para receber os 5 dólares prometidos, Ford estabelece uma série de condições dos/as trabalhadores/as: não pode ser mulher, não pode beber, deve destinar seu salário à manutenção da família, deve freqüentar a igreja, etc. Isto significa que o capital, para implementar um certo modo de produzir mercadorias necessita do/a trabalhador/a com certas características pessoais, ou seja, de uma subjetividade moldada para aquele modo de trabalhar e não uma outra.

As políticas implementadas por Ford, cuja consequência, quanto à economia, representa um salto no capital da empresa, de 2 milhões de dólares em 1907 para 250 milhões de dólares em 1919 (GOUNET, 2002). Os demais capitais automotivos não têm muita escolha: ou se adaptam ao modelo fordista ou desaparecem. Revelam-se já aqui traços do imperialismo norte-americano que se mostrará com força total após a Segunda Guerra Mundial. Imperialismo em sentido amplo do termo, não apenas como subjugação econômica, mas também como subjugação política/ideológica, pois

“O monopólio, logo que tenha se constituído e reúna milhões, penetra forçosamente em todos os domínios da vida social, independentemente do regime político e de todas as outras ‘contingências’” (LÊNIN, 1979, p. 56).

É o americanismo, o modo de viver norte-americano, ditando procedimentos para os/as trabalhadores/as de todo o mundo.

Uma nova organização do trabalho implica, pelo menos durante um certo tempo até que o novo sistema se generalize, uma certa adesão dos/as operários/as. Nos anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, aumenta ainda mais a influência do fordismo. Missões européias, no bojo do Plano Marshall que visava à reconstrução da Europa ocidental com capitais americanos, analisam o sistema norte-americano de produção, que se torna referência obrigatória na indústria automobilística.

Essa atração pelos métodos tayloristas de organizar a produção (utilizada pelo fordismo) não acontece apenas no campo da burguesia e seus/as ideólogos/as, mas se estende inclusive a pensadores(as)/direções de esquerda⁸.

⁸ Sobre a penetração do ideário taylorista nos países do Leste Europeu e na China, vide entre outros autores, Heloani.

Mas a partir dos anos 1960, os métodos fordistas são cada vez mais contestados. O fordismo ainda é o sistema de produção dominante na indústria do início dos anos 1970, mas aparece emblematicamente como símbolo da exploração capitalista: "sem qualificação, o operário da linha de produção aparece apenas como uma máquina de dar lucro para a empresa" (GOUNET, 2002).

Lutas operárias na França, Itália, Grã-Bretanha, Estados Unidos fazem acender o alarme no reino do patronato: é preciso mudar para que tudo continue como está. Surgem experiências avançadas, em alguns países (na Suécia, a Volvo substituiu toda a linha de produção de uma fábrica pelo trabalho em equipe), e mais limitadas, em outros, buscando sair da camisa-de-força fordista. Nos anos 20 do século XX (GOUNET, 2002), o Japão, assim como outros países, também busca introduzir os novos métodos fordistas, porém o poderio econômico dos dois países é muito desigual. A burguesia norte-americana tem o domínio da produção em massa e poderia inundar o Japão com seus automóveis em massa. O governo japonês (que era fascista) decide proteger a produção nacional, pois isto fazia parte dos seus planos de expansão. As diversas estratégias de proteção da produção nacional japonesa surtem efeito até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota do Eixo em 1945, do qual o Japão fez parte, os EUA, como potência imperialista que emerge dos escombros da Guerra, retomam seu domínio sobre o arquipélago japonês, agora já não mais em um ou outro setor da vida societal, mas sobre o conjunto do aparelho econômico, político e militar. Na produção de automóveis a construção do domínio norte-americano encontra dificuldades no que se refere à aplicação do modo fordista de organizar a produção.

Múltiplos fatores, econômicos, culturais e mesmo geográficos, contribuíram para dificultar a implantação (GOUNET, 2002):

- As possibilidades de consumo da população japonesa eram muito abaixo do nível dos norte-americanos, o que dificultava a realização da valorização do valor.
- A geografia acidentada e exígua do arquipélago exigia veículos de menor porte que os modelos até então produzidos nos EUA.
- Essas mesmas características geográficas elevam o custo imobiliário, visto que o fordismo precisa de muito espaço para estocar a produção em massa.

Ao padrão de consumo dos japoneses não agrada a pouca diversidade de modelos de carros disponíveis.

A dinâmica desses fatores assume uma proporção tal que se torna então necessário adaptar o fordismo à cultura japonesa. A partir de 1950, o Estado japonês exerce seu papel histórico de Estado de classe e declara a indústria automobilística setor prioritário da economia nacional, disponibilizando várias formas de apoio à burguesia automotiva.

Vários dos fatores elencados acima se interlaçam para configurar uma crise, que, para Antunes (1999), irrompe no sistema taylorista/fordista, na segunda metade dos anos 60. A crise é expressão fenomênica de uma crise estrutural do sistema capitalista, cujas causas são tanto econômicas, como políticas e ideológicas.

1.2.2 Toyotismo

Compreender o atual padrão de acumulação de capital, sobretudo por intermédio do processo de reestruturação produtiva, implantado pelo capital na passagem dos anos 70 e 80 do século XX, denominado por muitos por “3ª. Revolução Industrial” (TUMOLO, 2002), tem sido o objetivo da pesquisa de inúmeros estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Teóricos como André Gorz, István Mészáros, Alain Touraine, Robert Kurz, David Harvey, Adam Schaff, Ricardo Antunes, de diferentes perspectivas, voltaram-se sobre as discussões da centralidade e metamorfoses do mundo do trabalho. Para Tumolo (2003), embora haja uma razoável produção teórica a esse respeito, ainda estamos longe de alcançar um patamar sequer satisfatório de apreensão destes fenômenos, seja devido à complexidade crescente que estes processos apresentam, seja devido à sua contemporaneidade, o que faz com que certos traços não se destaquem e outros ainda estejam inconclusos, em construção. O referido processo tem se caracterizado tanto pela introdução de inovações tecnológicas (robótica, informática) como por introduzir novas formas de organização e gestão do trabalho, tendo como conseqüência o alargamento do horizonte, no âmbito das discussões teóricas. As referidas discussões que buscam apreender o fenômeno abarcam desde as formas de inserção na estrutura produtiva, até as formas de representação sindical e política, abrangendo tanto a materialidade destas transformações como a subjetividade dos sujeitos-trabalhadores envolvidos neste processo.

Para autores como Gramsci, o fordismo/taylorismo é o ‘coroamento’ da grande indústria de Marx, e já aí o capital tenta atuar diretamente sobre a subjetividade da

classe trabalhadora (americanismo). Há, contudo, no novo padrão de acumulação, uma especificidade, em que a atuação do capital na gestão/controla do trabalho se faz, não mais via regras ou repressão explícita, mas por meio de internalização de regras. Este processo de internalização das regras é um processo que ocorre com a utilização (pragmática) das emoções dos/as trabalhadores/as pelo capital, e, de forma singular, das emoções das mulheres.

A mudança do taylorismo/ fordismo para o toyotismo ainda é um processo incompleto, sua implantação, obedecendo às características de cada país, não tem significado a construção de um padrão hegemônico. Ao contrário, as mudanças toyotistas, nas fábricas, convivem com padrões e funcionamentos altamente taylorizados e fordistas. Com o toyotismo pode-se falar do surgimento de um padrão de gestão que, embora novo, não supera o velho modelo, com o qual tem até apresentado uma convivência tranqüila.

O toyotismo representa muito mais a aquisição, pelo capital, de novas estratégias de subsunção da força de trabalho, para extrair mais-valia em situações contemporâneas, do que a substituição de um padrão que se tornou obsoleto. Utilizo aqui uma exigência do método marxista, de que para conhecer o objeto de estudo se faz necessário saturá-lo de determinações. Uma época histórica se constitui pelos traços dominantes que ela apresenta, mas não significa que, no seu bojo, não coexista, de forma abstrata, uma série de traços diversos, às vezes contestando o objeto principal, às vezes coexistindo pacificamente e alimentando-o. Mas esse traço não dá significação à época, não a dimensiona, não hegemoniza o conjunto da vida social. Desta maneira, o toyotismo é vigente no século XXI, mas coexiste com o fordismo e taylorismo. Um traço central do toyotismo, que o difere do

fordismo/taylorismo, é que o controle agora não mais é exercido, formalmente, por uma pessoa denominada para tal fim e como tal reconhecida, como o supervisor, mas é um controle internalizado, a ponto de dispensar o supervisor, o controle é exercido de cada um sobre si mesmo e sobre o outro, parceiro de tarefas.

As razões econômicas que forjam o toyotismo são ligadas basicamente à necessidade do capital fazer os produtos circularem no conjunto do mundo, ampliando os espaços de produção de mercadoria, para que em novos espaços, possa utilizar a força de trabalho mais barata e fugir da classe organizada e buscar locais onde ela ainda não se organizou; as razões políticas são as que exigem uma resposta à classe, que de 1960 a 68 em todo mundo diz “basta, não queremos mais trabalhar assim”. Edulcorando as condições de vida, é preciso agora chamar a classe trabalhadora, que há pouco mais de uma década acabara de sair da Guerra Fria, da Segunda Guerra Mundial. Coloca-se, na ordem do dia, o embate capitalismo x comunismo, uma escolha entre duas formas de pensar o mundo. É preciso que os setores capitalistas ofereçam claramente o seu modo de organizar a vida como o melhor dos mundos, e é a esta tarefa que o toyotismo se presta. O capital elabora formas diferentes de atuar sobre a subjetividade da classe no taylorismo e no toyotismo.

Para Antunes (1999), o novo modo de acumulação capitalista emerge como consequência de três grandes movimentos. O primeiro movimento decorre do fato de que na segunda metade dos anos 1960, o sistema taylorista/fordista entrou em crise, crise esta que é a expressão fenomênica de uma crise estrutural do sistema capitalista, cujas causas, como dito anteriormente, são econômicas, políticas e ideológicas. Prosseguindo com a análise, o autor afirma que até 1970 a indústria que

vigorava era de base taylorista/fordista, que veio substituir a manufatura. Na manufatura, o trabalho é fundado na destreza manual, que comanda a ferramenta, o que significa que o capital controla o trabalho, submete-o, mas é uma subsunção formal. Com o advento da maquinofatura (1850/1860)/Grande Indústria, o trabalho perde a destreza e torna-se apêndice da máquina ferramenta, o trabalho subordinado à máquina, a máquina dita o ritmo, instaura-se o processo de subsunção real. Neste momento, o capital conclama a força de trabalho de mulheres e crianças, porque com a máquina ele prescinde tanto da destreza manual quanto da força física. Mas é só, com a organização da produção em moldes tayloristas (com o cronômetro medindo tempos e movimentos) e com a homogeneização e intensificação da produção fordista, que ocorre o ápice dessa grande indústria. Para Antunes, o binômio taylorismo/fordismo tem de ser tratado de forma articulada, pois, para o capital, a proposta tayloriana e fordista acaba sendo um casamento feliz. Controlado e massificado, prescindindo da força e da habilidade do trabalhador (homem), o trabalho converte-se em apêndice da máquina, que o usa e dita o ritmo, ele se adapta a ela. A nítida separação, que ocorre entre os processos de execução e formulação, contribui enormemente para despojar o/a trabalhador/a do seu saber e conseqüentemente de seu poder de reação. Apesar de o taylorismo e o fordismo terem origem comum, nos EUA, como modo de gestão da produção, eles se estendem- não só para fora dos setores industriais, em que originalmente surgiram, penetrando também em outros setores, como nos serviços – como também para outros países, tornando-se um modo de gestão da produção hegemônico, até o final dos anos 60.

As metamorfoses que ocorrem no mundo do trabalho são significativas, mas provocam uma mutação no padrão de acumulação e não no modo de produção. As

mudanças se dão tanto na objetividade como na subjetividade da classe trabalhadora, em que há um mobilizar da afetividade para o trabalho, o uso da emoção para construir processo de cooperação/cooptação.

Três movimentos caracterizam as mudanças: o toyotismo se implanta gradualmente, substituindo o binômio taylorismo/fordismo, em consequência houve retração da classe trabalhadora estável (formal); um aumento do proletariado terceirizado, fabril e de serviços. Obedecendo a uma lógica utilizada pelo capital em diversas situações anteriores, em que a teia do patriarcado vai tecendo menor valor salarial e menos importância ao trabalho exercido por mulheres, cuja força de trabalho é considerada mais dócil e submissa, mesmo quando exercem trabalhos masculinos, aumenta o número de mulheres, na composição da classe trabalhadora, neste trabalho precarizado. O crescimento das mulheres como força de trabalho assalariada não obedece a uma única causalidade, mas se configura como desaguadouro de um conjunto de tendências sociais. Para entender a morfologia (forma) da classe trabalhadora, em que ocorre a feminização (aumento do número de mulheres na composição), utilizo as afirmações de Antunes de que, nos anos 1970,80 e 90, em função da reestruturação do capital, há uma confluência entre a ampliação do trabalho das mulheres e as condições que o capital implanta para gestão do trabalho, sendo que o trabalho precarizado, *part time*, flexível e polivalente, vai agregar crescentemente mulheres. Estas condições precárias provocam uma Intensificação na divisão sócio-sexual do trabalho, com elementos 'nocivos', se comparados à divisão sexual do trabalho da era taylorista/fordista. Nas áreas em que há capital intensivo (maquinário técnico-científico) há presença de homens, no trabalho intensivo (manual) há presença de mulheres, isto é, há uma divisão sexual do trabalho dentro

da divisão social do trabalho operada pelo capital . Esta divisão é diversa, mas não independente da divisão sexual do trabalho que ocorre na divisão social do trabalho 'fora' do capital, no mundo da reprodução. Não é independente, porque são as habilidades treinadas na educação de gênero – que originalmente se destinavam a funções femininas do cuidar da reprodução da vida, funções exercidas por mulheres, isto é, trabalho improdutivo – que, na reestruturação produtiva, é apropriado pelo capital para a produção de mercadorias, para a transformação em trabalho produtivo.

O segundo movimento pode ser encontrado na crise do último quartel do século XX (1980 a 1990), com o fim de um conjunto de países, no Leste Europeu, cuja desestruturação, atrelada à experiência soviética, teve profunda repercussão no mundo do trabalho.

O terceiro movimento se expressa com a emergência da contra reforma neoliberal, advinda com o fim do leste europeu e a crise estrutural do capital. O neoliberalismo torna-se a pragmática de uma idéia nascida nos Alpes (FRIEDMAN & HAYEK) e que Thatcher e Reagan executam no governo, fundado não na hegemonia, mas, na coerção. A esquerda 'socialista' migra para a social democracia, no momento que ela é chamada a se aproximar do neoliberalismo. Para Antunes (Idem), esta aproximação da social democracia com a pragmática do neoliberalismo é uma aproximação significativa, porém não representou uma fusão entre ambas.

Antunes prossegue com sua análise, afirmando que a crise irrompida é de grande profundidade, tanto nos aspectos econômicos, ou seja, nos mecanismos de acumulação do capital, quer nos aspectos ideo-políticos, não, portanto, uma crise na forma de dominação. Para o autor, há uma dimensão esquecida na análise do período, que se refere ao movimento de contestação que irrompia pela base, por fora

dos partidos políticos tradicionais, especialmente os PCs (partidos comunistas). Estes movimentos solapam tanto o Welfare State como o reformismo dos PCs, balançando a base de dominação, porque balança o pacto e coloca em cena o controle social da produção, que poderia ser feito pela classe trabalhadora, com o trabalho autônomo. Para ele, os movimentos, que eclodem, em vários países, em 1968, marcaram uma simbiose entre rebeliões fora do mundo do trabalho e o mundo do trabalho, com lutas que feriram o capital na base e na forma de dominação. Entretanto é possível dizer que esses movimentos não demonstraram potencialidades orgânicas de se generalizar, sendo, pouco a pouco, derrotados. O movimento operário, por exemplo, não consolidou práticas organizativas que pudessem contrapor-se à política dos PCs.

Outros autores, como Braverman (1977) e Durand (1978), também efetuam uma análise que aponta na mesma direção. Afirmam que, no final dos anos 1960, o capital se defronta, no plano político, com um período de contestação à ordem societal sobre a qual ele se funda. Em maio de 1968, em Paris, os estudantes ‘exigem o impossível’, nos EUA, os/as trabalhadores/as entram em greve, na Rhodiaceta e Ford, pois as novas exigências idiotizantes da organização do trabalho se chocavam com as exigências dos/as novos/as trabalhadores/as, acostumados a um padrão elevado de consumo e a um nível educacional também elevado (HELOANI, 2002).

Esta conjunção de fatores configura um movimento de recusa ao trabalho, obrigando o capital tanto a recorrer à força de trabalho estrangeira, cuja condição de migrantes a torna mais dócil à disciplina industrial, quanto a pensar formas de ‘atrair’ novamente a classe operária ao seu lugar na produção.

No plano econômico, novas exigências se impõem, ocasionando diversas transformações no mundo do trabalho, configurando um novo padrão de acumulação

flexível, cujas conseqüências atingem tanto o modo de ser da classe trabalhadora, bem como suas formas de representação sindical e política.

Para Antunes (1995), o alcance da contestação foi de tal monta que obrigou o capital a substituir a forma de produção, manteve-se o modo de produção, sinalizou-se, no entanto, uma crise de envergadura, afetando a acumulação. Essa crise se caracterizou por uma combinação de fatores como a taxa de lucros decrescente, a intensificação das lutas sociais, o aumento do valor da força de trabalho, obtido no Welfare State (analisado não como concessão do capital, mas resultado de lutas dos/as trabalhadores/as) e crise de superprodução. Os primeiros sintomas da crise aparecem em 1969, 1970, mas assumem características fortes em 1974, resultando em financeirização da economia e a oligopolização, concentração dos capitais. Este processo abre-se em 1973 e continua até hoje, sendo desigual e combinado, arrebatou o Welfare State, a social democracia reformista.

Para Antunes, a reestruturação produtiva é um processo que se dá em escala global, visto que se torna necessário ao capital reestruturar a produção para além do financeiro, organizar a dominação num movimento ideopolítico⁹, de forma que o neoliberalismo venha como resposta. Desenvolveu-se uma 'financeirização' do capital (capital bancário, produtivo e volátil), sendo que esse movimento ocorre em escala planetária. E é nesse contexto que se assiste ao processo de reestruturação produtiva (ANTUNES), uma nova fase do capitalismo, em que há continuidade e ruptura.

Para Antunes (1995), nos anos 1970, 80 e 90 opera-se um padrão em transição, em alguns países há instalações taylorista/fordistas, modificadas e flexibilizadas, enquanto, em outros países, foram sepultadas. Há um movimento

⁹O termo 'Ideopolítico' é um termo cunhado pelo prof. Dr. José Paulo Netto, utilizado no conjunto de sua obra.

transitório e híbrido, desaparece a hegemonia taylorista/fordista, mas não há a construção de uma nova hegemonia, o toyotismo existe, mas não é dominante. Como exemplo, o autor cita o Brasil, que não é um país toyotista, mas não é mais o fordista/taylorista dos anos 1970.

Às formas clássicas de gestão da força de trabalho foram se mesclando as formas conhecidas como toyotismo, modelo sueco e outras, cujas características aparentam ser uma nova forma produtiva e que se efetiva basicamente por uma descentralização do local da produção e por um processo artesanal de produção de mercadorias. Os anos 80 assistiram a uma mescla destas formas com um grande salto tecnológico em que

“A automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários” (ANTUNES, 1995, p. 15).

Gounet atribui a crise na organização fordista do trabalho a problemas como o alto índice de absenteísmo, entre os anos de 1968 a 1974, nos países cênicos, que recolocou, para o capital, a questão da reestruturação do trabalho, a fim de obter a adesão dos/as trabalhadores/as. O modo de gerir e controlar o trabalho, utilizados até então pelo sistema fordista/taylorista, não consegue mais dar conta das novas exigências trazidas pela tecnologização crescente, surgindo então novas formas de acumulação produtiva, convivendo com o fordismo e com o taylorismo. Começa a implantação de experiências de administração participativa, para atenuar a ‘fuga do trabalho’, por meio de pequenas alterações no espaço fabril, para torná-lo mais atraente para a classe operária. É necessário atentar que alguns autores falam em

crise do fordismo, mas outros criticam fortemente, sob perspectivas diversas, a existência dessa crise¹⁰. Alguns avaliam que a crise do fordismo/taylorismo foi tão profunda e a implantação do novo modelo de acumulação tão intenso que denominam esta forma atual de acumulação de neo-fordismo ou pós-fordismo.¹¹

Para Antunes, no Ocidente, não temos toyotismo mas experimentos ocidentalizados, sendo que, no Brasil, há apenas dimensões dele, e, nos EUA, o país ainda está muito taylorizado. Antunes (1995) afirma que o toyotismo tem mais impacto, mais força expansionista, mas o traço singular por ele apresentado, no Japão, se dessingulariza, se ocidentaliza, ao esparramar-se no Ocidente. O toyotismo instala-se, no Japão, sobre uma base material e ideológica muito diversa em relação ao ocidente. No Japão, existia o emprego vitalício, que facilitava a cooptação, pois havia uma base material, para que os laços afetivos do/a trabalhador/a com a empresa se estabelecessem, no Ocidente, todavia, não há emprego vitalício, o que exige a criação de novas formas mais refinadas (porque lhe falta a base material) de cooptação.

Nos anos 1930/40, faltava base técnica, para que o processo ganhasse a desenvoltura que pôde ganhar, a partir dos anos 1960, pois, com a informatização (ANTUNES, 1995), a reestruturação produtiva deu um salto. No entanto não foram os processos tecnológicos (a informatização) que geraram estes processos, mas foram eles que lhes deram fôlego. Para Marx, a técnica é uma resposta a dois movimentos, que busca ganhar a concorrência, bem como responder à luta de classes. Neste sentido, o capital desconcentra e/ou flexibiliza o espaço produtivo, as mutações técnico-informacionais afetam o mundo produtivo, quando interligam em rede as

¹⁰ Sobre a permanência ou superação do fordismo/toyotismo vide “Sobre o ‘modelo’ japonês” (HIRATA, 1993).

¹¹ Basicamente a escola de regulação francesa.

instalações produtivas, fragmentando o/a operário/a, incidindo sobre a concorrência e sobre a luta de classes. Por isso, para Antunes (1995), a reestruturação produtiva é indispensável sem a luta de classes na sua gênese e na resposta do capital a ela.

O toyotismo se constitui como a expressão mais ousada da nova fase do capital. Harvey (1994) cunhou o termo acumulação flexível, para expressar essa nova fase do capital, em que acumulação expressa o substantivo, o que é estrutural e flexível expressa o adjetivo, o conjuntural, o que muda. Harvey expressa aqui que o capitalismo tem como objetivo a acumulação, o que é imutável, no capitalismo, mas que ele pode assumir diversas formas para atingir seu objetivo, pode adotar diversas artimanhas para consegui-lo, como a flexibilização: de horários, contratos de trabalho, local de trabalho, na atual forma toyotista.

Se o período fordista/taylorista traz o controle não só do processo de trabalho mas também da vida do/a trabalhador/a, o padrão atual de acumulação de capital, que começa a se configurar no início dos anos 1970, herda do padrão taylorista essa mesma característica, ou seja, a necessidade do duplo controle, do processo de trabalho e da vida do/a trabalhador/a, no entanto, diversas diferenças se apresentam entre esses processos.

O controle da vida do/a trabalhador/a, que no modelo fordista/taylorista era um desdobramento do controle do processo de trabalho, consolida-se, tornando-se determinante em relação ao controle do processo de trabalho, no atual padrão de acumulação do capital. As características dos novos processos produtivos são variadas: efetua-se a substituição do trabalho desqualificado pelo/a operário/a polivalente (ANTUNES, 1995), em que o/a operário/a 'aparece' como integrando uma equipe, ao invés da linha individualizada, produzindo elemento para a 'satisfação' da

equipe que está na linha, ao invés de mercadorias para alguém que não se conhece. Este processo solicita todo um envolvimento emocional por parte dos/as trabalhadores/as, toda uma nova sociabilidade; a flexibilização da produção, assim como novos padrões de produtividade, novos padrões de gestão de força de trabalho emergem, baseados na 'cooptação' dos/as trabalhadores/as, no seu envolvimento emocional com a empresa, na cooperação, no envolvimento manipulatório, que obedece à lógica das socialidades forjadas na lógica de produção de mercadorias.

Mas para implantar alguns desses mecanismos de cooptação, o capital não conta apenas com o convencimento, ao contrário, constrói essa adesão em cima de uma forte base material de organização da produção. São várias as formas de envolvimento das novas instalações: trabalho em equipe, CCQ, estoque zero, Kanban. Analisando dois dos modos de organizar a produção, que se transformam em mecanismos de cooptação: a flexibilização e a terceirização, observa-se que a flexibilização ocorre baseada em uma organização, enquanto nas instalações fordistas havia uma máquina para cada trabalhador/a, no toyotismo, um/a trabalhador/a opera quatro máquinas. Tal fato traz uma cadeia de conseqüências: 1) cada trabalhador/a precisa ser flexível, isto é, ter várias habilidades para operar 4 máquinas diferentes e não uma só, especializada; 2) como um/a só trabalhador/a pode operar quatro máquinas ao mesmo tempo, o capital pode dispensar três trabalhadores/as; 3) o/a trabalhador/a que opera quatro máquinas simultaneamente necessita de um grau tão grande de concentração no trabalho, que não lhe sobra tempo para entrar em contato com seus pares e eventualmente organizar qualquer resistência. Quanto à terceirização, processo em que uma empresa contrata uma outra, para que esta última efetue determinadas fases da sua própria produção. A terceirização não é

uma estratégia criada no toyotismo, mas em fases anteriores era apenas um processo suplementar, enquanto, no toyotismo, se tornou estratégia central, pois a instalação toyotista (ANTUNES, 1995) produz no máximo 25% dentro dela, enquanto a instalação fordista produzia 75% dentro dela. A terceirização permite ganho duplo ao capital, que tanto economiza custos como, ao separar e fragmentar os locais em que se produz, separa e fragmenta também o/a operário/a-massa que fazia greves.

O toyotismo tem uma diferença qualitativa com relação ao taylorismo: o/a trabalhador/a deve pensar na empresa como sua casa e não como sua empresa, no toyotismo, torna-se necessário que se envolva a classe operária, que se criem novos mecanismos de envolvimento e participação. Este mecanismo de participação faz com que ele se torne menos despótico, mas constrói um estranhamento mais complexo, de mais difícil desvelamento. Antunes (1995), para referir-se ao processo de envolvimento emocional que o capital promove no toyotismo, usa o termo 'liofilizar', que significa sorver substância viva em ritmo lento e constante. Este processo também põe a possibilidade de uma rearticulação das instâncias estatais e um novo tipo de trabalhador/a, integrado na lógica societal do capital.

As significativas mudanças ocorridas encantaram a toda uma geração de pensadores (entre os quais se destaca Coriat, um dos mais dedicados e entusiastas estudiosos do processo), que fala inclusive em mudança de paradigma produtivo, hipótese tal que nos parece precipitada. Embora as mudanças ocorridas não signifiquem mudanças no modo de produção (que continua sendo o capitalismo), são, no entanto, muito importantes, mesmo que atinjam apenas a epiderme da produção capitalista de mercadoria e não seu âmago. É preciso atentar também para o fato de que estas mudanças estão ocorrendo na contemporaneidade e assim sendo sua

forma final ainda não está delineada, pois, só conhecendo a forma final de um processo, pode-se analisar com maior acuidade seus processos constitutivos.

Alguns teóricos, como Robert Kurtz, mesmo tomando pontos centrais da teoria marxiana como referencial, acaba fazendo uma análise da realidade, no dizer de Antunes (1995: 15), que, ao colocar o “fetichismo como quase integral, insolúvel e irremovível, obsta a existência ativa e a resistência efetiva dos sujeitos”.

Entre as mudanças ocorridas com o advento do novo padrão de acumulação, há que se atentar para aquelas referentes ao aumento substancial nas taxas de trabalho das mulheres, o que representa, por um lado, um avanço, como possibilidade de emancipação das mulheres, mas, por outro, essa possibilidade de emancipação se dá com o capital incorporando o trabalho das mulheres em sua divisão, tanto sexual como social, impondo sobre a força de trabalho das mulheres maior intensidade de precarização e exploração. É sobre a forma como estas mudanças acontecem nas mulheres trabalhadoras, como sua força de trabalho é utilizada, não só diretamente nas formas de precarização da produção mas também, em funções de comando, na implantação de formas de gerir o capital, que eu, como pesquisadora, busco empreender o esforço teórico.

Algumas interrogações norteiam a pesquisa: como se gestam novas subjetividades em mulheres, no mundo do trabalho, quando estas ocupam cargos de direção? Quais as repercussões das metamorfoses no mundo do trabalho, sobre a materialidade (formas de trabalho, aprofundamento da divisão sexual do trabalho, inserção subordinada, etc.) e a subjetividade das mulheres como partes constitutivas da classe trabalhadora?

O processo histórico que ora se inicia herda do taylorismo/fordismo (TUMOLO, 2003) a necessidade de duplo controle do processo de trabalho e da vida do/a trabalhador/a e recebe variadas denominações, como toyotismo, ohnismo, acumulação flexível, pós fordismo, conforme a escola teórica a que pertence o pesquisador. Nesse trabalho eu utilizo a denominação toyotismo.

Para Gounet (2002), os novos métodos de produção utilizados por Ohno, que foi o vice-presidente da Toyota e considerado o pai do toyotismo, são fixados em seis teses principais:

- O consumo condiciona toda a organização da produção, a produção é puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo. No sistema fordista a meta era produzir em grandes séries, produzir o máximo de mercadorias, no Japão, por questões geográficas, é impossível manter grandes estoques..
- A carência geográfica e a obrigação da rentabilidade fazem com que se torne meta da empresa combater os desperdícios, o que leva a dividir o trabalho da fábrica em quatro operações (transporte, produção, estocagem e controle de qualidade) das quais apenas a produção agrega valor ao produto. Torna-se então meta final diminuir ao máximo o tempo de transporte, estocagem e controle de qualidade, evitar a formação de estoques em qualquer ponto.
- A flexibilização da organização do trabalho, propiciada pela flexibilidade do aparato produtivo e sua adaptação às flutuações da produção. O trabalho transmuta-se, do trabalho individualizado do fordismo ao trabalho em equipe e o/a trabalhador/a tem de tornar-se polivalente, para operar várias máquinas em seu trabalho e ainda ajudar o/a colega, quando necessário.

- O kanban organiza concretamente a produção. É uma placa que funciona como senha de comando, quando a equipe retira o painel que precisa, o kanban volta ao departamento que fabrica tal peça e 'informa' que o estoque precisa ser repostado.
- Fabricação de modelos diferenciados, objetivo que será atingido na medida em que se preparam, ao máximo, antecipadamente, as operações de mudança de um modelo a outro, para reduzir ao mínimo a intervenção no momento em que a máquina está parada.
- Relações de subcontratação com os fornecedores das peças (no caso dos automóveis, autopeças). A Toyota impõe aos seus fornecedores seu sistema de produção, fixa as condições de preço, prazo e qualidade dessas empresas, o que resulta em veículos a baixo custo e de qualidade impecável.

O sistema toyotista pode ser definido como:

“Um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada” (GOUNET, 2002, p. 29).

As modificações, introduzidas pela nova forma de gestão do trabalho, aumentam ainda mais a exigência sobre os/as trabalhadores/as, mesmo que apareça como uma forma mais democrática de gestão de pessoal. No que se refere à intensificação do trabalho, o toyotismo eleva ao paroxismo a luta contra os tempos mortos. Muda a relação um/a trabalhador/a, uma máquina, para uma equipe/um sistema, em que cada trabalhador/a opera em média cinco máquinas. A flexibilidade na produção exige a flexibilidade do trabalho e dos/as trabalhadores/as, o que

significa usar o mínimo de operários/as e aumentar as horas extras, ao invés de contratar novos/as trabalhadores/as. Como a produção pode aumentar e logo em seguida pode diminuir, o/a trabalhador/a deve ser flexível para trabalhar mais horas hoje e menos amanhã. Tal variação redundante em que o/a trabalhador/a disponibiliza mesmo o tempo do não – trabalho, para uma eventual ‘utilização’ pelo patrão, o que vai plantando as bases subjetivas para a subsunção real de toda vida social ao capital (TUMOLO, 2003), na medida em que o/a trabalhador/a, psiquicamente, está sempre à disposição do capital, sempre alerta para atender o seu chamado. Sua vida fora do trabalho é perpassada pelo capital, por não ter como assumir, no tempo do não-trabalho, outros compromissos que demandem horário fixo, pois este horário pode coincidir com o horário em que o capital, porventura, o/a solicite.

Outra exigência necessária no perfil do/a trabalhador/a toyotista é a polivalência. A organização do trabalho em forma de equipe significa que o/a trabalhador/a, como dito anteriormente, deve não só desempenhar seu papel, como também auxiliar um outro membro da equipe que venha a faltar, morrer ou... ser despedido. A polivalência é necessária não só para desempenhar o papel do outro membro da equipe, caso necessário, mas principalmente para exercer sua própria função, o/a trabalhador/a que opera em média cinco máquinas, pode se deparar com máquinas muito diferentes e deve saber lidar com elas; em momentos de baixa produção de um grupo de máquinas, ele/ela pode ser chamado a executar outras funções, que podem ser bem diversas da sua função original e deve estar pronto/a para isto. Aqui, na polivalência, reside uma das razões centrais pela qual o capital se vale, no toyotismo, da força de trabalho das mulheres. A polivalência, como veremos adiante, é uma das qualidades que a educação de gênero mais cultiva nas mulheres:

elas devem lavar, passar, cuidar do filho, marido, cozinhar, ser carinhosas, etc, etc, isto é, são treinadas para exercerem funções, às vezes, contraditórias entre si, no exercício do seu papel de gênero.

Mas as mudanças introduzidas pelo capital, que ganham uma configuração mais nítida, inicialmente, no Japão, não ocorrem sem resistência da classe trabalhadora. Classe trabalhadora que, como já mencionado, rebelara-se, no Ocidente, há pouco tempo, e a quem o capital interessava atrair, de uma forma nova, mais 'democrática'. Gesta-se então um conjunto de normas objetivas, que para além de atuar sobre o fazer concreto do/a trabalhador/a, buscava criar uma nova subjetividade na classe.

No Japão, o capital prepara ataques aos combativos sindicatos¹² e após várias tentativas consegue derrotá-los, cooptam trabalhadores/as e criam sindicatos atrelados à fábrica, com uma política de colaboração entre patrões e empregados/as. O processo ocorrido na fábrica Toyota se dissemina, com diferentes graus de adaptação e penetração, não só por todo o arquipélago japonês, mas em todo o planeta.

Para Gounet (2002), o toyotismo surge como uma saída à crise do fordismo, na medida em que, no lugar do trabalho imbecilizante e desqualificado da linha de produção, o toyotismo apresenta a polivalência; no lugar de produzir para anônimos (produção em massa), produzir para 'satisfazer' a equipe próxima à sua, um sentimento de pertença. Os enunciados ideológicos gerados pelo capital enfatizam as relações de proximidade, as relações de pertença, as emoções: não mais o trabalho desmotivante, mas a realização, o cliente satisfeito, a individualidade e o talento do/a

¹² Para conhecer as ofensivas do capital e as respostas dos/as trabalhadores/as, vide Gounet, 2002, entre outros.

trabalhador/a reconhecidos, o/a profissional múltiplo/a ao invés do/a especializado/a, etc. Dessa forma, a efetiva penetração da nova fase da acumulação capitalista, que é gestada no Japão mas se estende por todo o globo, apóia-se, explicitamente, em enunciados ideológicos implícitos, em uma necessidade de ‘dourar’ a pílula, deslocando o *locus* afetivo dos/as trabalhadores/as do lar para o local de trabalho.

Esta é uma mudança significativa com relação à atuação sobre a subjetividade da classe, entre o fordismo e o toyotismo. Gramsci diz que

“O relevo com que os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais dos seus dependentes e pela acomodação de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (GRAMSCI, 1984, p. 392).

Gramsci (1984) afirma que a preocupação que Ford tinha com os trabalhadores (homens) não era de natureza moral, para impedi-los de cometer erros contra os costumes, mas era apenas uma preocupação com as conseqüências que uma noite de farra pudesse causar na produtividade daquele trabalhador (homem), no dia seguinte. Era um controle formal, exercido de fora, pelo supervisor, que não exigia que o trabalhador (homem) se envolvesse afetivamente com esta vigilância, muito pelo contrário, ele estava livre afetivamente para burlar a vigilância que o supervisor lhe fazia. O controle no toyotismo é exercido sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as e se dá de forma implícita, subjacente, que implica o/a trabalhador/as com a empresa, com a qual ele/ela estabelece laços afetivos, havendo um deslocamento do sentimento de refúgio, para a empresa, só que até então era oferecido exclusivamente pela família. Isso não significa que o capital prescinde da

forma família patriarcal para dar conta das tarefas da reprodução. Mas se desenha no horizonte um movimento, que, por muito recente e em formação, torna difícil sua apreensão e análise, mas que se configura como significativas mudanças no que se refere à ligação do/a trabalhador/a com a família, o que trará, inclusive, mudanças importantes no exercício dos papéis de gênero. Desta forma, a vigilância exercida de fora passa a ser dispensável, o/a trabalhador/a internaliza as regras, toma-as como suas, adota-as. O que dificulta (mas não impossibilita) as possibilidades de rompimento, pois não há como burlar aquilo que não se reconhece como controle, não há como burlar a autovigilância.

No fordismo/taylorismo, o que modela a subjetividade do/a trabalhador/a é o estudo de tempos e movimentos, a partir do incentivo do salário diferenciado para produções diferenciadas, em que o/a trabalhador/a incorpora o 'desejo' de aumentar a produção e passa a reorientar sua percepção para tal fim (HELOANI, 2002). No toyotismo, o instrumento usado para modelar a subjetividade é a emoção. Para Heloani (2002), a nova divisão do trabalho gerada pelo pós-fordismo se revelou, em virtude da internacionalização da economia, muito competitiva e intensiva em tecnologia microeletrônica. O elevado volume de investimentos em equipamento e serviços de manutenção levou o capital a apelar para a adesão dos/as trabalhadores/as, não apenas para a manutenção dos equipamentos, mas para obter novos ganhos de produtividade. A adesão do/a trabalhador/a aos programas de elevação de produtividade se transformou em uma questão de importância fundamental e, para obtê-la, foram criadas as novas formas de gestão de produção. Estas novas formas de gestão buscam harmonizar um maior grau de autonomia dos/as trabalhadores/as para organizar um setor de produção, com o desenvolvimento

de mecanismos de controle mais sutis, que visavam difundir a dependência ou a incapacidade do trabalho em relação ao capital. Para Heloani, o capital, para tornar a empresa pós-fordista altamente competitiva e flexível, busca características pessoais nos/as trabalhadores/as, como – desenvolver a ‘iniciativa’, a ‘atividade cognitiva’, a ‘capacidade de raciocínio lógico’ e o ‘potencial de criação’ – para possibilitar respostas imediatas por parte de seus/as trabalhadores/as. A empresa organiza mecanismos de controle indiretos sobre a atuação dos indivíduos, para que ela possa manter a confiabilidade sobre as decisões delegadas. Sendo assim, ao lado da ‘autonomia’ concedida, o capital constrói situações que levam os indivíduos a assimilar subjetivamente as regras de funcionamento da companhia, a incorporarem-nas como elementos de sua percepção e, por último, a reordenarem até a sua subjetividade para garantir a persistência dessas regras. Ocorre uma substituição de ordens por regras, possível por meio de uma codificação da realidade e um sistema de valores que orientam a percepção dessa mesma realidade. Para Heloani (2002), o sistema de regras se estrutura como uma gramática, cujo objetivo é a identificação do/a trabalhador/a com os valores da empresa, em particular a subordinação necessária do trabalho ao capital. O capital não abre mão do exercício do poder, porém amplia o campo em que ocorre o nível de decisões e autoriza certos elementos, que uma pirâmide hierárquica constitui como ‘tomadores de decisões’. Ocorre um sutil processo de transferência da identificação, que no fordismo ocorria entre pessoas – de trabalhador/a para trabalhador/a – para a identificação do/a trabalhador/a com a empresa, em um processo vulgarmente classificado como ‘vestir a camisa’. Agora não basta vender a força de trabalho, é necessário vender também a ‘alma’. Nesse processo, as relações pessoais e sociais perdem suas particularidades para se

submeterem a uma outra gramática mais abstrata: a da produção e a do lucro. Esta identificação com a empresa não suprime a contradição real existente no trabalho subsumido ao capital, bem como das possíveis formas de contestação, de maneira que não é possível ao capital abrir mão do controle. Ele exerce então o poder por meio de contradições, isto é, combina vantagens com restrições. Para Heloani (2002), as vantagens são explicitadas em todos os códigos de poder da empresa: promoções, benefícios, enquanto que as restrições são implicitamente formuladas e se referem às exigências constantes de subordinação e dedicação à empresa (o vestir a camisa).

Gounet (1992), ao escrever sobre a produção do automóvel no sistema capitalista, denuncia que o toyotismo é o sistema que propicia uma maior exploração dos/as trabalhadores/as, utilizando-se para isto de três meios principais. Em primeiro lugar, ele intensifica o trabalho. Cada trabalhador/a deve ser cada vez mais veloz, reduzir os 'tempos mortos' de forma que, neles, novas tarefas sejam executadas. Em segundo lugar, o toyotismo, ao utilizar a estratégia da terceirização, reduz os salários e degrada a proteção social nas fábricas e outros locais de trabalho. Em terceiro lugar, ao dividir as unidades de produção em locais menores, ao alocar os/as trabalhadores/as em firmas menores, divide-os/as, isola-os/as e obsta suas possibilidades de organização e conseqüente reação. Os contratos de trabalho, no interior da mesma fábrica, se tornam cada vez mais diferenciados: uns são permanentes, outros temporários, alguns/algumas trabalhadores/as são simples auxiliares, outros/as chefes. Todos eles/elas divididos/as em pequenas unidades, que competem entre si, cada um/a responsável por determinada cota de produção, que funcionam como uma empresa dentro da empresa. Cada indivíduo é instado, desta forma, a se sentir diretamente responsável pelo sucesso ou fracasso da equipe. O que

gera um clima de fiscalização permanente de cada um sobre todos os outros e vice-versa.

Alguns autores, ao se referirem à forma atual de gestão do trabalho, falam em pós fordismo (HELOANI, 2002) o que significaria que o fordismo/taylorismo estaria superado. Para Gounet (1992), no entanto este não é um processo já completado, mas o que ocorre é uma progressiva substituição do sistema fordista pelo toyotismo. De qualquer maneira, seja de forma pura ou mista, a implantação do toyotismo, com seus métodos ideológicos que visam obter a cooperação dos/as trabalhadores/as, tem conseguido cooptar/seduzir parcelas consideráveis dos/as trabalhadores/as, bem como de suas direções¹³.

Esses métodos têm surtido efeito, bem como enfrentado oposições, mas o alcance dessa cooptação tem penetrado setores que se constituíram como hostis ao capital, como os sindicatos, partidos e o movimento feminista. E é com o objetivo de analisar como essa cooptação se processa nas mulheres que ocupam cargos de direção, considerando que esta ocupação de cargos de direção pelas mulheres é fruto de conquistas do movimento feminista, que se constitui esta tese.

¹³ Para aprofundar-se na relação entre acumulação flexível e movimento sindical, vide Tumolo, 2002.

CAPÍTULO 2 – O PATRIARCADO

“E sentia desejos irreprimíveis de se soltar e não ter papas na língua como uns forasteiros e de se permitir afinal um instante de rebeldia, o instante tantas vezes desejado e tantas vezes adiado, para cortar a resignação pela raiz”
(Gabriel García Marquez).

O patriarcado é um sistema de dominação/opressão, em que os homens (patriarcas) são considerados superiores e as mulheres inferiores ou 'um conjunto de relações sociais que tem uma base material, em que há, entre os homens, relações hierárquicas e solidárias, que permitem controlar as mulheres (HARTMANN, 1980). O patriarcado se funda na **divisão sexual** do trabalho e na submissão do patrimônio – mulher e filhos/as – ao patriarca – o homem – cuja relação, na atualidade, tem o significado de uma relação de amor. O capitalismo se funda na divisão social do trabalho, na separação entre trabalho – seres humanos que não possuem meios de existir e, por isto, vendem sua força de trabalho – e capital – encarnados em pessoas que detêm a propriedade privada dos meios de produção, cuja relação estabelecida, entre eles, é de interesse. A família, *locus* de atuação do patriarcado, e o mercado, *locus* de atuação do capital, têm um caráter dominador, visto que as relações, entre patrimônio e patriarca, entre trabalhador/a e capitalista, são relações de poder, nem democráticas nem de autoridade.

O patriarcado constrói toda uma gramática, que o legitima, e cuja apreensão se dá diferentemente em cada sujeito social, homem ou mulher. O sexismo é um modo de fechamento social, uma fixação das possibilidades de vida a padrões estáveis, que, uma vez estabelecidos, ordenam a vida e facilitam prever e controlar os padrões de funcionamento de homens e mulheres, padrões que de por si estão abertos e indeterminados (IZQUIERDO, 2000). O sexismo não é uma questão da mulher, é um modo de estruturar subjetividades, relações econômicas, afetivas e eróticas, que reduz a riqueza humana e o campo de possibilidades, tanto de homens como de mulheres. Não é a biologia o cimento do sexismo, mas seu *locus* são as relações de procriação e a família. Sexismo e família, sexismo e patriarcado são pares indissociáveis. O conceito de patriarcado assinala a importância social da procriação e a regulação das relações entre sexos e idade. O sexismo dá lugar a uma forma hierárquica de administrar a procriação, que coloca, como representante do conjunto da família, o homem adulto, sendo que os demais membros a ele se subordinam e dele dependem (IZQUIERDO, 2000). Todavia se a posição de poder superior é exercida sempre por homens, não significa dizer que todos os homens são patriarcas, nem que o são todo o tempo. O patriarcado não só estrutura os sexos e suas relações, mas também as idades e as relações entre idade e sexo.

O sexismo é um sistema de classificação e, portanto, de exclusão e discriminação das mulheres, enquanto o patriarcado é um modo de produção e recuperação das forças vitais que reproduz a classificação por sexo e por idade. O meio natural de existência do sexismo é o patriarcado, o que significa que o domínio que os homens exercem sobre as mulheres tem suas raízes no domínio dos patriarcas sobre o patrimônio.

O patriarcado é anterior ao capitalismo e pode ser posterior a ele, se pensarmos nas formas que assumiu nas sociedades em que houve uma revolução socialista. Para as feministas socialistas, interessa verificar quais são as formas que este patriarcado, como supremacia masculina, assume no capitalismo, na época atual, visto que o objetivo é acabar com todas as formas de opressão que tecem a teia de sustentação da exploração capitalista.

2.1 Patriarcado e capitalismo

O patriarcado – entendido como o poder que o homem exerce por meio dos papéis sexuais – se constitui junto com as sociedades de classes, o que significa dizer que precede o capitalismo, e nele assume formas particulares de existência. Essa existência tão antiga do patriarcado, bem como as diversas faces que ele assume na história, valendo-se das diferenças culturais, históricas e de classes para se perpetuar, faz com que, às vezes, essa opressão – construída por meio de tão hábeis estratégias – pareça indestrutível, monolítica. No entanto, a cada nova forma sob a qual essa opressão se oculta, novas vozes surgem para combatê-la, às vezes equivocadas, às vezes acertadas; nesse quadro, entre perdas e retomadas, a opressão ganha a maioria das batalhas, embora sempre se levantem vozes, solitárias ou coletivas, de mulheres (e até de homens, contudo vozes minoritárias, nestas lutas) para combatê-la. Para comemorar (trazer à memória, lembrar junto), nas lutas das mulheres por seus direitos, contra essa forma específica de opressão, como sexo/gênero e classe

trabalhadora, é preciso, inicialmente, denunciar que a ideologia burguesa/patriarcal tenta transformar estas comemorações em celebrações (fazer festa), tentando apagar da memória coletiva fatos que todas as pessoas comprometidas com a revolução socialista devem lembrar. As mulheres não têm o que celebrar, mas têm muito a comemorar.

Desde o final do século XIX se desenvolve a luta das mulheres, para acabar com uma das formas de opressão específica, a luta pela inclusão na vida política, expressando o direito de votar e ser votada. Hobsbawm (1998) afirma que, em meados do século XIX, apesar dos avanços, da ocupação de espaços, em que, anteriormente, elas não tinham penetração, ainda era pequeno o número de mulheres que se ocupavam com a luta pela inclusão na vida política. As mulheres, que se destacavam nesses espaços, principalmente européias, tinham um claro recorte de classe, pertenciam às camadas médias e/ou superiores, sendo escassa ou inexistente a presença popular.

O processo de industrialização, entre outras razões, ocorre, a priori, em território europeu, poucas mudanças, pois, efetuam-se na vida das mulheres dos continentes não cêntricos (América Latina, Ásia e África), se bem que, no início, isto pouco significou também para as mulheres européias das comunidades agrícolas.

Nas sociedades pré-industriais havia a divisão sexual do trabalho, mas não ocorria a separação geográfica entre homens e mulheres, quanto ao local de trabalho. As funções eram exercidas todas no mesmo ambiente, não havendo essa separação entre funções familiares e trabalho. Nesse ambiente a maior parte dos homens e mulheres executava suas tarefas. As mulheres camponesas exerciam suas múltiplas funções, trabalhavam na fazenda, na cozinha, criavam os/as filhos/as; nos povoados,

conduziam o comércio de seus maridos, artesões e pequenos lojistas. Não havia ocupações tipicamente femininas que não fossem executadas a maior parte do tempo dentro da casa, porque nela moravam mesmo criados/as e trabalhadores/as agrícolas. Parece um ritmo de vida repetitivo, mas as forças produtivas continuam a se desenvolver e gestam, em silêncio, profundas mudanças, que repercutirão inclusive na vida das mulheres. As exigências econômicas do período posterior da industrialização provocam uma verdadeira revolução, a qual traz, como umas das conseqüências, grandes transformações para as vidas das mulheres trabalhadoras.

Ocorre um significativo aumento das indústrias domésticas e domiciliares, para a confecção de mercadorias. Em princípio isso não ocasionou quebra no padrão anterior, nem separação entre local de trabalho e domicílio. O trabalho continuou a ser feito, no mesmo espaço, combinando a produção doméstica e a de fora de casa. No entanto, as mudanças econômicas necessariamente acarretam mudanças em outros domínios da vida societal, de forma que essas indústrias domésticas não tardaram a contribuir para diminuir a diferença entre o trabalho considerado feminino e o considerado masculino. Essas mudanças no trabalho implicaram em mudanças na estrutura familiar, que afetavam desde a forma como se davam os casamentos, como eles eram decididos, até o número de filhos/as que cada casal podia ter.

“A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela” (MARX, 1988, p. 74).

E essa dependência pessoal não tarda a mudar de forma, a criar novas clivagens nas relações patriarcais estabelecidas entre homens e mulheres. O aproveitamento de homens, mulheres e crianças, nas indústrias domésticas, traz,

como consequência, a diminuição da dependência da terra: não se depende mais do tamanho da terra para constituir famílias, decidir o número de filhos/as. Até esse momento histórico, a terra era a principal forma de riqueza e dela se extraíam, quase que exclusivamente, os meios de subsistência; sua extensão e produtividade determinavam, portanto, a configuração da vida familiar, isto é, o grupo familiar tinha de ser pensado de acordo com as características da terra, com os meios de produção existentes. Isto condicionava não só o tamanho das famílias, como a decisão sobre o momento apropriado para que os casamentos ocorressem e entre quais grupos sociais. Desta forma, o grupo social fazia o controle do equilíbrio entre meios de produção e pessoas, o que agora já não era mais necessário. A possibilidade de todo o grupo familiar poder exercer – neste momento ainda no interior da casa – com o surgimento das indústrias domésticas, funções ligadas à indústria, dá uma maior autonomia àquele grupo em relação à comunidade, favorecendo a superação da dependência exclusiva da terra como meio de subsistência. A nascente indústria capitalista, ao engendrar novas relações econômicas necessárias ao seu desenvolvimento, engendra também novas formas de relações pessoais, o que traz modificações significativas na vida das mulheres. É o desmantelamento da família camponesa em direção à família nuclear.

Mas a característica marcante do modo de produção capitalista, que nesse período conhece um grande impulso, é a de revolucionar constantemente os meios de produção como condição para existir, o que significa que, em breve, essa forma de organização da indústria se torna insuficiente para atender à procura que cresce junto com os novos mercados e as indústrias domésticas, que acabaram sendo suplantadas. Como o avanço do capitalismo se apóia, fortemente, na hierarquia

patriarcal, também aqui as funções da reprodução eram tarefas da mulher, mesmo que ainda não o fossem da forma privada como serão, posteriormente, na família nuclear burguesa. Sendo assim, quando as indústrias domésticas não suprem mais as necessidades do capital, perdem o seu caráter de manufatura familiar e assumem cada vez mais o caráter de trabalho executado por mulheres, pois permitiam que as mulheres exercessem o trabalho pago combinado com a gerência da casa e os cuidados com os/as filhos/as, isto é, que continuassem a exercer suas obrigações de gênero, enquanto os homens se deslocavam para um local de trabalho, fora da casa. Essa passagem da história evidencia o papel crucial que o patriarcado exerce na implantação e perpetuação do capitalismo (bem como de quaisquer outras sociedades de classe, sempre de um modo apropriado à dominação vigente). Nessa necessidade que o capital apresenta de constituir indústria, em locais separados do domicílio, se não houvesse a ideologia patriarcal, ter-se-ia que pensar em formas complexas, para escolher quem iria para a fábrica, quem ficaria em casa e quem se responsabilizaria pelas tarefas da produção ou da reprodução. Além do tempo enorme que essa escolha levaria, haveria sempre o risco de suscitar objeções de toda ordem. Entretanto, essa escolha já tinha sido feita, anteriormente, pelo patriarcado, internalizada e legitimada por homens e mulheres: a reprodução é tarefa das mulheres, por isto, a escolha se dá rapidamente, sem levantar maiores objeções – a não ser das contestadoras de sempre.

A separação entre o local de produção e o de moradia é a mais importante consequência que a industrialização ocasionou para a vida das mulheres, segundo Hobsbawm (1998). Nesse processo, separa-se a fábrica, local de produção de valor, (que produz valor novo, essencial, no capitalismo, para a produção da mais-valia), do

domicílio, local de reprodução da vida (em que se reproduz, não se cria valor novo, não se extrai mais-valia). Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o mundo da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garante a produção e a reprodução, quando divide ao meio a classe trabalhadora, entre homens e mulheres, e não remunera as tarefas de reprodução, que, para ele, são essenciais, apesar de não gerarem valor. De quebra, ao dividir o mundo da exploração (que se dá no local do trabalho) do mundo da opressão (que se dá nas relações privadas, de gênero, etnia), obtém considerável ganho. Aparentemente, inverte-se essa realidade, a opressão no centro de tudo, cujo combate encanta toda uma geração de pesquisadores e atores sociais, que, ao errarem no diagnóstico (da opressão como antecedendo em importância a exploração), erram, também, nas estratégias de enfrentamento – o que dá mais fôlego ao capital.

A separação entre domicílio e local de trabalho não ocorre por mero capricho do capital, mas por uma necessidade objetiva de desenvolvimento das forças produtivas. As grandes fábricas, que substituíram as indústrias domésticas, necessitam de lugares amplos, com cada vez mais máquinas e pessoas para executarem a produção das mercadorias, o que não poderia ser feito no âmbito duma habitação. Há então uma separação do lugar onde a principal atividade econômica é desenvolvida (fora da casa) e o lugar onde a reprodução da vida continua ocorrendo (os cuidados com os/as filhos/as, com os/as velhos/as e doentes, moradia e lugar das refeições) – dentro da casa. O trabalho da mulher continuava existindo, mas subsumido pelas atividades exercidas pelo homem fora de casa. Esta separação em que às mulheres coube a casa, excluídas, assim, da economia dominante, isto é, do

sistema de assalariamento, reforça a opressão que sofrem, por meio desta nova dependência econômica.

Quando o trabalho era efetuado no campo, mesmo com a divisão sexual do trabalho, o resultado do processo era comum, não havendo a separação entre os frutos de acordo com a atuação de cada um, homem ou mulher. Quando a industrialização promove a saída dos homens para o trabalho assalariado, fora de casa, a renda conseguida por eles sustentaria todos, criando-se uma relação de dependência econômica, de novo tipo. Antes todos dependiam da terra, agora as mulheres e crianças dependem do homem. É necessário atentar para que também mulheres e criança acabaram saindo para o trabalho na fábrica, mas como o maior salário pago era para os homens, esses detinham o poder. E aqui novamente se revela a relação simbiótica entre capitalismo e patriarcado. O capital promove a separação entre público e privado (mulheres em casa e homens na fábrica), implantada por encontrar raízes sólidas no patriarcado que, por sua vez, prepara o campo para que, quando o capital necessite pagar salários menores para aumentar a extração da mais-valia, possa fazê-lo – sem contestação e algumas vezes sob aplausos – empregando mulheres e crianças, porque, afinal, o salário delas não é o principal. **Era uma prática circular: os homens recebiam mais, contudo temiam a concorrência das mulheres, apesar de seus poucos salários, tratavam, então, de excluir esta competição, aumentando desta forma a dependência econômica da mulher.** As mulheres se vêem impelidas a valorizar o casamento com um homem, cujo salário pudesse sustentar uma família. Isso aprofunda mais e mais sua dependência, pois os cuidados com a casa e com os/as filhos/as impedem-nas de sair de casa para ganhar dinheiro. A esta realidade material soma-se uma ideologia, que a

legítima e justificada, segundo a qual as mulheres, exceto viúvas e solteiras, que trabalhavam fora de casa, faziam-no, porque seus maridos não tinham condições de mantê-las, o que significava um sinal público de pauperismo.

“A crescente concorrência entre os burgueses e as crises comerciais delas resultantes, tornam o salário dos operários progressivamente mais flutuante” (MARX & ENGELS, 1998, p.15).

Mas a lógica do capital, que busca sempre novas formas de aumentar sua mais-valia, diminuindo a quantia paga ao/a trabalhador/a para a sua sobrevivência, logo exerce sua tendência de pauperização dos/as trabalhadores/as, de forma que em pouco tempo o salário dos homens, que tinham saído de casa para as fábricas, transformando-se em operários, não era suficiente para sustentar a família, tornando-se imprescindível o trabalho das mulheres e crianças. Mesmo se considerarmos as deficiências do censo, que não classificavam como econômicas várias atividades, de meio período, exercidas pelas mulheres, como faxineira ou lavadeira, segundo Hobsbawm, na Inglaterra, nas décadas de 1880 e 1890, 34% das mulheres maiores de 10 anos eram ocupadas, contra 83% dos homens.

“A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de todas as anteriores classes industriais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes” (MARX, 1998, p. 8).

Dessa forma, no início do século XIX, o aprofundamento da industrialização traz, por um lado, alguns avanços para as mulheres, mas, por outro, lhes foram tirados muitos dos direitos que elas possuíam no período anterior, especialmente no que se

refere aos direitos políticos e sexuais, inclusive em alguns deles ocorrendo retrocessos. No período anterior à industrialização, algumas mulheres cuidavam pessoalmente de suas propriedades e empresas, o que era encarado com naturalidade, mesmo que não fosse uma prática massiva. No século XIX, com a industrialização, essa prática torna-se mal vista, pois ocorre uma ‘masculinização’ do trabalho (HOBSBAWM, 1998). A industrialização do século XIX promove uma expulsão das mulheres do mundo do trabalho, da economia e do mundo burguês, criando um preconceito contra o trabalho das mulheres, especialmente as mulheres casadas, transformando o direito ao trabalho das mulheres em uma concessão, só permitido às mulheres pobres.

“Se a economia estava assim masculinizada, também o estava a política. À medida que a democratização avançava e o direito do voto – local e nacionalmente – era concedido, após 1870, as mulheres eram sistematicamente excluídas” (HOBSBAWM, 1998, p. 282).

Ocorre um aparente paradoxo na situação dos direitos políticos das mulheres com o aprofundamento da industrialização, que é o alijamento das mulheres do espaço público. Durante os séculos XVII e XVIII, em determinados estados do EUA, as mulheres não só tinham direito ao voto como chegaram mesmo a exercer o poder parcialmente, o que foi proibido com o advento da Revolução Americana. Esse aparente paradoxo revela o caráter patriarcal do capitalismo nascente, se lembrarmos que, na Revolução Francesa, o símbolo máximo dos direitos humanos da sociedade burguesa, as mulheres também lutaram e tomaram parte nas diversas formas que a vida política assumia, inclusive participando das barricadas e revoluções – pelo menos as mais pobres – mas foram empurradas para fora, até guilhotinadas, quando

ousaram estender os direitos humanos também para as mulheres. Em suma, a divisão entre o público e o privado, que o sistema capitalista aprofunda, como necessidade fundamental para a produção de mercadorias, afasta as mulheres do espaço público e alija-as da vida política, em que poderiam exercer sua plena cidadania.

No entanto o constante revolucionar de suas próprias estruturas, que, necessariamente, o sistema capitalista produz, impulsiona novamente mudanças na situação das mulheres, assim como em todos os setores da vida social. Assim sendo, as transformações estruturais e tecnológicas, que aconteceram, no final do século XIX, acabam por promover um aumento nas formas de assalariamento das mulheres, especialmente em lojas, escritórios e no magistério infantil, trabalho que passa de condenável a desejável. A necessidade da força de trabalho das mulheres no final do século XIX se explica devido às novas exigências do aumento da tecnologia, que requer uma força de trabalho especializada, que precisa ser formada, o que torna necessário o investimento em educação, a começar pela educação infantil. Aqui o capital já mostra seu interesse pelo trabalho das mulheres, motivado pelo barateamento de força de trabalho, visto que, como as mulheres eram especialistas em cuidar de suas próprias crianças, não seria necessário investimento em formação de educadores e, assim, as mulheres assumem em massa o magistério. **(Aproveitar essa ‘formação de gênero, no trabalho assalariado, é recorrente, nesse período compreendido pela análise desta tese. Ontem como hoje, o capital, sem necessidade de investir em formação, tem-se valido das qualidades aprendidas na formação de gênero).** Apesar das mudanças abrirem novas possibilidades para as mulheres, o acesso a algum tipo de educação formal era seletivo, destinava-se às mulheres de classe média. Entretanto, a participação das mulheres, no mundo do

trabalho assalariado, cria, como um todo, novas perspectivas para elas, modificando-se a forma como o trabalho é visto socialmente – de condenável para louvável – e, travando relações com outros/as, as mulheres entram em contato com novos costumes e novas necessidades emergem. Essa nova realidade social, na qual as mulheres estão inseridas, acaba gerando trocas sociais o que propicia o surgimento de reivindicações e lutas pela sua emancipação, mesmo que essas lutas, inicialmente, abranjam, apenas, o universo de mulheres de camadas médias, já que a essas coube ocupar os postos de trabalho citados.

Na sociedade que emerge sob a égide dos valores liberais da Revolução Francesa, a representação política parlamentar aparece como seu principal sustentáculo, de forma que a luta que as mulheres travaram pela emancipação política se identificava com a luta pelo direito de voto. O início das primeiras lutas sufragistas datava de períodos anteriores – final do século XVIII – mas só no século XIX é que se assiste ao fortalecimento delas.

“Como movimento feminino independente, não possuía maior significação, exceto em alguns países, (notadamente EUA e Inglaterra) e, mesmo nestes, não começou a atingir seus objetivos, senão após a Primeira Guerra Mundial. Em países como a Inglaterra, onde o sufrágio tornou-se o fenômeno significativo, deu a medida da força política do feminismo organizado, mas ao fazer isto revelou igualmente sua principal limitação, um apelo restrito, principalmente à classe média” (HOBSBAWM, 1998, p. 284).

A maioria das reivindicações pela emancipação das mulheres, inclusive a luta pelo voto das mulheres feminino, foi apoiada pelos partidos operários e socialistas, fiéis ao compromisso de transformação social por eles pregada. Era, no interior desses partidos, que as mulheres encontravam algumas possibilidades de exercer a vida pública. O que não significa que essa participação se desse fora e ao largo do

sexismo patriarcal vigente socialmente, inclusive no interior dos partidos revolucionários. É mister reafirmar que esses movimentos se propagam apenas entre as mulheres de classe média, não porque possuam uma maior consciência de classe ou maior combatividade, mas porque as condições objetivas de sobrevivência das mulheres da classe operária e dos setores populares eram tremendamente difíceis e as mulheres de camadas populares

“Lutavam contra incapacidades muito mais urgentes que a privação do voto político, as quais não seriam removidas automaticamente pelo direito de voto; e que não ocupavam o primeiro plano nas mentes da maioria das sufragistas de classe média” (HOBBSAWM, 1998, p. 284).

Os limites de classe e os limites patriarcais, que a luta sufragista apresenta, não invalidam a importância que essas lutas representaram para o avanço da luta das mulheres, mas é preciso que eles fiquem claros, para que não só se evite a mistificação das lutas, mas para que não se impeça o necessário balanço crítico das estratégias adotadas. O direito ao voto nas eleições parlamentares era a pauta mais importante das reivindicações das mulheres. Em alguns poucos países, em alguns governos locais, existia o voto das mulheres, antes de 1914. Mas somente nos EUA e Inglaterra é que o sufrágio das mulheres mobilizou importantes segmentos delas. A luta sufragista começa pelo voto como um direito de cidadania, porém preservando e até glorificando a maternidade e sua superioridade (ARAÚJO, 1999). A luta era pelo voto, não incluindo aí o direito de ser votada, isto é, de ser representante. As primeiras sufragistas não questionavam o papel destinado à mulher, na verdade defendiam o voto como uma forma das mulheres exercerem com mais eficiência o seu papel de dona de casa.

No transcorrer da história o movimento das mulheres, feministas ou não, busca ampliar suas estratégias, assumindo reivindicações diversas, que são mais arrojadas ou mais conservadoras, de acordo com o período histórico vivido, com as classes sociais em lutas e conforme as condições político-econômicas de cada período.

2.2 Patriarcado e subjetividade

Para entender o processo de formação do patriarcado, com as ordens se transformando em normas internas que configuram homens e mulheres, sob critérios de objetividade e subjetividade, com legiões de mulheres e homens (mesmo que, de forma diferenciada, eles obtenham vantagens da lógica patriarcal) sendo submetidas/os às normas e castigos mais atrozés e, apesar disso, defendendo sua permanência, é necessário que se conheça como se constitui a subjetividade dos seres sociais, como concretude que auxilia a opressão a colocar-se em ação, enquanto contribui para o seu fortalecimento. Para analisar a constituição da subjetividade, sob a égide dos valores patriarcais, utilizo principalmente as análises de três pensadores/as marxistas: Vigotski, Lukács e Izquierdo.

A teoria de Vigotski permite analisar a formação do psiquismo e da importância da linguagem nesta constituição, criando um sistema explicativo do psicológico, que leva em conta a totalidade e que parte do social para o sujeito, sem tirar deste o caráter de ativo e constituinte. O autor analisa o fenômeno psicológico como um fenômeno particular, compreensível apenas quando analisado na sua condição social,

sem se reduzir a ela. O uso da teoria materialista histórica dialética permite a Vigotski analisar as determinações sociais não como forças misteriosas e mágicas que têm vida própria, mas sim o processo como estas determinações se concretizam nas relações e significações.

Essas reflexões se dão na Psicologia Social Sócio-Histórica pois,

“A Psicologia Social crítica busca novos caminhos metodológicos que permitam apanhar o particular como mediação entre a totalidade e os universais constitutivos dos singulares em questão; ela procura apanhar a pessoa totalizando a sociedade nela e por ela, isto é, busca apreender o processo que produz a pessoa no interior de uma classe e de uma dada sociedade, num momento histórico dado, a partir da intersecção da história da vida do ator e da história social da sociedade” (SAWAIA, 1987, p. 77).

Nas pesquisas em Psicologia, é possível utilizar-se de categorias de análise que superem a dicotomia entre análise estruturalista e análise subjetivista, entre objetividade e subjetividade, podendo-se estudar a constituição dos processos subjetivos, sem reduzi-los ao internismo, nem ao indivíduo singular separado de suas particularidades históricas, pois “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1986, p. 13).

Desta forma, a partir da Psicologia Social Sócio-histórica é possível fazer uma análise de como se constitui e se mantém a opressão sobre as mulheres. A obra de Vigotski, psicólogo social marxista, faz, a meu ver, a aplicação mais aproximada – ainda que não completa, devido a problemas da sua biografia, como a morte precoce, aos 34 anos – dos preceitos marxianos na Psicologia. Desse modo favorece que a questão de gênero possa ser analisada, seja quanto à gênese, seja quanto à manutenção – não só como norma e lei (isto é, exterioridade) mas também como

subjetividade (interioridade). Baseando-se assim em Vigotski, é possível dizer que a subjetividade está dentro, mas também está fora, visto que nada existe dentro sem que, anteriormente, não tenha sido produzido fora, na intersubjetividade. O que permite afirmar que o gênero é uma construção social – como definem várias/os pesquisadoras/os – construção esta que é intermediada pela intersubjetividade. Desta maneira, o gênero é um conjunto de características atribuídas/construídas em corpos biológicos, de machos e fêmeas, que se transmutam de acordo com um conjunto de características históricas, que vão da materialidade da sobrevivência corporal – do primeiro ato histórico, como o chamou Marx – por exemplo, de quanta comida é destinada a homens e mulheres, ao vestir, à biologia (ombros mais largos ou quadris mais largos, dependendo de quais esportes podem ser praticados por homens e mulheres) até à questão afetiva (por exemplo, normatização do desejo: monogamia para as mulheres e poligamia para os homens, no capitalismo). A análise das variadas determinações, que compõem os gêneros, quando se usa a dialética subjetividade/objetividade, aponta para existência de que estas determinações não estão só fora mas também são da ordem de como são vividas, sentidas.

O objeto de estudo da psicologia é o ser humano tomado em sua totalidade, como relação entre indivíduo e sociedade. As correntes idealistas na psicologia tentam reduzir o estudo dos seres humanos ao estudo de seu mundo interno, utilizando uma concepção de sujeito autoconstituído, a-histórico, reproduzidor de ideologias, monadológico mesmo. É necessário refletir sobre as conseqüências ético-políticas destas visões de sujeito. Sujeitos que aparecem como imunes às mudanças sociais, com características inatas, passando incólumes por épocas históricas. Livre, liberto do 'outro', na verdade este sujeito acaba sendo responsabilizado por todos os

atos humanos, desresponsabilizando perigosamente as instituições e o sistema pela forma como a vida se organiza.

“Marx contrapôs a exigência de levar em conta, concreta e materialisticamente, todas as relações da vida humana, e antes de mais nada, as relações histórico-sociais” (LUKÁCS, 1979, p. 15).

Porém no presente momento histórico (início do século XXI), privilegia-se a construção de um saber altamente pragmático, a reprodução eficaz de técnicas de alta aplicabilidade, desvinculada tanto da indagação sobre o sentido ético desta produção, como da capacidade de criar novos saberes. Este dualismo entre técnica e criação reflete um descompromisso da sociedade capitalista com o destino das gerações atuais e futuras, para além da forma que a extração da força de trabalho exige no momento. Descompromisso que apreendido simbolicamente pelos seres sociais traduz-se em uma série de comportamentos que atemoriza todos os setores comprometidos com a manutenção da vida e da espécie humana.

“Embora seja verdade que por trás de qualquer transformação econômica devemos procurar uma ação humana, a ação iniciadora da transformação decisiva pode ser inspirada por intenção inteiramente estranha ao resultado final e assim, mostrar-se simples produto da situação anterior” (DOBB, 1987, p. 19).

Então o sujeito que a psicologia materialista histórico-dialética define é o sujeito sócio-histórico, analisado na intersecção de sua história com a história da sociedade em que ele está inserido, produto e produtor da história, capaz da transformação social e não apenas enredado em seus conflitos internos. Mas para analisar o sujeito dessa maneira se faz possível por meio do procedimento metodológico que propõe:

“Trata-se, de uma parte, de arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, doutra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. esta forma de aparição é necessária em razão de sua essência histórica, em razão de sua gênese no interior da sociedade capitalista” (LUKÁCS in NETTO, 1981, p. 68).

Utilizando as reflexões de Vigotski posso analisar as determinações sociais, as estruturas sociais, tomando-as como concretudes que contêm também as motivações pessoais, os afetos e a biologia. Não uma biologia neutra, mas uma biologia que também é história, o que leva ao rompimento com as visões cartesianas que, na Psicologia, dicotomizam objetividade/subjetividade.

Recorrer às reflexões de Vigotski permite afirmar que o processo histórico não constitui diferentes funções psicológicas para os gêneros, criando algumas específicas para homens e outras para as mulheres. O que ocorre, como discuti em Souza (2000), é que se alteram os nexos, entre as funções psicológicas e as determinações sociais, a forma como a educação, as instituições, as funções sociais, a ideologia é construída e mantida, fazendo com que se fortaleçam algumas funções psicológicas nas mulheres – por exemplo, a afetividade – e outras, nos homens – por exemplo a racionalidade. **Estas funções psicológicas, exercidas diferentemente por homens e mulheres**, ‘aparecem’ como biológicas, naturais, não como construídas e desta forma acabam se cristalizando como qualidade ‘natural’ de cada um, homem ou mulher. O que significa afirmar que a **gênese da consciência é social, mas construída sobre uma base biológica** e que ocorre por meio da intersubjetividade anônima e face a face.

“De certa forma, sucede ao homem como à mercadoria. Pois ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como um filósofo fichtiano: eu sou eu, o homem se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro a si mesmo como homem. Com isso vale para ele também o Paulo, com pele e cabelos, em sua corporalidade paulínica, como forma de manifestação do gênero humano” (MARX, 1988, p. 57).

Para Vigotski, nas sociedades de classe estruturalmente os significados são distribuídos diferentemente para cada indivíduo conforme a posição que ele ocupa na produção. Desdobrando esta afirmação para as questões referentes à etnia/gênero, pode-se dizer que a classe a que o sujeito pertence, bem como sua etnia e gênero, determina quais ordens são recebidas e como se dá seu processo de internalização.

“Um indivíduo ordena e outro cumpre. O indivíduo ordena a si mesmo ele mesmo cumpre. durante o processo de desenvolvimento psicológico, surge, por conseguinte, a fusão em um primeiro momento, toda função superior estava dividida entre duas pessoas, constituía um processo psicológico mútuo. um deles se dá em meu cérebro, outro, no do indivíduo com quem discuto (...). qualquer processo volitivo é inicialmente social, coletivo, interpsicológico. (...) Surge nela um complicado sistema de funções que inicialmente estavam cindidas de determinadas funções que, no princípio, estavam em duas pessoas. a origem social das funções psíquicas superiores constitui um fato muito importante” (VIGOTSKI; 1999, p. 114).

Na sociedade capitalista atual, esse processo de internalização ocorre inicialmente na família, instituição responsável pela socialização primária das crianças. Mas antes de analisar a instituição nomeada família, investigo quais são as bases sob as quais se constrói esse ser social que internaliza determinadas funções.

2.3 Ser social, trabalho e linguagem

O ser social não apenas se expressa por meio da linguagem, ele internaliza o mundo por meio dela e constitui seu psiquismo pela mediação central da linguagem. Mas para analisar o processo de constituição da subjetividade é necessário retornar à gênese da espécie, à ontologia do ser social e ao papel central que o trabalho ocupa nesse processo.

Para analisar a constituição dos seres humanos em gênero, isto é, em homens e mulheres a cujos corpos sexuais foram atribuídos significados hierarquizados, parto da análise da ontologia do ser social, cujas determinações foram traçadas por Lukács, na *Ontologia*¹⁴. Lukács ancora o ser na materialidade ao iniciar a discussão pela relação entre os seres orgânicos e inorgânicos e, ao mesmo tempo, foge do biologicismo, ao centrar a discussão no ser social. Ao mostrar a estreita relação entre os seres, nas quais os primeiros só podem constituir-se tendo por base os segundos, o autor explicita que a gênese dos mais complexos não pode ser deduzida da gênese dos mais simples. Esta relação entre os seres orgânicos e inorgânicos é importante na medida em que é mister um dado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica, para que possa nascer o trabalho, como base estruturante de um novo tipo de ser (o ser social). Entre os seres orgânicos estabelece-se uma divisão entre os animados, dotados de *anima*, de movimento próprio, e os inanimados, que não possuem movimento autônomo e dependem de outro ser para existir. Os seres

¹⁴ Cfe bibliografia. A versão em português utilizada neste capítulo baseia-se em Caderno produzido pelo NEAM – Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista, da PUC-SP, em maio de 1997, denominado *Ontologia Social, formação profissional e política*, em que consta o capítulo utilizado, que é *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*.

sociais estão enquadrados na categoria de seres animados, dotados de atividade. Nesta passagem a obra de Lukács permite estabelecer um contraponto com as visões biologicizantes de certos campos da Psicologia, que consideram todas as atividades iguais¹⁵. A atividade humana é o trabalho como ação transformadora da realidade, ação dirigida por finalidades conscientes, deliberadas, intencionais.

Os seres humanos, em comparação com outros espécimes animais, nascem com o menos qualificado dos equipamentos biológicos. A estrutura biológica humana é socialmente determinada (limites), apresenta pouca especialização e direção e uma grande plasticidade. O processo de humanização é portanto, uma variável em sentido sócio-cultural. Pode-se falar em natureza humana apenas como constante antropológica (abertura para o mundo e plasticidade da estrutura de instintos), o que torna o ser humano produto e produtor de si mesmo. Ao nascer não dotado de uma carga genética, que, por si só, o capacite a se manter vivo, o ser humano depende inexoravelmente do outro para existir. É preciso que ele aprenda com o outro o conjunto de habilidades necessárias para que se mantenha vivo. Na história da ontogênese, os primeiros seres da espécie humana produziram técnicas, em cuja construção o acaso parece ter desempenhado um papel significativo, técnicas que foram copiadas pelos sucessores. Para Lukács, é ao reproduzir técnicas que outros seres humanos já usaram e ao inventar outras novas, que a ação humana se torna fonte de idéias e, ao mesmo tempo, uma experiência propriamente dita. A noção de experiência humana não se separa do caráter abstrato da inteligência do ser humano, pela qual ele pode superar a vivência do 'aqui e agora', passando a existir no tempo:

¹⁵ Considerar a atividade como idêntica nos animais e nos seres humanos tem implicações políticas sérias, qual seja, despojar os seres humanos da capacidade de transformar o mundo, mundo construído pela ação intencional dos seres humanos e conseqüentemente, que pode ser destruído e reconstruído por estes mesmos seres humanos.

torna-se capaz de lembrar a ação feita no passado e de projetar a ação futura. Este libertar-se da fisicidade, do aqui e agora, do tempo e do espaço, só é possível pelo fato do ser humano poder representar o mundo por meio da **linguagem simbólica**. Para Lukács, as diferenças entre os seres humanos e os animais não são apenas de grau, mas de qualidade, pois o animal permanece envolvido na natureza, enquanto o ser humano é capaz de transformá-la, o que torna possível a existência da cultura. Para ele, aqui se encontra a essência do trabalho que consiste precisamente em ir além da fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. Desta forma, o momento essencialmente separatório não é constituído pela fabricação de produtos (pois os animais também produzem um produto, como o mel produzido pela abelha, ou a represa pelo castor), mas pelo papel da **consciência**, que não é um mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto é um resultado que, no início do processo, já existia na representação do/a trabalhador/a (de modo ideal), ou nas palavras de Marx, o concreto é o concreto pensado. O ser humano que trabalha é um animal tornado humano por meio do trabalho, e pode ser designado como um ser que dá respostas, visto que toda atividade laborativa surge como solução de resposta à carência que a provoca. No entanto esta relação não é só imediata, mas, ao contrário, o ser humano torna-se um ser que dá respostas, justamente na medida em que ele generaliza e transforma suas carências – bem como as possibilidades de satisfazê-las – em perguntas. A atividade humana é enriquecida por tais mediações, sendo que, desta forma, não apenas a resposta mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade. Lukács atenta para o fato de que o ato de responder é o ato primário nesse complexo dinâmico e que somente a carência material (motor do processo de reprodução individual e social) coloca efetivamente em

movimento o complexo do trabalho. E todas as mediações (linguagem, pensamento) existem apenas em função da sua satisfação, isto é, para responder à carência material. Claro está que esta satisfação, por sua vez, só pode acontecer com a ajuda de uma cadeia de **mediações**, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os seres humanos que nela atuam, bem como suas relações recíprocas. E é, ao mesmo tempo em que libera e domina essas forças, que o ser humano põe em si um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos. O que reafirma o fato de que o trabalho humano não é apenas adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução do mundo circundante, mas esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, de forma que o trabalho se torna não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas se converte no modelo da nova forma de ser em seu conjunto.

O mundo transformado pelo trabalho humano é um mundo de objetividades, compostas por diferentes concretudes. Os animais irracionais conhecem este mundo diretamente, por meio do seu aparelho biológico: por sons, cheiros, visões, olfatos, etc. Os seres humanos não conhecem o mundo diretamente, mas por meio de diversas mediações (linguagem, pensamento). Para conhecer um determinado ser, orgânico ou não orgânico, os seres humanos não colocam este ser diretamente em contato com o cérebro, não o enfiam no cérebro, mas o percebem mediados, em primeiro lugar, pelo nome que a cultura em que estão inseridos/as o define. Os seres humanos não conhecem diretamente as coisas, mas as conhecem mediadas pela palavra, que é o nome dado convencionalmente às coisas. Ao entrar em contato com o mundo, ao conhecê-lo, eu conheço os significados dados às coisas. O significado desempenha

papel importante na interligação das diferentes funções psicológicas e dessas com o corpo e a sociedade. O significado é o princípio organizador de desenvolvimento da consciência e é inseparável da palavra, embora não seja idêntico a ela.

“A construção do significado é um processo histórico, que revela aspectos tanto de sua gênese como do seu desenvolvimento e estado atual. O significado muda, mas muda mais lentamente, não é fluido e traz em si toda a riqueza de quem os criou: o povo. Os significados das palavras são formações dinâmicas e não estáticas e modificam-se à medida que a história transcorre, tanto enquanto ontogênese como filogênese e também de acordo com as várias formas pelas quais o pensamento funciona. O que significa dizer que se o pensamento segue as regras da lógica formal ou da lógica dialética, as palavras que utilizamos e os sentimentos que a partir daí podem emergir em cada ser social, são diferenciados (VIGOTSKI, 1998b, p. 156)”

O nome é apenas uma representação do ser, não é o ser em si, mas traz muitas informações sobre o processo de constituição deste ser. Cada palavra traz em si um universo, toda palavra é carregada de ideologia. Tomemos as palavras ‘vilão’ e ‘nobre’. A primeira, no capitalismo, nomeia os ‘maus’ e a segunda, nomeia os ‘bons’. No feudalismo, elas nomeavam os moradores da vila (vilões) e a classe dominante da época (os nobres). Ao denominarmos um determinado homem de vilão, já de início trazemos três informações sobre a situação. Em primeiro lugar, que, nesta situação, utiliza-se uma determinada língua – a portuguesa – e não outra, e que isto tem um significado histórico, ou seja, trata-se de um povo com origens em Portugal ou em qualquer das suas ex-colônias, em que o português é falado. Em segundo lugar que esse indivíduo é um exemplar da espécie de sexo masculino (macho). Em terceiro lugar que nessa palavra está também embutido o resultado de uma luta travada anteriormente entre classes, entre os senhores feudais (nobres) e os moradores das vilas (vilões), em que os perdedores tiveram associado ao seu nome uma qualidade (vilão = mau), e os ganhadores associaram, ao seu nome, uma outra (superior)

qualidade (nobre = bom). A história é escrita pelos vencedores e como afirma Walter Benjamin, 'se o inimigo vencer nem os nossos mortos estarão em segurança' (1985:225). Os nobres perderam a batalha histórica, desapareceram como classe, mas ganharam a batalha ideológica, de modo que vilões e nobres passaram para a história com o significado que enaltecia os nobres e aviltava os vilões.

Para Vigotski (1998b), nos animais e nos seres humanos, a fala é um meio de contato psicológico com outros de sua espécie e não, apenas, descarga emocional. A fala humana é uma tentativa intencional e consciente de influenciar ou informar os outros, e que nos animais é uma reação instintiva. Aplicar essa afirmação na análise da constituição do gênero é perceber que as ordens, que são dadas para homens e mulheres, as palavras, com as quais os/as nomeamos, são diferentes para o sexo masculino e feminino, visando configurar subjetividades socialmente definidas, como portadoras ou não de determinadas qualidades, como afetividade nas mulheres e razão nos homens.

Vigotski (1998b) vai além e diz que o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento e pela experiência sócio-cultural da criança. Ainda no que se refere à constituição diferenciada dos gêneros, pode-se deduzir que também a capacidade do pensamento desenvolver-se em determinada direção, mais dirigida para o pensamento abstrato ou para o pensamento operacional, seria uma construção mediada pela aquisição sócio-cultural do ser humano. Com isto se constata que, para os meninos, brincadeiras na rua, que envolvem mais pessoas e mais contatos, brinquedos, que podem ser quebrados, permitem construir pensamentos mais amplos; quanto às meninas, não existe troca com seus pares, confinadas em casa, seus brinquedos não podem ser

destruídos, devem ser preservados, daí o limite de possibilidades de pensamento abstrato, que interfere no seu desenvolvimento intelectual, pois, para Vigotski (1998b), o crescimento intelectual da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem. Embora não haja diferença biológica na capacidade de aprendizagem de homens e mulheres, aparecem diferenças no que e no como homens e mulheres aprendem, porque a natureza do próprio desenvolvimento se transforma, do biológico para o sócio-histórico.

Para entender o agir humano, Vigotski (idem) buscou uma unidade de análise do comportamento humano capaz de incluir todas as manifestações psicológicas, das mais elementares às mais complementares e encontra essa unidade no significado, o qual desempenha papel importante na interligação das diferentes funções psicológicas e dessas com o corpo e a sociedade. Como já dito, o ser humano conhece o mundo não diretamente, mas mediado pela palavra e estas são dotadas de sentido e significado. O sentido para Paulhan (in VIGOTSKI, 1998b) da palavra pode ser definido como a somatória de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta na consciência, possuindo zonas de estabilidades desiguais, sempre em movimento,

“Sentido é um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge: em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações de sentido (...) não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala” (VIGOTSKI, 1998b, p.181).

O significado é uma das zonas dos sentidos, apesar da estabilidade e precisão, que lhe dá o dicionário, seu sentido depende do contexto. É ele o princípio

organizador de desenvolvimento da consciência e é inseparável da palavra, embora não seja idêntico a ela.

“As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana” (VIGOTSKI, 1998b, p.190).

O patriarcado não é simplesmente o conjunto de regras que regem as relações privadas entre os gêneros, e aí (somente) constitui seu domínio. Pelo contrário, o patriarcado perpassa todos os setores da vida, inclusive a linguagem:

“Ao estudarem o conjunto dos antigos termos de parentesco comum, os lingüistas obtiveram também informações que lhes permitiram conhecer melhor os povos que falavam essas línguas. De suas pesquisas ressalta a imagem de uma sociedade fortemente hierarquizada, dominada pelo pai (grifo no original) todo poderoso, que aparecia não como genitor, mas como o chefe supremo da ‘grande família’. Era esse o sentido da palavra PATERFAMILIAS em latim. Todos lhe deviam obediência absoluta, até a mãe (grifo no original), considerada apenas como a pessoa que punha os filhos no mundo” (WALTER: 1997, p.15).

O pensamento e a palavra constituem entre si uma complexa relação, um processo vivo, em que o pensamento nasce por meio das palavras, sendo que tanto um pensamento não expresso por palavras permanece na sombra, quanto uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta. A palavra, para Vigotski (1998b), é o coroamento da ação, e se as palavras que nomeiam os gêneros são palavras com diferentes e hierarquizadas valorações sociais, pode-se deduzir que as possibilidades de ação dos homens e mulheres também serão diferenciadas, não por diferença de capacidades biológicas, mas porque assim são socialmente construídas.

Para Vigotski (1998b), a relação entre pensamento e palavra é produto do desenvolvimento histórico da consciência humana. Na evolução histórica da

linguagem, a própria estrutura do significado e a sua natureza também mudam, não simplesmente se altera o conteúdo de uma palavra, mas altera-se, principalmente, o modo pelo qual a realidade é generalizada e refletida em uma palavra. A harmonia entre a organização sintática e a organização psicológica é raramente predominante, pois sujeito e predicado têm os seus duplos psicológicos e também gênero, número, caso, grau. Dessa passagem, pode-se inferir que as formas sociais, pelas quais, na atualidade, nomeamos homens e mulheres e seus respectivos atributos, constituem os interesses patriarcais/capitalistas.

De modo que, considerando a influência que as palavras exercem sobre o pensamento – visto que os significados das palavras se alteram em sua natureza intrínseca, então a relação entre o pensamento e a palavra também se modifica – pode-se deduzir que nas sociedades patriarcais burguesas os significados atribuídos às qualidades de fêmeas e machos são sexistas na medida em que atribuem ao homem qualidades da vida pública e à mulher qualidades apenas da vida privada. Dessa forma, esses significados são internalizados e constroem sentidos sexistas, que são um dos pilares da opressão de gênero, visto que a dominação/violência que recai sobre a objetividade/subjetividade da vida das mulheres não só não é socialmente entendida como condenável, se bem que seus praticantes/vítimas não o considerem assim. Como exemplo a violência conjugal, que é analisada socialmente como quase que uma consequência natural do casamento, expresso na máxima ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’. Em situação de violência doméstica, em que ocorre o uso da violência física contra a mulher, além de o grupo familiar tentar desculpar a atuação masculina, como natural, atribuindo-a a causas como excesso de hormônios, a própria mulher vitimizada tem dificuldade em rejeitar esta violência como

ilegítima, desculpando o marido/companheiro, na medida em que lhe atribui qualidades como bom pai, provedor, carinhoso, quando não está bêbado, o que significa que esta violência não é vivida pelo sujeito como condenável, mas como um desvio menor.

O modo como os significados funcionam no processo vivo do pensamento: a relação entre o pensamento e a palavra não é uma coisa mas um processo, um movimento contínuo de vaivém do pensamento para a palavra e vice-versa (VIGOSTSKI, 1998b). A palavra violência, por exemplo, é considerada natural, significa um desvio aceitável, quando se refere à praticada pelos homens contra as mulheres, e, quando essa violência é praticada por mulheres contra homens – o que sucede em menor número, mas sucede – adquire o significado de condenável, excessiva e descabida, sendo sujeita à punição.

Neste processo, essa relação passa por transformações que, em si mesmas, são um desenvolvimento. O pensamento não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir. Assim, o significado pode se alterar, para não só expressar o acontecimento, mas a possibilidade de ampliação e superação do fenômeno. O movimento feminista, para além da denúncia da naturalização do significado da violência contra as mulheres, amplia o significado dessa violência, denunciando as três formas principais de como ela pode ocorrer, qual seja, a violência física, psíquica e sexual e, desta maneira, busca formas de criminalizá-la e puni-la.

Vigostki (1998b, 2a. edição), em *Pensamento e Palavra*, capítulo 7 de *Pensamento e Linguagem*, afirma que o pensamento tende a estabelecer uma relação entre as coisas, ele se move, amadurece e se desenvolve, desempenhando uma função e solucionando um problema.

As ordens que são dadas na intersubjetividade, nessa sociedade hierarquizada, são ordens de poder e de dominação. Elas são internalizadas, transformadas em sentidos pessoais, em jeitos de ser, estar e agir no mundo. De forma que, para que se concretize a possibilidade dos sujeitos construírem um mundo em que o trabalho seja criador da vida e não gerador da morte, as mulheres e os homens comprometidos com a construção de um mundo sem nenhuma forma de exploração/opressão devem atentar para o uso das palavras e as conseqüentes internalizações que delas fazem os seres sociais. Vejamos então como se constroem, nos seres sociais, as hierarquias em torno de uma de suas características, que é o sexo.

2.3.1 Sistema sexo/gênero

“Ninguém é igual a ninguém. Todo ser humano é um estranho ímpar” (Carlos Drummond de Andrade)

Os seres sociais nascem dotados de características biológicas como sexo e etnia, características que, nas sociedades de classe, são consideradas, não como diversidades que enriquecem o gênero humano, mas como fonte de desigualdade em que se ancora a própria lógica da exploração de uma classe por outra. Para as teorias feministas, entre essas características, a diferença entre os sexos – que como relação social é denominada gênero – detém particularidades que são transversais à classe e

trans-históricas. Nas sociedades de classe, que são apenas um breve capítulo na história da humanidade (mesmo que a ideologia burguesa tente colocar a existência de classes como a- histórica, como própria do gênero humano), os gêneros foram se constituindo de forma diferente, um em torno do poder (o masculino) e o outro do afeto (o feminino). Esta dicotomia aparece claramente na hora do exercício profissional, em que a 'subjetividade' das mulheres tem um papel fundamental no exercício do poder. No capitalismo, essa divisão entre razão e afeto, poder e família torna-se antagônica, de forma que as mulheres são colocadas entre escolhas excludentes: ou luta-se pelo exercício pleno da vida, da realização profissional (o quanto ela é possível dentro do capitalismo), abrindo mão da afetividade para a qual elas foram preparadas, ou fica-se com a afetividade e abre-se mão do exercício da vida pública.

Situo-me entre as pesquisadoras que reivindicam a utilização do materialismo histórico dialético, em uma análise do sistema sexo/gênero que não hipostasie a opressão, mas que também não a menospreze, usando a dialética para pensar as complexas relações entre exploração de classe e dominação/opressão de sexo/gênero. Para tanto, ao analisar a condição das mulheres nesta tese, recorro às discussões efetuadas por Izquierdo (1994), acerca do sistema sexo/gênero. Empregar o conceito de gênero ou de sexo, depende de como se deseja operar este conceito, de qual encaixe teórico se quer adotar, do contexto em que se deseja utilizar e, sobretudo, quais os fins que se deseja.

Para Izquierdo (s/d), os três níveis básicos, sobre os quais se sustentam a identidade humana, são o sexo, o gênero e a identidade psicosssexual. O sexo é biológico e são dois, macho e fêmea; o gênero tanto é psicológico como social e são dois, feminino e masculino e serve para atribuir características aos seres humanos,

que vão além do biológico; a identidade psicosssexual é denominada como heterossexual, homossexual e bissexual, conforme a orientação do desejo sexual, quando o objeto eleito seja de sexo diferente, do mesmo sexo ou de ambos os sexos. A relação entre os três níveis não é unívoca, podendo ocorrer diversas combinações.

O sistema sexo/gênero é o referencial sob o qual a sociedade organiza as expectativas acerca dos indivíduos, a distribuição desigual de poder, as aspirações, espaços sociais ocupados e proibições, em função do sexo, e se fundamenta em uma base dupla: a biologia e a divisão sexual do trabalho (IZQUIERDO). Segundo ela, para conhecer as bases materiais do sistema sexo/gênero, torna-se mister conhecer tanto as bases biológicas quanto as bases sociais deste sistema. O referencial da autora permite ancorar na materialidade a discussão da opressão de sexo/gênero, fugindo das correntes idealistas que atribuem essa opressão apenas às causas simbólicas e/ou culturais.

As bases biológicas, que dão materialidade ao sistema sexo/gênero, possuem as seguintes características (citadas no sub-item 2.2 – patriarcado e subjetividade): Em primeiro lugar, somos a espécie animal com a dotação genética mais rica e mais variável de indivíduo, o que possibilita uma rica combinação que leva à singularidade biológica, que não se repete em nenhum outro indivíduo; em segundo lugar, a essa variabilidade de origem genética junta-se o fato de que os caracteres adquiridos em contato com o meio se apresentam também de forma variável, dado que as condições ambientais são diversas para cada pessoa, (segundo tanto a classe, gênero, etnia, cultural, época histórica etc), o que leva os indivíduos a desenvolverem-se de forma diversa entre si; a terceira característica é a complexidade do nosso sistema nervoso, que permite responder de uma forma ativa e consciente a condições sociais e

ambientais, levando tanto à adaptação ao meio, como à sua transformação, de uma forma cultural.

Em suma, como os demais seres vivos, os seres humanos estão em contínua transformação, que se dá em estrita dependência com o meio, devido ao grau de imaturidade fisiológica e nervosa com que se nasce. Isto resulta em uma gama imensa de possibilidades de organização. Mas esta plasticidade não transcende o biológico, nele se ancora, mas não se limita a ele. No que se refere à reprodução, que é uma função fundamental como em qualquer outro ser vivo, a importância dos aspectos reprodutivos e sexuais fica relativizada, visto que a espécie humana não depende de uma atividade reprodutiva alta para sobreviver.

“As expressões das diferenças sexuais, em outros âmbitos das atividades distintas do reprodutivo, não têm caráter sexual e portanto biológico, no sentido de estar pré-fixada. A biologia, por assim dizer, nos determina indeterminados, maleáveis” (IZQUIERDO, s/d).

Essa rica variabilidade é, no entanto, restringida, pois, ao nascer, o ser humano recebe um tratamento diferenciado em função do sexo, o que homogeneiza significativamente essa imensa variabilidade de indivíduo a indivíduo. O que significa dizer que o patriarcado, com suas matrizes de gêneros, empobrece as possibilidades do gênero humano, limitando-as ao ser homem ou ser mulher. A forma como os machos, por um lado, e as fêmeas, por outro, são tratados, apresenta um alto grau de semelhança entre cada sexo e de grandes diferenças entre eles, além de que estas diferenças são fortemente hierarquizadas, o que traz como consequência uma forte homogeneização dos grupos sexuais, com as fêmeas se transformando em mulheres e os machos, em homens.

Estas tão grandes diferenças são construídas socialmente e não encontram justificativa nas diferenças biológico-sexuais. As diferenças entre machos e fêmeas se expressam em termos de caracteres primários e secundários. Os caracteres primários são aqueles que estão diretamente ligados à reprodução, são dicotômicos e constituem variáveis discretas (IZQUIERDO, idem). Os caracteres secundários são aqueles que não estão ligados à reprodução (peso, altura, pêlos, força, etc) e não são dicotômicos, mas polares. Para Izquierdo (2001), esses caracteres constituem um '*continuum*' , sendo que cada indivíduo, independente do seu sexo, estaria situado em uma posição entre o pólo masculino e o pólo feminino. Estas características apresentam alta mutabilidade, a depender da situação sócio-afetivo-cultural em que o indivíduo se encontra (alimentação, atividade física, estímulos do meio natural e social) e as diferenças, desta forma, são meramente estatísticas.

A transformação de seres orgânicos, mamíferos superiores, em seres humanos por meio da atividade do trabalho, transforma não só o entorno, mas também seus corpos, de modo que a biologia incide sobre os corpos, marcando muito mais os limites que as possibilidades.

Ao se afirmar que a biologia humana é marcada pelas características da imaturidade ao nascer, complexidade e maleabilidade do sistema nervoso e variabilidade de habitat, afirma-se que a direção para a qual se dirige o desenvolvimento dos indivíduos da espécie é sócio-histórica cultural.

O corpo é a primeira base sobre a qual se assenta o sistema gênero-sexo, o que propicia a construção de uma sociedade fundamentada em uma divisão de fêmeas e machos. Como ocorre este processo? Essa plasticidade, ao nascer, se junta à imaturidade e à grande dependência do/a outro/a, do/a adulto/a, de forma que um/a

adulto/a detecta o sexo da criança, a reconhece como tal, registra-a e faz com que ela se ajuste aos modelos definidos pela sociedade, na qual ambos estão incluídos. O parâmetro que guia a transformação da criança em homem ou mulher é um modelo construído não só no que se refere ao aspecto físico, mas também aos interesses que desenvolve, a forma como vê o mundo, o tipo de relações que estabelece, os sentimentos que nutre, a profissão. Se a pessoa aceita o papel que a sociedade lhe oferece, internalizando-o, exigirá do seu corpo o que a sociedade lhe dita, modelará e desenvolverá um corpo desigual e com distintas capacidades de um corpo do outro sexo da mesma sociedade. Torna-se o corpo, assim, uma construção social e cultural, sendo que a estatura, o peso, a força e demais características de uma fêmea são mais próximas de um macho da mesma cultura do que de uma fêmea de outra cultura.

Sendo o mundo humano um mundo de diferenças individuais, a desigualdade, com que são tratados os sexos, produz como consequência não só uma indiferenciação entre os indivíduos de um mesmo sexo, ao homogeneizar suas características (IZQUIERDO, 2001), como uma desigualdade entre um sexo e outro, violentada por todo um sistema de proibições, permissões e obrigações diversas para machos e fêmeas.

Em suma, da perspectiva oferecida pela biologia, o corpo humano não é estritamente um fato natural e as diferenças apresentadas entre os sexos são também diferenças de gênero, isto é, diferenças culturais. Mas no que se refere às bases biológicas da produção da existência humana, não se pode prescindir da intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea – pelo menos no atual estágio de desenvolvimento da ciência.

A intervenção conjunta dos dois sexos também se faz necessária no que se refere às **bases sociais do sistema sexo-gênero**. A produção e a reprodução da existência exigem particulares contribuições do gênero masculino e feminino.

Nesse sentido, Izquierdo (s/d) diz que podemos nos referir ao gênero como “obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes, cuja aplicação supõe o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos e a atrofia de outras”.

A divisão dos seres humanos em gêneros, que determinam opressiva e autoritariamente modelos de ser e estar e amar no mundo, é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A forma e o meio pelos quais se satisfazem as necessidades, bem como a forma de relacionamento com pessoas e coisas, na obtenção desta satisfação, difere entre si, conforme o gênero a que se pertence, masculino ou feminino.

Nas sociedades patriarcais, os critérios sobre os quais se estabelece a distribuição de responsabilidades são classistas, racistas e sexistas. A posição, que é atribuída socialmente para cada pessoa, determina a forma como ela tem acesso à sobrevivência como classe, etnia e sexo. Não só a sobrevivência é determinada por esta posição ocupada, mas também a consciência e a atuação no mundo, o que significa que a forma como os homens produzem a vida é diferente da forma como as mulheres o fazem, ou dito de outra forma, há um atuar masculino e um atuar feminino na produção da vida. Essa atuação diferente para o masculino e o feminino também ocorre em espaços diferentes, socialmente determinados, que se dividem, no patriarcado capitalista, em duas esferas, que são a pública e a doméstica (ou privada). A esfera doméstica se refere às questões da sobrevivência e a esfera pública à

questão da transcendência. Ao gênero feminino, atribuiu-se a esfera doméstica. Como a este gênero correspondem as fêmeas da espécie, as tarefas ligadas à produção e reprodução da vida humana ficaram como atribuição das mulheres; ao gênero masculino, foi atribuído o espaço público. Como a este gênero correspondem os machos da espécie, os homens ficaram com as atribuições ligadas à transcendência (arte, política, trabalho, filosofia, etc). Mas estas atribuições para cada gênero não são internalizadas da mesma forma por cada sujeito, nem toda fêmea se ajusta ao modelo de relações e afetividades próprias do gênero feminino e nem todo o macho se ajusta ao modelo masculino.

O patriarcado desenvolve esta (perversa) divisão que no capitalismo encontra sua mais perfeita conjugação: na esfera masculina, ocorrem as tarefas de transcendência, e, na esfera feminina, ocorrem as tarefas de produção e reprodução da vida, que tornam possível o mundo da transcendência. Essa divisão converte as atividades dos gêneros em atividades alienadas, cuja alienação perpassa toda a vida societal, sob a égide do capital.

Nas sociedades patriarcais, em geral, e no patriarcado capitalismo, em particular, as diferenças são transformadas em desigualdades, de forma que o sistema sexo/gênero não constitui apenas uma diferença estabelecida nos modos de produzir a vida – que poderia significar ricas, criativas e diferenciadas atuações dos seres sociais – é principalmente um sistema de hierarquias, já que o masculino não é apenas um gênero diferente do feminino, mas (é considerado) superior.

Para Izquierdo (1994), a distinção entre sexo e gênero tem como objetivo diferenciar, conceitualmente, as características sexuais, limitações e capacidades, que as mesmas implicam, e as características sociais, psíquicas e históricas das pessoas,

para aquelas sociedades ou aqueles momentos da história de uma dada sociedade, em que os padrões de identidade, os modelos, as posições e os estereótipos do que é/deve ser uma pessoa respondem a uma bimodalidade, em função do sexo a que pertencem.

É importante ter em conta as origens da diferenciação conceitual entre sexo e gênero, para compreender melhor a maneira como suas origens contaminaram as teorias construídas a serviço da aspiração política de igualdade entre os seres humanos.

O sistema sexo-gênero não tem como base a complementaridade, a posição social das fêmeas é inferior à dos machos, não importa o que façam; e não há uma recíproca relação de complementaridade entre o masculino e o feminino e sim uma relação hierárquica de dependência. Sendo assim, se faz necessário dotar o conceito de gênero de caráter materialista e conflitivo (IZQUIERDO, 2001). Adotar a perspectiva conflitiva (e não a perspectiva harmoniosa ou complementar) significa considerar que os gêneros não se situam em um eixo que vai do feminino ao masculino e sim que são duas categorias contrapostas e mutuamente excludentes; adotar um modelo multidimensional, em que as 'condições de produção da existência material' se consideram como dimensão determinante. As teorias que utilizam o caráter conflitivo não dão a igualdade como solução da desigualdade entre os gêneros e, sim, à desaparecimento das diferenças de gênero, restando as diferenças no âmbito individual e não de classe, de sexo. O que significa que o denominado como masculino e feminino seria patrimônio de qualquer indivíduo, independente do sexo a que pertença.

Da forma como se estrutura, na atualidade, o sistema sexo/gênero desempenha um papel crucial na formação da subjetividade dos seres humanos, apesar de que a maioria esmagadora das teorias, na psicologia, ignore esse papel, visto que, ao discutir a formação da subjetividade, faça-o como se fora um processo em que o sexo/gênero não interviria. O fato de considerar a humanidade como se fora dotada de um só sexo, não aponta simplesmente para a mera ignorância dos/as pesquisadores/as, mas para algo ainda mais grave, um processo ideológico em que o homem (macho) é tomado como modelo único e universal, em relação ao qual a mulher (fêmea) se constitui, como um apêndice, “como uma costela”.

Para contrapor-se a esta abordagem ideológica e paralisante, é mister, então, debruçar-se sobre **onde** e como estão constituindo-se, repondo e aprofundando, no novo padrão de acumulação, as diferenças entre os sexos/gêneros.

2.3.2 Família e gênero

Na teoria social, (definindo Família como a forma histórica sob a qual a sociedade capitalista organiza as tarefas da reprodução da vida, o que significa que, em formas históricas diferentes da atual, a forma histórica é outra, bem como a nomeação a ela referente), a discussão sobre a família se divide, basicamente, em dois grandes ramos, com nuances diversas. A corrente conservadora defende que a família é base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, a corrente mais progressista denuncia a família como um entrave ao desenvolvimento social, nociva

ao desenvolvimento dos seres humanos e *locus* da fabricação de neuroses. Mas as duas posições reconhecem a importância da família, no papel que ela desempenha no que se refere às relações sociais entre os seres humanos e à vida emocional dos seus membros. A família é a primeira mediadora entre o indivíduo e a sociedade e nela ocorre a primeira forma do indivíduo perceber o mundo, bem como de situar-se nele e a partir daí formar a identidade social e o primeiro 'nós'. Teóricos como Parsons e Freud representam a família nuclear burguesa como universal e imutável, o que contribui para que as ciências sociais construam uma representação ideológica da instituição familiar como algo natural e imutável. Para desvelar os mecanismos de manutenção da ordem social vigente, que são criados e fortalecidos na família nuclear burguesa, deve-se partir da determinação histórica que é a relação entre família e sociedade. O que significa dizer que a família é construída e construtora do modo de produção na qual ela está inserida. Na família, inicia-se o processo de divisão social do trabalho, com a divisão sexual do trabalho, que cria a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, sobre a qual se funda o modo de produção capitalista. A estrutura familiar é determinada pelo estágio de desenvolvimentos das forças produtivas e do processo de divisão social do trabalho. No capitalismo, ocorre um padrão dominante da família em todos os segmentos sociais, que é a família monogâmica burguesa, mas existem padrões internos que diferenciam as famílias em classes sociais diferentes e dentro da mesma classe. Em suma, a família não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos seres humanos em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais e estabelecer-se em torno de uma necessidade material: a reprodução.

A família exerce duas funções principais, uma função ligada à reprodução biológica e uma função ideológica. Sua função econômica é reproduzir a força de trabalho, do ponto de vista tanto da reprodução biológica da espécie (a procriação), como do ponto de vista de preparar o/a trabalhador/a para que ele/ela esteja pronto/a para vender sua força de trabalho dia após dia, e na família nuclear burguesa isto envolve funções de limpar, cozinhar, acolher afetivamente, fornecer descanso físico (dormir). A função ideológica da família é de reproduzir a ideologia dominante, que opera do modo a seguir. No capitalismo, os pais (e nas sociedades patriarcais, nas quais se inserem, especialmente, as mães, as mulheres, nesse século XXI) são os primeiros e principais agentes da educação e transmitem, desde o nascimento da criança, uma noção ideologizada da própria família, que revela a família como algo natural, universal e imutável.

A criança, por depender afetiva e fisicamente dos pais e por ainda não ter construído mecanismos de reflexão, inserida que ainda está no mundo da emoção, recebe as noções de mundo que lhe são inculcadas como se fossem as únicas, portanto verdadeiras.

Para Vigotski,

“A forma de pensar, que como o sistema de conceitos é imposta pelo meio, inclui também nossos sentimentos” (VIGOTSKI, 1999b, p. 126, 2ª edição).

Nas sociedades patriarcais (existentes em todas as formas de sociedades de classes), no interior da família, é a mulher que assume a função de educar as crianças, orientando-as diferentemente, se homens ou mulheres. Estas orientações, que se referem a todos os setores da vida: como comer, se comportar, sentir,

trabalhar, são internalizadas. Atente-se que a diferenciação já vem desde a classe social – determinação que ocupa um papel central na constituição dos sujeitos – como também quanto à etnia, gênero e geração. Priore em Ritos da vida privada, ao falar destes ritos na América portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, afirma que

“A Igreja recomendava aos pais batizar seus filhos assim que possível. O batismo de crianças livres ou escravas era ministrado por párocos ou capelães, sem delongas, para garantir aos inocentes que morressem a chance de ir direto ao Céu sem passar pelo Purgatório. Escravos adultos eram batizados em ritos extremamente sumários e, na maior parte, coletivos. Na intimidade, a preocupação com o crescimento dos filhos era recorrente. Testamentos feitos entre os séculos XVII e XVIII registram instantâneos de como se concebia a criação da prole: aos machos devia se ensinar a ler, escrever e contar. Às fêmeas, coser, lavar e os bons costumes; ambos deviam sempre apartar-se do mal e chegar-se ao bem” (PRIORE, 2004, p. 306).

As exigências sociais – homem pode ter experiência sexual pré-matrimonial, mulher deve ser virgem; mulher rica pode estudar, mulher pobre não pode, etc. – são transformadas em psiquismo, em subjetividade.

O processo de educação de gênero¹⁶ não ocorre apenas na escola, mas se inicia já antes da criança nascer, na família. Anterior ao nascimento da criança, quando ainda no útero, o núcleo familiar, que a acolherá, começa a fazer planos e a efetivar a entrada dessa criança no mundo, e esta preparação se dá de forma sexuada, isto é, preparam-se homens e mulheres, conforme a criança, seja macho ou fêmea. Desde os primeiros afetos que recebe, desde os primeiros elogios – para os meninos, ‘como é forte’ e referências ao tamanho do órgão genital, e para as meninas, ‘como é linda’, como é meiga – vai se conformando uma determinada forma de ser homem e de ser mulher. Ao amamentar, as mães já se demoram mais tempo com seus filhos machos no peito do que com suas filhas fêmeas. Subjaz aqui uma concepção (inconsciente para as mães que a praticam) de que os meninos, para

¹⁶ Para discutir a educação para a submissão, vide Badinter.

serem grandes e fortes, precisam de mais alimentos que as meninas, pois se destinam a tarefas mais ‘pesadas; as meninas, porque se dedicarão a tarefas mais leves, precisam de menos alimentos e não podem engordar. Ao escolher brinquedos, as mães (e todos os/as que a cercam) destinam os carrinhos aos meninos e as bonecas às meninas. Os carrinhos podem ser desmontados, permitem um conhecimento aprofundado do funcionamento dos processos internos; as bonecas não devem ser desmontadas, é necessário cuidar da aparência delas, o que treina o ‘cuidar’ do outro e o conhecer na superfície, sem poder ir além dela, sem estimular a curiosidade intelectual. As ‘inocentes’ brincadeiras, em grupo, treinam, também, o ser mulher e o ser homem.

São diversas e variadas as concretudes constituintes do gênero e vão da objetividade material do brinquedo ao subjetivo afeto que sentimos por cada um dos gêneros (as mulheres, gênero feminino, nos ‘despertam’ vontade de proteger, os homens, gênero masculino, nos ‘despertam’ vontade de ensinar) e passam inclusive pelos projetos de futuro concebidos para filhos e filhas. Enfim, na sociedade de classes, os significados dados ao ser macho e ser fêmea são significados ligados ao poder e à dominação, pois estes são os sustentáculos desse organismo social.

Uma das estratégias mais utilizadas pela sociedade capitalista patriarcal na constituição do gênero é a divisão entre os mecanismos psicológicos, sendo que a função psicológica de afetividade tem sido superestimada nas mulheres e a racionalidade superestimada nos homens.

“No processo de educação sexista das sociedades de classes, ocorre uma cisão entre os mecanismos emocionais e intelectuais, trabalha-se nas conexões enfraquecendo alguns aspectos e fortalecendo outros - os mecanismos intelectuais no homem são fortalecidos e os emocionais enfraquecidos e vice-versa na mulher” (SOUZA, 2000,p. 80).

Esta atuação social, que ocorre na educação de homens e mulheres, se transforma em psiquismo, em vivência singular, sendo internalizada por cada um dos sujeitos. Os significados são internalizados e transformados em sentidos pessoais. Esses sentidos são únicos, mas têm uma forte ligação com o significado, isto é, com a materialidade sobre o qual se construiu esse conceito. O sentido é exteriorizado como ação, forma de ser e estar no mundo. Mesmo mantendo forte relação com o significado, esse sentido é vivido por cada sujeito como se fosse uma auto-criação. No sentido reside dialeticamente tanto a manutenção como o rompimento com as ordens externas: quando internalizo o significado e vivo o sentido como se fora só meu, não aprendido, inato (como por exemplo, no amor materno), contribuo para a manutenção das formas opressivas que ditam o significado do ser homem e ser mulher; quando vivo o sentido como só meu, como possibilidade de criação e potencial de rompimento, posso romper com as ordens opressivas, ressignificando e resistindo a obedecer, (por exemplo, vivendo o amor materno de uma forma mais livre e não como renúncia à vida pública).

A luta social geral e a feminista por excelência, com a palavra de ordem 'o pessoal é político', ao possibilitar a construção de novos sentidos para significados cristalizados, acerca das formas de convivência entre os sexos, tem contribuído para mudanças nas formas familiares, que, por novas e (ainda) minoritárias, ainda não permitem falar em rompimento de padrão patriarcal, mas apontam para a possibilidade de novas formas de gerir o afeto, a sexualidade e o cuidado com as novas gerações. Apesar da forma de família dominante continuar sendo a família nuclear (pai, mãe e filhos/as) patriarcal, formas incipientes de organizar a vida afetivo-reprodutiva-sexual têm surgido na atualidade. A própria família tem assumindo novas

funções. A incorporação de grandes contingentes de mulheres ao mundo do trabalho tem levado para fora da família, ao Estado e ao mercado, algumas das funções que se desenrolavam no seio da família (por exemplo, os cuidados com as crianças em idade pré-escolar, que cada vez mais vão para a creche). Como afirma Izquierdo (2001), o exercício do direito ao trabalho e a esperança de que as mulheres cheguem a exercê-lo plenamente, coloca a possibilidade de que as tarefas domésticas se realizem na esfera estatal ou mercantil, liberando as mulheres dessas funções feitas privadamente e remunerando-as, de forma a criar também novos postos de trabalho, que possam ser exercidos por qualquer sexo.

CAPÍTULO 3 – FEMINISMO SOCIALISTA (FEMINISMO E MARXISMO)

“Mas nós não estudamos os pensadores e sim seu destino, ou seja, os processos objetivos que estão por trás deles e os conduzem. E esses processos não são descobertos através da indução, mas da análise” (VIGOTSKI).

O marxismo sofre oposições em diversos âmbitos (teóricos, políticos e ideológicos) da vida social, por conter em seus postulados uma visão de mundo que propõe não só o movimento, mas necessariamente a ruptura; por enfatizar a gênese da exploração, vinculando a discussão da opressão aos interesses econômicos de cada forma histórica em que ela se constituiu. No campo feminista, essa oposição aparece, por vezes, raivosa e de má fé, ou simplesmente, ignorante, e propõe a absoluta inadequação do corpo teórico marxista como arsenal heurístico para as análises da opressão de gênero. O viés ideológico dessa afirmação fica claro quando se atenta para duas das questões que perpassam a discussão do sistema sexo/gênero, que ficam obscurecidas para os/as detratores/as do marxismo. Em primeiro lugar, a cegueira de gênero – que ignora a existência da opressão específica que recai sobre as mulheres – é um atributo que recai sobre toda a ciência, pois as iniciativas de incluir gênero, como temática de debate acadêmico/social, só ganham corpo, após 1960, mas, apesar dessa inserção, ainda se encontra, contemporaneamente, oposição à sua existência. Em segundo lugar, entre os/as

marxistas (especificamente mulheres) há, desde a década de 1960, tanto a preocupação em fazer a crítica da insuficiência dos estudos sobre o sistema sexo/gênero, no campo marxista, como a de utilizar o método materialista histórico dialético para fazê-la. Nomes como Maria José Izquierdo, Zillah R. Eisenstein, Juliet Mitchell, Frederique Vinteuil têm tentado construir teorias sobre o sistema sexo/gênero, usando o arsenal teórico marxista, fazendo a crítica do mecanicismo de uns, e do idealismo de outros, utilizando para tanto toda a riqueza analítica que o método permite.

No marxismo, a discussão da opressão das mulheres havia sido realizada de forma homogênea e empobrecida, considerando apenas a discussão da classe, sem pensar a riqueza e a variedade da estrutura dinâmica da sociedade de classes, na qual a opressão das mulheres constitui uma das artimanhas mais eficientes para sua perpetuação. Mas, a partir dos anos 60 do século XX, com a construção do movimento autônomo de mulheres, internacional e de caráter massivo, o marxismo viu-se em frente ao desafio, como teoria que busca explicar a totalidade da vida social (VINTEUIL, 1989), do ponto de vista de sua constituição, como classes sociais, de oferecer explicação para a opressão que recai sobre metade dos seres humanos, sobre as mulheres. Assim como os demais campos das ciências sociais, o campo marxista era profundamente hegemônico por homens, o que condicionou profundamente os temas, que eram considerados prioritários para a discussão e a pesquisa, excluídas 'naturalmente' as mulheres. Mas se os marxistas, homens (em sua maioria) e mulheres concretos, não levaram em conta a discussão acerca da opressão sobre as mulheres, no entanto a teoria marxista oferecia pistas ricas de

como abordar questões que fossem além do economicismo reinante. Lukács, entre os/as autores/as marxistas, oferece tais pistas, apontando que:

“Essas tendências encontram sua primeira expressão adequada nos Manuscritos econômico-filosóficos(...), as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas o fato de que a economia seja o centro da ontologia Marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o ‘economicismo’” (LUKÁCS, 1979, p. 15).

Diversas outras pistas podem ser encontradas, seja nos textos marxianos, seja na tradição marxista, para elaborar teorias marxistas acerca da opressão sobre as mulheres, mas foge ao âmbito desse trabalho enumerá-las exaustivamente. Para tanto, remeto os/as interessados/as à leitura dos textos clássicos marxianos.

A utilização da teoria marxista permite analisar as complexas relações entre gênero e classe, existentes hoje no capitalismo/patriarcado, sem cair no idealismo hipostasiante nem no mecanicismo paralisante. Para tanto, é mister afirmar que a concepção teórica de Marx repousa sobre três pilares (NETTO, 1990, p.64):

“1 – O método dialético – concepção, segundo a qual, o ser social é processualidade: autoestruturada e dinamizada por vetores críticos de suas contradições imanentes. A razão é parte desse processo e o conhecimento teórico-social é a expressão racional de um processo real (...). Sem o método dialético, Marx é incompreensível”.

“2 – A teoria do valor-trabalho – é nela que está a raiz marxiana da apreciação da ordem burguesa. Marx não é um anticapitalista ou um revolucionário porque considera a ordem burguesa injusta e desumana - ele acha tudo isto, jamais se exime de juízos de valor sobre a ordem burguesa - mas seu elemento fundamental de análise é o caráter explorador da ordem burguesa: é da teoria do valor trabalho que Marx pode extrair a teoria da mais-valia”.

3 – A perspectiva da revolução – toda concepção teórica de Marx desaparece se retiramos dela a perspectiva de revolução, o traço histórico da perspectiva de Marx não tem nada a ver com a idéia de um processo histórico, com um devir necessário e obrigatório. Essa concepção de historicidade apenas como um movimento, existe, inclusive no pensamento conservador (...). O movimento histórico, tal como Marx percebe, tendo como limite a ordem burguesa é a possibilidade de revolução. É precisamente aqui que entra o que chamamos de ponto arquimédico a partir do qual Marx elaborou a sua concepção: é a possibilidade dessa ordem ser subvertida a partir de dentro (...). É uma possibilidade inscrita no processo de desenvolvimento desta ordem”.

A matriz teórica do marxismo pode contribuir substancialmente com a discussão do problema da opressão das mulheres. Para tanto, é necessário que esta discussão seja feita não de uma forma religiosa, baseada apenas nos textos que os/as grandes luminares da tradição marxista escreveram sobre a questão, alguns dos quais a história mostrou como incorretos ou superados, parcial ou totalmente. É preciso tomar o método de análise materialista histórico-dialética, com sua enorme capacidade heurística, e analisar, para além do escrito pelos/as clássicos/as, quais são as condições em que se constroem, se mantêm e se aprofundam as formas de opressão da mulher sobre o capitalismo. E é nessa direção que esta tese denuncia que, no atual momento de reestruturação produtiva, em que o modo de gestão denominado toyotismo ocupa um papel de centralidade (como já discutido no *Capítulo 1*), surgem novas e refinadas formas de dominação, e que só uma análise que vá além da aparência para a essência do concreto permite desvelar, como o método materialista histórico-dialético propõe.

“Mas a questão da validade da teoria marxiana não pode se reduzir a um levantamento, a um balanço do que resistiu e/ou envelheceu das colocações de Marx no confronto com o capitalismo tardio e a ordem burguesa contemporânea. A questão (...) deve ser situada diversamente: é possível esclarecer os problemas novos da ordem burguesa contemporânea a partir da teoria marxiana?” (NETTO, 2001, p. 36, 3a. edição).

Aplicando a afirmação de Netto, para uma análise da condição da mulher, defendo que a teoria marxiana é uma veia heurística capaz de fornecer ricos elementos não só para a crítica da opressão de gênero, como especificidade, sem desligá-la da sociedade de classes em que ela está inserida, mas também fornecer elementos para pensar as possibilidades de superação que, necessariamente, só ocorrerá com o fim do patriarcado/capitalismo. A teoria marxiana é a única capaz de

tal construção, qual seja, articular os elementos do patriarcado e do capitalismo, dialeticamente, sem dicotomias e sem reducionismos. A priori, rejeita-se a autonomia de cada ramo da ciência – ou sua especialização – que se traduziria numa psicologia marxista, ou numa sociologia marxista, etc. Rejeitar a autonomia não significa desprezar a singularidade de cada ciência, mas apenas que a categoria da totalidade é tomada como principal na utilização do método materialista histórico.

No final do século XX e no início deste, na expressão de tendências de construção de novas socialidades e nas lutas pela ampliação dos direitos das mulheres, tanto o movimento sócio-histórico como algumas abordagens teóricas apontam para diversas direções, algumas vezes, francamente, colidindo-se. O uso do método materialista histórico-dialético permite analisar esta diversidade, sem reduzi-la a um único aspecto, simplificando-a, na medida em que parte do suposto de que “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX , 1989c, p. 229).

Para apreender esse concreto é necessário então investigar as diversas determinações desse objeto, que é a opressão das mulheres. Uma dessas determinações se refere à diversidade do movimento de mulheres e/ou feminista e suas ligações com a questão de classe. Marx, ao comentar as controvérsias ideológicas da revolução de 1848, aquela que marca a inflexão do pensamento burguês, de revolucionário para conservador, explicita que

“Não se deve tomar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes. (...) Os que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que essa classe não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para que os interesses materiais e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia” (MARX, 1997, 6a. edição, p.55).

Por isso, para analisar os diversos caminhos que o movimento feminista percorreu, ao defender posições ferozmente antimarxistas e manter uma enorme cegueira sobre as relações de classe travadas pelas mulheres em cargos de direção, deve-se retomar a origem de classe da maioria das mulheres que compõem tal movimento. Para Hobsbawm (1998), por questões de sobrevivência, a maioria das mulheres que trava as lutas por questões mais abrangentes, que não as referentes à sobrevivência imediata – como acontece com o movimento feminista – são mulheres das classes médias, as quais dispõem de condições objetivas (tempo e conhecimento) para tal procedimento. Dessa forma, apesar dessas mulheres se encontrarem profundamente comprometidas com a luta contra o patriarcado, esbarram no limite de sua classe, pois certas mudanças só podem ser efetuadas junto com a mudança revolucionária; a saber, os limites da radical igualdade real só podem ser concebidos em um horizonte que inclua a superação das classes, horizonte esse que a própria situação de classe dessas mulheres impede de ser concebido.

Muitas parcelas do movimento feminista acusam a obra marxiana de passar ao largo da questão da opressão das mulheres. Ao tomar a teoria de Izquierdo, ver-se-á que a obra de Marx não toca na questão de gênero, mas faz a denúncia da utilização da força de trabalho das mulheres pelo capital, sempre de forma a aumentar a extração da mais-valia, como atesta, entre outras, a passagem abaixo:

“Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital” (MARX, 1989, p. 449/450, 13a. Edição).

A supremacia masculina e o capitalismo são as principais determinações na constituição da opressão da mulher. Supremacia masculina que ganha contornos novos no capitalismo, com as importantes (porém epidérmicas) mudanças, que ocorreram, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com a entrada em massa das mulheres, no mundo da produção. Ao construir novas características do gênero feminino, configuram-se novas facetas, por meio das quais a opressão se repõe e se esconde. A dinâmica entre as relações sexuais hierárquicas da sociedade e as relações de produção é o objeto que ocupa as/os pensadoras/es do feminismo socialista.

Para Eisenstein (1980), as feministas socialistas são as feministas que utilizam o materialismo histórico-dialético para analisar a opressão que recai sobre as mulheres e elas buscam entender o sistema de poder que deriva do patriarcado capitalista. O uso do termo ‘patriarcado capitalista’ para Eisenstein enfatiza uma relação dialética entre a estrutura de classe burguesa no capitalismo e a estrutura sexual hierarquizada do patriarcado, sendo que elas se reforçam mutuamente.

O feminismo socialista se caracteriza por ter compromisso tanto com o socialismo como com o feminismo, com ênfases diferentes no que se refere à relação entre patriarcado e capitalismo: algumas correntes colocam uma maior ênfase no patriarcado que no capitalismo, outras, maior ênfase no capitalismo que no patriarcado. Como, no entanto, a teoria e a prática socialistas têm uma história muito

mais desenvolvida que o feminismo socialista (EINSENSTEIN, 1980), é fundamental que se conheça o lugar onde se constroem as dimensões feministas do feminismo socialista. Para as analistas, que utilizam o método marxista, na teoria feminista, a opressão da mulher se inicia pela divisão sexual do trabalho. Para Eisenstein (1980), existe uma dupla importância no uso da análise marxista para o estudo da opressão da mulher. Em primeiro lugar, o método proporciona a análise de classe, que é fundamental para a análise do poder e, em segundo lugar, proporciona um método que é histórico e dialético. A dialética como método permite que se estude, de uma forma não dicotômica, mas em processo, em movimento, as relações patriarcais que governam a vida das mulheres. Desta forma, ao tomar as relações patriarcais em processo, em movimento, pode-se pensar também a forma de superá-las. O materialismo histórico permite pensar quais as relações que o capital, tanto no seu processo de produção como de reprodução de mercadorias - inclusive na reprodução da mercadoria força de trabalho – estabelece entre os sexos, como ele usa e reforça as determinações do patriarcado, para cumprir seu objetivo que é valorizar o valor.

Para as feministas de tradição materialista, o que determina, em última instância, a desigualdade social entre mulheres e homens é a dimensão 'posição ocupada na produção da existência'. Essa opção se dá porque, de um lado, o que move o emprego do sistema sexo/gênero, como ferramenta teórica, para interpretar a realidade, é justamente a desigualdade social entre os homens e as mulheres; e, de outro, é que a desigualdade fundamental é a relativa às formas como os seres humanos se relacionam na produção de sua existência. Aquelas/es que se propõem construir uma teoria da desigualdade de caráter material não ignoram as demais esferas da vida social, mas consideram que, em última instância, a importância que

esses aspectos possuem – incluindo os legais, ordens de valores e psíquicos – são o resultado do modo como se organiza a produção da existência (IZQUIERDO, 2001). Dessa forma, aquilo que se apresenta, na sociedade capitalista, como específico do gênero feminino, na verdade é uma relação entre sexos; específico das fêmeas é o contribuir à produção da existência humana como tal. A atividade que as donas de casa exercem é uma atividade de gênero feminino por excelência e é associada às fêmeas; outras atividades, que não só a das donas de casa, são atividades de produção da vida humana e elas, como outras atividades, em que as fêmeas são claramente majoritárias, ligadas ao cuidar de pessoas, da vida humana em geral, também são consideradas atividades femininas. De forma que se pode estudar o gênero do ponto de vista das estruturas sociais: as sociedades de classes se estruturam em dois gêneros, o que produz e reproduz a vida humana (o feminino) e o que produz e administra a riqueza, mediante a utilização da força vital dos seres humanos (o masculino). Como no capitalismo a produção de mercadorias é a atividade que detém a hegemonia, as demais atividades, inclusive o setor que produz a vida humana, encontram-se subordinadas ao setor que produz e faz circular a riqueza. Assim sendo, falar de desigualdade de gênero, refere-se a esse tipo de desigualdade. As atividades de produção e reprodução da vida humana prevalecem entre as fêmeas, não, contudo, exclusivamente. Entretanto a desigualdade de gênero se produz, independente dos/as executores/as serem fêmeas ou não. **A desigualdade estrutural de gênero** refere-se a que o nível de retribuição, de formação, de prestígio, de poder, destinado às atividades femininas, é inferior ao que se concede às atividades masculinas, sejam elas desenvolvidas por fêmeas ou machos.

A desigualdade de sexo não é a mesma coisa que desigualdade de gênero, mesmo que, com ela, guarde estreitas ligações. **A desigualdade de sexo** reporta-se ao fato de que as fêmeas, ocupando posições sociais masculinas ou femininas, são menos consideradas, têm menos poder que os machos e recebem menores salários.

A denúncia e o combate à opressão das mulheres não são exclusividade dos/as teóricos/as marxistas, mas existem diferenças fundamentais não só na forma de conceber essa opressão, como na forma de enfrentá-la. Teorias não marxistas recorrem ao termo opressão para referir-se às condições sociais desiguais, em que vivem os seres humanos, no que se refere às desigualdades de gênero, de etnia, de orientação sexual, etc. Para alguns pensadores marxistas, como Netto, o termo opressão é utilizado e aceito pelo *status quo*, porque permite fazer a denúncia de situações desumanizadoras, mas sem que se toque na questão central da desigualdade, que é a exploração da força de trabalho. Colocadas desta forma, em termos antípodas, as pesquisas se tornam necessariamente parciais, não rompem com a particularidade, dela partem e para ela retornam. Do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, como método de conhecimento, parte-se do geral em direção ao particular e retorna-se ao geral. Tomando uma das características do método, que é a análise do complexo como síntese de múltiplas determinações, busco mostrar que a análise da opressão é essencial, não como desvio do conhecimento da exploração, mas como uma mediação central na construção desta exploração.

Caso se considere como categoria de análise o gênero (que é a forma central da opressão nas sociedades de classes patriarcais), analisado em todas as suas cruéis conseqüências, seria fácil indignar-se e concluir que os capitalistas, em geral, e os homens, em particular, são ruins, têm maus sentimentos, etc. O mesmo se aplicaria

facilmente a outras opressões, como as étnicas (tome-se aqui a lembrança, nunca suficientemente tomada, do nazismo e da escravidão negra, como duas formas emblemáticas de opressão racial). Mas, para Marx;

“Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesse. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações sociais das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas” (MARX, 1988, p.19).

Desta forma, faz-se mister pensar a opressão, não apenas como relações sociais desumanizantes (que efetivamente o são), mas como relações que constituem e solidificam estratégias de classe que mantêm e sustentam as relações de exploração da força de trabalho.

A utilização do método materialista histórico pode contribuir para a construção de um saber sobre a opressão específica que recai sobre as mulheres, que sirva de contribuição para a construção de um saber comprometido com a revolução anticapitalista (ou socialista).

As situações de opressão não são apenas de gênero, mas também étnicas/raciais. O capital encontra artimanhas diversas para dividir a classe trabalhadora, para evitar que cada membro da humanidade veja o outro como igual, se reconheça nele e trave com ele relações de solidariedade. O capital teme, antes de tudo, que a cooperação que, necessariamente, os/as trabalhadores/as são obrigados/as a desenvolver no exercício do trabalho (ver *Capítulo 1*) se transforme também em cooperação na vida, em laços afetivo-sociais. Dividir a classe de acordo com a etnia a que pertence e tornar os membros de uma etnia superior aos de outra

são uma estratégia tão antiga quanto a sociedade de classes, mas sempre renovada no capitalismo.

“A utilidade da teoria de superioridade racial não se limita à justificação da conquista externa. A intensificação do conflito social dentro dos países capitalistas adiantados, (...) tinha de ser desviada, sempre que possível, para canais inócuos, acentue-se, do ponto de vista do domínio da classe capitalista. O acerbamento de antagonismos raciais é um método conveniente de afastar a atenção da luta de classe” (SWEEZY, 1986, p.238, 2a. Edição).

“Discriminação contra minorias raciais, reais ou imaginárias, tem além disto a sanção total da economia monopolista, pois desta forma os empregos e oportunidades de investimentos podem ser recusados aos grupos em posição desvantajosa, seus salários e lucros podem ser reduzidos a níveis inferiores aos predominantes, e as camadas favorecidas da população podem colher recompensas materiais substanciais” (idem).

Mas, como visto, todas as opressões, mesmo as raciais, encontram sua determinação central em um interesse econômico, de extração de mais-valia, quando os membros de uma determinada etnia podem ter sua força de trabalho diminuída ou podem ser excluídos de determinadas funções e a divisão em etnias, assim como a divisão de sexo/gênero, dificulta, enormemente, a luta conjunta da classe trabalhadora, na medida em que as condições objetivas de cada grupo, por interesses imediatos, são muito diferentes (na aparência, pois na verdade não só os interesses históricos são iguais, como, após uma análise mais acurada, também assim se revelam os imediatos).

3.1 A luta das mulheres no Brasil

Uma grande variedade de teorias, malgrado suas grandes diferenças, busca pensar formas de combate e superação da opressão que recaem sobre as mulheres. Apesar de utilizarem referenciais teóricos distintos, essas teorias possuem um objetivo comum, que é romper com a invisibilidade que paira(va) sobre a condição da mulher. Essa invisibilidade se estende por todos os setores da vida social, mormente no que se refere à presença das mulheres, no mundo do trabalho. Para romper (também) com esta instância de invisibilidade, a produção teórica feminista mundial (Helena Hirata, Daniela Kreggart, Elizabeth Souza-Lobo) tenta construir visibilidade para a divisão de gênero existente no mundo do trabalho, visto que, no período que antecede os anos 1970 (que marca o [res]urgimento do movimento feminista em todo o mundo), os estudos sobre a classe trabalhadora eram feitos como se esta fosse monolítica, formada de um só gênero e etnia.

“A literatura existente costuma falar de ‘operários’ ou de ‘classe operária’, sem fazer nenhuma referência ao sexo dos atores sociais. é como se o lugar na produção fosse um elemento unificador de tal ordem, que fazer parte da classe operária já remeteria a uma série de comportamentos e de atitudes relativamente unívocos” (HIRATA, 1994, p. 94/93).

Para se contrapor à exclusão das mulheres do universo de pesquisa sobre o trabalho, desenvolveu-se toda uma geração de pesquisadoras que defende que a ‘classe operária tem dois sexos’, cujos estudos buscam compreender as especificidades do trabalho, no que se refere ao sexo do/a trabalhador/a.

“Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir do seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (MARX & ENGELS, 1986, p. 37, 5a. edição).

Souza-Lobo (1991), ao analisar o emprego industrial das mulheres no Brasil, aponta que, na indústria de transformação, de 1970 a 1980, enquanto a força de trabalho dos homens duplicou, a força de trabalho das mulheres triplicou. Mas tal salto, no número de mulheres, em postos de trabalho, não foi seguido por um aumento correspondente sobre a temática das mulheres, nem no mundo do trabalho, nem nas lutas sociais por elas travadas.

Excetuando-se a literatura feminista, o material produzido sobre as lutas das mulheres na história do Brasil ainda é escasso. Mesmo tendo uma participação marcante em várias lutas gerais, locais, nacionais e mesmo internacionais – poderíamos lembrar entre outras, Joana Angélica, Ana Néri, Anita Garibaldi, Bertha Luz, Olga Benário, Tarsila do Amaral, Patrícia Galvão (Pagu) – e, nas mais diversas áreas da vida social, continuam a ser ignoradas pelos manuais de história, ou colocadas em posições de subalternidade, quando aparecem como auxiliares do mundo masculino. A presença das mulheres nas mais diversas lutas começa a ser escrita a partir do momento em que as mulheres começam a escrever em jornais e periódicos (TELES, 1993), no período que vai de 1850 até a conquista do voto das mulheres, 1934. Os escritos versavam tanto sobre a luta das mulheres no mundo do trabalho, como sobre as lutas políticas, retratando a luta por melhores condições de trabalho (tecelãs, costureiras) e a luta das sufragistas pela extensão do direito de voto às mulheres.

As primeiras lutas pelo sufrágio das mulheres datam de 1890, quando foi feita uma emenda propondo o direito de voto para as mulheres proprietárias, no bojo da queda do voto censitário (por renda), mas a emenda não foi aceita. O forte acento patriarcal da história do capitalismo brasileiro fica evidente quando, após a proclamação da República, se promulga em 1891 a Primeira Constituição Republicana (BASBAUM, s/d, p. 183), trazendo, segundo seus analistas, grandes inovações políticas, como o federalismo, estado laico, senado temporário, regime presidencial e livre escolha dos ministros pelo presidente da república., governo de três poderes independentes, que se expressava do seguinte modo: o “voto **universal** (negrito nosso) para maiores de 21 anos, excetuando mulheres, analfabetos, praças de pré, religiosos de ordens monásticas”. Uma análise atenta mostra que o uso do termo “universal”, para se referir a apenas um dos sexos, bem como o uso do termo 'homem', para se referir a toda a humanidade, explicitam a cegueira de gênero que cerca as ciências e as leis (SOUZA, 2000).

No início do século XX, ocorrem novas tentativas para estender o voto às mulheres, mas só, em 1932, após grandes lutas travadas pelas sufragistas, as mulheres conquistam o direito de voto, que só será exercido em 1934, mas no entanto sua obrigatoriedade era extensível somente para as mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos (art.09). A obrigatoriedade plena só foi constar na Constituição de 1946 (MIGUEL, 2000). A forma e ocasião de como o direito do voto foi estendido, para as mulheres, nos diversos países, apresenta uma enorme variedade, mas é possível notar o divórcio existente entre o direito do voto e o direito de ser votada, o que parece apontar para uma menor resistência ao direito de voto pelas mulheres em comparação com o direito de ser votada. Tal discrepância parece

apontar para o fato de que o direito de voto para as mulheres parece não significar uma ameaça concreta ao poder masculino. Devido às condições de isolamento social em que transcorria a vida das mulheres e com o conseqüente grau de consciência daí derivado, profundamente impregnado de valores patriarcais, o direito de voto para as mulheres pode ter representado, paradoxalmente, o aumento do poder dos homens, como atestam os casos das primeiras sufragistas que, com sua postura de fortalecimento do papel doméstico da mulher, contribuíram para o fortalecimento do papel público dos homens.

No Brasil, o processo de urbanização e o crescimento industrial fomentado, principalmente a partir do segundo quartel do século XX, que representam um novo padrão de desenvolvimento capitalista, trazem no seu bojo mudanças significativas para a situação da mulher brasileira. Nos anos 1970, o movimento feminista crescia em todo o mundo e repercutia sobre o movimento de mulheres no Brasil, cuja fisionomia se tornava mais feminista. O pano de fundo deste crescimento é a onda de contestação aos costumes tradicionais do mundo ocidental, com a entrada em cena de uma diversidade de movimentos: Woodstock, Black Power, Movimento Hippie, Panteras Negras (EUA). Na América Latina, eclodem guerrilhas contra ditadores, representantes do capital local (e seus capachos nacionais). Na Europa, acontece o movimento estudantil de maio de 68, a liberação sexual e fuga do trabalho.

Na França, em 1949, Simone de Beauvoir lança o Segundo Sexo, primeiro marco teórico da teoria feminista, nos Estados Unidos, Betty Friedman lança A Mística Feminina (década de 1960), contribuindo com o debate especificamente feminista da luta das mulheres. A fértil produção teórica feminista não foi acompanhada por avanços significativos no campo da militância política das mulheres. A maioria das

militantes do movimento feminista era de classe média e buscava uma aproximação e uma vinculação com os setores populares, pois era escassa a presença de mulheres operárias, pela própria situação de classe, em que a dura jornada de trabalho na fábrica se juntava à múltipla jornada em casa. As mulheres de classe média, com acesso à produção intelectual e liberadas de algumas amarras da múltipla jornada (com o trabalho doméstico sendo executado por mulheres das classes populares), mesmo assim enfrentavam significativos obstáculos colocados na sua militância, da múltipla jornada à dificuldade de se fazer ouvir pelos próprios companheiros militantes. As primeiras feministas, organizadas como tal, surgem, no país, vinculadas às organizações e partidos de esquerda e atuam politicamente articuladas com o conjunto de mobilizações populares de mulheres, influenciando profundamente o caráter dessas mobilizações e sendo influenciadas pelas demandas das camadas populares, provocando mudanças no comportamento sexual e padrões de reprodução e fecundidade.

Na América Latina e no Brasil, devido aos longos períodos ditatoriais, que a região conheceu, o conjunto dos movimentos sociais obrigou-se a construir frentes de unidade para enfrentar a repressão, assim o movimento de mulheres cresce com um acento marcadamente esquerdista ou, pelo menos, antigovernamental.

No início do Século XX, nas diversas categorias, em luta por melhores condições de trabalho, já se vislumbra a presença de mulheres no trabalho assalariado, sem romper com a dupla exploração, na casa e na fábrica, sob as mesmas patriarcais responsabilidades, com salários mais baixos e maiores jornadas. As referências à participação das mulheres são escassas, embora estas tenham se destacado, em muitos movimentos.

A luta pela regulamentação do trabalho das mulheres foi vitoriosa no I Congresso Operário Brasileiro, em 1906. No ano seguinte, as tecelãs, categoria composta majoritariamente por mulheres, aderem à greve, em São Paulo, e nela as costureiras se destacam. A luta era por jornada de 8 horas, conseguida por algumas categorias, mas não pelas costureiras. O trabalho noturno da mulher e do menor foi abolido em 1917, após uma greve duramente reprimida. Em 1919, novamente 30 mil têxteis entram em greve pela jornada de oito horas e pela igualdade salarial entre homens e mulheres, com a participação massiva de mulheres e crianças. As lutas das mulheres operárias por melhores condições de vida e trabalho se faziam acompanhar por lutas mais políticas, pelo direito ao voto, travadas por mulheres das camadas médias e dominantes.

O movimento sufragista agrupa setores expressivos de mulheres influenciadas pelos ecos das lutas pelo voto que se travavam nos países da Europa. Em 1910, Deolinda Dalho, professora, funda o Partido Feminino Republicano, cuja plataforma defende que os cargos públicos fossem ocupados, sem distinção de sexo, por todos os brasileiros e promove manifestações de rua para obter apoio popular. A década de 1920 assiste à eclosão de marcantes acontecimentos nas artes e na política. A Liga para a Emancipação Internacional da Mulher é fundada em 1920 por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura com o objetivo de lutar pela igualdade política das mulheres. Em 1922, como sinais da efervescência político-cultural, acontecem a Semana da Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Com fortes influências das entidades similares norte-americanas, Bertha Lutz funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade sufragista. A luta pelo sufrágio das mulheres é travada principalmente na imprensa e em 1927 obtém a primeira significativa vitória,

quando, no Rio Grande do Norte, o presidente da Província (cargo que corresponde ao atual governador) promulga uma lei que permite o direito de voto às mulheres e registram-se as primeiras eleitoras. Em abril do ano seguinte, quinze mulheres votaram, mas seus votos não foram reconhecidos em nível federal.

A luta sufragista consegue sua vitória definitiva em 1932, no contexto pós Revolução de 30, movimento que, embora originário das oligarquias, sofre pressões políticas que obrigam a uma maior abertura de espaço para setores populares. Com a resolução da questão político-legal, as lutas das mulheres voltam-se então para a questão do trabalho das mulheres e à proteção à maternidade e às crianças, mas essas lutas não conhecem momentos de vitória, pelo contrário o movimento entra em declínio. Após a Revolução de 30, Vargas governa com mão de ferro e eclodem movimentos que tentam derrubá-lo e implantar um governo popular, entre esses, em 1934, a União Feminina, movimento organizado sob a direção dos comunistas da ALN (Aliança Libertadora Nacional), formado por mulheres intelectuais e operárias. Vargas reage com um golpe de estado, em 1937, instaurando a ditadura do Estado Novo, em que busca perpetuar-se no poder. A conjuntura nacional e internacional era repressiva no Brasil, com a ditadura do Estado Novo, e, na Europa, com a ascensão do fascismo. Nesse quadro, inicia-se a Segunda Guerra Mundial, obrigando as mulheres a voltarem à cena política, agora com bandeiras não mais ligadas à condição da mulher, mas, na luta geral e antifascista, pelas liberdades democráticas.

O fim da Segunda Guerra traz de novo à cena política a luta por questões da condição da mulher, e, na capital da República (que era o Rio de Janeiro), organiza-se o Comitê de Mulheres pela Democracia, para manter a luta pela consolidação da democracia e pela conquista da igualdade para as mulheres, nos planos profissionais,

administrativos, culturais e políticos. A Assembléia Nacional Constituinte que é instalada em 1946, no esforço de redemocratização do pós-guerra, não incorpora as reivindicações dos movimentos sociais, quais sejam a luta pela anistia e a luta contra a carestia, bem como não incorpora a presença das mulheres na sua composição. Mas isto não significou o fim da luta pela igualdade entre mulheres e homens.

Em 1947, as questões ligadas à condição da mulher aparecem novamente na criação do jornal *Momento Feminino*, que existiu com boa receptividade por aproximadamente dez anos, na criação da Federação das Mulheres do Brasil (FMB), fundada por Alice Tibiriçá, que tinha sido sufragista e fizera a batalha pela defesa do petróleo brasileiro. A FMB, ligada ao PCB, propunha-se a fazer a luta das mulheres, debatendo questões de seu interesse, seus direitos, a proteção à infância e a paz mundial. É a partir de 1947 que começa, no Brasil, a comemoração do 8 de março como dia Internacional da Mulher, data que, em 1910, na 2a. Conferência Internacional da Mulher Socialista, Clara Zektin tinha proposto como dia Internacional da Mulher¹⁷. A FMB organiza em 1951 o seu 1o. Congresso, que aglutina mulheres de diversos setores da classe trabalhadora, como professoras, funcionárias, operárias, estudantes, camponesas, no total de 231 mulheres. Em 1952 organiza-se a 1.ª Assembléia Nacional de Mulheres, com sua pauta voltada principalmente para as reivindicações da mulher trabalhadora, com pouca ênfase nas questões específicas da condição da mulher. No final deste mesmo ano se realiza também a 2.ª Assembléia Nacional de Mulheres.

Em 1953, em São Paulo, as mulheres organizam manifestações contra a carestia e, em 1956, realiza-se a Conferência Nacional de Trabalhadoras, ambas

¹⁷ A escolha de 8 de março como dia Internacional da Mulher foi proposto por Clara Zektin em 1910, como homenagem às 129 mulheres queimadas vivas em uma fábrica de Nova York (EUA) em 1857, quando lutavam por melhores condições de trabalho.

ainda tendo como temática a questão político/econômica geral, com pouco acento nas questões de gênero.

As contradições, envolvendo a luta em torno da condição da mulher, manifestam-se, mais uma vez, no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956/1961), considerado um governo democrático, mas durante o qual as organizações femininas foram suspensas (TELES, 1993, p.50), o que não impediu que as mulheres continuassem organizando-se, mas principalmente em torno das questões concretas da sobrevivência diária, como a melhoria de condições de vida, muito raramente em torno da condição da mulher.

Em fase de democratização, no Governo de João Goulart, em 1963, realiza-se o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, em que se defendeu salário igual para trabalho igual e se discutiram as leis trabalhistas e sua aplicação à mulher. As questões ligadas à condição da mulher foram representadas por meio de uma proposta de reforma no código civil, que eliminasse principalmente os artigos discriminatórios com relação à mulher casada.

No período seguinte, que se inicia em 1964, quando do golpe militar, o Brasil mergulha em uma ditadura, que promove o fechamento das organizações gerais dos/as trabalhadores/as, entre as quais se encontram várias associações de mulheres, de filiações políticas as mais diversas. No bojo da resistência política que se organiza, assumindo desde a resistência armada até formas mais pacíficas, muitas mulheres se engajam e, como os demais resistentes, muitas fizeram a resistência, inclusive armada, muitas foram para o exílio e muitas outras foram mortas. Premidas por necessidades mais amplas, construindo a unidade na luta, que nesse momento tinha como reivindicação unitária o fim da ditadura, as associações femininas e

organizações de mulheres praticamente desaparecem e só voltam a funcionar novamente a partir de 1975.

Com a decretação pela ONU (Organização das Nações Unidas) do ano de 1975, como o Ano Internacional da Mulher, a organização das mulheres acaba sendo fortalecida e especialmente a organização das mulheres em torno de suas questões específicas, na medida em que estas ganham não só visibilidade internacional, como um estreitamento de laços entre as organizações de mulheres de países diferentes. Para Teles (1993), no período que vai de 1964 até 1970, duas mulheres se destacavam junto à opinião pública brasileira: Carmen Silva e Betty Friedman. Carmen Silva, feminista brasileira, escrevia, na revista *Cláudia*, artigos em que, por meio da discussão dos problemas cotidianos das mulheres, buscava introduzir a discussão dos seus problemas e da sua emancipação. Betty Friedman, feminista americana, no final da década de 60, visita o Brasil para lançar seu livro *A Mística Feminina*, causando enorme polêmica nos meios de comunicação.

A abertura que se gesta a partir da decretação do Ano Internacional da Mulher, gesta variadas organizações femininas e feministas, com especial destaque para uma organização de mulheres, na periferia de São Paulo, o Movimento Contra a Carestia, que lutava contra o custo de vida e também por creches. Era um movimento de mulheres, que contava em seu meio com a atuação de feministas, mas não era um movimento feminista. As principais lideranças mulheres eram ligadas principalmente à Igreja Católica e começam a fazer manifestações de rua, como abaixo-assinados ou tentativas de romper o silêncio que rondava as ruas, após o golpe militar de 1964. As contestações ao golpe militar eram gestadas, em sua maioria, de forma secreta, para fugir da repressão, de forma que, após o golpe, somente os estudantes faziam

manifestações de ruas, manifestações essas que também eram violentamente reprimidas por forte violência policial. Em junho de 1978, uma manifestação na Praça da Sé, em São Paulo, para colher assinaturas contra a carestia, transforma-se na primeira de uma série de manifestações gerais que culmina com o fim da ditadura militar.

As mulheres participam de diversos movimentos de contestação à ditadura e, entre estes movimentos, um ganha um imenso alcance e exerce papel significativo na luta pelo fim da ditadura e pela redemocratização, que é Movimento pela Anistia. O embrião desse movimento era composto por mulheres, mães de estudantes presos no Congresso de estudantes realizado em Ibiúna (SP) em 1968, e se expandiu, inicialmente, para as mulheres mais próximas dos presos políticos, como companheiras, irmãs, mães, mas recebeu apoio de diversos setores sociais e logo se criou o Movimento Feminino pela Anistia. O movimento ganha tal vulto que se forma logo a seguir o Comitê Brasileiro pela Anistia, cuja luta contribuiu decisivamente para a aprovação da lei da anistia para prisioneiros políticos, em agosto de 1979. Em janeiro de 1979, no Congresso Nacional pela Anistia, foi proposto que se reunissem as reivindicações do Comitê com as questões referentes à condição da mulher.

Em uma conjuntura em que a ausência de liberdades democráticas impedia quaisquer manifestações populares, a Declaração do Ano Internacional da Mulher, pela ONU, em 1975, ganha enorme importância política, visto que o movimento de mulheres brasileiras se gestava timidamente nas casas, bairros e locais de trabalho e a escolha da ONU insere visibilidade e faz surgir apoio internacional para a luta das mulheres, no Brasil. Antes de 1975, surgiram algumas pesquisas sobre a temática feminista nas Universidades, mas elas se tornavam conhecidas apenas pelos meios

militantes e somente após 1975 é que a temática feminista ganha ressonância junto à opinião pública.

Vários periódicos surgem a partir de 1975, que cumprem a função de levar para a imprensa as questões referentes à condição da mulher. Destacam-se o *Brasil Mulher*, que circula de outubro de 1975 a março de 1979, *Nós Mulheres*, circula de junho de 1976 a 1978, *Mulherio*, circula de 1981 a 1987 e tantos outros, que cumpriram o papel de levantar os temas e colocar a problemática feminista e do movimento de mulheres no geral.

Na década da mulher (que se inicia em 1975), o país vive sob uma ditadura que, em 1968, mostrara sua cara mais feroz com a edição do AI-5 (Ato Inconstitucional nº 5). Tal conjuntura política tem como consequência sobre o movimento feminista, que surge na Década da Mulher, aqui no Brasil, um caráter classista, de luta contra a opressão, por liberdades democráticas e com ideais socialistas. Exemplos dessa ligação dinâmica e dialética, entre os interesses democráticos e os interesses de gênero, refletem-se nas comemorações do 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Antes de 1964, o 8 de março era comemorado no Brasil, mas após o golpe, caiu no esquecimento, visto que a luta geral contra a ditadura acabava centralizando todos os esforços. Apenas no 8 de março de 1976, ocorre, no MASP (Museu de Arte de São Paulo), a primeira manifestação pública, após o golpe, convocada principalmente pelos jornais feministas e pelo Movimento pela Anistia. A partir deste ano, o 8 de março retoma sua força e passa a ser um dia de luta, de aglutinação e articulação de mulheres. O movimento de mulheres se estende para além do 8 de março, e se faz presente nas igrejas, sindicatos,

movimentos sociais e políticos, enquanto o número de mulheres continua crescendo significativamente no mercado de trabalho.

A luta travada pelas mulheres era diversa, tratando tanto das questões específicas como gerais. No que se refere às lutas ligadas ao Parlamento, o movimento de mulheres consegue que se instale, em 1977, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Congresso Nacional, com o objetivo de levantar dados acerca da situação das mulheres em várias áreas. O Congresso ainda era fortemente hegemônico por forças ligadas à repressão e legislava sob a égide do AI-5, de forma que as mulheres trabalhadoras não tiveram acesso à palavra, pois, segundo a Comissão, não conseguiriam fazer uso da palavra.

No bojo do processo de organização da classe trabalhadora, que se gestava na região metropolitana, chamada de ABC Paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano), no final da década de 70, as trabalhadoras metalúrgicas da região realizam o I Congresso da Mulher Metalúrgica, com a presença de 300 mulheres, mas... com a mesa diretora composta somente por homens: Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato, Almir Pazzianoto, entre outros. A repressão patronal se fez sentir com dureza como resposta ao Congresso, demitindo e perseguindo, mas não impediu que as mulheres continuassem a aparecer no sindicato.

Na seqüência da luta, outras categorias, como bancários em São Paulo, começaram a reivindicar a presença das mulheres nas direções sindicais. As massivas greves, que acontecem em 1978 na região do ABC Paulista, que marcam o ascenso do movimento operário e culminam com o fim da ditadura militar, contam com a presença das mulheres, tanto como trabalhadoras paradas, bem como em atividades de apoio, nos diversos bairros não só do ABC como do seu entorno. Mas a

pauta de reivindicações era escrita como se a classe trabalhadora tivesse um só sexo – o masculino (SOUZA-LOBO, 1991) – de tal forma que o único item que se referia à diferença de gênero, existente objetivamente entre a classe, era ‘salário igual para trabalho igual’. O final da década de 1970 assiste a diversas formas de organização das mulheres da classe trabalhadora. Em São Paulo as mulheres químicas realizam seu 1.º Congresso, em abril de 1978, em uma categoria que era composta de 59 mil trabalhadores, dos quais 11 mil eram mulheres. Em Belo Horizonte, ainda nesse mesmo ano, ocorre o 3.º Congresso de Empregadas Domésticas e no Estado da Paraíba as pescadoras também se organizam. Em diversos pontos do país, as mulheres se organizam e esta organização repercute na vida sindical, com diversos sindicatos começando a fazer encontros e reuniões sobre a questão da mulher.

Essa organização das mulheres culmina com a organização, em 1979, do Primeiro Congresso da Mulher Paulista, tendo como consequência mais significativa a criação do Movimento de luta por creches, uma das lutas mais destacadas deste período. A importância de tal movimento se deve tanto ao fato de que tal reivindicação atinge diretamente o cotidiano das mulheres, bem como também permite que se trave um grande debate ideológico sobre o papel da mulher e da família.

No processo denominado Abertura, lenta, gradual e segura, para deixar o poder, sem que vissem seus interesses atingidos, como representantes de determinado setor da burguesia, o governo ditatorial militar tenta deter o movimento social/operário, que se avoluma e dá sinais de radicalização. Conduzidos pela dinâmica da luta de classes, assiste-se a alguns avanços, em 1982, por exemplo, há a realização das primeiras eleições diretas para governador, após o golpe militar de 1964. Em São Paulo, foi eleito um governo democrático de centro-esquerda e as

feministas, ligadas ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), reivindicaram e conseguiram a criação dos Conselhos da Condição Feminina, órgão que se dedicava à questão da mulher. Nesse mesmo governo, é implementado um outro significativo avanço, no que se refere à temática das mulheres, com a criação, em 1985, das Delegacias da Mulher, que centralizam todas as questões referentes à violência contra as mulheres. O Conselho da Condição Feminina era composto por mulheres intelectuais e militantes, com vasta experiência na temática feminina/feminista, mormente com interesses de classe não hegemonzados pelos interesses operários. Ampliam-se as lutas para além do pólo mais desenvolvido do país, que é São Paulo, e o desenvolvimento das lutas, nesse âmbito, culmina com a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão de âmbito federal. A fundação desse Conselho é efetuada no governo eleito após a frustrada luta pelas Diretas Já, que culmina no abortamento das eleições diretas e eleição indireta (e manietada) do primeiro governo civil após a ditadura, de José Sarney. Esse governo tinha apoio político das mesmas forças que davam sustentação ao governo paulista, de forma que foi possível ampliar as conquistas, no âmbito da condição das mulheres, para o governo federal.

O ano de 1983 tinha assistido à organização dos setores operários em luta, que culmina com a criação da CUT, que hegemoniza os setores mais classistas do movimento operário. Mas somente no seu II Congresso, realizado em 1986, é que a CUT cria a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, que continua funcionando até os dias atuais.

O fim da ditadura e a instauração de um governo civil (ainda que eleito indiretamente) e a pressão dos movimentos operários e populares criam as condições

para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que expurgasse o entulho autoritário surgido durante a ditadura. Em 1986, são eleitas 26 mulheres, de um total de 559 pessoas, como deputadas federais para o Congresso Constituinte. A Constituinte anterior, considerada a mais democrática da história do Brasil, não contava com nenhuma mulher entre os constituintes, o que evidencia que a construção da democracia formal é um processo limitado e fortemente sexista. Mas o processo de convocação de uma Assembléia Constituinte mobiliza muitas forças sociais e o movimento feminista se empenha em passar as questões que interessam às mulheres. Em agosto de 1986, ocorre o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, que consegue unificar as reivindicações das mulheres de todo o país e consegue que praticamente todas, com exceção do direito do aborto, sejam incorporadas ao texto constitucional. Em 1988, a Constituição consagra, no corpo da lei, o princípio “homens e mulheres são iguais perante a lei”. Mas apesar de alguns avanços conseguidos social e legalmente, a opressão que recai sobre as mulheres continua a ser um sólido fio que tece a malha da dominação/exploração constituinte do patriarcado-capitalismo.

3.2 Novas roupagens para velhos problemas: situação das mulheres no séculoXXI

As condições de vida das mulheres – com diferenciações significativas nestas condições, conforme a classe/etnia à que ela pertence – no início do século XXI - apesar do discurso ideológico que canta os avanços das mulheres – se, por um lado, apresenta mudanças, por outro, continua o mesmo, quando não apresenta regressões. Determinadas mudanças, consideradas avançadas, escondem, exatamente, o seu contrário, qual seja, o aprofundamento da sujeição, tornando difícil a sua identificação e conseqüente luta pela transformação. Em alguns aspectos, “tudo continua como dantes” e, em outros, houve regressão e, em poucos, houve algum avanço.

As mulheres, nos últimos cinquenta anos, entraram, maciçamente, no mercado de trabalho, e, em alguns países, chegam a ser 51% da força de trabalho, mas as condições de trabalho continuam sendo mais difíceis para as mulheres: menores salários, maiores exigências de empregabilidade, maior possibilidade de sofrerem doenças do trabalho (Lesões por Esforços Repetitivos, assédio moral, assédio sexual), acréscimo no número de obrigações (tripla jornada), pois não são criados os equipamentos sociais necessários (materiais e ideológicos), para que as tarefas consideradas 'obrigações da mulher' sejam exercidas, seja pelo poder público, seja divididas entre parceiros/as, incremento das exigências sociais: agora, além de boa esposa e dona de casa, é exigido que a mulher seja uma excelente profissional, culta, conhecedora das artes do amor, além de ser independente, bonita e sempre bem humorada.

Apesar das páginas e páginas escritas acerca do avanço das mulheres, quando o capital necessita fazer realizar a mercadoria, no âmbito da circulação – e para auxiliar nessa tarefa conta com os bem preparados profissionais da propaganda e *marketing* – não se hesita, como desde o início do patriarcado, em tomarem as mulheres como simples objetos de prazer dos homens. Na propaganda de diversas mercadorias – de cerveja ao pneu – aparece a anatomia das mulheres como modo de convencimento, destinado aos homens - senhores e consumidores.

Na vida intelectual e política, setores da vida social em que o avanço societal, em tese, é produzido/produz as maiores transformações, também não se encontrarão grandes mudanças: as mulheres continuam sendo minoria em cargos de direção, seja nas universidades, seja nos partidos de esquerda (e de direita), seja nos progressistas governos eleitos.

No que se refere aos números da 'vida privada', as mulheres continuam sofrendo violência sexual e doméstica, sendo assassinadas, brutalizadas e, após os 35, 40 anos, trocadas por 'duas de 20', em todas as classes sociais.

As várias determinações que compõem a vida cotidiana das mulheres são todas elas perpassadas pela construção de gênero. Isto significa considerar que, tanto no gênero como em todas as outras determinações do ser social, nada mais é natural, mas uma construção social, constitutiva do ser; e, sendo construída, pode, em condições em parte construídas pelo ser humano (condições subjetivas) e em parte no aproveitamento de condições dadas (condições objetivas), sofrer modificações. Em Souza (2000), foi possível descortinar algumas das questões mais tangentes que compõem a opressão/dominação que recai sobre as mulheres quando do exercício da vida pública (profissional/política), que sumario abaixo. O exercício da vida pública, no sistema patriarcal/capitalista, acarreta uma série de conseqüências (limitantes) para a vida privada das mulheres, expostas a seguir.

Para analisar os dados que se referem à vida amorosa das mulheres, Souza introduz a expressão "condição afetiva"

"Para denominar estado civil, visto que este termo se refere apenas à situação de convivência legalizada entre pares, nem sempre condizente com o estado de convivência afetivo-sexual dos mesmos. Além do mais, o termo estado civil não leva em conta os pares homossexuais, visto que no Brasil estes não têm ainda sua condição afetiva regularizada" (Souza,2000,p.116).

Neste trabalho, retomo o termo 'condição afetiva' para apontar uma das áreas em que as mulheres são mais afetadas, quando exercem a vida pública, que é a vida conjugal. A condição afetiva predominante, entre as mulheres, é a de solteira ou separada, pois há uma maior dificuldade das mulheres conciliarem a vida conjugal

com o exercício da vida pública, devido à não aceitação dos respectivos companheiros.

A maternidade, a qualidade mais realçada nas mulheres, cantada em verso e prosa, aparece com o problema que mais afeta emocionalmente as mulheres, pois é muito difícil conciliar vida pública com maternidade, quer esta maternidade seja efetivada ou não. As mulheres que têm filhos/as e as que não têm, apesar de parecerem enfrentar problemática diferente, caminham sob um único subtexto. Aquelas que são mães enfrentam a cobrança dos/as filhos/as, pois as tarefas que estas mulheres assumem na vida pública (profissional/política) acabam por afastá-las com mais frequência de casa, impedindo-as de cumprir funções maternas (consideradas) tradicionais.

“O papel do feminino é vivido de forma diferente, tanto naquelas mulheres que não tiveram filhos, quanto nas que tiveram e ‘optaram’ por se afastar da militância enquanto os filhos eram pequenos. Este afastamento não pode ser considerado como opção pessoal, pois numa sociedade em que as determinações apontam para a exacerbação do individualismo, da super valorização da vida privada e dos problemas particulares, ao enfrentar problemas a mulher se isola, e mesmo quando são militantes que conseguem enxergar a gênese de suas dificuldades como social, vivem os problemas da vida privada como só seus, particulares, individuais. As soluções são sentidas como se fossem opções pessoais, isto é, como se houvesse várias possibilidades e ela tivesse podido escolher. Mesmo nas decisões consideradas mais íntimas, não há este livre arbítrio e estas decisões são condicionadas pelas determinações sociais” (SOUZA, 2000, p.121).

Muitas mulheres renunciam à maternidade¹⁸, as que são mães têm conflitos com os/as filhos/as, pois a forma de exercer a maternidade não é a esperada socialmente, e os/as filhos/as as cobram. Exercer cargo de direção significa que a presença do/a profissional é requisitada até altas horas e, muitas vezes, para viagens,

¹⁸ Utilizar o termo renúncia não significa defender que **todas** as mulheres **queiram ou devam** ser mães. Significa dizer que para o exercício da vida pública, nas mesmas condições, os homens nem sequer cogitam de desistir da paternidade(desejada ou não) e quando os têm não sofrem conseqüências limitadoras da vida pública, pois cuidar do filho, nas sociedades patriarcais, ainda é função das mães, os pais no máximo ‘ajudam’.

isto quer dizer ausentar-se de casa, não estar disponível para os/as filhos/as, para os 'deveres' da maternidade. Receber uma promoção significa muitas vezes mudar de cidade, principalmente se a distância geográfica for grande, que não dê margem a um acompanhamento assíduo e regular da vida dos/as filhos/as, pois as mães, como socialmente responsáveis por eles/elas, carregam-nos/nas, quando mudam de cidade. A responsabilidade maior pela educação das crianças continua a recair sobre a mulher. Segundo a literatura, se o deslocamento se relaciona aos maridos, as mulheres, militantes ou não, profissionais ou não, acompanham-nos. Não se verifica o mesmo, quando elas exercem um 'cargo mais importante' ou cuja remuneração seja superior às deles. Estes são obstáculos reais, mas raramente são contabilizados ou vividos como tais pelas mulheres, mas são suficientes para provocar conseqüências, como a de que muitas mulheres esperam o crescimento dos/as filhos/as para assumirem cargos de maior poder. Só quando algumas funções, ligadas ao exercício da maternidade, se tornam, portanto, desnecessárias, a mulher se libera – objetiva e subjetivamente – para exercer cargos de direção.

Mas por que os obstáculos que recaem sobre a vida das mulheres em cargos de direção são tão concretos em suas conseqüências e, muitas vezes, para estas mesmas mulheres, sobre as quais eles recaem, eles não são conscientes?

Para analisar o processo da consciência, parte-se da premissa de que (LEONTIEV, s/d, p.17) a consciência não é um campo contemplado pelo sujeito, sobre o qual as imagens e seus conceitos são projetados, mas trata-se de um movimento interno, particular, engendrado pelo próprio movimento da atividade humana.

3.2.1 Consciência de gênero

Para discutir como, no atual momento de reestruturação produtiva, se configura a consciência das mulheres em cargos de direção, faz-se necessário analisar a categoria consciência, de acordo com o materialismo histórico-dialético. Para tanto, inicio aplicando um postulado de Vigotski com relação ao método, que é o de que se devem estudar processos e não objetos, e que encontra aplicação na afirmação de lasi (1999b) de que é necessário estudar a consciência como processo e não como algo dado.

Consciência é a capacidade dos seres humanos representar a si mesmos e ao mundo, por meio de imagens e signos mentais. Para escapar do idealismo que pensa a consciência como espírito e colocar o debate, no seio do materialismo, parto da afirmação marxiana de que

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (MARX, 1982, p. 25).

Em Iasi (1999b), encontra-se que a consciência, para Marx e Engels, é, antes de mais nada, estar ciente dos vínculos imediatos da pessoa com os outros indivíduos e com as coisas situadas fora daqueles. Esse processo não pode ser reduzido a um processo orgânico, mesmo que, para que ele ocorra – como quaisquer processos humanos – o ser humano necessite utilizar o aparato orgânico; nem é um processo com resultado único para todos os humanos. Isto porque, se é o ser social que determina a consciência dos seres humanos e esse ser social ganha existência em condições sociais profundamente diferentes – e desiguais, nas sociedades de classe – essa consciência não pode ser idêntica à de qualquer sujeito, mesmo que guarde unidade entre si. Aliada à diversidade das condições materiais, existe a singularidade própria de cada sujeito, singularidade que a psicologia a que me filio defende como objeto de estudo. Esse processo de formação da consciência, que tem ao mesmo tempo elementos genéricos e particulares e ocorre como um processo de singularização de cada sujeito, atravessa diversas fases em sua constituição. A consciência amadurece por fases distintas que se superam, por meio de formas que se rompem, gerando novas formas, em que já se encontram presentes elementos de seus futuros impasses e superações (IASI,1999). Esse desenvolvimento da consciência não ocorre linearmente, mas em espiral, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, formas que, aparentemente, haviam sido abandonadas, reaparecem de forma diversa. Nesse processo que é uno e múltiplo, cada indivíduo vive sua própria superação particular, transitando de uma concepção de mundo até outra e vive subjetivamente a objetividade da trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo.

Não é possível falar em seres humanos sem consciência, visto que todo ser humano tem uma representação mental de sua vida e de seus atos. Na linguagem, por mais simples a manifestação de uma atividade intelectual, está contida uma concepção de mundo (GRAMSCI), nenhuma palavra é inocente (VIGOTSKI). Tal representação é formada a partir do espaço de inserção imediata do ser humano, do seu meio mais próximo, que, no capitalismo, inicialmente, é o meio familiar. A **consciência** é mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente, de forma que à medida em que se modificam esse meio e essas pessoas, a consciência tende a se modificar. Aqui reside um dos suportes centrais das práticas militantes que atuam na formação da classe trabalhadora (como é o caso do NEP 13 de maio.)

Contra a visão internista das correntes fenomenológicas da Psicologia, que define a consciência como internalidade que se exterioriza, ou melhor, como tendo uma origem interna que se externaliza no mundo, define-se aqui a exterioridade da consciência, um processo pelo qual ela parte de fora até interiorizar-se. No início a **consciência** é o processo de representação mental (ou subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada nesse momento por meio de seu vínculo de inserção imediata (percepção): uma realidade externa que se interioriza (IASI, 1999b). Essa representação mental não se forma mecanicamente, não é um reflexo (invertido ou não) da materialidade que se busca representar na mente, mas um processo complexo de mediações, ou antes, a captação de um concreto aparente, limitado, uma parte do todo e do movimento de sua entificação: “o processo de algo tornar-se o que é” (IASI, 1999b).

Se a consciência é um processo que ocorre, de forma diferenciada, em todos os seres humanos e em cada um deles, é preciso saber como ocorre esse processo em cada indivíduo. Como já discutido no *Capítulo 2.3 (Ser Social, Trabalho e Linguagem)*, os seres humanos, em comparação com outros espécimes animais, nascem com o menos qualificado dos equipamentos biológicos e, nesse sentido, dependentes do outro, do meio. Cada indivíduo já nasce inserido em um conjunto de relações sociais, já estabelecidas. A história desse grupo social é uma história perpassada pelas determinações de classe, gênero, etnia, formas religiosas e culturais, relações afetivas, ou nas palavras de Marx:

“Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séqüito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos” (MARX, 1988, p. 18).

Essa história antecede e precede o indivíduo, de forma que ele só consegue captar um momento abstraído do movimento, uma parcialidade. E é a partir dessa parcialidade, desse momento abstraído da totalidade que ele procura compreender o seu mundo, ultrageneralizando (ultrageneralização que constitui um dos primeiros mecanismos do processo de consciência e que está na base da formação de preconceito)¹⁹. O indivíduo entra em contato com as informações sobre o seu meio, inicialmente, como vivência imediata, e que, no começo, desempenham um papel crucial na formação da sua consciência. Elas lhe chegam por meio de relações fortemente afetivas, no período em que o indivíduo ainda não dispõe de mecanismos mentais que lhe permitam avaliar racionalmente essas informações; que lhe chegam

¹⁹Para uma análise aprofundada sobre o preconceito, vide Heller em *O cotidiano e a história*, conforme bibliografia.

também de forma sistematizada, como pensamentos já elaborados, cujas relações vigentes de cada época o indivíduo busca compreender (ou justificar). No entanto, embora mantenha contato com essas manifestações da consciência (de compreender e justificar), desde o início de sua vida, elas só agirão na sua formação da concepção de mundo algum tempo depois, sob uma base já sólida, para que sejam aceitas como válidas.

Há um longo tempo de maturação dos seres humanos, cuja dependência dos outros determina fortemente seu desenvolvimento. A família é a primeira instituição a pôr o indivíduo diante de relações sociais, ela desempenha um papel crucial na interiorização das relações vividas pelos indivíduos ou seja na formação da consciência.

Em suma, o processo da formação da consciência ocorre do seguinte modo (IASI, 1999b):

“1 – a vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada.

2 – a percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual se torna ‘a realidade’ (ultra-generalização)

*3 – por este mecanismo as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem **naturais**, levando à percepção de que ‘**sempre foi assim e sempre será**’*

*4 – a satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas **pelo outro** que tem o poder de determinar o quando e o como;*

*5 – estas relações não permanecem externas, mas se **interiorizam** como normas, valores e padrões de comportamento, que o indivíduo vê como dele, como auto-cobrança e não como uma exigência externa;*

6 – na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência imediata o indivíduo é levado a optar pela sobrevivência e reprimir ou deslocar seu desejo;

*7 – assim o indivíduo se submete às relações dadas e interioriza os valores **como seus**, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução”.*

Esse processo de manifestação subjetiva das relações assumidas pelos indivíduos como seres sociais é definida em Marx como consciência. Para Marx, consciência social é a forma como os “seres humanos concebem idealmente sua vida

e suas relações ou a consciência universal como forma ideal de uma comunidade real, a entidade social” (1999, p.18). A consciência ao mesmo tempo que é a representação mental da 'comunidade real, ou seja, das relações estabelecidas pelos indivíduos, dentro de um certo contexto material, pode-se autonomizar em relação à base material de que parte, o que pode levar a consciência universal a ser uma 'abstração da vida real', opondo-se à própria vida com 'hostilidade'.

“Enquanto consciência genérica, o homem confirma a sua vida social real e reproduz no pensamento apenas a sua existência real; da mesma maneira que, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica e existe para si, na sua universalidade, como pensante” (MARX, 1993, p. 196).

Se essas primeiras vivências sociais dos indivíduos, (que tendem a repetir o conteúdo do aprendido, uma consciência, pois, alienada) desempenham um papel significativo na formação da sua consciência, como se formam as consciências revolucionárias, como se produzem as transformações sociais e as revoluções, como se produz o novo? Se não houvesse a possibilidade de rompimento, ficar-se-ia diante de uma total reificação da consciência, da impossibilidade da ruptura revolucionária, rompendo assim com um ponto arquimédico da teoria marxista.

Uma consciência revolucionária, para Marx, está intimamente ligada à capacidade dos indivíduos ou das classes de desvendar a causalidade da sociedade e encontrar seu movimento próprio. Esse processo ocorre tão somente no interior da luta de classes, na qual o que se afirma não é uma 'consciência social' em sua generalidade, mas a 'consciência de classe' (seja de negação ou reprodução da ordem) e, desta forma, contra outras concepções de mundo (IASI, 1999b)

“A consciência determinante numa época não age diretamente do todo social até os indivíduos sem mediações. Isto implica que de alguma forma existem relações que mediatizam esta sociedade e permitem que ela se reproduza continuamente no todo social.(...) Instituições como a família, a socialização primária, e outras instituições de socialização secundária, como escola, trabalho, e outras, inserem os indivíduos em relações que são a base sobre a qual eles constituirão suas concepções de mundo” (IASI, 1999b, p. 100).

A primeira forma de consciência é uma forma alienada. A consciência numa primeira forma é o efeito subjetivo da objetivação (ineliminável) dos seres humanos. Mas a consciência, como processo que é, não pára, necessariamente, nesse estágio. O processo de socialização dos seres humanos, que se dá premido pela necessidade do trabalho (transformar a natureza para dela extrair a vida), coloca os indivíduos em contato com realidades diversas (cada vez mais crescentemente diversas, como no atual momento de reprodução mundializada do capital), para além da vida familiar. As diversas instituições, com as quais os indivíduos entram em contato após o primeiro núcleo familiar (Escola, Igreja, Empresa), podem confirmar ou contestar, em maior ou menor grau, a representação mental que o indivíduo construía até ali. Por que pode ocorrer a contestação dessas (primeiras) representações mentais, por que elas não podem apenas ser confirmadas, visto que se referem, em princípio, à mesma objetividade? Tal possível contestação ocorre porque, em uma sociedade de classes, em determinado momento, essa sociedade se divide em interesses antagônicos, cujas idéias, representações e valores que compõem a consciência dos seres humanos, além de representar as relações reais a que se submetem, devem também justificá-las na direção de manutenção de determinados interesses, ou seja, a consciência pode se tornar ideologia (IASI, 1999b). Mas a vivência de uma contradição entre valores assumidos e novos valores, só se transforma em uma nova forma de consciência, quando esse processo ocorre em grupo, em que a identificação com o outro provoca

um salto de qualidade, no processo de consciência, rompendo com a forma inicial da alienação e transformando-se em consciência em si. Quando o indivíduo vivencia isoladamente a contradição entre valores e representações antigos e novos, quando esse processo não desemboca em identificação com o outro, que sofre o mesmo problema, essa consciência pára no estágio da revolta, que é vivido como 'está errado, é injusto'. E, no caso de buscar solução, fá-lo de forma parcial, sem o recurso de uma visão totalizante, podendo engrossar inclusive as fileiras do inimigo, como formas fascistas, ou desembocar em conformismo que se revela como 'é injusto, sem que eu possa agir, porque sempre foi assim e sempre será'. Quando ocorre a identificação com o outro, o indivíduo pode se juntar a ele para buscar uma ação coletiva. Quando ocorre o processo de contestação, de rompimento, seguido do processo de ação em grupo, fala-se na emersão da consciência em si ou consciência da reivindicação. O que une esse grupo particular é a percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos (IASI, 1999b).

O estágio da consciência em si ainda se baseia na vivência das relações imediatas, mas agora não mais do ponto de vista imediato, mas do ponto de vista do grupo no qual esse indivíduo se insere. O estágio da consciência em si apresenta muitas contradições. Negar uma parte da ideologia pela vivência particular das contradições não destrói imediatamente as relações e valores anteriormente internalizados. Apesar de ter consciência de uma série de contradições – por exemplo, uma mulher que tem/adquiriu consciência de que é oprimida, quando realiza sozinha as tarefas domésticas, após a sua (outra) jornada de trabalho – ela ainda trabalha, vive, pensa e sente sob a influência de valores anteriores que, apesar de fazerem

parte da mesma contradição, são vistos como verdadeiros – essa mulher acha natural que o marido vá ao bar se distrair e ela fique em casa.

Para superar esse estágio de consciência em direção a um estágio superior (consciência para si) é necessário que o indivíduo se conceba para além de sua particularidade (sua classe/seu gênero) e assuma a tarefa histórica de superar essa particularidade (classe/gênero), de lutar pela emancipação de toda a humanidade, pela destruição do capitalismo/patriarcado. Essa é a consciência de classe ou revolucionária.

É um processo complexo: auto-afirmação como identidade na interiorização do outro, negação dessa forma e afirmação do grupo particular, negação desse particular e afirmação de um universal. O processo de consciência não é contínuo nem linear, e podem ocorrer regressões a estágios anteriores, tanto na consciência individual como coletiva.

Faz-se necessário distinguir entre consciência de classe e consciência de gênero. A consciência de gênero, ou a consciência feminista, é parte do processo de tomada de consciência, da segunda forma de consciência (IASI), da consciência em si. Ela pode contribuir com a transformação do processo em consciência para si, mas, às vezes, pára na fase de consciência em si. O processo de consciência de classe ocorre em lutas diversas, de acordo com o objetivo; no que se refere ao gênero, esse processo poderia ser expresso pelo feminismo socialista.

O processo pelo qual se constrói a consciência e a identidade é um processo complexo, em que não coincidem, necessariamente, a posição, que se ocupa socialmente, e a consciência, que se tem dela. Ser mulher e ser feminista não são sinônimos. As reflexões sobre o cotidiano revelam as armadilhas da naturalização dos

papéis sociais, mesmo quando se tem uma consciência individual desenvolvida. Para analisar o processo de constituição da consciência das mulheres, recorde-se Marx:

“Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens que determina a realidade, ao contrário, a realidade social que determina sua consciência” (MARX, 1982, p. 25).

Algumas mulheres reconhecem a gênese social da opressão a que estão submetidas; outras, mesmo quando reconhecem a gênese social desta opressão, a vivem como individuais e cada uma das faces dessa opressão é sentida como da ordem do eu, da particularidade. Outras mulheres nem sequer reconhecem a existência de uma opressão específica sobre si, mas conotam a opressão unicamente ao sistema capitalista. Denominam-se feministas as mulheres que têm consciência da opressão que sofrem como gênero, por serem mulheres. Ser feminista não significa ser socialista. Reconhecer a opressão específica que recai sobre as mulheres é um passo, mas articular esta opressão com a exploração de classe é uma tarefa das feministas socialistas.

Uma importante área, em que a vida das mulheres é fortemente afetada pelas relações desiguais de gênero, é a do desenvolvimento da consciência. Sabe-se que o processo de construção de uma consciência feminista é um movimento dialético, que acontece em espiral e nunca linearmente, que avança e recua. A pesquisa do mestrado (SOUZA, 2000) pôde constatar que, mesmo as mulheres, que têm conhecimento a respeito da questão de gênero e militância no movimento de mulheres, manifestam opiniões patriarcais, o que só pode ser explicado, se partirmos

do pressuposto de que a ideologia patriarcal não é o conjunto de idéias (de subalternidade) que as mulheres pensam sobre si mesmas, mas o conjunto de idéias que a sociedade patriarcal faz circular sobre as mulheres, idéias estas interiorizadas por homens e mulheres. Por exemplo, quando as mulheres ocupam cargo de maior destaque do que os respectivos maridos, ao se referirem a ele já o fazem defendendo a figura masculina, reforçando as qualidades deste, principalmente no que se refere às qualidades masculinas esperadas pela sociedade. Conseqüentemente, os homens que ocupam posição de destaque, mesmo tendo como companheira uma mulher também de destaque, referem-se às suas respectivas namoradas ou esposas, ressaltando suas qualidades 'femininas': grande mãe, grande companheira, carinhosa, etc., raramente referindo-se a elas como grandes profissionais.

As várias 'opções' ligadas ao papel de gênero feminino, às quais as mulheres precisam responder, não são feitas, em todos os casos, como decisões tomadas racionalmente, com várias possibilidades de escolha colocadas à disposição das mulheres. São papéis sociais internalizados por cada mulher e sanções (externas e internas) são aplicadas quando estes papéis são descumpridos. Cada mulher se vê, no seu cotidiano, defronte a dilemas que são resolvidos de acordo com suas disponibilidades, e cada mulher, quando não tem consciência de sua condição de gênero, vive-as como se fora uma condição sua, particular, única. Mas, ao analisar com maior profundidades as condições da vida cotidiana dessas mulheres, evidencia-se o fato de que estas 'opções' que cada mulher faz, como se fora particular, apresentam similaridades enormes entre si.

A responsabilidade pelas lutas, em direção à construção da autonomia das mulheres, acaba, erroneamente, recaindo sobre elas próprias. Eu, como outras

feministas, defendo que a direção do movimento das mulheres deva ser exercida por elas mesmas, por serem o pólo oprimido (assim como na luta de classes existe o protagonismo de classe exercido pelos/as operários/as), o fim da opressão, entretanto, é uma tarefa de todos, homens e mulheres.

“Em outras avaliações, subjaz uma autocrítica severa às mulheres. Elas cobram muito das próprias mulheres, o que faz parte do processo de constituição da ‘nova mulher’ posterior ao advento do movimento feminista neste século: o processo de entrada das mulheres em atividades consideradas anteriormente masculinas não se dá com a conseqüente liberação destas das atividades consideradas femininas, ou até então exercidas por estas mulheres. Pelo contrário, há um acúmulo de funções, resultando em múltiplas jornadas, acompanhadas de um sentimento de culpa por parte das mulheres, cada vez que uma destas funções não é executada a contento” (SOUZA, 2000, p.144).

Estas exigências, que recaem sobre cada mulher, sinalizam para a constituição de uma subjetividade narcísica, isolacionista, que o período da acumulação flexível faz emergir nos seres sociais (não apenas nas mulheres). A noção de ‘indivíduo’ como autocentrado, autoconstruído, dono e responsável por si mesmo, o ‘*self made (wo) man*’, aparece, aqui, em uma concepção que enaltece os valores do liberalismo, e encobre as determinações sociais que constroem coletivamente subjetividades de homem e mulher. Subjetividades que só podem ser modificadas por uma ação política (necessariamente coletiva) que possa propiciar a tomada de consciência dos sujeitos singulares.

Formas diferenciadas de legitimação, tanto social como individual, operam na configuração das subjetividades e manifestam-se na cotidianidade como afetividade, sociabilidade, identidade, consciência e inconsciência. Este processo é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações, mas se configura pelos recalcamientos em todas as facetas da vida social. O que aponta para uma questão

referente ao significado que a questão de gênero tem na sociedade, mesmo nos setores progressistas: este é um problema das mulheres, cabe a elas resolverem.

“As mulheres enfrentaram a concorrência no espaço público, carregando consigo, escondidas, as raízes no espaço privado.(...) definidas de fora para dentro, aceitaram o paradoxo do universal e do particular colocado por uma sociedade que as universaliza enquanto produtoras e as particulariza enquanto mulheres. A mensagem é dupla e contraditória: para ser respeitada seja universal (pensa, aja e trabalhe como um homem); mas para ser amada, continue sendo mulher. Seja homem e seja mulher” (OLIVEIRA, 1983, p.8).

Desta forma, urge atentar que as questões, que oprimem a mulher no seu dia a dia, mesmo sendo vistas como de gênese social, são vividas e sentidas como individuais, como particularidade, como da ordem do eu. Note-se o que ocorre com o significativo número de mulheres que penetraram na vida pública, a partir do último quartel do século XX. Esse crescimento do número de mulheres, no mundo público, não se fez acompanhar por mudanças significativas, proporcionais a esse crescimento, nem nos equipamentos sociais que poderiam liberá-las de tarefas consideradas próprias ao seu papel de gênero, nem de mudanças significativas nas representações sociais concebidas a seu respeito. O que acaba por somar novas tarefas às tarefas anteriormente exercidas, de modo que a mulher, obedecendo às mesmas exigências feitas ao/à trabalhador/a toyotista – a multifuncionalidade – acaba por se sobrecarregar e não consegue exercer a contento todas as superexigências, que lhe são feitas. As exigências são sobre-humanas, se configurando como uma:

“Ditadura da perfeição, que se expressa como se fosse um ‘consentimento’ que a sociedade dá para a mulher sair do seu papel tradicional, de mãe e dona de casa, desde que: primeiro, agregue novos papéis, como profissional, militante etc., sem abrir mão dos anteriores e segundo, que exerça todos eles com perfeição, de uma forma não igual, mas superior ao que o homem o faz. O sentimento de culpa que advém quando não se exerce com perfeição um destes papéis, principalmente o de mãe, é um dos mecanismos citados como responsável pelo assujeitamento da mulher” (SOUZA, 2000, p.155).

Para superar esse assujeitamento de gênero, faz-se necessário caracterizar o sujeito coletivo mulheres, na confluência das vivências particulares dos problemas de cada uma. As dificuldades, que cada mulher enfrenta na vida pública, podem ser vividas como problema político e coletivo no conjunto das mulheres, isto é, como afeto e necessidade, cuja gênese está ligada aos interesses da sociedade patriarcal. A intersubjetividade e a subjetividade podem ser recriadas de uma forma mais coletiva.

“A presença de várias mulheres - e não de uma ou duas como vozes isoladas- mulheres que têm as mesmas necessidades, os mesmos conhecimentos, permite uma intersubjetividade legitimadora que quebra o saber. Para quebrar um saber instituído não basta uma voz dissonante, pois uma única pessoa não se legitima como conhecimento, para se transformar em poder, este saber precisa ser compartilhado, compartilhado pelos iguais. Pois senão corre o risco deste saber solitário, servir como legitimador daquilo que visava combater” (SOUZA, 2000, p.165).

Aponta-se aqui para a necessidade de mudanças na objetividade, como na intersubjetividade, que só poderão ser potencializadas se o conjunto dos/as que lutam pelo fim do sistema capitalista conseguir enxergar a questão de gênero como um problema de todos e não só das mulheres.

A atuação das mulheres, no mundo público, denuncia que é preciso operar uma profunda mudança na valoração social que cerca a atividade das mulheres, em quaisquer setores. Quando se avalia a presença das mulheres em cargos de direção, atribui-se um caráter mágico à sua entrada, à sua atuação, como se sua simples presença tivesse de resolver problemas que são estruturais. Esta é uma forma de relegá-las, por um lado, de antemão ao fracasso, pois não conseguirão mesmo resolver os problemas crônicos, seja no trabalho, seja na sociedade como um todo, e, por outro lado, relegá-las ao eterno feminino, ao papel da grande mãe mágica que tudo resolve, que ‘cuida’ e ‘cura’.

Mas se, por um lado, não é pertinente cobrar (apenas) das mulheres a resolução de problemas que pertencem ao conjunto da humanidade, como o caráter exploratório da ordem burguesa e sua denúncia – por outro, é necessário cobrar das mulheres um comprometimento na destruição dessa ordem, visto que a posição, no mundo do trabalho, hoje ocupada pelas mulheres, cujas condições são ainda insuficientes, é significativa e fruto da luta coletiva perpetrada pelos movimentos de esquerda e feminista, em particular. Mas ao analisar a atuação das mulheres em determinadas áreas do mundo do trabalho, como em cargos de direção, o que aparece é um processo de aprisionamento da sua consciência à lógica do capital. No atual modo de reestruturação produtiva capitalista, esse aprisionamento da consciência das mulheres à ordem vigente não significa uma rendição consciente, mas o resultado de uma estratégia bem bolada (para seus interesses, é claro) do capital, que é o uso das emoções no mundo do trabalho (característica distintiva do toyotismo). Em época de subsunção real e não mais formal dos/as trabalhadores/as à lógica do capital, parcela da classe (as mulheres) não poderia evidentemente pairar acima e fora desta subsunção. A meu ver, neste momento particular, a subjetividade das mulheres parece revelar uma ainda maior submissão aos ditames do capital. O que deve ser analisado no bojo da constatação de que o toyotismo é uma forma de gerir a força de trabalho menos despótica, tem, no entanto, um estranhamento mais complexo (ANTUNES, 1999), o que torna mais fácil ao capital capturar as subjetividades e dificultar o desvelamento da opressão. Esta captura das subjetividades não é um ato sem importância para o capital, mas (ANTUNES, 1999) afirma que, para o capital, se faz necessário capturar a subjetividade para extrair dela

mais valor e é importante que esta subjetividade não se volte contra o capital. Este capital se arma de todas as formas, objetivas e subjetivas, para impedir a revolta.

Certamente causará indignação de alguns setores feministas – digo alguns setores, porque me reivindico como feminista, pertenço a este movimento, mas ao feminismo socialista, como já descrito anteriormente – a provocante afirmação acima, mas a faço baseada no princípio de que “a consciência humana distingue a realidade objetiva do seu reflexo, o que leva a distinguir o mundo das impressões interiores” (LEONTIEV, s/d, p. 75).

No movimento social, inúmeras vezes, confunde-se a luta por um objetivo com a existência dele. Em alguns casos, a indignação não refletirá mais que uma tendência apologética do *status quo* ou como dourar a pílula. Mas, apesar dos protestos que porventura ocorrerão, retomo à clássica citação de Marx

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1986, p. 17).

Esta passagem do pensamento marxiano afirma que o que determina a história é a ação dos seres humanos- portanto subjetiva, do sujeito – mas que essa determinação corre sob certas condições objetivas. As idéias, o pensamento e a consciência de épocas passadas, bem como a tradição na qual se movem os seres humanos, isto é, os fatores subjetivos, agem como objetividades.

A 'aderência' aos ditames do capital, que as mulheres em cargos de direção parecem apresentar, não é um acontecimento isolado, isto é, não são só as mulheres

que não opõem resistência aos ditames do capital²⁰, mas essa é uma submissão que tem raízes objetivas na forma como se organiza o trabalho, nas estratégias utilizadas pelo capital, neste momento de reestruturação produtiva.

“Quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus servidores introduzem métodos sofisticados para, ao mesmo tempo, aumentar a contribuição de cada trabalhador/a para a criação de riqueza, no sentido geral, e reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários” (GOUNET, 1992, p. 9).

O processo de submissão à ordem do capital é composto não apenas de métodos ideológicos e simbólicos, mas há uma estrutura que sustenta essa ideologia, uma materialidade que constrói a aderência aos ditames do capital. No atual momento de reestruturação produtiva, o capital recorre a diversas dessas estratégias, entre elas a terceirização. A terceirização consiste em que um capitalista maior repassa para um capitalista menor certas tarefas da produção, provocando a redução dos salários bem como a degradação da proteção social, nas fábricas e outros locais de trabalho. Ao invés de grande número de trabalhadores/as, juntos/as no mesmo local, e com possibilidades de comunicação e organização facilitadas, tem-se a divisão das unidades de produção em locais menores. Assim os/as trabalhadores/as isolados/as, numericamente pequenos, dividem-se e enfrentam dificuldades de se organizarem e reagirem, dificuldade aumentada pelas relações mais 'próximas' que se travam, nas pequenas fábricas, em que predominam laços mais 'afetivos' e uma maior vigilância. Ocorre, dessa maneira, uma diferenciação de contratos de trabalho, no interior da mesma fábrica, o que, até quando efetuam trabalho igual, no mesmo espaço, divide os/as trabalhadores/as em categorias (na aparência) muito diferentes: uns são

²⁰ Para discutir essa aderência – ou conformação – à ordem do capital por parte do movimento sindical, ver Tumolo (2002).

permanentes, outros temporários, este é funcionário de uma empresa, aquele de outra. A produção é organizada de modo que se criam pequenas unidades, cédulas de produção, competindo entre si, em que cada cédula é responsável por determinada cota de produção, funcionando como uma empresa dentro da empresa. Cada indivíduo é instado, desta forma, a se sentir diretamente responsável pelo sucesso ou fracasso da equipe, gerando um clima de fiscalização permanente de cada um sobre todos os outros e vice-versa.

Vejamos os números de cargos de direção, no geral, para avaliarmos outras dessas estratégias:

TABELA 1

Número de Empregos Formais no Grupo de Trabalhadores da Indústria 1, por Sexo

Estado de São Paulo

Famílias Ocupacionais	Total		Mulheres	
	1989	2000	1989	2000
Total de Operários da Indústria	3.224.082	4.966.543	587.337	414.142
Operários da Indústria 1	725.516	534.373	259.280	164.437
701 - Mestres (empresas manufatureiras e de construção civil)	69.927	34.460	3.704	2.385
702 - Mestres (empresas de extração mineral)	466	375	24	10
703 - Mestres (empresas de energia elétrica, gás, água e esgoto)	6.016	1.129	57	53
704 - Contramestres de indústria têxtil	7.016	2.790	903	444
705 - Mestres, contramestres, supervisores de manutenção de sistemas operacionais e trabalhadores assemelhados	189	10.271	146	691
711 - Mineiros e canteiros	1.522	527	77	11
712 - Operadores de máquinas de extração de minérios (minas e pedreiras)	2.173	860	652	14
713 - Trabalhadores beneficiamento de minérios e pedras	2.718	2.178	114	64
714 - Sondadores de poços de petróleo e gás e trabalhadores assemelhados	324	77	17	3
715 - Sondadores de poços (exceto de petróleo e gás)	818	577	33	2

716 - Salineiros (sal marinho)	68	11	10	1
719 - Trabalhadores de minas e pedreira, sondadores e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes	1.042	829	85	19
720 - Operadores de aciaria	146	411	59	14
721 - Forneiros metalúrgicos (primeira fusão)	3.520	2.690	117	46
722 - Operadores de laminação	6.209	4.711	521	257
723 - Forneiros metalúrgicos (segunda fusão e reaquecimento)	2.716	1.200	41	14
724 - Fundidores de metais	9.143	5.268	286	135
725 - Moldadores e macheiros	8.640	3.379	282	88
726 - Trabalhadores de tratamento térmico e termoquímico de metais	4.592	2.175	101	81
727 - Trefiladores e estiradores de metais	4.951	4.382	217	79
728 - Galvanizadores e recobridores de metais	8.120	4.556	435	165
729 - Trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos não-classificados sob outras epígrafes	122.422	110.308	21.565	17.805
731 - Trabalhadores de tratamento de madeira	1.594	2.158	334	159
732 - Operadores de máquinas de desdobrar madeira	3.452	3.976	197	210
733 - Preparadores de pasta para papel	3.081	1.434	102	28
734 - Operadores de máquinas para fabricação de papel e papelão	5.291	5.161	399	320
735 - Preparadores de compensados e aglomerados	2.216	1.483	300	133
739 - Trabalhadores do tratamento de madeira e fabricação de papel e papelão não-classificados sob outras epígrafes	8.109	7.086	1.980	1.272
741 - Operadores de britadeiras, trituradoras, misturadeiras (tratamentos químicos e afins)	2.484	2.874	192	273
742 - Operadores de instalações térmicas para processamentos químicos	1.287	1.198	30	53
743 - Operadores de aparelho de filtragem e separação (tratamentos químicos e afins)	981	2.125	28	23
744 - Operadores de aparelhos de destilação e reação	6.254	3.653	248	179
745 - Operadores de refinação de petróleo	1.690	218	56	11
746 - Operadores de coqueria	434	223	4	2
747 - Trabalhadores de produção e manipulação de medicamentos	7.132	9.800	4.401	5.505
749 - Operadores de instalações de processamentos químicos e trabalhadores assemelhados	17.763	19.902	1.572	2.994
751 - Trabalhadores de preparação de fibras	11.684	5.969	3.408	1.316
752 - Fiandeiros e trabalhadores assemelhados	32.223	11.798	19.800	7.062
753 - Trabalhadores de preparação de tecelagem	19.936	7.751	9.995	3.022
754 - Tecelões	16.623	6.828	6.388	1.482

755 - Tecelões de malhas	5.817	2.935	2.309	669
756 - Trabalhadores de acabamento, tingimento e estampa de produtos têxteis	30.570	17.486	12.287	6.061
759 - Fiandeiros, tecelões, tingidores e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes	12.562	9.099	6.048	3.601
761 - Curtidores de couros e peles e trabalhadores assemelhados	5.647	3.512	1.184	382
771 - Moleiro	577	647	68	17
772 - Trabalhadores de fabricação e refinação de açúcar	11.505	7.672	722	437
773 - Magarefes e trabalhadores assemelhados	9.565	11.368	3.007	3.151
774 - Trabalhadores de industrialização e conservação de alimentos	21.849	24.451	9.988	9.286
775 - Trabalhadores de tratamento do leite, fabricação de laticínios e produtos similares	7.288	6.811	1.159	1.625
776 - Padeiros, confeitores e trabalhadores assemelhados	31.186	36.686	5.644	6.760
777 - Trabalhadores de preparação de café, cacau e produtos assemelhados	7.184	6.657	3.070	2.866
778 - Trabalhadores de fabricação de cerveja, vinhos e outras bebidas	8.349	4.472	1.217	642
779 - Trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas não-classificados sob outras epígrafes	10.538	11.625	4.136	3.445
781 - Preparadores de fumo	130	68	40	24
782 - Charuteiros	51	2	9	0
783 - Cigarreiros	559	331	393	106
791 - Alfaiates, costureiros e modistas	5.421	3.770	4.039	2.970
793 - Chapeleiros	1.084	231	660	111
794 - Modelistas e cortadores (vestuário)	9.311	6.974	4.626	3.098
795 - Costureiros (confecção em série)	98.896	60.132	90.815	54.440
796 - Estofadores, trabalhadores assemelhados	6.835	4.829	588	415
797 - Bordadores e cerzidores	2.605	1.911	2.315	1.279
799 - Trabalhadores de costura, estofadores e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes	33.015	25.903	26.076	16627

1989-2000

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Os dados referentes aos/às trabalhadores/as, que ocupam funções de mestres, contra-mestres e assemelhados (isto é, funções de vigilância e controle), apresentam um declínio numérico significativo. Pode-se analisar este declínio como uma

incorporação acentuada (pelos/as trabalhadores/as) da ideologia que permeia o modo de acumulação produtiva atual, visto que uma das conseqüências basilares de sua aplicação é que a figura do capataz/supervisor se torna supérflua, desnecessária. Os/as trabalhadores/as não só internalizam o controle, sentem-se responsáveis pela sua cédula de produção, como passam a exercer este controle (de forma não paga) sobre os/as seus/as companheiros/as de trabalho. Esta internalização é construída pacientemente pelo capital e tem uma forte base material: como cada trabalhador/a é responsável por várias máquinas, ao mesmo tempo, como os tempos mortos foram reduzidos (processo ainda herdado do fordismo, o que nos leva a afirmar que não existe um pós-fordismo ou um toyotismo puro, mas formas mistas de fordismo/taylorismo com toyotismo) e cada cédula é quase uma unidade autônoma, cada trabalhador/a, que falte ou atrase sua tarefa, prejudica a do/a outro/a (também uma prática do fordismo, que é a esteira), de modo que o/a trabalhador/a se sente – e é efetivamente – prejudicado/a, sobrecarregado/a, com a falha do/a outro/a. Por todo o processo de constituição do toyotismo, em que os valores da empresa são internalizados, este/a trabalhador/a culpa o/a companheiro/a e o/a vigia, dispensando assim o mestre.

Esse processo ocorre na classe, também, na transversalidade do gênero. Hirata (2002), em citação acima, assinala que o aumento considerável ocorrido nas taxas de atividade das mulheres, nos últimos 30 anos, em todo o mundo, tem como traço significativo, tendência mais recente nos últimos 10 anos, a ocorrência, por um lado, de uma bipolarização do emprego das mulheres entre um contingente minoritário, mas significativo, de trabalhadoras na categoria de executivas e profissões

que exigem grau superior, e, por outro, em situação de trabalho vulnerável, uma grande maioria de mulheres, socialmente, mal remuneradas e não valorizadas.

Tal afirmação vem ao encontro da abordagem adotada nesta tese de que as mulheres em cargos de direção representam um papel significativo para o capital (contribuindo na extração da mais-valia relativa), mas que tais mulheres não representam o conjunto das mulheres da classe trabalhadora pois, como afirma Hirata, essas continuam sofrendo a mesma exploração que o conjunto da classe (guardadas as diferenças de gênero/etnia). De forma que se torna pertinente a pergunta/denúncia que este trabalho pretende efetuar: O aumento do número de mulheres, em cargos de direção, como avanço conseguido pelas mulheres em direção à igualdade de gênero - mesmo que ainda minoritária – contribui para a construção do protagonismo de gênero? Aponta na direção do fim da opressão de gênero e da exploração de classe (a meu ver, indissociáveis)? Ou dito de outro modo, como herdeiras dessas conquistas, frutos das lutas dos setores progressistas, especialmente, do movimento feminista, ao se efetivar, entre outras conquistas, o avanço em cargos de direção, essas mulheres guardam alguma similaridade/ligação com aquelas lutas, no sentido de apontar para o rompimento da opressão? Ou será que não se faz necessário alertar para o caráter contraditório desse processo, na medida em que o avanço das mulheres, que é uma conquista coletiva, se faz com as mulheres se apossando/privatizando o resultado, demonstrando uma aderência significativa aos ditames do capital, eliminando, assim, o potencial de rompimento revolucionário de que o enfrentamento radical da opressão de gênero é portador (ANDERSON, 1984)? Esse processo de privatização de ganhos coletivos não é uma invenção das mulheres em cargos de direção, mas representa a lógica societal que

rege o atual momento político, com a lógica neoliberal ditando as ações daquelas/es que ocupam os espaços públicos.

Na reestruturação produtiva (com o toyotismo sendo a forma hegemônica), o avanço significativo, que o capital tem propiciado/incentivado/permitido ao número de mulheres, é uma estratégia a que o mesmo recorre, para, em primeiro lugar, cumprir seu objetivo, que é valorizar o valor, de um dos modos mais utilizados por ele na atualidade – a extração da mais-valia relativa – , usando a educação de gênero que as mulheres possuem para lidar melhor com a emoção, de forma a satisfazer as necessidades por meio do/a controle/gestão da força de trabalho, que significa criar um ambiente de trabalho ‘mais familiar’, ‘mais humano’, polivalente, acolhedor. Em segundo lugar, atua ideologicamente para perpetuar-se, como modo de produzir a vida, na medida em que este avanço no número de mulheres aparece como se fora um avanço progressista, o qual apontaria na direção da superação das desigualdades de gênero.

A antítese é a defesa que, majoritariamente, se faz desses avanços das mulheres, como se os mesmos pudessem contribuir para a superação da opressão/dominação das mulheres, como se o gênero fosse a determinação central do capital, como se a questão da opressão fosse separada da questão da exploração, como se as mulheres tivessem todas o mesmo interesse, como se não houvesse a clara determinação da classe. A síntese se configura pela afirmação de que o avanço significativo do número de mulheres em cargos de direção, que ocorre, no atual momento histórico, não representa um rompimento do padrão de dominação/opressão de gênero, mas, pelo contrário, revela um aprofundamento dessa opressão/dominação, visto que esse ascenso se dá de forma subordinada, sem

alterar, substancialmente, a objetividade/subjetividade das determinações que recaem sobre as mulheres, na medida em que as novas exigências, que os cargos de direção lhes trazem, somam-se às patriarcais exigências que elas tinham de cumprir como destino de gênero. Em relação à classe trabalhadora, a forma como se dá essa participação das mulheres em cargo de direção contribui com o avanço, tanto material como ideológico, do modo de produção capitalista, à proporção que, como objetividade, contribui para o aumento da mais-valia relativa, com a utilização pragmática das emoções; e, como ideologia, na proporção em que toma a parte como se fora o todo, pois o número de mulheres que ocupa cargos de direção é significativo quando comparado ao número anterior de mulheres na mesma situação e/ou ao número de homens no exercício da direção. Mas, no que se refere à relação com as mulheres da classe trabalhadora, os números não são significativos (esses números não chegam ao chão da fábrica) e essas mulheres que exercem cargo de direção para o capital estão em contradição com o interesse de classe não só das mulheres mas de toda a classe trabalhadora, pois servem de instrumento para aumentar o grau de exploração da classe.

Mas como romper com essa aderência (momentânea?) à ordem por parte das mulheres em cargos de direção? Em Lukács encontra-se a afirmação de que

“A práxis econômica é obra dos homens – através de atos alternativos- no entanto, sua totalidade forma um completo, dinâmico objetivo, cujas leis, ultrapassando a vontade de cada ser humano singular, se lhe opõe como sua realidade social objetiva, com toda a dureza característica de qualquer realidade e, apesar disso, produzem e reproduzem, nas sua objetiva dialética processual, em nível sempre mais elevado, o ser humano social; mais precisamente: produzem e reproduzem tanto as relações que tornam possível o ulterior desenvolvimento do homem, como no próprio homem, aquelas faculdades que transformam em realidade tais possibilidades” (LUKÁCS, 1981, p. 72).

Essa passagem central do pensamento luckasiano permite refletir sobre o grau de consciência que as mulheres apresentam hoje, sobre o papel que desempenham

no exercício de cargos de direção. Ou se faz uma leitura acusatória e individualizante de todas as mulheres que ocupam cargo de direção, como necessária e conscientemente vendidas ao capital ou se avalia que, apesar da (possível) vontade singular de cada uma dessas mulheres, elas produzem e reproduzem níveis de controle/gestão sobre o trabalho/trabalhador/a, nem sempre consciente ou com a intenção de fortalecer o capital, mas quiçá, às vezes, até convencidas de estar contribuindo para a criação de um clima verdadeiramente humano e mais democrático, quando atuam da forma como o capital lhes ordena.

As possibilidades de rompimento com essa consciência alienada do ponto de vista da classe iniciam-se pela construção do protagonismo de gênero, que significa que as mulheres devem apossar-se dos mecanismos críticos construídos pelo movimento feminista, como a construção de ações afirmativas, para romper com o isolamento político que enfrentam; e prosseguem com um movimento em direção à classe, em direção à participação nos organismos da classe, como sindicatos e partidos, para que ocorra um rompimento com a identificação que essas mulheres construíram com o patrão.

O movimento de ocupação de cargos de direção pelas mulheres é um movimento da dinâmica econômica, mesmo que esta reivindicação apareça principalmente como um ganho do movimento de mulheres. Não se trata de negar que as lutas sociais, no geral, e as das mulheres, especificamente, contribuam para mudanças e que não tenham importância na erosão das bases do sistema societal burguês. Não defendo um movimento de retorno ao lar para as mulheres, nem de regressão a situações no mundo do trabalho, em que as mulheres já obtiveram algum avanço. Defendo que se deve fazer a contundente denúncia acerca de como e a

serviço de quem as mulheres estão ocupando os cargos de direção. Pois a luta pela entrada das mulheres, no mercado de trabalho, se inscreve no quadro de construção da independência das mulheres e, para tanto, deve ser reivindicação do movimento social geral, bem como do movimento de mulheres. No entanto esse processo deve ser dirigido pelo feminismo socialista, que pensa os processos de exclusão das mulheres e as transformações de gênero na perspectiva da construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista.

3.2.2 Identificação com o outro

O processo de identificação com o outro (seja esse outro o homem ou o patrão) se dá quando se convive com ele na condição de minoria – seja essa maioria numérica, como o convívio das mulheres, em ambientes majoritariamente masculinos, nos cargos de direção, seja ideológica, como no caso da classe burguesa que, mesmo minoritária numericamente, transforma sua ideologia em dominante – e não se desenvolveu a consciência da sua condição de gênero/classe. Por isso é necessário investir em mudanças da intersubjetividade, da imagem social existente a respeito dos gêneros, visto que as mudanças individuais têm limites precisos. Cada mulher, isolada, rompe até um determinado ponto com a opinião dominante na sociedade patriarcal, mas esbarra nos limites da consciência social de cada época. As situações sociais que são determinações para todas as mulheres²¹ são vividas por cada mulher como idéias, ações e afetos. Faz-se presente então a necessidade de romper

²¹ Estas determinações recaem sobre todas as mulheres, mas não do mesmo modo para todas, visto que as outras determinações, como classe (principalmente) e etnia, também estão presentes e propiciam respostas diferentes para uma mesma exigência social.

valorações cristalizadas, possibilitando o avanço da consciência de todo o gênero humano e não só da consciência das mulheres, para criar relações igualitárias de gênero.

Algumas mulheres, ao referir-se à opressão de gênero, mesmo conhecendo esta opressão ou mesmo tendo lutado contra ela, pensam-na de maneira dicotômica, como se recaíssem duas opressões sobre sua vida. Uma opressão pública e outra privada, em que haveria uma opressão de gênero específica à espera da vida pública e outra à da vida privada, sem ligação entre si.

“Algumas mulheres têm a consciência da gênese social da opressão e da imbricação entre público e privado, razão e emoção, neste processo, quando referem-se à outra. Mas têm dificuldade de senti-la como suas” (SOUZA, 2000, p.154).

Essas mulheres construíram sua trajetória pessoal e profissional em locais com maioria masculina e na convivência diária mantêm laços profundamente afetivos com estes homens. O peso de sentir e de ver aquele homem, irmão, pai, filho, marido, colega de trabalho, companheiro de tantas jornadas, como diretamente responsável pela opressão das mulheres, é doloroso. A visão que elas explicitam dos homens é uma visão que atribui a eles boa vontade.

A tensão entre a consciência da opressão, que pesa sobre as mulheres, e a dificuldade de senti-la, como emoção singular, são processos muito freqüentes na luta das mulheres. É possível manifestar sentimentos de ódio, rancor, quando se trata da luta política geral, em que a questão da classe define, com alguma precisão, quem é o inimigo e qual a luta a ser travada para acabar com ele, como categoria, variando apenas as formas de como consegui-lo. No caso da questão de gênero, o homem não é um inimigo que tem que ser combatido até o desaparecimento; pelo contrário, com ele se divide a vida. Como encarar e conviver com este mesmo homem com

interesses diversos? Esta mediação entre o universal ‘homem’ e o singular ‘marido, filho, companheiro, colega de trabalho’ é um processo complexo, mediado por afetos, que dificultam a reflexão crítica da determinação de gênero, nos comportamentos da vida íntima, por parte das mulheres, que estão em cargos de poder.

“O pequeno número de mulheres que ocupam cargos de poder, com exceção das mulheres que têm uma formação feminista e se dedicam principalmente à temática de gênero, tendem a assumir os interesses masculinos, a se tornar ‘quase homens, quase um deles’, não como forma de menosprezar as outras mulheres, mas como forma de mostrar a eficiência e a igualdade, não só a sua própria, mas a de todas as mulheres” (SOUZA, 2000, p.129).

A opressão que é exercida sobre as mulheres não é um poder que se espelha foucaltianamente sobre todos, sem destino e sem origem. Ao contrário, apesar de não ser exercido, por todo o tempo, por todos os homens, a opressão é exercida pelo homem sobre a mulher, isto é, tem origem e destinatária. Esses homens são membros da classe trabalhadora, têm o mesmo interesse histórico de libertação do jugo do capital, no que se refere, contudo, aos interesses patriarcais, como interesses imediatos, são eles que se beneficiam do sexismo. Não se pode negar o papel de opressor (consciente/inconsciente) que os homens têm exercido na manutenção do patriarcado. Negar este papel é contribuir para perpetuar tanto o patriarcado como o capitalismo. A leitura simplista/reducionista, que algumas correntes de esquerda fazem, de que a opressão das mulheres é uma obra exclusiva do patrão, além de desconhecer a realidade da situação das mulheres, em todos os setores da vida social, contribui para empurrar para um distante e mágico horizonte a constituição de uma sociedade de livres produtores.

Essa opressão, todavia, é praticada por homens concretos, ela não tem uma origem interna a eles, mas (também) ela é internalizada pelos homens como legítima

e se sustenta em organizações objetivas do capital que os beneficia, por exemplo, na distribuição de empregos.

Como definido anteriormente, o patriarcado é um conjunto de relações sociais opressivas das mulheres e no qual os homens constituem **relações de solidariedade entre si** que lhes permitem controlar as mulheres. Se antes do capitalismo, o sistema patriarcal propiciava que os homens controlassem o trabalho das mulheres e das crianças (com o que aprenderam técnicas de organização e controle hierárquico) na família, com a separação do público e do privado, perpetrada pelo capitalismo, o problema passa a ser, para os homens, como manter seu controle sobre a força de trabalho das mulheres em situações fora da família (HARTMANN, 1980). Tal problema foi resolvido com a transformação do anterior sistema de controle pessoal direto em um sistema de controle indireto e impessoal, mediado por instituições que abarcam toda a sociedade. As fossilizadas avaliações, que o patriarcado/capitalismo continua a fazer sobre as capacidades das mulheres, esbarram nas novas exigências e novos papéis que as mulheres são chamadas a cumprir. Isto gera uma contradição que amadurece progressivamente, mas só se resolve por uma ruptura, por um salto de qualidade. Essa contradição se expressa, por exemplo, na forma como os homens tratam as mulheres dirigentes. Tanto no mundo do trabalho quanto na política, os homens assumem uma postura de superioridade em relação à mulher dirigente, que se manifesta de várias formas. Se a situação se configura como sendo o homem aquele que ocupa um cargo de maior poder, ele deixa claro esta posição consolidada, quando discute ou delibera algo com a colega mulher; mas se ocorre o inverso, isto é, a mulher ocupa um cargo de maior poder, aqueles homens que ocupam uma posição de menos poder tratam essa mulher como igual (que não o é, efetivamente), o que

parece uma recusa a considerar as mulheres como sendo mais capazes. Em qualquer situação que seja, o máximo admitido é a igualdade (no caso uma falsa igualdade), isto é, como no caso da escolaridade, a mulher para ser considerada igual ao homem precisa ser melhor que ele efetivamente.

Algumas mulheres conseguiram superar alguns obstáculos e ocupar posições de poder até um determinado nível ('teto de vidro'), mas outros obstáculos revelam-se intransponíveis somente por meio do esforço pessoal, e só uma ação coletiva que ultrapasse o esforço individual permite o acesso a cargos de direção, em níveis mais altos. Neste sentido, o movimento feminista (e socialista) continua necessário, pois, mesmo que algumas mulheres (as das classes médias e pequeno-burguesas) tenham alcançado alguns avanços, a necessidade da luta pela igualdade de gênero se mantém, porque mesmo nessas camadas a independência é parcial, mas, principalmente, porque estes avanços não chegam até as mulheres da classe trabalhadora, oprimidas pelas determinações de classe, às quais a determinação de gênero/etnia vêm se sobrepor e potencializar essa opressão. A independência individual é um processo possível na construção das mulheres (de classe social alta e classe média alta), diferente da autonomia que só pode ser construída coletivamente e que só se completa quando o grupo todo a possui.

CAPÍTULO 4 – TRABALHO E EXTRAÇÃO DA MAIS-VALIA RELATIVA

“Cansados daquele delírio hermenêutico, os trabalhadores repudiaram as autoridades de Macondo e subiram com as suas queixas aos tribunais supremos. Foi lá que os ilusionistas do direito demonstraram que as reclamações careciam de toda validade, simplesmente porque a companhia bananeira não tinha, nem tinha tido nunca nem teria jamais, trabalhadores a seu serviço, mas sim que os recrutava ocasionalmente e em caráter temporário. (...) E se estabeleceu por sentença do tribunal, e se proclamou em decretos solenes, a inexistência dos trabalhadores” (Gabriel García Marquez).

A teoria do valor trabalho – do qual o conceito de mais-valia (absoluta e relativa) é o núcleo central – é um dos (três) pontos basilares do arcabouço teórico marxiano. A economia vulgar tenta a todo custo negar a pertinência da teoria do valor trabalho, bem como decretar sua superação e inaplicabilidade, pois seus postulados desnudam o caráter exploratório do sistema capitalista. Aos áulicos do capital convém apresentá-lo como potência democrática, igualitária e filantrópica por excelência, sinônimo de civilização. Ao denunciar o caráter exploratório da ordem do capital, ao mostrá-lo tal qual é, ou seja, desfrute do trabalho alheio, apropriação do trabalho não pago, extorsão de mais-valia, domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, domínio das coisas sobre as pessoas, a teoria do valor trabalho 'exige' determinadas formas de enfrentamento, teórica e politicamente. Excluindo-se o caráter exploratório da ordem burguesa, se torna possível propor pactos e convivências harmônicas, bem como lutar por mudanças no seu interior, sem necessidade de revoluções, preservando os traços principais já tão bem incorporados pela subjetividade social.

A análise marxiana da produção capitalista, incorporando criticamente a teoria do valor trabalho, revela (e os adeptos da economia vulgar buscam esconder) o fato de que o/a trabalhador/a produz mais-valia só na medida em que 'acrescenta' trabalho vivo ao trabalho objetivado num processo de produção que já não é seu (seu não como indivíduo, mas como classe), tal fato só é possível unicamente porque ele foi espoliado de toda e qualquer riqueza material antes – e fora do processo de produção. E isso só é possível porque, no processo de produção, os meios e os objetos de trabalho reduzidos a capital constante dominam o/a trabalhador/a por meio da absorção da sua capacidade de trabalho, monopolizada por outrem, na relação inicial de compra-venda. Já os meios de subsistência, monopolizados pela mesma classe a

que pertencem os meios do trabalho, o dominam como adquirentes da sua pessoa – e também eles são fetiches monstruosos.

Nas relações de troca refletem-se relações sociais, que são relações entre classes (traspassadas pelas demais determinações como gênero/etnia), não entre cidadãos livres e iguais, e entre classes antagonistas, uma das quais monopoliza o conjunto da riqueza social material da sociedade. Da mesma forma, nas relações entre homens e mulheres no patriarcado, um sexo detém o poder e o domínio sobre o outro, espelho e refletor das relações de classes estabelecidas, que sob seu domínio não admite forma alguma de relação igualitária – e por isso exige seu próprio fim: para que possam florescer relações iguais entre os sexos, como entre as classes, é necessário acabar com as classes, bem como com o gênero, forma social e desigual de ordenar as relações entre os sexos.

Para analisar então a relação social, que ocorre, no capitalismo atual – a relação entre mulher e trabalho, ou, mais precisamente, do trabalho assalariado e as mulheres – é necessário analisar o ciclo histórico do capital, não só como produção e reprodução do conjunto da relação numa escala alargada (MARX, 1969), ou seja, reprodução continuamente acrescida das categorias tipicamente capitalistas (mercadoria, dinheiro, salário, mais-valia, lucro, etc) bem como do conjunto das **relações sociais e históricas** (grifo meu) – especialmente o trabalho assalariado. Neste capítulo analiso a produção de mais-valia e a subsunção formal e real do trabalho balizadas na análise desenvolvida por Marx em sua crítica da economia política, especialmente em *O Capital*. Visto que algumas das outras categorias foram analisadas em capítulos anteriores no corpo deste trabalho, destaco apenas as categorias que são principais para entender o desenho da subordinação dupla

(classe/gênero) que o capital faz recair sobre parcela da classe trabalhadora, que são as mulheres.

Está-se vendo que a relação entre mulher e trabalho, ou, mais precisamente, do trabalho assalariado e as mulheres – visto que a tarefa de reprodução da vida, secularmente é efetuada por mulheres – ganha espaço nas discussões públicas, seja na academia, seja nos parlamentos, após a Segunda Guerra Mundial, quando força de trabalho das mulheres é exigida em grande número no mundo do trabalho assalariado.

Entre outras discussões, a discussão sobre qual o 'caráter' e a 'natureza' da mulher como trabalhadora tem ganhado corpo e aparece continuamente nos periódicos e publicações que tratam do mundo do trabalho. Profundas transformações atingem o modo de ser 'mulher trabalhadora' e faz-se mister debruçar-se sobre quais as concepções produzidas a esse respeito e a quais interesses ideológicos essas concepções servem, pois

“Nosso interesse principal não estará no primeiro aparecimento de alguma forma econômica nova, nem o simples aparecimento da mesma justificará uma descrição do período posterior por um nome novo. De importância muito maior será o estágio em que a nova forma tiver atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca no todo da sociedade e exercer influência principal na modelagem do desenvolvimento” (DOBB, 1987, p. 21).

Da afirmação acima advém a seguinte pergunta: a inserção das mulheres no mundo do trabalho assalariado representa uma nova forma, traços novos ou simplesmente trata-se de uma nova roupagem para a velha forma de exploração?

No seio do capital, o processo de trabalho, em geral, a produção de objetos úteis só interessam como suporte de valorização. O valor de uso produzido pouco

importa ao capital; o/a operário/a já não utiliza os meios de trabalho para produzir objetos úteis; são os meios de trabalho que utilizam o/a operário/a para produzir mais-valia. O que importa são os valores de troca. O processo de valorização só se torna possível se a força do trabalho atravessar a produção e nela deixar nas mercadorias mais valores que os que nela havia de início. O trabalho, que era concreto, individual e qualitativamente definido, se transforma em trabalho abstrato, socialmente necessário, só quantitativamente definido – para poder assim representar autonomamente seu valor em dinheiro. Maffi dá subsídios para a presente discussão:

“Não é já o trabalho vivo que, insuflando vida no trabalho morto, prodigiosamente o ressuscita, é o trabalho morto que 'suga' o trabalho vivo a ponto de o esvaziar de sua própria essência incorporando-o em si como seu simples 'acessório'; já não é o presente que resgata o passado da sua letargia, é o passado que avilta e agrilhoa o presente; já não é a qualidade que plasma a massa bruta, é esta que emaranha e oblitera aquela, é a vil 'coisa' que sufoca a celebrada 'pessoa'; já não é o instrumento de trabalho que funciona de veículo para a exteriorização da natureza humana, é o próprio instrumento que se torna um meio de comando da energia desumanizada” (MAFFI, 1969, p. 21).

Para que essa transformação no trabalho ocorra, o capital institui o controle sobre o trabalho, o despotismo na fábrica, que lhe assegure que o trabalho tenha a intensidade ou a duração social média. Despotismo esse que não é uma accidentalidade inesperada no decorrer do processo, mas uma necessidade intrínseca:

“A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital” (MARX, 1989, p.585).

Como a lei férrea do capital é produzir-se e reproduzir-se como processo econômico, político e social, baseando-se no seu domínio sobre o trabalho assalariado, isso significa (MAFFI, 1969) que, enquanto não for abatido pelas forças produtivas que aprisiona em suas contradições internas, o capitalismo está

impossibilitado de se tornar algo diferente de si próprio, antes, pelo contrário, sua reprodução contínua só se dá pela utilização das suas características constituintes e com as relações sociais 'entre pessoas', entre classes sociais antagônicas.

Por isso, debruçar-se sobre como as formas que o momento atual de reprodução do capital engendram e constituem o estágio atual da consciência das mulheres, metade da humanidade e parte significativa da classe trabalhadora e como essas formas se articulam, aprofundam ou rompem com a consciência necessária da classe trabalhadora é uma tarefa constitutiva da luta de classes. E essa tarefa só poderá ser levada a cabo, se não se reduzir ao mecanicismo que ignora as diversas formas sociais que as lutas assumem, tomando-as por reformistas e tomando a luta revolucionária apenas como a que ocorre no chão da fábrica. Para Marx (1989), o concreto é a síntese de múltiplas determinações, o que significa que a luta de classes deve ser dirigida pela classe trabalhadora, porém construindo-se múltiplas formas de erosão do modo de ser capitalista, formas essas que podem ser gestadas por diversas forças sociais. No que se refere à luta contra o patriarcado, faz-se mister, como se verá posteriormente, que essa seja uma luta travada independente, mas não autonomamente à luta de classes, nos moldes do feminismo socialista.

Na imaginação e na consciência dos seres humanos envolvidos no processo de produção capitalista – seja o capitalista e seu/sua ideólogo/a ou o/a operário/a –, vêem-se as 'coisas', sobre que se pretendia que aqueles agissem pacífica e naturalmente, erigirem-se em fetiches dotados de alma e vontades próprias, assumirem o vulto de que se tinham despojado os agentes da produção, para se tornarem 'funcionários' anônimos do capital e do trabalho (MAFFI, 1969). Dessa forma, pensar o processo de 'adestramento' da classe trabalhadora, pensar processos

ideológicos que tentam 'capturar' a consciência das classes trabalhadoras – como se vê nas diversas práticas toyotistas (*5S, just in time, kanban*, etc.), na internalização da vigilância, que dispensa o supervisor e o chicote – significa analisá-los não apenas como processos de dominação, mas como processo de exploração, pois que a vigilância e a autovigilância são, sobre o ritmo de trabalho, sobre o desperdício, já de início, processos econômicos, constituintes do processo de valorização do valor, isto é, a menina dos olhos e corpo/alma do capital, que exigem

“Elevação da produtividade do trabalho em geral, uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor de uso” (MARX, 1989, p. 362).

Após 1970, o capital encontra obstáculos, que não constituem impedimentos, para aumentar, significativamente, a extração da mais-valia absoluta, como explica Marx:

“Mas quando se trata de produzir mais- valia tornando excedente trabalho necessário, não basta que o capital se aposse do processo de trabalho na situação que se encontra ou que lhe foi historicamente transmitida, limitando-se a prolongar sua duração. É mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que muda o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho” (MARX, 1989, p. 362).

Para entender a relação social que permite que o processo de trabalho se desenvolva dessa determinada forma, é necessário analisar inicialmente algumas categorias nucleares do processo de produção de valor: **processo de trabalho, mais-valia (absoluta e relativa), subsunção formal e real.**

O trabalho é a utilização da força de trabalho, que é um processo de que participam o ser humano e a natureza, “processo em que o ser humano, com sua

própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1989, p. 202). O ser humano modifica a natureza e a sua própria. Não se trata, porém, de modificar formas humanas instintivas, mas de construções que são previamente arquitetadas idealmente em sua mente. O processo do trabalho compreende o próprio trabalho, que é uma atividade adequada a um fim, o objeto de trabalho (matéria em que se aplica o trabalho) e o instrumental de trabalho.

A terra é o objeto universal do trabalho humano, pois provê meios de subsistência prontos (como peixes, madeira, minérios, etc.). Quando o objeto de trabalho passa por modificações do trabalho, é chamado de matéria- prima.

Aquilo que o/a trabalhador/a insere entre si e o objeto de trabalho, para dirigir sua atividade sobre esse objeto, chama-se de meio de trabalho. De algo da natureza faz-se um órgão para a atividade humana, que se traduz em formação econômico-social. “O que distingue, porém, as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz” (idem: 204).

No processo de trabalho, a atividade humana opera uma transformação. Ao concluir-se o produto (valor-de-uso), extingue-se o processo. “O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou” (idem: 205).

O valor-de-uso pode ser considerado na matéria-prima, meio de trabalho e/ou produto. Pode cada um desses itens servir para a produção e transformação de nova mercadoria, novo valor. No entanto, quando o produto serve para um novo meio de produção, este perde sua característica de produto: torna-se fator material desse novo processo. O trabalho vivo apropria-se das coisas, transformando-as em novos valores-de-uso.

Nessa produção contínua de valores-de-uso, há um processo contínuo de trabalho, que hoje é apropriado pelo capitalista. Este último controla o/a trabalhador/a (como se pode observar no Capítulo *Manufatura, Maquinaria e Indústria Moderna*). Ao capitalista pertence o trabalho do/a trabalhador/a (produto imediato), bem como o produto final. O capitalista paga um valor diário ao/à trabalhador/a. Ao capitalista pertence o uso dessa mercadoria, força de trabalho, cuja utilização como valor-de-uso se dará no processo de trabalho, dentro da oficina do capitalista. Lá ocorrerá um processo de trabalho entre as diversas coisas que o capitalista comprou, que lhe pertencem.

Na mão do capitalista, o produto tem valor-de-uso. Mas o objeto é a produção de mercadoria, algo que contenha, além de valor-de-uso, valor e valor excedente (mais-valia). Os objetos e os instrumentos de trabalho têm de servir realmente à produção de um novo valor-de-uso. Sobre esses elementos deve ser aplicado o trabalho socialmente necessário. No entanto, na produção de uma mercadoria qualquer, o trabalho aplicado deve ser específico e adequado àquilo que será produzido, àquela mercadoria exclusiva.

Ao/à trabalhador/a, de quem se compra a força de trabalho para a produção da mercadoria que se pretende produzir, paga-se um valor diário, em dinheiro, por uma jornada de trabalho. Aqui, como em qualquer mercadoria, o/a vendedor/a de força de trabalho realizou valor-de-troca e alienou seu valor-de-uso. O possuidor do dinheiro comprou a força de trabalho inteira. No entanto, a manutenção cotidiana da força de trabalho custa menos que uma jornada inteira, como se poderá ver com o exemplo a seguir. Antes, porém, simplificando o raciocínio, diz-se que, dentro da oficina capitalista, para se produzir x de uma mercadoria, é necessário um *quantum* de

matéria-prima, insumos e força de trabalho para a transformação. Esse x produzido terá um custo y . Surge daí um novo valor.

Voltando à análise da relação do capitalista com o/a trabalhador/a na fábrica, é importante frisar a racionalidade na produção que o capitalista deve garantir para a normalidade dos fatores materiais do trabalho para que se possa também garantir o tempo socialmente necessário dessa mesma produção. O capitalista ficará atento para que o/a trabalhador/a, de sua parte, garanta habilidade, destreza e rapidez na especialização em que se aplica.

O funcionamento racional do processo de produção é, então, requisito básico para o capitalista. Entende-se processo de produção como afirma Marx:

“O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias” (Marx: 1989, p. 222).

O processo de produção de mercadoria é o processo de produção de mais-valia. A mais-valia significa excedente quantitativo de trabalho, cujo processo de produzir valor se estabelece pelo processo social médio.

Além do tempo necessário de trabalho, o/a trabalhador/a pode prolongar sua jornada. Na realidade, a taxa de mais-valia absoluta depende da duração desse prolongamento. Em situações em que não é possível o prolongamento (em horas) da jornada – por exemplo, limites físicos dos/as trabalhadores/as, resistência política e organizada dos/as trabalhadores/as, etc. –, amplia-se o trabalho excedente, mantendo a mesma jornada. O que se muda é a forma de repartir o trabalho necessário e o

excedente. Para reduzir a quantia de horas de trabalho necessário, é mister que seja aumentada a produtividade do trabalho.

Essa modificação da produtividade supõe uma modificação no processo de trabalho. Produz-se mais-valia, tornando excedente o que era trabalho necessário. Para o capital, faz-se necessário transformar as condições técnicas e sociais. Prolongando-se, pois, o dia de trabalho, produz-se mais-valia absoluta. (idem: 363).

O valor da mercadoria define-se pela quantidade de trabalho em sua última forma e também no contido em seus meios de produção. A elevação da produtividade resulta no barateamento da força de trabalho, bem como dos elementos materiais do capital constante. Individualmente o capitalista não visa reduzir o valor da força de trabalho, mas concorre para elevar a taxa geral da mais-valia. Isso ocorre porque, em primeiro lugar, o verdadeiro valor de uma mercadoria não é individual mas social. Ao empregar, individualmente, o modo de produção aperfeiçoado, o capitalista terá uma taxa de trabalho excedente maior do que a dos demais capitalistas do mesmo ramo. Mas, ao generalizar esse novo modo de produção, pela concorrência²², extingue-se a diferença entre o valor individual das mercadorias mais baratas e o valor social (valor antes do aperfeiçoamento técnico-produtivo). Nas palavras de Marx, ocorre que:

“A taxa geral da mais-valia só experimenta alteração relacionada com o processo por inteiro quando a elevação da produtividade do trabalho atinge ramos de produção, baixando preços de mercadorias que fazem parte do conjunto dos meios de subsistência que constituem elementos do valor da força de trabalho” (Marx:1989, p. 367).

No que concerne ao barateamento dos elementos materiais do capital constante, é preciso acrescentar que

²² Marx analisa o capitalismo concorrencial. O capitalismo monopolista surge por volta de 1870/1880 e vai se consolidar no século XX.

“Finalmente – e para isso tem ele seu próprio ‘code pénal’ – não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor” (MARX, 1988, p. 154).

A passagem acima também leva a refletir sobre a vinculação entre o direito e a economia. Apesar de que algumas interpretações idealistas não a aceitem, para Marx, o código penal e todos os demais complexos processos existentes no modo de produção capitalista são parcialidades subordinadas à totalidade, ao movimento central do capital que, como já dito anteriormente, é a valorização do valor.

A relação capital-trabalho é o fulcro central da produção capitalista, não sendo porém suficiente para defini-lo. Para que ocorra o resultado permanente do processo, o capital constrói formas de submeter o trabalho, para que este sirva à produção da mais-valia, à apropriação do trabalho não pago. Esse ciclo histórico se cumpre em dois estágios, a saber, a subsunção formal e depois subsunção real. Esses estágios não são mecânica e rigorosamente separados em absoluto. Na subsunção formal, o capital submete a si um processo de trabalho dado, que corresponde a um estágio de desenvolvimento das forças produtivas que ainda estão encerradas, nos limites das relações pessoais ou políticas, entre os atores do drama (MAFFI, 1969), um estágio, portanto, pré-capitalista; despedaça todos os vínculos legais e extralegais que o mantinham arraigado a uma existência estática e aparentemente intemporal; impõe-lhe do exterior uma continuidade e uma disciplina anteriormente desconhecidas; prolonga a duração da jornada de trabalho – por isso a subsunção formal ocorre na produção da mais-valia absoluta –, faz surgir entre ele e o trabalho vivo, já agora sob a forma assalariada, relações de coação. As antigas relações de senhoria e

dependência pessoal são destruídas e em seu lugar surgem relações de coação, também despóticas, tão mais despóticas quanto mais disfarçadas e aparecendo como livres, quanto menos codificadas ou normativas (MAFFI, 1969). Esse despedaçar das relações anteriores que o capital promove e instaura não significa, no entanto, um revolucionar do modo de ser do trabalho e a forma real do conjunto do processo de trabalho, ou seja, seus caracteres e elementos tecnológicos.

A intervenção do capitalista na vida dos modos de produção preexistente tem como resultado histórico que o produtor se torna 'livre', responsável, independente, móvel, extremamente produtivo, progressivo e culto, emancipado das mil limitações da vida fechada em si própria, porém esses atributos são uma conquista aparente, porque, na essência, eles se voltam contra o/a próprio/a trabalhador/a, que se transforma em pressuposto da submissão real do trabalho ao capital, na grande indústria moderna, e se incorpora, como um dos elementos dessa indústria, em uma nova e efetiva total dependência (MAFFI, 1969).

Passar-se-á agora a analisar como ocorre a subsunção formal do trabalho no capital. O trabalho é responsável pela transformação de seres orgânicos, mamíferos superiores, em seres humanos, processo mágico que rasga as entranhas da terra e dela extrai utilidades e belezas, transforma a superfície do planeta em espaço apropriado para a vida humana, transforma toda a rica variedade de seres existentes (animados e inanimados) em possibilidades criativas para os seres humanos, supera e alarga os limites naturais desses mesmos seres humanos. Mas, no modo de produção capitalista, o processo de trabalho converte-se no instrumento de valorização do capital, da criação da mais-valia. O processo de trabalho no capitalismo não tem como objetivo fabricar valores de uso, objetos úteis que sirvam

para suprir necessidades 'físicas ou espirituais', de ampliar os limites naturais dos seres humanos (mesmo que determinadas mercadorias para isto contribuam, não o faz como objetivo real), mas valorizar o valor, criar um valor maior do que o que nele tinha investido. O processo de trabalho perde sua função de criar a vida, submete-se ao capital, torna-se o *processo do próprio* capital e o capitalista entra nele como dirigente, como guia. No processo de trabalho, o capitalista exerce ao mesmo tempo um processo direto de exploração de trabalho alheio, no qual ele entra como diretor; não é um processo em que o capitalista exerce simplesmente uma função diferente dos/as demais (trabalhadores/as), mas é um processo de exploração e, como processo de exploração, ele só pode ocorrer submetendo outrem, e para que a submissão se mantenha é preciso vigilância, controle, direção. De forma que o processo de controle (gestão), que o capitalista e seus representantes exercem sobre o trabalho, não é acidental mas imanente.

Os processos de produção anteriores ao capitalismo, que eram socialmente determinados de modos diversos, se transformaram no processo de produção do capital: valor que produz mais valor, dinheiro que produz mais dinheiro. A primeira forma de submissão é a subsunção formal (MARX, 1969), forma geral de qualquer processo capitalista de produção e, ao mesmo tempo, uma forma particular em relação ao modo especificamente capitalista desenvolvido. Na subsunção formal, o processo de produção transforma-se no processo de produção do próprio capital – que ocorre sob a direção do capitalista – processo que se desenvolve com os fatores do processo de trabalho em que se transformou o dinheiro do capitalista, com a finalidade de adquirir mais dinheiro do dinheiro.

Nos processos de produção anteriores, o capital introduz modificações que transformam o trabalho independente em trabalho subjugado que o próprio capital dirige, na sua forma personificada, ou seja, como capitalista. No processo de produção anterior, os diversos agentes (o mestre, o oficial e o escravo) se defrontavam como possuidores de mercadorias e só mantinham entre si uma relação puramente *monetária* (MARX, 1969). No seio do processo de produção capitalista, defrontam-se como agentes personificados dos fatores que intervêm e compõem esse processo: o capitalista, como capital, e o produtor diretor, como trabalho, cuja relação, entre eles, está determinada pela lei de valorização do valor, ou seja, o trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza. Como para valorizar o valor é necessária a apropriação privada do valor excedente, para que ocorra o excedente de valor significa que deve haver trabalho excedente, pois só o trabalho produz valor. O valor é dado pelo tempo médio socialmente necessário para sua execução. O trabalho excedente é quantificado por horas, por isso, no decorrer de cada hora é preciso que o trabalho mantenha o ritmo médio. Dessa forma, o capitalista **deve cuidar** para que o trabalho alcance o grau normal (socialmente determinado e portanto mutável) de qualidade e intensidade, prolongando até o possível (limite dado tanto pela biologia quanto pelo grau da luta de classe) o processo de trabalho, para que haja o aumento da mais-valia produzida. Cuidar, zelar, controlar, dominar são ações que o capitalista exerce como ato imanente a si, ao seu próprio processo constitutivo.

A transformação que o modo de produção capitalista provoca nas formas de produção anteriores não significou uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, mas, pelo contrário, utilizou-se de diversos modos de produção anteriores para sobre eles erguer a base para a subsunção formal. O capital

não faz desaparecer determinados modos de produção anteriores a si, ele os submete e as modificações, que se operam, nesses processos de trabalho, são consequência da prévia subsunção, no capital, de determinados processos de trabalhos tradicionais. As alterações que ocorrem com a transformação do processo de produção em processo de produção capitalista – como a aceleração do ritmo, a extensão da jornada como condição *sine qua non*, o controle do capitalista sobre o trabalho – não alteram em si e para si o caráter do processo real do trabalho, do modo real do trabalho.

O modo de produção especificamente capitalista supõe precisamente o trabalho em grande escala e a maquinaria e, agora, são, sim, revolucionados o caráter do trabalho, a modalidade do trabalho em seu conjunto, bem como as relações entre os diversos agentes da produção – essa é a subsunção real do trabalho.

No capital, a subsunção formal do trabalho ocorre submetendo um modo de trabalho que já existia anteriormente. A relação capitalista é uma relação coercitiva, cuja coerção não se funda em relações pessoais de dominação e dependência, mas nas que são fruto das diversas funções econômicas. A coerção é necessária em um sistema que tem como objetivo final autovalorizar-se e que, para tanto, necessita extrair mais-valia, mais trabalho, o que só pode ser feito, nesse momento histórico, mediante o prolongamento da jornada de trabalho. Na segunda forma de submissão, que é a de subsunção real do trabalho, a coerção continua existindo, pois continua visando a prolongar a jornada de trabalho, mas o capital utiliza-se de outras formas engenhosas de extrair mais-valia. A subsunção formal, em que a extração de mais-valia se dá por meio de aumento da jornada de trabalho, corresponde a um determinado estágio das forças produtivas, em que o desenvolvimento da técnica, da ciência e da maquinaria se encontra em estágios primitivos.

No interior do modo capitalista de produção, existem formas que se reproduzem como formas secundárias e de transição, em que ainda não ocorre a subsumção do trabalho ao capital. Essas formas ocorrem em situações em que o capital existe, mas ainda não de forma dominante (capital usurário e mercantil); ele não se imiscui no processo de produção propriamente dito.

Quanto à subsumção real do trabalho no capital, ou o modo de produção especificamente capitalista, verifica-se que a produção da mais-valia relativa modifica toda a forma do modo de produção e surge um modo de produção especificamente capitalista, sobre cuja base, e ao mesmo tempo que ele, se desenvolvem as relações de produção – correspondentes ao processo produtivo capitalista – entre os diversos agentes da produção e, em particular, entre os capitalistas e os/as assalariados/as.

As forças produtivas do trabalho diretamente coletivizado se dão por via da cooperação, da divisão do trabalho, no interior da oficina, da aplicação da maquinaria e da transformação do processo produtivo em aplicação consciente das ciências e da tecnologia com determinados objetivos – assim como os trabalhos em larga escala que a tudo isso correspondem. Esse desenvolvimento da força produtiva do trabalho objetivado e a aplicação da ciência, tudo isso se apresenta como força produtiva do capital. Todo o gigantesco conjunto das mais diversas forças, o esforço combinado das forças produtivas, bem como o esforço seja do/a operário/a individual ou dos operários/as combinados/as, no processo de produção, não aparecem como tal, fruto e produto do esforço humano, mas aparecem como força do capital; o trabalho é subsumido ao capital, como se fora idêntico a ele. A potência do trabalho vivo só é reconhecida nas coisas mortas, nas mercadorias. Aquilo que é efetivamente social – o social sendo aquilo que é coletivizado, que é fruto de esforço conjunto – se confronta

com o/a operário/a que o executa como algo não só pertencente a outrem (alheio), mas, além disso, hostil a si mesmo e antagônico, como força e potência, personificado e objetivado, no capital, quando, na verdade, é sua personificação e objetivação.

A mais-valia absoluta expressa a subsunção formal do trabalho no capital, enquanto a mais-valia relativa expressa a subsunção real do trabalho no capital.

A mais-valia é uma só, apesar do modo diferente de incrementá-la – mais-valia absoluta e relativa – são formas separadas de subsunção do trabalho no capital, duas formas separadas da produção capitalista. A subsunção formal é anterior à subsunção real, mais desenvolvida, pode, por sua vez, servir de base para que se introduza, em novos ramos da produção, a subsunção formal, do estágio menos desenvolvido, isto é, da mais-valia absoluta. Ou seja, a primeira forma de o capital subsumir o trabalho é na produção da mais-valia absoluta, simplesmente estendendo a jornada de trabalho; depois, com novos métodos, mais diversificados, mais sofisticados, formas opressivas sob disfarce, com o uso da maquinaria, da tecnologia e da ciência, propicia novas formas de produzir mais-valia, que não a extensão da jornada, forma mais 'crua', mais 'primitiva'. Mas quando essas formas estão bem desenvolvidas, na subsunção real, quando a produtividade ou a velocidade ou a especialização avançam, surgem novos modos de produção e é esse avanço da produtividade e da especialização que permite de novo ao capital introduzir a extensão da jornada de trabalho (subsunção formal).

A subsunção formal é assim denominada por diferenciar-se só na forma dos modos de produção anteriores, sobre cuja base foi introduzida, essa diferença formal refere-se, pois, à forma como o sobretrabalho é extorquido, à forma como se exerce a coação. A relação entre quem fornece o trabalho e quem dele se apropria é

puramente monetária e, na medida em que surge a subordinação, ela é derivada do conteúdo determinado da venda e não, de uma subordinação que a precedesse. O produtor do trabalho não entrava na relação subordinado a um poder que o comprador da sua mercadoria possuísse anteriormente, como, por exemplo, um poder político, mas ele se subordinava, porque vendia sua mercadoria – força de trabalho – em uma relação monetária, de dependência econômica – era submetido, porque dependia de que o explorador do seu trabalho o comprasse em forma de mercadoria força de trabalho, ele que não tinha mais nada para vender que não essa força de trabalho. O modo de produção continua o mesmo, o trabalho continua sendo efetuado sem mudanças tecnológicas, mas agora esse processo de trabalho não se refere à perícia do mestre ou à avareza do negociante, mas se subordina ao capital, a seu controle, à sua gestão. Essa gestão não é exercida porque o capital tem como objetivo dominar, mas ao contrário o domínio é exercido porque é a única maneira de garantir que o valor seja valorizado, que haja a extração da mais-valia, que o sobretrabalho seja produzido. Ora, é possível extrair e extorquir o trabalho de outrem, deixando-o livre, sem vigilância? Neste sentido, o controle do capital, a submissão a ele, a gestão por ele exercida são iminentes e necessários, pois **é da natureza do capital extorquir trabalho alheio, mas não é seu objetivo.**

Aqui se encontra o problema das discussões sobre poder feitas foucaultianamente, em que o poder existe circularmente, exercido por todos, sem objetivo a não ser existir em si, porque esse poder/domínio não obedece a nenhuma lógica econômica, mas puramente ao desejo de domínio.

Dessa passagem pode-se inferir o quão infrutífera (porém não inócua) é a posição de centralizar a luta revolucionária no ataque à opressão, à dominação,

lateralizando a luta contra o capital. Para acabar com a dominação, sob qualquer forma que ela ocorra – como submissão do trabalho, na esfera do patriarcado ou racial – é necessário acabar com o capital, cujo objetivo é valorizar o valor e para tanto necessita submeter, dominar. Como a dominação é necessária ao capital, dela ele não pode prescindir. Pode, até, modificar as formas de exercê-la, como na subsunção formal e real e nas artimanhas de gênero, racial, de orientação sexual, quando aproveita para implementar a subsunção – que não é, porém, seu objetivo. Quem elege a dominação como objetivo do capital e não, como sua forma necessária, erra no diagnóstico e, conseqüentemente, no enfrentamento a ser travado.

Quanto ao gênero, a análise confirma que o capital, simplesmente, não pode escolher acabar com a opressão, pois essa é uma necessidade sua, não uma escolha, pode, entretanto, velar as formas pelas quais essa opressão se exerce, disfarçá-las, pintá-las com cores belas, efetuar medidas superficiais, cosméticas, subjazendo as formas sociais pelas quais a subsunção real opera, como ocorre nesses tempos de reestruturação produtiva.

Na subsunção formal do trabalho no capital, a coação tem como objetivo a produção do sobretabalho e a obtenção do tempo livre para o desenvolvimento independente da produção material. Distingue-se dos modos de produção anteriores apenas na forma. Mas essa mudança na forma não é inócua, faz aumentar a continuidade, a intensidade do trabalho e a produção, é mais propícia ao desenvolvimento das variações na capacidade do trabalho e, por isso, à diferenciação dos modos de trabalho e de aquisição e, finalmente, reduz a relação entre o capitalista e o/a operário/a a uma simples relação monetária, de compra e venda, eliminando da relação de exploração todas as excrescências políticas, religiosas ou patriarcais. Isto

não significa que o capital instaura o reino da não dominação, mas que acaba com as velhas formas de dominação (escravidão, servidão, vassalagem), e instaura novas, visto que a própria relação de exploração gera uma nova relação de hegemonia e subordinação, com novas expressões políticas. A forma torna-se mais livre porque agora é de natureza apenas material, formalmente voluntária, puramente econômica. A relação de hegemonia e subordinação ocupa no processo de produção o lugar da autonomia anterior – em que os produtores apenas pagam uma renda à autoridade constituída (seja ao senhor ou à Igreja) –, isto é, a relação de hegemonia e subordinação é ela mesma produto da implantação do modo de produção capitalista.

Passa-se agora à subsunção real do trabalho no capital. A subordinação direta do processo do trabalho ao capital – a subsunção formal – subsiste seja qual for a forma tecnológica sob a qual se desenvolva tal processo. A subsunção real do trabalho no capital só ocorre quando, sobre a base da subsunção formal instalada, emerge um modo de produção específico que transforma totalmente - e não só tecnologicamente – a natureza real do processo de trabalho e suas condições, qual seja, o modo de produção capitalista.

A subordinação real do trabalho no capital promove uma revolução total e contínua, na produtividade do trabalho e na relação que ocorre entre o capitalista e o/a operário/a; no modo de produção em si, desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. De um lado, o modo capitalista de produção se estrutura como um modo de produção original, advindo uma forma grandemente modificada da produção material que, por outro lado, constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma

adequada corresponde a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho.

A produtividade do trabalho, a massa da produção, a massa da população e a massa da sobrepopulação, desenvolvidas por modo de produção especificamente capitalista, fazem surgir continuamente novos ramos produtivos, nos quais o capital pode trabalhar novamente, em pequena escala, e outra vez percorrer os diversos estágios do desenvolvimento até que novos ramos de atividade começam também a ser explorados em escala social. Dessa forma, não é possível falar em subsunção formal e real em uma escala apenas temporal, como se o desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção fizesse desaparecer, para sempre, os modos anteriores. Cada forma de subsunção corresponde a um estágio, e os estágios se alternam e se sucedem, de forma espiralada, nunca idêntica. E cada uma dessas formas objetivas de subsunção ou formal gesta subjetividades necessárias/possíveis, visto que, como definido anteriormente, a subjetividade é formada pelo processo de interiorização das relações objetivas.

4.1 A força de trabalho das mulheres

“Os cadáveres tinham a mesma temperatura do gesso no outono (...), e os que os tinham colocado no vagão tiveram tempo de arrumá-los na ordem e no sentido

em que se transportavam os cachos de banana”
(Gabriel Garcia Marquez).

Este trabalho é motivado pela intencionalidade de avaliar como a opressão de gênero tem uma forma nova de manifestar-se, como o capital utiliza essa força de trabalho, o que passa pela instrumentalização das emoções, neste momento histórico, a saber, como parte do processo de extração da mais-valia relativa.

Para Marx (1988), as épocas econômicas são determinadas pelo **como se faz o trabalho, com que meios** e não por aquilo que se faz. O que significa dizer que apesar das transformações ocorridas no mundo do trabalho, em que a própria configuração da classe trabalhadora ganha novos contornos, entre eles o aumento no grande número de mulheres, em diversos setores desse universo, parto do pressuposto de que ainda se vive na Modernidade, isto é, sob a égide do capital, visto que os meios de produção continuam privados e a força de trabalho continua assalariada – mesmo que esse assalariamento apresente formas mutantes, mas ainda assim assalariadas. O presente trabalho debruça-se, então, sobre o ‘como’ se faz o trabalho, utilizando-se da força de trabalho das mulheres, especialmente suas emoções, (também) transformadas em mercadorias. Para Antunes (1999), o toyotismo transforma a parte imaterial do trabalho, que são as emoções, em fonte de ampliação da mais-valia.

O processo de transformação da potência do/a trabalhador/a coletivo/a em potência do capital se inicia já no período manufatureiro. Na maquinaria específica do período manufatureiro permanece o/a próprio/a trabalhador/a coletivo/a, que é a combinação de muitos/as trabalhadores/as parciais. O grau de complexidade do/a

trabalhador/a coletivo/a faz com que a manufatura desenvolva uma hierarquia de força de trabalho, que corresponde a uma escala de salários. Surgem os/as trabalhadores/as qualificados/as e os/as não qualificados/as. Para estes/as últimos/as, **os custos de aprendizagem desaparecem, reduzindo, com isso, o tempo de trabalho necessário para reproduzir força de trabalho, ampliando assim o domínio do mais-trabalho**, mecanismo que permite potenciar a mais-valia, incrementar a mais-valia. O capital, nesse momento de acumulação flexível, descobre mais uma forma de não arcar com os custos da aprendizagem. Na atual fase de reestruturação produtiva, vale-se das emoções do conjunto da classe trabalhadora para obter dela tanto a submissão ideológica sem sublevação (ganhos ideológicos), como o aumento na produtividade (ganhos econômicos), pelo fato de o/a trabalhador/a incorporar as necessidades do capital como suas, trabalhando feliz. Como no patriarcado, a educação perversa de gênero provoca o super-desenvolvimento da racionalidade nos homens e da emotividade nas mulheres, o capital, ao empregar as mulheres na função de controle da força de trabalho, não necessita fazer uma formação específica para as mulheres sobre o uso das emoções, o que, dessa forma, amplia o domínio do mais trabalho, aumenta a mais-valia.

Para aprofundar a constituição dessa força de trabalho das mulheres, retomo a análise feita por Antunes (1999), que analisa as metamorfoses que ocorreram/ocorrem no mundo do trabalho e como as mudanças o afetam, afirmando que as mudanças tecnológicas, com a introdução da robótica e da informática, são significativas, mas provocam uma mutação no padrão de acumulação e não, no modo de produção. Nos anos 1970, há uma mudança, que afeta fortemente o mundo do trabalho, a substituição do cronômetro e produção em série do taylorismo/fordismo pela

cooperação/cooptação do toyotismo. As mudanças se dão tanto na objetividade como na subjetividade da classe trabalhadora, em que há um mobilizar da afetividade para o trabalho, o uso da emoção para construir processo de cooperação/cooptação.

O capitalismo, nas últimas três décadas, passou por transformações que apontam na seguinte direção (ANTUNES, 1999):

1) O binômio taylorismo/fordismo perde a hegemonia de que desfrutava, sendo substituído por formas mistas, especialmente o toyotismo e, em consequência dessa mudança, houve retração da classe trabalhadora estável (formal).

2) Ocorre um aumento do proletariado terceirizado, fabril e de serviços.

3) Há aumento do proletariado terceirizado, fabril e de serviços, crescentemente informalizado, que supre as funções da 'antiga' classe trabalhadora estável. Essa parcela é uma parte substancial da classe trabalhadora, do proletariado (informal). O trabalho proletarizado atinge não só os/as estrangeiros/as/imigrantes, mas os/as próprios/as trabalhadores/as nativos/as. Como dito anteriormente, a terceirização data de épocas anteriores ao toyotismo, mas, além de não se dar em setores centrais da produção, sua ocorrência era pequena. No toyotismo ocorre a terceirização em larga escala (75% das instalações toyotistas são terceirizadas) e em setores vitais da produção. Há uma mercadorização do setor de serviços, isto é, setores que, anteriormente, eram improdutivos (não criavam diretamente mais-valia), se transformam em produtivos (criam diretamente mais-valia), isto é, produzem mercadorias, o que, para Antunes (1999), acarreta uma ampliação da classe trabalhadora. O proletariado estável reduz-se, os precarizados aumentam, isto é, no conjunto, a classe trabalhadora aumenta. Obedecendo a uma lógica utilizada pelo capital, em diversas situações anteriores, em que a força de trabalho das mulheres é

considerada mais submissa e mais dócil, o trabalho, mesmo o caracteristicamente masculino, exercido por mulheres tem menor salário. Entre esses/as trabalhadores/as, aumenta o trabalho precarizado e o número de mulheres na composição da classe trabalhadora. O crescimento das mulheres como força de trabalho assalariada não obedece a uma única causalidade, mas se configura como desaguadouro de um conjunto de tendências sociais. Para entender a morfologia (forma) da classe trabalhadora, em que ocorre a feminização (aumento do número de mulheres na composição), Antunes elenca alguns tópicos.

1) Atente-se para as mudanças provocadas na constituição social do papel da mulher, como consequência da explosão do movimento feminista, ao longo dos anos 60, com a emergência da luta do movimento das mulheres e feminista por sua maior participação no trabalho.

2) Nos anos 1970,80 e 90, em função da reestruturação do capital, há uma confluência entre a ampliação do trabalho das mulheres e as condições que o capital implanta para gestão do trabalho, sendo que os trabalhos precarizados, por tempo flexível, polivalentes vão agregar crescentemente mulheres. Essas condições precarizadas provocam uma Intensificação na divisão sócio-sexual do trabalho, com elementos 'nocivos', comparados à divisão sexual do trabalho da era taylorista/fordista. Nas áreas em que há capital intensivo (maquinário técnico-científico), há presença de homens; no trabalho intensivo (manual) há presença de mulheres, isto é, há uma divisão sexual do trabalho dentro da divisão social do trabalho operada pelo capital. Essa divisão é diversa, mas não independente da divisão sexual do trabalho que ocorre na divisão social do trabalho 'fora' do capital, no mundo da reprodução. Não é independente, porque são as habilidades treinadas na

educação de gênero – que originalmente se destinavam a funções femininas do cuidar da reprodução da vida, funções exercidas por mulheres, isto é, trabalho improdutivo – que, na reestruturação produtiva, são apropriadas pelo capital para a produção de mercadorias e se transformam em trabalho produtivo.

3) A crescente participação das mulheres no processo de trabalho. Em alguns lugares do mundo a classe trabalhadora já é majoritariamente composta de mulheres. Na Inglaterra, em 1998, o contingente de mulheres suplantou o contingente de homens, e, em Vigo, na Espanha, 40% de mulheres ocupam o setor de peças para automóveis. Tal crescimento numérico faz surgir novos elementos para pensar a divisão sexual do trabalho, novos como qualidade, intensidade, elementos antes existentes, hoje, porém, aumentados. A divisão sexual do trabalho não é nova, mas, com a intensificação de formas flexíveis, informatização e informalização produtiva, é possível falar em uma divisão sexual do trabalho desigual entre o trabalho dos homens e das mulheres. Para Antunes (1999), a intensificação da presença das mulheres mudou a 'qualidade' da classe trabalhadora. O taylorismo/fordismo predomina nos países não cênicos, que têm ressonância no plano da divisão sexual do trabalho; no taylorismo, a presença dos homens é maior. No toyotismo, o capital vem incorporando as mulheres de forma desigual em relação aos homens, porque tem sabido apropriar-se da polivalência das mulheres, que é treinada pelo gênero. Com a entrada em massa da mulher no mundo do trabalho assalariado, ocorre a intensificação da duplicidade do ato laborativo das mulheres, visto que elas não se eximiram das tarefas reprodutivas. O capital também incide sobre a reprodução, isto é, há necessidade de que essa força de trabalho, coma, durma, descansa e se eduque para poder estar em condições de vender sua força de trabalho, tarefas que

são efetuadas pelas mulheres, no âmbito do lar e sem remuneração. O trabalho efetuado no âmbito da família é sobretrabalho, fundamental para a reprodução da força de trabalho. O espaço reprodutivo das mulheres faz parte do mundo do trabalho, apesar de não ser assalariado (ANTUNES, 1999).

A classe trabalhadora aumentou porque se feminilizou, isto é, aumentou o número de mulheres na sua composição, o que significa que (ANTUNES, 1999) a classe trabalhadora não está acabando, a não ser que se pense que a classe trabalhadora só é classe se for composta de homens.

4) Se há uma relativa redução dos núcleos fordistas/tayloristas²³, houve uma enorme 'expansão' do setor de serviços. A classe trabalhadora aumentou, alocada no setor de serviços, especialmente nas áreas privatizadas (ampliou-se a classe trabalhadora produtiva ou inteiramente atada à esfera do mercado). Na Inglaterra, EUA, 70% são dos setores de serviços; em São Paulo, uma grande maioria de trabalhadores/as hoje é do setor de supermercados. Para Antunes (1999), há uma zona cinzenta, em que ocorre a intersecção entre os trabalhos produtivos e improdutivos, o que tem como consequência existirem hoje trabalhadores/as que são, em si mesmos/as, produtivos/as e improdutivos/as. Com a fusão do capital bancário com capital produtivo (financeirização), ocorre uma mudança na forma de ser da classe trabalhadora em sua forma empírica. Esta financeirização significa uma ampliação dos serviços; com esse setor empregando os/as desempregados/as do setor industrial, essa ampliação levou a um assalariamento (proletarização).

5) Os novos processos efetuam um corte geracional que, por um lado, exclui do mundo do trabalho os/as mais velhos/as, a parcela dos/as trabalhadores/as que estão

²³ No ABC Paulista, essa redução é do montante de 240 mil para 90 mil.

perto dos 40 anos ou os empurra para o Terceiro Setor, sendo que no Brasil são 19 milhões de homens e mulheres que aí estão alocados; por outro lado, não inclui no mundo do trabalho os mais novos, que saem da universidade.

6) Com a retração do mercado de trabalho privado, mais a retração do mercado de trabalho público e a conseqüente explosão do desemprego estrutural, a sociedade vem incentivando (ideologicamente) o Terceiro Setor – tudo aquilo que não é diretamente privado, nem público. É funcional para o sistema, pois este/a trabalhador/a está realizando trabalhos 'voluntários' que outros/as trabalhadores/as deveriam estar fazendo assalariadamente. É funcional ao capital, porque resolve temporariamente o problema do desemprego. E ata o sujeito (apesar da forma precária) à sociabilidade do trabalho, o que é um aspecto positivo.

7) Com o avanço das novas tecnologias em informação, ocorre a transferência para o espaço doméstico de atividades que eram exercidas no espaço verticalizado, surgindo o híbrido trabalho produtivo (que extrai mais-valia) em domicílio. Foi na Benetton, indústria têxtil, que se iniciou a experiência da Terceira Itália, em que as atividades produtivas são realizadas no espaço reprodutivo. O trabalho produtivo mescla-se com o trabalho doméstico, ampliando a exploração sobre mulheres e crianças. O trabalho em domicílio significa que o trabalho no espaço reprodutivo é freqüentemente preenchido pelo trabalho produtivo, especialmente, mas não só, feito pelas mulheres. Muitos/as trabalhadores/as da indústria têxtil têm migrado para o espaço doméstico onde ocorre o trabalho produtivo. As mulheres geralmente fazem essas tarefas – as produtivas e as reprodutivas – ao mesmo tempo, o que lhes acarreta maior precarização e maior dificuldade em organizar toda a classe. Mas apesar de politicamente se tornar mais difícil a organização da classe, visto que o

trabalho em domicílio descentraliza, pulveriza, fragmenta os/as trabalhadores/as, dificultando a identificação inclusive do local de trabalho, ao mesmo tempo, o trabalho que se faz no espaço doméstico é produtivo, o que significa aumento do tamanho da classe trabalhadora, contraditando assim a tese do fim da classe trabalhadora.

8) No contexto do capitalismo internacionalizado, há uma capacidade de trabalho social e mundialmente combinada, propiciando, entre outros fatores, o surgimento de uma nova configuração da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999). Essa nova morfologia da classe acentua sua heterogeneidade, sua complexidade, mais fragmentada. O que não significa, segundo Antunes (1999), que a classe trabalhadora tenda a desaparecer, mas acontece maior fragmentação, complexificação, heterogeneidade, intensificação e diferenciação, configurando uma classe trabalhadora singular com relação ao passado.

A discussão efetuada por Antunes (1999) acerca da nova configuração da classe trabalhadora no que se refere à ampliação, se baliza nas modificações ocorridas na configuração dos trabalhos produtivos e improdutivo. Para efetuar então esta discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo, é mister efetuar a discussão acerca do objeto de estudo sobre o qual Marx se debruçou, bem como acerca da intencionalidade do autor. A obra central de Marx, para a qual convergem seus esforços intelectuais, é uma análise do capital e não uma prescrição de uma sociedade comunista. Marx não faz uma crítica ético-política do capital – mesmo que sua obra tenha inspirado legitimamente legiões de pensadores/as a fazê-lo, mesmo que o próprio autor tivesse diante do sistema capitalista uma posição de repúdio absoluto –, ele desvela o arcabouço e os mecanismos pelos quais o capital se constitui. Ao desvendar as engrenagens constitutivas do modo de produção

capitalista, Marx espera contribuir com a destruição dessa mesma ordem. Mostrar nitidamente o funcionamento da economia política (ou seja, construir a economia política dos trabalhadores) não significa defendê-la, como parece sugerir a avaliação que determinados setores feministas fazem da obra de Marx, especialmente no que se refere ao conceito de trabalho produtivo e improdutivo. Ao definir o que é trabalho produtivo e improdutivo, Marx desvela como esse trabalho (e não o processo de trabalho em geral) é realmente existente no modo de produção capitalista, cujo objetivo central é valorizar o valor, e só considera produtivo o trabalho que gera mais-valia, mais-valia que é o que lhe permite valorizar o valor, ou seja, extrair de um valor mais do que o que nele foi colocado. Marx não fala, nessa obra, da forma como ele desejaria que fosse a organização da produção, mas de como efetivamente o é. A realidade só pode ser transformada a partir do conhecimento real sobre seu funcionamento e não tomando como existente o que não passa de vontade (social/individual). Mas determinados setores do movimento feminista acusam Marx e os marxistas (e não o modo de produção capitalista) de não considerar produtivo o trabalho doméstico efetuado no interior da família, de valorizar mais as coisas (economia) que as pessoas, enfim, culpam o termômetro pela febre.

Nesse sentido, este trabalho parte dos subsídios das análises já realizadas de Marx sobre a realidade do funcionamento do modo de produção capitalista para analisar – também nos passos marxianos de uma tentativa metodológica de desvelamento, porém de caráter particular – a força de trabalho das mulheres na reestruturação produtiva. Para tanto, ainda no plano geral, torna-se mister discutir os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, para apreender qual o papel que essa força de trabalho desempenha para o capital. As discussões acerca do trabalho

produtivo e improdutivo são travadas por setores do movimento feminista de uma forma pouco precisa, o que leva a sérios equívocos. Ao discutir os conceitos produtivo e improdutivo, em relação ao trabalho efetuado dentro da casa, referente à reprodução da vida (lavar, cozinhar, passar, educar, cuidar de crianças e idosos/as) e majoritariamente executado por mulheres, trabalho esse **classificado como improdutivo**, setores do movimento feminista tomam essa definição como moral, como se fora sinônimo de trabalho inútil e se insurgem contra 'o economicismo' dos/as marxistas. Ora, em Marx encontra-se a definição de produtivo e improdutivo no que se refere ao processo de trabalho em geral e do ponto de vista do processo capitalista de produção. E a denúncia:

*“Só a tacanhez mental da burguesia, que tem por absoluta a forma capitalista de produção, e que, conseqüentemente, a considera forma natural de produção, pode confundir a questão do **trabalho produtivo e do trabalhador produtivo** do ponto de vista do capital, com a questão do **trabalho produtivo** em geral, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto, ou num valor de uso, em resumo: num resultado” (MARX,1969, p.109).*

No que se refere ao processo de trabalho em geral, produtivo é o trabalho que realiza um produto, uma mercadoria, que produz um valor; quanto ao processo capitalista de produção, processo que ora se estuda e no qual se está inserido, produtivo refere-se ao trabalho que valoriza diretamente o capital, não só que produz valor, mas que valoriza o valor, isto é, que produz um sobreproduto para o capitalista, que produz mais-valia. Trata-se de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento de sua valorização, de valorização do valor, como meio para produção de mais-valia. Na sociedade capitalista, não é considerado produtivo aquele trabalho que produz objetos úteis, mas aquele que produz diretamente mais- valia, pouco

importando que se materialize em objetos humana e socialmente discutíveis ou nocivos. Só são produtivos os fornecedores de força de trabalho que servem para valorizar o capital.

O processo de trabalho no modo de produção capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho (de que é produtivo o trabalho que produz mercadorias e produtos), mas nele o processo de trabalho não tem como finalidade apenas produzir mercadorias, mas é um meio para o processo de valorização do capital, processo que só ocorre com a produção do mais-trabalho, de trabalho não pago, apropriado privadamente pelo capitalista. Dessa forma, considera-se como produtivo/a, no sistema capitalista de produção, o/a trabalhador/a que executa trabalho produtivo, que gera diretamente mais-valia, que valoriza o valor.

Mas, para analisar a produção de mais-valia no momento da reestruturação produtiva, necessita-se de avançar na discussão que Marx (1969) faz sobre as conseqüências das discussões anteriores sobre trabalho produtivo e improdutivo. A primeira delas se refere ao/a trabalhador/a coletivo/a. O desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital, o que se transforma em agente real do processo de trabalho em seu conjunto não é o/a operário/a individual, mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada. Essa capacidade de trabalho socialmente combinada significa que são diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva: um/a operário/a utiliza mais a cabeça, o outro as mãos, um dirige, outro é técnico, etc. Dessa forma, as funções da capacidade de trabalho, que são consideradas como trabalho produtivo, são cada vez em maior número, isto é, aumenta cada vez mais o número dos/as trabalhadores/as diretamente explorados/as pelo capital e subordinados/as em geral ao seu processo de valorização

e de produção. A função que um/a trabalhador/a determinado/a exerce é absolutamente indiferente, esteja ele/a mais próximo/a ou mais distante do trabalho manual direto, transforma-se em mero elo do/a trabalhador/a coletivo/a. A oficina constitui um/a trabalhador/a coletivo/a e é a atividade combinada desse/a trabalhador/a coletivo/a que se realiza materialmente e de maneira direta num produto total que é, ao mesmo tempo, uma massa total de mercadorias. A atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é o processo de autovalorização do capital, a produção direta da mais-valia, o seu consumo direto pelo capital.

A segunda consequência é que os traços do processo capitalista de produção fazem derivar de si todas as determinações ulteriores do trabalho produtivo. Em primeiro lugar, é como vendedor de trabalho vivo e não de uma mercadoria que o possuidor da capacidade de trabalho defronta-se com o capital, o que significa que, no início do processo, o trabalho vivo não é mercadoria, só no processo de produção capitalista é que nela se transforma. No início, ele/a é um/a trabalhador/a assalariado/a e tal ocorre no processo de circulação. Em segundo lugar, a capacidade trabalho e o seu trabalho entram como fatores vivos no processo de produção, convertem-se em seu componente variável (os demais componentes são constantes). Variável porque não só conserva o valor adiantado em sua compra, mas simultaneamente os aumenta, isto é, cria mais-valia, transforma-os em valores que se valorizam a si mesmos, transforma-os em capital. No processo de produção (e não mais de circulação em que era simples trabalho assalariado), esse trabalho objetiva-se diretamente, como grandeza fluida de valor.

A primeira condição pode estar presente, sem que a segunda o esteja, o que significa que todo/a o/a trabalhador/a produtivo/a é um/a assalariado/a, mas nem

todo/a o/a trabalhador/a assalariado/a é um/a trabalhador/a produtivo/a. O trabalho consumido como valor de uso, como serviço, quando sua compra não se destina a colocá-lo como fator vivo no lugar de fator variável, dessa forma não sendo incorporado no processo de produção, o trabalho não é produtivo e o/a trabalhador/a assalariado/a é um/a trabalhador/a improdutivo/a. O trabalho improdutivo é aquele que é consumido pelo seu valor de uso, não gerador de valor de troca, é consumido improdutivamente. A determinação do trabalho produtivo – e de trabalho improdutivo como seu contrário – se baseia em que a produção do capital é produção de mais-valia e em que o trabalho por ela empregado é trabalho produtor de mais-valia. Isso significa que no trabalho improdutivo o/a trabalhador/a não se defronta com o capitalista como representante do capital, o que tem conseqüências, quando se concebem as noções de classe revolucionária.

Netto (1998), no prólogo da edição comemorativa dos 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista*, afirma que o grande significado da revolução de 1848 foi a constituição do proletariado como sujeito de um novo processo emancipador, que significa, necessariamente, a ruptura radical com a ordem do capital. A classe, que daí surgiu, na cena política, pôde ter acesso à consciência dos seus interesses e tornou possível a emersão de um projeto sócio-político próprio, autônomo, assumindo assim o protagonismo. O proletariado se investe do estatuto de classe para si.

Por que o proletariado como classe tem uma importância tão fundamental no corpo teórico da teoria marxiana? Para Netto ,

“Uma teoria social assentada numa ontologia do ser social que credita ao trabalho o fundamento da socialidade não tem no proletariado um elemento externo e contingente: identifica nele o sujeito concreto de sua razão de ser” Netto (1998, p.XXVIII).

Deve-se distinguir a positividade do papel de herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental que a tradição marxista atribui à figura do proletariado, da negatividade do papel de vítima passiva ou objeto paciente e sofredor que autores dos anos 40 do século XIX atribuíam ao/à operário/a (NETTO,1998).

No modo de produção capitalista, gestam-se, ao mesmo tempo, as contradições e as condições para a superação. O modo capitalista de explorar o trabalho torna inevitáveis as crises econômicas, potencializa os antagonismos entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado), processo que traz conseqüências em todos os âmbitos sociais, visto que o capital é um processo totalizante (e totalitário). Os interesses vitais da maioria dos seres humanos são incompatíveis com o modo de produção capitalista, de forma que se torna imperativo, para que a humanidade exista, o rompimento com essa ordem social. E esse processo de rompimento não é automático, mas 'função da vontade política organizada da classe dos que trabalham' (Netto,1998,p.XXX).

O proletariado ocupa a centralidade nos processos de transformação revolucionária. Ao efetuar uma análise histórico-social da sociedade capitalista do ponto de vista da totalidade, em que as condições da produção material determinam a reprodução da vida social, o proletariado ocupa uma função ineliminável, diferentemente de outras classes sociais (NETTO, 1998).

“A perspectiva de classe proletária só pode ser rigorosamente fundada a partir de um processo unitário de determinações, mas que corre em duas vias: aquela que permite apreender esta classe como produtora das condições objetivas e primárias para a reprodução material das relações sociais e aquela que permite, sobre esta compreensão, apreender a configuração macroscópica da ordem burguesa” (NETTO, 1998, p.XLII).

No plano histórico concreto, o proletariado dispõe de uma posição material-objetiva que o qualifica para o protagonismo revolucionário, posição essa necessariamente condicionada pelo nível de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse nível de desenvolvimento do capitalismo conhece na contemporaneidade um patamar tal, que suscita, inclusive, discussões sobre o fim da sociedade do trabalho.

O trabalho, nas suas protoformas humanas, é o pressuposto adotado pelos pensadores que se articulam em torno da possibilidade de construção de uma nova ordem societal que supere o capitalismo, possibilidade condicionada ao protagonismo revolucionário do proletariado.

Por outro lado, entre os pensadores que falam na impossibilidade da construção do sujeito revolucionário, alguns se articulam em torno da tese do fim da centralidade do trabalho .

O trabalho para Marx é

“Uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1988, p.50).

Nesse sentido, há um grave equívoco na utilização do termo ‘fim do trabalho’. Poder-se-ia falar em mudanças na forma, no “como gerir o trabalho”, e não no ‘como fazer o trabalho’, pois este é inseparável da própria existência humana. E nessa

perspectiva, que reafirma a centralidade do trabalho, que, ao mesmo tempo, aponta as modificações que ocorrem tanto no seu modo de organizar o trabalho como na morfologia da classe, algumas questões se impõem. Faz-se necessário

*“Determinar a própria pertinência da categoria proletariado num estágio de desenvolvimento capitalista em que a **força-de-trabalho excedentária** atinge uma magnitude tal que se cria a idéia de que se assiste ao **fim do trabalho**” (Netto, 1998, p.LXIII) (Grifos no original).*

Apesar das modificações perpetradas no modo de organizar o trabalho, o capitalismo ainda é o modo de produção vigente, retomando-se aqui a questão sobre qual morfologia da classe permanece. Quais os setores da classe trabalhadora que podem defrontar-se objetivamente com o capital, enfrentá-lo e destruí-lo?

Para configurar o perfil da classe, necessita-se da dimensão objetiva e subjetiva, sob pena de se cair no politicismo ou no economicismo mecanicista. Os fatores subjetivos são importantes; sem a vontade dos sujeitos sociais concretos, sem a vontade da classe e de seus aliados de perspectiva, não é possível a ocorrência da revolução socialista, da superação da ordem do capital. Mas os fatores objetivos são centrais e imprescindíveis para esse enfrentamento, pois o capital não se move (e, portanto, não pode ser destruído) por razões de considerações morais ou éticas, mas por razões econômicas, objetivas. São essas razões, é essa lógica de submeter o trabalho, que devem ser combatidas e aniquiladas, tarefas que podem ser empreendidas por todos/as que possuem uma **perspectiva** revolucionária de classe. Para tanto, essa distinção entre trabalhador/a produtivo/a e improdutivo/a deve ser tomada com rigor, não para estabelecer hierarquias valorativas morais – como a noção religiosa de classe escolhida – mas para que se possam identificar quais são

as premissas que sustentam a ordem do capital – que é a valorização do valor – e qual/ais o/os sujeito/s que pode/em destruir essa ordem.

As metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho construíram uma nova morfologia da classe, obrigando a estender os limites da classe para além do proletariado industrial (o/a operário/a) que, em *O Manifesto* (MARX, 1998), é o sujeito revolucionário. O capital com sua inaudita capacidade de se movimentar globalmente, para além dos limites da fábrica, bem como de esconder velhos conteúdos em fórmulas novas, estende os limites tradicionais de trabalho produtivo e improdutivo, submetendo todos e extraíndo mais-valia de espaços anteriormente improdutivos. O capitalismo tenta diminuir o trabalho improdutivo, fazendo com que o trabalho improdutivo (do qual o capital não pode abrir mão) seja realizado pelo/a mesmo/a trabalhador/a produtivo/a. Ocorre uma redução de trabalhos produtivos, um aumento do trabalho improdutivo, contribuindo, entretanto, na produção da mais-valia. De forma que resta a indagação: Quem são os/as trabalhadores/as, como está composta a classe? Quem partilha esse projeto? O capital imprimiu derrotas à classe trabalhadora, mas também potenciou de uma forma inaudita o/a trabalhador/a coletivo/a.

Os/as trabalhadores/as assalariados/as e improdutivos/as no geral, bem como outros setores hegemonzados e submetidos ao capital, que não se transformam em seus servidores conscientes (por escolha), mas buscam romper com ele, são parte necessária do processo de construção da revolução.

Para Antunes (1995), a classe trabalhadora compreende tanto os/as trabalhadores/as produtivos/as como os/as improdutivos/as; a classe trabalhadora não se restringe ao/à trabalhador/a manual. Para o autor, a classe trabalhadora é

composta de assalariados/as produtivos/as e improdutivos/as, homens e mulheres que vivem da sua força de trabalho e têm na venda da sua força de trabalho a única coisa para manter a si e à família. As condições de trabalho da classe trabalhadora a diferenciam seja da pequena burguesia ou da burguesia (ANTUNES, 1995). A classe trabalhadora exclui os/as gestores/as do capital (às vezes são altos/as assalariados/as), porque exercem uma função de mando. As sociedades anônimas não dependem mais diretamente do papel direto do dono, mas dos/as gestores/as – é uma subjetividade dominada. É um papel de mando; apesar de ser assalariado/a, ele/a é um/a gestor/a. São co-proprietários/as, sem ter a propriedade jurídica. Estão excluídos da classe trabalhadora os/as que vivem da posse do capital acumulado, os/as que vivem dos juros e da especulação financeira.

Saindo do plano geral para o particular que este trabalho procura desvelar, pode-se afirmar que, neste início do século XXI, as conquistas conseguidas, a duras penas, pelos diversos movimentos de mulheres – feministas ou não – ao longo da história, aparecem como o seu contrário, ou seja, as mulheres, para serem emancipadas, têm – segundo a hipótese com a qual esta pesquisadora trabalha – se rendido à expansão do capital, com o ardor e a emoção tão bem aprendidos na perversa educação de gênero, que a elas, mulheres, destina a tarefa de lidar bem com a emoção. Dessa forma, limitam seus sentidos ao ter (ter uma profissão, *status*, roupas), numa cruel inversão, pois quanto mais se afundam no pântano da coisificação e do assujeitamento provocados pelo capital, mais se auto-intitulam livres – e, assim, são cada vez mais cantadas em verso e prosa.

Essa clara mistificação, na qual até parcelas progressistas do movimento social recaem – sendo que uma destas formas se expressa nas recusas cada vez mais

freqüentes de mulheres se intitularem feministas, bem como de parcelas significativas de pensadores/as contemporâneos/as que dizem não haver mais necessidade de um movimento feminista, pois tudo já foi alcançado – presta um desserviço à luta pela emancipação humana.

Para ratificar tais afirmações, é preciso percorrer alguns passos, retornando, novamente, ao plano geral, a começar com o pensamento legitimador da classe burguesa como classe dominante. Vários estudiosos (NETTO, COUTINHO e MÉSZAROS) apontam para o predomínio da instrumentalização e da mercantilização que constituem a base afetivo-volitiva da consciência dos seres humanos.

Para se entender esse acento anti-progressista de parcelas significativas dos movimentos sociais, é necessário que se retome um pouco da história da filosofia burguesa, para que, conhecendo sua gênese, se possam analisar suas formas contemporâneas e as nuances fenomênicas sob as quais elas se apresentam. Para Coutinho (1971), a filosofia burguesa se apresenta em duas etapas principais, sendo que a primeira – de natureza progressista - vai dos renascentistas a Hegel e a segunda – marcada por uma progressiva decadência – inicia-se após 1848 e chega até os dias atuais. O primeiro período, orientado pela racionalidade humanista e dialética, ocorre na época em que a burguesia se constituía como classe revolucionária, ao combater a reação absolutista e feudal, representando dessa forma, objetivamente, os interesses do povo. Nesse período, a burguesia era porta-voz do progresso social, de forma que seus ideólogos e intelectuais tinham condições de considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e domínio era uma tarefa possível de ser efetuada pela razão humana. O segundo período (COUTINHO, 1971) é marcado pelo abandono das conquistas anteriores, como as categorias do

humanismo, historicismo e da razão dialética, e corresponde ao período em que a burguesia (1848) se transforma em classe conservadora, que não se interessa mais por acabar com a reação feudal (tarefa que já completara), mas sim em conservar-se e perpetuar-se como classe, interessada assim em justificar teoricamente o existente, o que estreita cada vez mais a margem para que os teóricos burgueses possam apreender a realidade de forma objetiva e global. Esse antagonismo entre progresso e reação marca a sociedade burguesa desde seus primórdios (COUTINHO, 1971), mas, a partir de 1848, um novo aspecto se apresenta, em que as tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se ao movimento de inversão dos fatores de progresso, que transforma o progresso em fonte de aumento cada vez maior da alienação humana (o progresso não desaparece, continua existindo). Essa inversão tem origem no surgimento de uma contradição antagônica entre as classes que, outrora, formavam o Terceiro Estado, com o surgimento do proletariado como classe autônoma, em si e para si, 'capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo capitalismo triunfante'.

Com a evolução do capitalismo, percorrendo um longo caminho, que vai de 1848 até esses primórdios do século XXI²⁴, a segunda tendência, da destruição da razão, parece ganhar cada vez mais (não sem reação) assento nos centros de produção de saber, o que implica em um abandono do irracionalismo das esferas do real e da vida humana às quais não se possam aplicar as regras formais do intelecto burocratizado (COUTINHO, 1971). No final do século XX e começo do XXI, esse irracionalismo tem 'adoçado' a vida de 'miseráveis' intelectuais, com o apelo da pós-modernidade, em que nada precisa ser definido, tudo é tudo, no mais absoluto

²⁴ Uma brilhante análise sobre o assunto encontra-se em Coutinho, 1971, conforme bibliografia.

relativismo, que traz o consolo de que, se tudo é tudo, nada se pode e nem se deve fazer acerca da vida social, afinal, como diria Francis Fukuyama, “Burkina Fasso é um problema dos burkina-fassenses”.

Na contramão dessa corrente, filio-me à tradição marxista²⁵, que se contrapõe ao irracionalismo filosófico das correntes de pensamento burguês pós 1848, que, ao advogar o caos e o niilismo na ordem capitalista, obscurecem o funcionamento desta. A tradição marxista, herdeira do racionalismo das luzes, se situa na modernidade e nela me coloco, na ortodoxia marxista, reafirmando que a ortodoxia (LUKÁCS) se refere ao uso do método materialista histórico-dialético. Parto do pressuposto marxiano de que o capital é uma relação social, não é mero 'espectro' da economia, e que suas determinações englobam relações econômicas e não econômicas.

Para efetuar a pesquisa em Psicologia Social, parto dessa forma do pressuposto da objetividade das relações sociais, para me contrapor às correntes subjetivistas que tanto grassam na Psicologia. A ênfase, nas análises dos teóricos de tradição marxista (com ênfase na obra marxiana), permite que o uso do marxismo, na Psicologia Social, evite o risco tanto do sociologismo, como do psicologismo, sem cair no neo-marxismo. Pois

“Em todas as tendências epigonais que querem navegar, com a ajuda do prefixo ‘neo’, sob a bandeira de uma escola considerada clássica, converteu-se em norma a fixação no retrógrado de tal escola, ao mesmo tempo em que se eliminam com grande facilidade todos os sinais de verdadeira grandeza” (SCHAFF, 1967, p. 21).

Faz-se mister definir qual o significado dado ao termo capitalismo, para que não se tome este termo no sentido que o tomam Max Weber ou Werner Sombart (DOBB,

²⁵ Para discutir o uso do termo marxismo, marxiano e tradição marxista, ver Netto (2001).

1987). Assim sendo, quando me refiro ao capitalismo, tomo a definição de Marx, que diz:

“(...) que não buscava a essência do capitalismo num espírito de empresa nem no uso da moeda para financiar uma série de trocas com objetivo de ganho, mas num determinado modo de produção. Por modo de produção, ele não se referia apenas ao estado da técnica- ao que chamou de estágio de desenvolvimento das forças produtivas – mas ao modo pelo qual se definia a propriedade dos meios de produção e às relações sociais entre os homens que resultavam de suas ligações como o processo de produção” (DOBB, 1987, p. 17).

Para Netto (1990), é uma determinação muito pobre classificar o capitalismo apenas como um sistema produtor de mercadorias; isto significa considerá-lo abstratamente, despido das determinações que o compõem.

“O que se acha implicado numa concepção como a por nós adotada é que, a não ser por intervalos de transição comparativamente breves, cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acordo com a natureza desse tipo predominante de relação sócio-econômica” (DOBB, 1987, p.21).

A produção de mercadorias ocorre em outras formações econômicas, o que não ocorre – que é específico do capitalismo – é a valorização do valor, que anteriormente já foi aqui enfatizada. O processo capitalista de produção de mercadorias absorve trabalho não pago, o que ocasiona a transformação dos meios de produção em meios de extorsão de trabalho não pago

Com esses elementos, intrínsecos e fundamentais a esta análise, a saber, o irracionalismo do pensamento burguês pós 1848 e a consideração de que o modo de produção capitalista é uma relação social, é possível retornar à questão particular, ao traço novo no capitalismo contemporâneo (e não só no toyotismo), que é a conformação por mediações distintas da subjetividade do/a trabalhador/a. Porque o

capital sempre incidiu nessa subjetividade, aprisionando-a. No atual momento de reestruturação produtiva, surgem novas e refinadas formas de dominação, com ênfase na potenciação de certas emoções e isto envolve o conjunto da classe trabalhadora, homens e mulheres. Mas o foco da discussão travada nesse trabalho é que, hoje, uma das formas de potencializar a extração da mais-valia relativa é a exploração de certas emoções da força de trabalho das mulheres em cargos de direção, enquanto gestoras e responsáveis pelo controle e otimização da produção, propiciando, como consequência, uma mais-valia relativa, nos atuais moldes de reestruturação do trabalho. O capital não efetua gastos para qualificar a mulher gestora para isso, visto que as mulheres são historicamente treinadas pela educação de gênero para lidar melhor com as emoções. Mas há gastos do capital para qualificar o homem para isso. Dessa forma, a força de trabalho das mulheres gestoras desonera o capital.

Para analisar o estado atual da força de trabalho das mulheres, parto da perspectiva de estudar as mulheres no mundo público com as imbricações/consequências que o mundo privado nele provoca, ou seja, como as determinações de gênero saturam a forma de inserção das mulheres no mundo do trabalho e não ao contrário – como uma significativa, senão majoritária parcela do movimento de mulheres faz – que é estudar o mundo privado com as consequências que o mundo público nele acarreta.

No período, ora estudado, ocorre – não pela primeira vez – a segregação das mulheres de uma forma ainda mais refinada e de difícil desvelamento: na aparência, há uma ascensão da força de trabalho, mas nos seus múltiplos desdobramentos – tanto no mundo do trabalho propriamente dito (salários mais baixos, teto de vidro

hierárquico²⁶), como nos demais papéis sociais de gênero (maternidade, cuidados com o lar) – ocorre, senão uma regressão, uma manutenção dos mesmos padrões de divisão de trabalho social de quando a força de trabalho das mulheres era significativamente menor, o que acarreta uma superexploração do trabalho (produtivo ou improdutivo) da mulher.

“A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundando para o capital em acréscimo imediato de mais-valia, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente” (MARX, 1989, p. 402).

O capital utiliza-se da habilidade que as mulheres têm no trato com as emoções de forma dupla: em primeiro lugar, não investindo em formação profissional, isto é, economizando capital constante, pois as mulheres já têm essa habilidade (de lidar com as emoções) dada pela educação de gênero e, em segundo lugar, contribuindo para a extração da mais-valia relativa indiretamente, contribuindo para criar o clima afetivo, íntimo, necessário nesse momento de acumulação flexível. Essa extração da mais-valia não significa, diretamente, singularidade de sujeitos.

“A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais trabalho” (MARX, 1988, p. 263).

Dessa forma, a utilização da emoção das mulheres, no processo de trabalho, promove uma redução de custos de aprendizagem, visto que a educação de gênero já preparou as mulheres para serem mais emotivas e os homens mais racionais, dessa

²⁶ Teto de vidro é o limite que as mulheres encontram no caminho da ascensão, tanto na carreira profissional como na vida política. As mulheres alcançam grandes posições, meramente executivas mas nunca são de um ponto de vista decisório. Esse limite é invisível a olho nu (só é possível desvendá-lo via análise), mas é concreto.

forma o 'bom' uso das emoções, necessário no período de acumulação chamado de toyotismo, já está dado anteriormente, sem que o capital precise custeá-lo diretamente.

"Pelo fato dessas habilidades serem 'naturalizadas', supõe-se um mínimo de esforço para a aprendizagem e o desempenho, justificando-se, dessa forma, salários mais baixos" (BETIOL, 1998, p. 62).

No início das fábricas equipadas com teares mecânicos, foram as mulheres que passaram a trabalhar junto a eles; além da máquina, o capital precisa do componente imaterial, emoção, da força de trabalho das mulheres, o que vem atestar que, em períodos de transformações econômicas, o capital inova suas formas de extrair mais-valia e aumenta a submissão (HARTMANN, 1980), enquanto as ações dos capitalistas podem servir como instrumento, seja na instituição ou na transformação de uma força de trabalho segregada por sexos.

4.2 As emoções como fenômeno histórico

“Mas o prolongado cativo, a incerteza do mundo, o hábito de obedecer tinham ressecado no seu coração as sementes da revolta” (Gabriel García Marquez).

A partir dos anos 1970 e até esta primeira década do século XXI, assiste-se a uma exacerbada valorização das questões emocionais, bem como das discussões acerca da subjetividade, processo este que não apresenta sinais de arrefecimento, muito pelo contrário. As emoções e seus sucedâneos têm sido expostos em programas de TV e revistas, supervalorizados em prosa e verso.

“As mulheres prepararam o caminho para uma expansão do domínio da intimidade em seu papel como revolucionárias emocionais da modernidade” (GIDDENS, 1993, p. 146).

Essa positividade de que se revestem as emoções – anteriormente vistas como inimigas da razão, da ordem do privado – é falsa, pois o que se valoriza são as emoções que isolam o sujeito em si mesmo, narcísicas, que desvalorizam a vida pública.

Ouve-se falar muito da emoção, da importância da emoção na cognição. Mesmo que essa relação entre afeto e cognição seja vista de uma forma positiva, constitui também uma dualidade, de um lado, o afeto, do outro, a cognição. Segundo Oliveira (1983), “Os atributos do mundo masculino são a autonomia, a agressividade, a racionalidade, enquanto os do mundo feminino são a dependência, a emotividade e a inconstância”.

Sawaia (1999) propõe a afetividade como categoria analítica, mas alerta que é mister atentar para perigo que cerca essa análise dos processos sociais por meio da emoção, pois “Uma das idéias – forças deste momento histórico é a subjetividade, com seus correlatos, a emoção e o sentido pessoal. Os sentimentos são valorizados como fonte de satisfação em si mesma” (1999, p. 106). Para ela, é preciso considerar a emoção em uma perspectiva crítica, como fenômeno político determinado pelos interesses de classe, de poder e de dominação, bem como reforçar a gênese social das funções superiores. A ênfase na emoção pode levar à supervalorização ideológica da afetividade, com ênfase no próprio sujeito, o que leva a uma afetividade narcísica, voltada para o próprio ‘eu’, levando a um afastamento da vida pública.

Nesta tese em que busco analisar como se dá o processo de constituição da subjetividade das mulheres, em um contexto – o mundo do trabalho – que ocupa a centralidade no modo de produção capitalista, analiso que as emoções são valorizadas, porque fazem parte do processo de constituição da força de trabalho,

que, no atual momento de reestruturação produtiva, em que a gestão da força de trabalho é feita predominante (mas não exclusivamente) sob a forma nomeada de toyotismo, utiliza-se das emoções dos/as trabalhadores/as não só para promover a submissão político-ideológica, mas, principalmente, – e este é seu traço distintivo – para aumentar a extração da mais-valia relativa.

Revistas e jornais, escritos e televisionados, cantam a enorme capacidade das mulheres em se adaptar ao ‘novo’ e exigente mundo do trabalho, porque estas possuem capacidades que os homens não possuem: capacidade de olhar o todo, sem esquecer detalhes, o que propicia a execução de atividades diversificadas (multifuncionalidade).

Mas caso se tome o mundo da circulação das mercadorias como o mundo das aparências, que não é falso, porém parcial, e caso se parta dele, do empírico em direção à essência do fato, que é o objeto desta tese, a mulher e o mundo do trabalho, ver-se-á um quadro muito diferente daquele cantado em verso e prosa. É necessário então que se analisem as emoções com acuidade, para saber como está constituindo-se e repondo-se este processo.

Uma análise que procure ir para além dos fenômenos epidérmicos, deverá voltar-se com cautela sobre a forma como se dá a inclusão massiva das mulheres no mundo do trabalho, pois esse processo desenvolve-se sem romper com os traços clássicos da divisão sexual e social do trabalho. A divisão do trabalho existe nas mais diversas formações sócio-econômicas, mediada, ou não, pelo intercâmbio de mercadorias. O que especifica o modo de produção capitalista é a divisão manufatureira do trabalho, que pressupõe “a autoridade incondicional do capitalista

sobre seres humanos, transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence” (MARX, 1988, p. 267).

No sistema capitalista, o resultado (produto) esconde o processo, por isso torna-se necessário avaliar com acuidade o que, no que se refere ao gênero (questão central deste trabalho), aparece como uma grande mudança, mas pode esconder o seu contrário, uma cristalização da opressão. A psicologia social sócio-histórica fala em dialética exclusão/inclusão (SAWAIA, 1999) para resgatar a processualidade excludente, constitutiva do sistema produtor de mercadorias. A inclusão do/a trabalhador/a se faz com a alienação de seu esforço vital e a exclusão é estratégia histórica utilizada para a manutenção da ordem social. Nesse sentido, se faz mister ressaltar a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento, destacando a contrariedade que a constitui (SAWAIA, 1999), que se caracteriza por

“A qualidade de conter em si a sua negação e não existir sem ela, isto é, ser idêntico à inclusão (inclusão social perversa). A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (SAWAIA, 1999, p.8).

A sociedade patriarcal é um exemplo histórico da inclusão excludente e, no atual padrão de acumulação capitalista, ao contrário do que aparece na ideologia oficial, essa dialética revela-se com toda sua força e é utilizada em toda sua potencialidade, em formas múltiplas de manifestação. Esta tese busca denunciar que a forma de inserção das mulheres, no mundo do trabalho, no mundo público, na reprodução da vida, continua sendo feita, utilizando-se da divisão entre razão e

emoção que se opera, no sistema capitalista, com o uso das emoções das mulheres, para implantar e consolidar as novas formas de acumulação produtiva.

“As emoções são fenômenos históricos, cujo conteúdo e qualidade estão sempre em constituição. Cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle social” (SAWAIA, 1999, p. 102).

Cada momento histórico faz emergir as emoções necessárias para sua manutenção (VIGOTSKI) e nesse momento de reestruturação produtiva, em que se assiste a uma acelerada diversidade na produção das mercadorias, as subjetividades gestadas por esse processo são diversas e vão do sentir-se discriminado/a / revoltado/a até o sentir-se incluído/a, adaptado/a (SAWAIA, 1999). A possibilidade de ação do sujeito e de rompimento da sociabilidade, fundada sobre os valores burgueses, bem como a construção de sujeitos revolucionários (homens e mulheres) tem sido questionada e debatida por gerações de pensadores/as. A presente tese busca analisar o papel que as mulheres exercem, como gênero – tomando gênero como uma determinação que traspassa a classe trabalhadora – na manutenção/fortalecimento da ordem vigente ou na sua contestação.

Para a psicologia materialista histórico-dialética, o psiquismo humano é de natureza sócio-histórica (VIGOTSKI e LEONTIEV), o que significa afirmar que, nesta tese, ao debruçar-me sobre as formas como as emoções das mulheres estão sendo utilizadas na produção da mais-valia relativa – defendo que não há uma ‘essência’ feminina (ou masculina), não há um psiquismo pronto que vai entrando em contato com o meio externo e ‘adaptando-se’. Defende-se, pelo contrário, que a construção do psiquismo humano é um processo de vir a ser, um devir, uma construção sócio-

histórica. Desta forma deve-se debruçar sobre quais elementos que determinado contexto histórico constitui ou faz emergir, como se articulam as necessidades do mundo do trabalho com as emoções dos seres humanos – ou de parcela dele, no caso da presente pesquisa, as mulheres- quais são as mediações por meio das quais se constroem psiquismos adaptados ou rebeldes aos ditames do capital.

A psicologia social sócio-histórica permite que o estudo das emoções possa ser utilizado no avanço da pesquisa e da reflexão sobre o sofrimento humano, que, enfrentado pelas mulheres, que constituem a metade do gênero humano, assume as mais diversas formas, as que mais se escondem no seu contrário, isto é, nas mais brutais formas de mercantilização do corpo e dos sentimentos.

“Neste momento histórico assiste-se a uma supervalorização da subjetividade, assim como de seus sucedâneos emoção e sentido pessoal. A emoção agora não aparece revestida da aura da negatividade que a acompanha secularmente, mas esta aparente positividade é falsa, pois o que é valorizado é a emoção narcísica, a sensibilidade e o afeto individuais, gerando a insensibilidade frente ao sofrimento do outro” (SAWAIA, 1999, p.106).

Para avaliar as emoções das mulheres como a argamassa que solidifica os métodos de gestão do capital, na atualidade, volto-me a Vigotski e a Wallon, que me permitem afirmar que as emoções são fenômenos históricos e que cada época molda (e atualiza) as emoções necessárias para a sua própria reprodução, utilizando-as como estratégia de controle e coerção social.

Para Vigotski, as representações afetivas supõem um ato emotivo, sendo que a emoção e o pensamento constituem a gênese do pensamento; ele não dicotomiza, colocando o pensamento de um lado e a emoção de outro. Na gênese do pensamento, encontra-se a motivação, composta pelos desejos e necessidades, interesses e emoções dos seres humanos. Para conhecer o pensamento de alguém,

busca-se conhecer sua tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último 'porquê' da análise de pensamento. A emoção está sempre na base de um pensamento, seja ele emocional ou lógico, o que significa que o processo cognitivo nunca existe independente da emoção, embora, às vezes, ela não seja explicitada.

As novas formas de gestão do capital assumem, hoje, a forma de apelo às emoções, agora vistas positivamente, só que pragmaticamente, servindo à opressão humana e não à sua autonomia. Precisa-se de que a empresa se torne depositária dos afetos dos/as trabalhadores/as, de que ela substitua o 'lar' como *locus* privilegiado de afeto e amizade. Essa estratégia de gerenciamento do capital passa principalmente pelo treinamento e uso diferenciado da força de trabalho das mulheres, de que advêm ganhos consideráveis. As mulheres, na formação de gênero, que surge com o patriarcado, que acompanha e é parte constituinte das sociedades de classe, ficaram 'responsáveis' pelos sentimentos e emoções, enquanto os homens ficaram com a parte da razão, nessa divisão e empobrecimento da espécie humana que as sociedades de classe provocam e que o capitalismo eleva ao seu grau máximo.

"Na socialização diferenciada entre homens e mulheres, na partilha dos papéis sociais, coube às mulheres o domínio da intimidade, a valorização do apego e dos vínculos e com a comunidade humana, em suma, da solidariedade" (BETIOL, 1998, p.70).

Na sociedade patriarcal, em oposição aos homens, a função psicológica da afetividade foi superestimulada na consciência das mulheres, enquanto a racionalidade foi desestimulada. Essa conexão entre mecanismos emocionais e intelectuais se transformou na principal estratégia social na constituição diferenciada (e hierarquizada) entre homens e mulheres. A educação sexista que se opera no

patriarcado/capitalismo provoca uma cisão entre os mecanismos intelectuais e emocionais.

“Outro sistema refere-se às conexões que se estabelecem durante o processo de encontro de fatores externos e internos. Essas conexões que me são impostas pelo meio: sabemos como é possível educar a criança para a selvageria ou para o sentimentalismo” (VIGOTSKI, 1999, p. 123).

Ora, se as mulheres foram construídas secularmente como mais emocionais, sensíveis, tornam-se agora, nas novas formas de gestão do capital, as mais indicadas para exercerem o papel de tornar o ambiente de trabalho ‘cooperativo’, afetuoso, íntimo, (como ‘exigem’ as novas formas de administração conhecidas como toyotismo).

Na pesquisa de Betiol (1998), perguntados sobre o que os homens pensam das mulheres nas organizações e sobre o que as mulheres pensam das mulheres nas organizações, os homens respondem que avaliam as mulheres como mais criativas, têm percepção mais aprimorada, são mais intuitivas e **identificam sentimentos das pessoas e questões ligadas ao mercado com mais intensidade** (grifo meu), dedicadas, responsáveis e determinadas e mais fiéis a padrões éticos e morais. As mulheres respondem que, no que se refere às mulheres na organização, elas são intuitivas, sensíveis, criativas, detalhistas, flexíveis, disciplinadas, com maior senso de justiça, organizadas, **com percepção mais acurada em relação às pessoas e aos negócios** (grifo meu), mais pacientes e com mais garra. Quanto à avaliação que mulheres fazem das mulheres em cargos de chefia : mulheres são mais transparentes e preocupadas com resultados finais, **têm mais espírito de grupo, são mais preocupadas com o emocional do grupo, lideram pelo consenso** (grifo meu),

enquanto os homens o fazem pela autoridade. Às vezes as mulheres agem de forma mais dura para fazer valer a própria autoridade. Os homens afirmam acerca da questão da liderança das mulheres que elas são mais **sensíveis aos problemas humanos, mais compreensivas e propensas à conciliação e mais dispostas a parcerias**, mas têm mais dificuldade de se impor, precisam se justificar e explicar-se para seus subordinados.

Não se trata de um movimento em que o capital buscaria substituir toda a força de trabalho dos homens pela força de trabalho das mulheres, pois isto implicaria numa reordenação societal nociva à saúde do capitalismo, mas de implantar estratégias eficientes de gestão do processo de trabalho, colocando as mulheres em postos-chave de direção, pagando por isto menores salários, potencializando esse ‘saber natural’ das mulheres e, de quebra, criando uma atmosfera de ‘liberação das mulheres’, que não só traz ganhos concretos à saúde do sistema – pois lhe dá ares de renovação – como impede reações desfavoráveis, isolando como antiprogressistas’ todas as vozes contrárias, elevando à categoria de produção científica verdadeiras apologias da ordem e do capital, concebidos com pouco rigor teórico e com métodos que não vão além do empirismo.

“A forma atual da acumulação ampliada do capital, chamada de acumulação flexível, produz a dispersão, a fragmentação de grupos e classes sociais, destruindo antigos referenciais de identidade e de ação e tornando altamente complicada a criação de novos referenciais, de tal maneira que a fragmentação e a dispersão tendem a aparecer como naturais e a se oferecer como valores positivos” (CHAUI, 1998, p.2).

Como fenômeno histórico, as emoções estão continuamente em movimento – mesmo que este seja vivido por cada um dos sujeitos como se fosse permanente–

cada momento histórico, todavia, faz emergir as emoções necessárias para a manutenção do *status quo*, como forma de controle social. Minha tese aponta na direção de que as mulheres que ocupam cargos de direção, por um processo complexo de interiorização de valores, têm apresentado subjetividades fortemente adaptadas à lógica do capital. As emoções com que as mulheres aprendem tão bem a lidar na educação de gênero desempenham um papel fundamental nesse processo de interiorização.

As emoções²⁷ são mediadas por significados sociais, que se atribuem, conforme a posição que cada sujeito ocupa de acordo com a época histórica em que vive. Essas emoções são vividas de forma singular por cada indivíduo, mas são determinadas historicamente. A atual superestimação das emoções não se dá no vazio, não cai do céu e nem é por acaso que acontece nesse momento histórico, mas encontra, também ela, suas raízes nos interesses econômicos da burguesia, bem como obedece à lógica societal gestada pelo capital. A utilização massiva da emoção e seus sucedâneos se dão como tentativa de fazer o capital aparecer como processo de 'humanização', como avanço societal. Mas a lógica que o capital instaura com sua vigência “Não deixou entre homem e homem outro vínculo que não o do frio interesse, o do insensível ‘pagamento em dinheiro’” (MARX, 1998, p. 7).

A utilização dessas emoções se dá obedecendo à lei de valorização do valor, como forma contemporânea de extração da mais-valia relativa, tão mais eficiente do ponto de vista econômico, quanto mais não reconhecida como tal, do ponto de vista ideológico. A superestimação das emoções não é uma simples mudança cultural, sem nenhuma ligação com o sistema capitalista, mas é uma parcialidade com ligações

²⁷ Para uma aprofundada discussão sobre emoção, vide Margarida Barreto, conforme bibliografia.

fundamentais com a totalidade, que é a lei de valorização do valor (central no sistema capitalista).

Para Vigotski, as leis que regem o pensamento emocional são totalmente diferentes daquelas a que está subordinado o pensamento lógico-discursivo. No pensamento emocional, o processo cognitivo fica relegado a um segundo plano, fica diminuído e não reconhecido, o que explica a penetração das visões de mundo da família sobre a criança. Tomando a afirmação de Vigotski de que a relação entre o consciente e o inconsciente é uma relação dinâmica viva²⁸, e de que a emoção passa a ser relacionada à formação do caráter (processo de construção e de formação de estrutura psicológica da personalidade), pode-se inferir que a construção de gênero (de ser homem e mulher) conta com um forte suporte na família, *locus* primeiro dessa emoção. Para Vigotski, as funções psíquicas se desenvolvem no curso da evolução histórica da humanidade por meio da interiorização dos signos (que são símbolos convencionais que têm significados), sendo que os signos sociais (que são ideológicos) se inscrevem no biológico, na medida em que podem determinar as conexões entre as funções psíquicas. Dessa forma, é possível entender como uma menina criada para as tarefas da maternidade, que significa a missão mais importante da vida da mulher, possa desenvolver, ao ter filhos/as, inclusive capacidades biológicas que não tinha anteriormente, como a resistência ao sono e ao cansaço, para cuidar do/a filho/a. O significado, que as emoções adquirem na consciência das pessoas, determina o aparecimento de novos sistemas e de novas formas de comportamento, que surgem a partir dos conteúdos extraídos pelo ser humano do meio social onde desenvolve suas atividades.

²⁸ Vigotski admite a existência do inconsciente, isto é, conteúdos ideacionais que não estão representados na consciência, diferindo-se do inconsciente freudiano por não possuir necessariamente uma gênese sexual e pelo fato de seu conteúdo poder ser conhecido, em situações determinadas.

Essa mesma visão de mundo (ideológica), que é aprendida na família, é ampliada para o mundo externo e todas as relações sociais, o que inclui toda uma gramática de gênero, isso é, formas de ser homem e ser mulher, comportamental e psiquicamente. Fora da família, o primeiro aparato em que esse processo de construção de visão de mundo se apóia é na escola. Ali também, na escola, a utilização das emoções pelo capital aparece como uma forte tendência no mundo da produção do conhecimento, enquanto prática pedagógica pós-moderna, que é a de ‘vivenciar’ conceitos, emoções, ao invés de ‘raciocinar sobre’ e aprender via intelecção, com claras ligações com o irracionalismo típico da pós-modernidade. Quanto mais ‘sentimentos’, menos pensamento, menos reflexão, menos crítica. Desta forma, a exacerbação dos processos afetivos, a sua extensão para o mundo do trabalho, não é simplesmente um processo ideativo, uma ‘representação social’

desvinculada de realidades materiais, mas um processo complexo, cujas raízes primárias se encontram na necessidade de extração de mais-valia (relativa) . Não se trata aqui de defender cartesianamente a divisão entre razão e emoção como processos díspares, que se auto-eliminam, mas pensar o psiquismo humano como dialeticamente composto de razão e emoção, com a razão exercendo um papel analítico, inclusive sobre os próprios sentimentos.

A relação entre subjetividade/objetividade deve ser analisada em seu processo de constituição e desenvolvimento, como algo que está em movimento, sempre se constituindo: como era, como é, como pode vir a ser. Dessa forma é possível atuar sobre os afetos e conceitos cristalizados. Para discutir então as emoções como fenômeno que se constitui historicamente, utilizo as análises de Vigotski e Wallon, o

que permite analisar a emoção como um processo construído historicamente e não como algo dado.

4.2.1 As emoções para Vigotski

Para Vigotski (1999a), a vida afetiva se divide em emoções e sentimentos, sendo que a reação emocional é o resultado singular de uma estrutura concreta do processo psíquico. As emoções só podem ser compreendidas no contexto de toda a dinâmica da vida humana e só aí ganham sentido e significado os processos emocionais, visto que existe uma estreita relação entre as emoções e os demais processos da vida espiritual e também a diversidade psíquica das próprias emoções. De forma que para analisar as emoções, deve-se iniciar pelo estudo dos sistemas psicológicos dos quais a emoção faz parte. Para Vigotski (1999b), no desenvolvimento da personalidade as funções psicológicas superiores possuem um papel distinto do papel das funções primitivas.

A emoção ocupa uma função central na configuração da consciência e estabelece nexos com as determinações sociais, o que a constitui, na perspectiva vigotskiana, como categoria analítica fundamental. A emoção exerce um papel fundamental tanto no processo de transformação dos signos em sentidos pessoais, em que o sujeito interioriza as determinações sociais e as 'sente' como suas, bem como na forma como a pessoa é afetada na intersubjetividade. A emoção é a base dos motivos da fala e da ação.

O processo de desenvolvimento do pensamento e da linguagem não consiste no fato de que dentro de cada uma delas se produza uma mudança, mas em que a mudança é o nexo inicial entre elas. Durante todo o desenvolvimento posterior da criança, esse nexo e essa relação vão se modificando. Especialmente, no processo de desenvolvimento histórico, nem tanto mudam as funções, nem a estrutura, nem o desenvolvimento, mas, precisamente, mudam as relações, ou seja, o nexo das funções entre si muda, de forma que surgem daí novos agrupamentos que eram desconhecidos no nível anterior. A diferença essencial que ocorre não é decorrência da mudança intrafuncional, mas de mudanças interfuncionais, mudanças nos nexos interfuncionais da estrutura interfuncional.

As emoções humanas se diversificam a cada novo passo dado pelo ser humano no seu desenvolvimento histórico, produzem alterações em toda a diversidade de conteúdo da vida psíquica do ser humano (que se manifesta pelo menos nas artes) (VIGOTSKI, 1999a). Sistema psicológico é o aparecimento dessas novas e mutáveis relações nas quais se situam as funções, dando-lhe o mesmo conteúdo que se costuma dar a esse conceito.

Vigotski desenvolve uma concepção histórica do ser humano que, ao transformar a natureza, se transformou desenvolvendo um psiquismo, produto das funções cerebrais superiores. O uso do materialismo histórico-dialético permite a Vigotski afirmar que o psicológico e o fisiológico constituem uma unidade, de forma que, para pensar as emoções construídas no desenvolvimento do psiquismo, é necessário pensar tanto sua base fisiológica como sua existência psíquica. Caso se tome a emoção apenas pelo aspecto biológico, não será possível explicar a existência, no ser humano, de sentimentos 'superiores', visto que, enquanto a psique humana se

desenvolve, as emoções retrocedem, o que, em uma análise linear, levaria ao desaparecimento das emoções. Para Vigotski, cujas análises estão fortemente ancoradas na materialidade, é necessário atentar para o substrato material das emoções, que é o cérebro, mas as emoções só podem ser compreendidas no contexto de toda a vida humana e não podem ser reduzidas a seus componentes orgânicos. Vigotski não desenvolveu estudos sistemáticos sobre a emoção, mas analisa a emoção estética como um processo catártico inconsciente e, dessa forma, para a Psicologia Social que utiliza seu arsenal teórico, a emoção aparece como mediação entre as categorias constitutivas do psiquismo humano.

As relações entre os sistemas motores e sensoriais constituem um sistema psicofisiológico único, mas só enquanto se estudam crianças pequenas ou adultos, para quem esses processos estão muito próximos dos afetivos. Quando se avança no desenvolvimento, a conexão se destrói, com a motricidade adquirindo um caráter relativamente independente em relação aos processos sensoriais, que se isolam dos motores diretos, surgindo entre eles relações mais complexas. Em situação de tensão emocional, restabelece-se a conexão direta entre os impulsos motores e sensoriais, mas quando o indivíduo não se dá conta do que faz e age sobre a influência de uma reação afetiva, podem-se perceber seu estado interno e suas características por meio de sua motricidade, observando-se o retorno às estruturas características de estados precoces de desenvolvimento. O que caracteriza a motricidade do adulto não é sua constituição inicial, mas as novas conexões, as novas relações em que a motricidade se acha em relação com as outras esferas da personalidade, com as demais funções.

Os movimentos agudos dos processos emocionais originam tais mudanças na consciência que relegam a um segundo plano o desenvolvimento de toda uma série

de funções, que asseguram a vida normal da consciência. As emoções humanas são fonte de perturbações muito complicadas na consciência humana (VIGOSTKI, 1999a).

Toda forma superior de comportamento aparece em cena duas vezes durante seu desenvolvimento: primeiro, como forma coletiva do mesmo, como forma interpsicológica, um procedimento externo de comportamento. No princípio, a linguagem, por exemplo, é um meio de vínculo entre a criança e aqueles que a rodeiam, mas, no momento em que a criança começa a falar para si, pode se considerar como a transposição da forma coletiva de comportamento para a prática do comportamento individual.

A linguagem não é apenas um meio de compreender os demais, mas também de compreender a si mesmo.

Durante o processo de desenvolvimento psicológico surge a fusão de determinadas funções que no princípio estavam cindidas entre duas pessoas. Toda função superior, no primeiro momento, se divide entre duas pessoas, constitui um processo psicológico mútuo, entre mim e o indivíduo com quem eu discuto: primeiro falo para o outro, depois falo para mim. Qualquer processo volitivo é inicialmente social, coletivo, interpsicológico. Essas formas de comportamento que, no início, eram coletivas, começam a ser utilizadas pela criança consigo mesma. O outro (nas sociedades patriarcais, a mãe) inicialmente chama a atenção da criança para algo: esta dirige a atenção para o que a mãe mostra, são duas funções separadas. Posteriormente a própria criança dirige sua atenção e desempenha em relação a si mesma o papel da mãe, surgindo nela um complicado sistema de funções que, a priori, estavam cindidas. Um indivíduo ordena e outro cumpre, depois o indivíduo ordena a si mesmo e ele mesmo cumpre.

A origem social das funções psíquicas constitui um fato importante. Na história do desenvolvimento do ser humano, aqueles signos que parecem ter representado um papel importante são, na origem, meios de comunicação, meios de influência sobre os demais. Todo signo é um meio de comunicação e um meio de conexão de certas funções psíquicas de caráter social. Transladados para os próprios indivíduos, é o meio de união das funções em si mesmos e, sem esse signo, o cérebro e suas conexões iniciais não se poderiam transformar nas complexas relações, o que ocorre graças à linguagem.

Os meios para a comunicação social são centrais para formar as complexas conexões psicológicas que surgem quando essas funções se transformam em individuais, em uma forma de comportamento da própria pessoa. O processo por meio do qual os seres humanos constroem a avaliação de si e do outro, bem como o processo de autoavaliação, é um processo dinâmico, uma complicada síntese, em que as emoções humanas entram em conexão com as normas sociais mais amplas, relativas tanto à consciência de si quanto à consciência da realidade.

No processo de constituição de gênero, no patriarcado, é necessário atentar para a importância das conexões entre afetividade e valoração social. Nesta sociedade em que a mulher é colocada como socialmente inferior, o desprezo que o outro sente por ela, (face a face), entra em contato com valoração social (anônima) que o meio faz das mulheres. Não se trata apenas de um processo interno, de uma conexão entre funções psicológicas, mas entre emoção e valoração social. O desprezo que alguém nutre por um homem, por ele ser bruto, por exemplo, entra em contato com a valorização social dada a essa qualidade – como qualidade desejável em machos. Então, esse desprezo tem uma qualidade diferente de quando se

despreza uma mulher e ela é também desvalorizada socialmente. Mudar a valoração social que atribui algumas qualidades desprezíveis às mulheres não é um processo que possa ser efetuado indivíduo por indivíduo, nem estimulando a autoestima das mulheres nem sua 'feminilidade', pois isto seria enfatizar a emoção narcísica, isolacionista, ideológica. Os nexos entre a valoração social dada às mulheres e sua autovaloração não podem ser combatidos apenas com mudanças na forma como se nomeiam as mulheres ou condenando racionalmente o desprezo a elas dedicado. Tanto novas nominações como a condenação do desprezo a elas devotado são uma necessidade, porém isso não é suficiente. Faz-se necessário criar condições objetivas para que possa emergir essa outra valoração, mudando-se assim a conexão emoção/valoração.

“O desenvolvimento histórico dos afetos ou das emoções consiste fundamentalmente em que se alteram as conexões iniciais em que se produziram e surgem uma nova ordem e novas conexões” (VIGOTSKI, 1999, p. 127).

A singularidade da forma de pensar de determinado grupo (cultural, étnico, de gênero), que o diferencia dos outros, não consiste em que não tenha suficientemente desenvolvidas as funções que os outros possuem ou ainda que lhe faltem algumas, mas que ele (grupo) distribui de outras maneiras essas funções (o sonho em determinadas culturas representa a mesma função que o pensamento, para as culturas ocidentais). O cérebro humano não experimentou, do ponto de vista biológico, uma evolução importante no transcorrer da história da humanidade. Antes que começasse o desenvolvimento histórico da humanidade, a evolução biológica já tinha terminado.

As vivências intelectuais do ser humano se refletem em forma de fortes sensações emocionais. O pensamento está a serviço das emoções – novos sistemas de comportamento surgem de determinados conceitos ideológicos. Não é uma dada mulher que elabora como uma múnada determinada emoção que não havia anteriormente. Ao se tomar como exemplo o conceito de que a realização pessoal das mulheres no século XIX passa pela profissão, ver-se-á que não foi uma dada mulher quem o criou, mas esse é sistema conceitual do grupo a que pertence. É um mecanismo psicológico cuja origem é determinada por um sistema conceitual, pelo valor que se dá a tal ou qual função. Aparece um novo conceito de realização profissional, extraído pela mulher do meio social em que vive, que cria uma nova forma de comportamento intra-individual num sistema.

Alguns sistemas novos mantêm conexão não só com signos sociais, mas também com a ideologia e o significado que tal função psicológica adquire na consciência das pessoas e, por outro lado, o processo de aparecimento de novas formas de comportamento a partir de um novo conteúdo é extraído pelo indivíduo da ideologia do meio que o rodeia.

Dessa forma, a sociedade patriarcal, conforme seus interesses, cria um sistema de conceitos que dão base para o surgimento de determinados sentimentos. Como se dá esse processo? Os sentimentos que emergem em determinados extratos da sociedade, em determinados indivíduos ou grupos de indivíduos desse extrato social, passam pelo processo de aceitação ou rejeição. Como exemplo, tome-se o caso de uma mulher, que, na Grécia Antiga, quisesse ter acesso ao mundo intelectual. Esse desejo não era adequado a mulheres. Elas tinham um outro papel a cumprir na manutenção daquela sociedade. Dessa forma, aquelas mulheres que, apesar de as

normas vigentes decretarem que elas não poderiam ter acesso ao conhecimento, internalizaram, por um processo complexo, uma imagem de si como potentes para tal conhecimento e teimavam, cumpriam seu desejo, mas como cortesãs. Pagavam por isso um alto preço.

Tomando exemplos das mulheres em épocas históricas diferentes, vê-se que mudam as emoções que são desejáveis que elas desenvolvam nos papéis de gênero. No Romantismo do século XIX, as mulheres desmaiavam à toa; no período da Segunda Guerra Mundial (meados do século XX), pelo contrário, as mulheres tinham de ser fortes para dar conta do mundo da produção, visto que os homens estavam na guerra. É necessário frisar que essa ‘construção social’ das emoções é um processo profundamente enraizado na materialidade, na biologia. Por exemplo, no período em que as mulheres ‘desmaiavam’, isso se devia, do ponto de vista biológico, ao baixo consumo de ferro, pois os alimentos que o continham eram escassos e destinados aos homens. Ocorre, então, uma transformação desta carência em qualidade positiva, como estratégia de perpetuação que as sociedades de classe tão bem sabem traçar.

Nota-se também que, em todas as épocas históricas, surgem vozes dissonantes – o que sinaliza para o fato de que a opressão nunca é monolítica, há sempre uma brecha a ser descoberta –, mas essas vozes pagam um alto preço, quando este dissenso é solitário. Quando essas vozes discordantes conseguem transformar-se em força social significativa e ganham um número considerável de adeptos, mudam-se as épocas históricas e as emoções que, ontem, eram desejáveis, hoje, se transformam em seu contrário.

A essência do desenvolvimento psicológico se baseia na mudança de conexões. A interiorização se realiza porque certas operações que, na criança, eram

externas, se integram em uma função complexa e em síntese com toda uma série de processos internos. Devido à sua lógica interna, o processo não pode continuar sendo externo, sua relação com todas as outras funções mudou, formou um novo sistema, reforçou-se e transformou-se em interno.

Dos sistemas psicológicos inferiores até os superiores se chega até a chave de todos os processos de desenvolvimento e desintegração, ou seja, a formação de conceitos de funções, que, pela primeira vez, amadurecem e se definem na idade de transição.

No plano psicológico, o processo de formação do conceito consiste na abertura de conexões do objeto em questão, em relação a outros. Encontrando-se um conjunto real, um conceito evoluído, encontra-se todo o conjunto de relações, seu lugar no mundo.

O conceito é um sistema de apreciações reduzidas a uma determinada conexão regular. Ao operar cada conceito, isso é feito ao mesmo tempo com todo um sistema. No conceito, encontra-se a unidade de forma e conteúdo. É durante a idade de transição que se produz a formação definitiva de todos os sistemas.

Há três tipos de conexões existentes entre as funções psicológicas: as primárias, secundárias e terciárias. As primárias são hereditárias. Entre determinadas funções existem conexões que se modificam diretamente, como no sistema que rege as relações entre os mecanismos emocionais e intelectuais.

As conexões secundárias são as que se estabelecem durante o processo de encontro de fatores externos e internos, conexões que são impostas pelo meio. As terciárias se formam na idade de transição sobre a base da autoconsciência e caracterizam a personalidade no plano genético e diferencial.

O meio em que estamos inseridos/as impõe não só a ideologia mas também os sentimentos. Não se sente no geral, mas percebe-se cada sentimento de forma específica, isto é, como ciúme, cólera, ultraje. A relação entre sentimento e pensamento faz com que, ao nomear os sentimentos nutridos por alguém, isto provoque mudança nesse sentimento: caso se nomeie a apreensão sentida ao se pensar na perda da pessoa amada como ciúme, provocam-se mudanças nos sentimentos, pois nunca se experimenta o ciúme de maneira pura, pela consciência de suas conexões conceituais.

A razão tem poder sobre os afetos, a razão pode alterar tanto a ordem como a conexão das emoções e fazer com que concordem com a ordem e as conexões dadas pela razão. Tal afirmação de Vigostki (1999b) não significa que esse é um processo de simples convencimento ou de nefastas práticas de auto-ajuda, mas é um processo complexo em que, no processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas entram em conexões com as normas sociais gerais relativas seja à consciência que o sujeito tem de si quanto do mundo. O meu sentimento com relação a alguém não é absoluto, ele entra em conexão com o valor que essa pessoa dá ao sentimento do outro, com a compreensão dela. Se uma mulher sofre o desprezo social por não querer ser mãe e esse desprezo entra em contato com a própria valoração negativa que essa mulher atribui à não procriação, ela se encherá de culpa e vergonha; mas se o desprezo social entra em contato com uma posição de firme escolha da não maternidade, essa mulher não desenvolverá culpa.

Cada guinada importante no destino da criança e do adulto está impregnada de elementos emocionais (VIGOSTKI, 1999a). Pode-se não ficar à mercê das emoções, ao se desenvolver o pensamento realista, que ocorre quando o processo emocional

desempenha um papel mais de acompanhante do que de diretor, mais de subordinado do que de condutor.

No desenvolvimento da vida emocional, a migração sistemática, a mudança de lugar da função psíquica no sistema, determina também seu significado em todo o processo de desenvolvimento da vida emocional (VIGOTSKI, 1999a). Para o autor, **o desenvolvimento histórico dos afetos ou das emoções** consiste no fato de que as conexões iniciais em que se produziram os afetos são alteradas no decorrer da vida e surgem novas ordens e novas conexões. A geração adulta de mulheres, no período da Segunda Guerra Mundial, fora criada para ser esposa e mãe e assim se sentir realizada. Em curto espaço de tempo, essas mulheres tiveram de alterar suas emoções acerca de suas capacidades e desenvolver as capacidades necessárias ao mundo do trabalho, pois era necessário que, em massa, as mulheres ocupassem os postos deixados vagos pelo homens que foram para a guerra. O período de guerra é um período excepcional, em que vários processos ocorrem por meio de um salto de qualidade e não por um desenvolvimento progressivo. Dessa forma, a mudança emocional ocorrida na subjetividade das mulheres, apesar do curto período de duração da guerra, foi tão poderoso que, mesmo que posteriormente tenha ocorrido um também forte movimento ideo-político, que pregava a volta das mulheres ao lar, à condição anterior, esse processo não se deu por completo. Aqui se percebe a ocorrência de uma das leis da dialética, que é o movimento em espiral, que recoloca questões que, aparentemente, não foram superadas em um patamar diverso do anterior. Mesmo que o número de mulheres que retornou 'ao lar' tenha sido significativo, as conseqüências dessas mudanças se fazem notar na década de 1970,

com o advento do Movimento Feminista e as mudanças de costumes posteriores a ele.

Os afetos atuam em um complicado sistema com os conceitos. Conhecer os próprios afetos provoca mudanças no próprio afeto, transformando-o de um estado passivo em outro ativo. Ao contrário do que afirma o idealismo subjetivista, o fato de uma pessoa pensar em coisas que estão fora dela, por si só, não altera nada nelas; mas ao pensar nos seus próprios afetos, situando-os em outras relações com o próprio intelecto (não o sentindo simplesmente, mas analisando o quê, o como e o por quê) e com outras instâncias, altera significativamente a vida psíquica da própria pessoa. As emoções são históricas e se alteram em meios ideológicos e psicológicos distintos, apesar de que neles reste um certo radical biológico, em virtude do qual surge essa emoção. Tal afirmação aponta para o fato de que a construção social do indivíduo é um processo profundamente radicado na materialidade, pois as alterações são possíveis, mas ocorrem dentro de determinadas circunstâncias, sendo limitadas e não autocriação infinita.

As emoções complexas aparecem somente no transcurso da história, sendo a combinação de relações que surgem em consequência das circunstâncias históricas, combinação que se dá no transcurso do processo evolutivo das emoções.

Para conhecer o desenvolvimento e construção dos processos psíquicos é necessário estudar os sistemas e suas funções. Os sistemas psicológicos não surgem diretamente da conexão de funções, tal e como aparecem no desenvolvimento do cérebro, mas dos sistemas. Esses sistemas são de origem social e fundam-se na atitude do indivíduo consigo mesmo, caracterizando-se pelo traslado das relações coletivas para o interior da personalidade. Vigotski (1999b) parte da premissa de que

qualquer sistema psicológico complexo é, em última análise, produto de determinada estrutura cerebral. O problema consiste em o que é que corresponde fisiologicamente no cérebro ao pensamento em conceitos. Foge ao âmbito deste trabalho uma explicação sobre o funcionamento cerebral, sendo necessário apenas admitir que o cérebro encerra enormes possibilidades para o aparecimento de novos sistemas. As áreas cerebrais estão relacionadas entre si e o que se observa nos processos psíquicos é a atividade conjunta de áreas isoladas. O substrato cerebral dos processos psíquicos não é integrado por setores isolados, mas por complexos sistemas de todo o aparelho cerebral.

Na personalidade encontram-se unidas formas de comportamento que antes estavam divididas entre duas pessoas: a ordem e a execução ocorriam em dois cérebros diversos, um dos quais agia sobre o outro por meio das palavras. Quando a ordem e a execução se unem no cérebro, estão em pontos diferentes e uma não pode entrar em contato com a outra por meio de uma conexão direta, sendo que as possíveis conexões entre essas partes isoladas do cérebro se estabelecem fora, por meio do sistema nervoso central. O que significa que um indivíduo pode ligar um ponto do cérebro com outro por meio de um signo externo (com mais freqüência, a palavra). Os sistemas psicológicos possuem três etapas: a interpsicológica, a extrapsicológica e a intrapsicológica. A etapa interpsicológica é aquela em que eu ordeno e o outro executa; na extrapsicológica, eu falo para mim mesmo e na intrapsicológica, dois pontos do cérebro são estimulados de fora e tendem a atuar dentro de um sistema único, transformando-se em um ponto intracortical. O processo de desenvolvimento posterior desse sistema se diferencia não pela quantidade de pontos no cérebro, mas pelas estruturas, relações, conexões existentes entre diversos

pontos. O fundamental é o papel que cada ponto (da atenção, da memória, da inteligência) desempenha, o uso que se faz dele, e não sua quantidade.

As alterações não se dão exclusivamente no seio das funções, mas existem formas de essas funções se manifestarem e em determinadas fases do desenvolvimento aparecem novas sínteses, novas funções cruciais, novas formas de conexões e é necessário se interessar pelos sistemas e pelas finalidades dos sistemas.

Para Vigostki (1999b), o papel social de cada indivíduo não se deduz do caráter, mas a partir do caráter cria-se uma série de conexões caracterológicas. Os traços sociais (gênero e etnia) e de classes formam-se no ser humano a partir de sistemas interiorizados, que nada mais são do que os sistemas e relações sociais entre pessoas trasladados para a personalidade. Também as aptidões profissionais se baseiam no sistema necessário de conexões para o exercício de tal ou qual profissão. Aqui é possível fazer a denúncia do modo de produção capitalista como sistema que, além de explorar a força de trabalho, empobrece violentamente as capacidades humanas, pois como se viu em *Manufatura (Capítulo 1.1)*, o capital reduz as habilidades de cada trabalhador/a a uma monótona repetição de gestos. Para Vigotski (1999b), é possível que cada ser humano possa reunir em si não apenas funções isoladas, mas criar um centro único para todo o sistema, transformando-se, assim, em seres humanos dotados das mais elevadas qualidades éticas e espirituais.

4.2.2 As emoções para Wallon

As emoções fazem parte da vida afetiva, assim como os sentimentos e os desejos. Wallon utiliza-se do método materialista histórico-dialético para analisá-las, buscando conhecer sua gênese e sua função. As emoções são reações organizadas e que se exercem sob o comando do sistema nervoso central, contando com centros de comandos situados na região subcortical, ou seja, são profundamente ancoradas na materialidade. A emoção encontra-se na origem da consciência, atuando na passagem do mundo orgânico para o social, do plano fisiológico para o psíquico.

No primeiro ano de vida da criança, a emoção é o comportamento predominante e, no adulto, elas aparecem reduzidas, subordinadas ao controle das funções psíquicas superiores. Como discutido no *Capítulo 2.3 (Ser Social, Trabalho e*

Linguagem), o ser humano é na espécie animal aquele que, ao nascer, depende, por mais tempo, do outro, do adulto. Apesar de, no primeiro ano de vida, ele depender do outro, não está completamente desprovido de mecanismos de atuação: a sua primeira atitude eficaz é desencadear, no outro (adulto), reações de ajuda, para satisfazer suas necessidades. Ainda desprovido da palavra, o bebê necessita de um mecanismo que garanta a atenção do/a adulto/a. Dessa forma, os movimentos, que a criança faz, expressam disposições orgânicas, estados afetivos agradáveis ou desagradáveis que as pessoas que são responsáveis pelo cuidado com o bebê (que, na sociedade patriarcal-capitalista, é responsabilidade da mulher-mãe) acolhem e interpretam, reagindo de acordo com o significado atribuído a esses movimentos. Aqui já se podem vislumbrar os primeiros sinais do processo pelo qual se dá a formação de gênero: o significado atribuído ao nível do choro, por exemplo, como normal ou não, depende de como essa cultura atribui significados ao choro do macho e da fêmea. Como dito anteriormente, uma criança fêmea é menos alimentada no seio, o que pode significar que, mesmo quando seu choro expressa que a fome ainda não foi saciada, a mãe interpreta que o nível de comida necessário já foi fornecido, 'agora é manha, vamos distraí-la com outras coisas'. O outro (adulto) age para atender as necessidades expressas pela criança, mas ao fazê-lo desenvolve uma intensa comunicação afetiva com ele, baseada em componentes corporais e expressivos. Como já vimos, a construção dos gêneros se inicia na família, e nela a comunicação é feita mediada por todos os significados existentes na cultura. Esses significados não são inocentes, são carregados de história e de ideologia, de forma que já aqui se expressam as primeiras tendências do que se espera de um macho e de uma fêmea, porque as pessoas, em torno do bebê, respondem diferentemente ao seu estímulo, conforme eles sejam

meninos ou meninas. Os termos utilizados pelos adultos para se comunicarem com a criança expressam não apenas o gênero gramatical mas construções ideológicas do masculino e do feminino, a saber, para a menina, “que lindinha!”, e para o menino, “que esperto!”. O bebê vai aos poucos estabelecendo conexões entre seus atos e as respostas do ambiente, suas reações diversificam-se e tornam-se intencionais. Assim, a menina, de quem a mãe retira o seio/mamadeira antes de estar saciada, 'aprende' a se contentar com pouca comida e não chora mais por esta razão. O movimento aqui já deixou de ser somente espasmos e descargas impulsivas e passa a ser afetividade exteriorizada.

A afetividade é um conceito mais amplo que a emoção e não são sinônimos. Os desejos e os sentimentos são manifestações da vida afetiva. As emoções têm características específicas que as distinguem das demais manifestações da vida afetiva. As emoções são acompanhadas de alterações orgânicas: algumas menos perceptíveis ao outro mas perceptíveis a quem as vive, como aceleração do batimento cardíaco, alteração no ritmo respiratório, secura na boca, dificuldade de digestão e outras alterações expressivas, visíveis para o outro, como alterações na mímica facial, na postura, nos gestos. Essa expressividade é responsável pelo caráter altamente contagioso das emoções e por seu potencial de mobilizar o meio humano. Esse caráter contagiante é necessário como mecanismo de sobrevivência do bebê, pois se a emoção (fome, desconforto, dor) que ele expressa não fosse contagiante, dificilmente conseguiria sensibilizar o adulto, acostumado a atender a solicitações mais poderosas do meio, que são aquelas expressas por meio da palavra – mecanismo que ainda não faz parte do arsenal do bebê.

Os estados afetivos no bebê são vividos de um só jeito, sob a forma de sensações corporais e são expressos sob a forma de emoções. Mas, com a posterior aquisição da linguagem, os estados afetivos são diversificados, bem como se ampliam os recursos para sua expressão. Essas manifestações afetivas, como os sentimentos, vão adquirindo independência das alterações corporais visíveis. A aquisição da fala e do pensamento propicia a possibilidade de representar as disposições afetivas por outro meio que não a expressividade corporal, pois a afetividade pode ser tanto provocada por situações abstratas e idéias como pode ser expressa por palavras. Mas essa representação da afetividade, por meios não diretamente corporais, não significa que as emoções daí em diante se realizem sem o concurso do corpo. Wallon dá um grande destaque para o componente corporal das emoções, mostrando que todas elas podem ser vinculadas à maneira como o tônus se forma, conserva ou consome, do que resulta uma classificação das emoções segundo o grau de tensão muscular a que se vinculam. A função postural ou tônica é o substrato corporal comum responsável pela regulação das alterações do tônus da musculatura lisa e estriada. As variações tônicas atuam como produtoras de estados emocionais, o que significa dizer que, entre movimento e emoção, a relação é de reciprocidade.

Devido a uma concomitância existente, entre as contrações e a sensibilidade a ela correspondentes, a criança sente suas variações tônicas tão logo elas ocorram. Dessa forma, a modelagem do corpo realizada pela atividade do tônus muscular permite, além da exteriorização dos estados emocionais, a tomada de consciência dos mesmos pela criança. Aqui se encontram as primeiras sustentações biológicas do processo de construção dos corpos humanos como corpos sexuados, sobre os quais se constroem significados, como de homem ou de mulher. Afirmei anteriormente que

as crianças são alimentadas diferentemente (no interior de uma mesma classe) conforme seja macho ou fêmea; também as brincadeiras que se fazem com as crianças, os brinquedos que a elas se destinam – que exigem maior ou menor esforço físico/intelectual –, tudo isso se traduz em ações diferentes para cada sexo, que obedecem a expectativas sociais, bem como constroem corpos que sentem as variações tônicas e tomam consciência delas como desejáveis ou não desejáveis e as modulam de acordo com essa gramática. Essa passagem também nos permite afirmar que as emoções e a consciência são processos que, na origem, estão dialeticamente ligados. Na educação de classe, sexista e racista que recai sobre os seres humanos em forma de gramática de gênero, essas funções são separadas, com as mulheres 'se especializando' no trato com as emoções e os homens 'se especializando' no trato com as questões racionais, conscientes. Mas a origem comum das emoções aponta na direção de que (a luta pelo) o fim do patriarcado/capitalismo pode construir seres humanos integrais, em que o processo de razão/emoção não seja dicotômico, mas unidade na diversidade.

*“As emoções podem ser consideradas, sem dúvida, como a origem da consciência, visto que exprimem e fixam para o próprio sujeito, através do jogo de atitudes determinadas, certas disposições específicas de sua sensibilidade. Porém, elas só serão o ponto de partida da consciência pessoal do sujeito por **intermédio do grupo**, no qual elas começam por fundi-lo e do qual receberá as fórmulas diferenciadas de ação e os instrumentos intelectuais, sem os quais lhe seria impossível efetuar as distinções as classificações necessárias ao conhecimento das coisas e de si mesmo” (WALLON, 1986, p. 64).*

Analisando essa passagem da obra de Wallon, revela-se o porquê de um dos mecanismos mais utilizados pelo patriarcado na construção diferenciada dos homens e das mulheres, a separação da emoção e da racionalidade, fortalecendo a emoção nas mulheres e enfraquecendo a racionalidade e atuando inversamente no homem.

Mas sendo a emoção, como afirma Wallon, o ponto de partida da consciência pessoal, como construir os mecanismos de submissão das mulheres se a elas foi atribuído o lidar com a emoção? A resposta se encontra no fato de que a emoção só se transforma em ponto de partida da consciência pessoal do sujeito por intermédio do grupo, que lhe fornecerá os instrumentos intelectuais e as medidas para a ação. A educação que as mulheres recebem no patriarcado é uma educação segregadora, confinatória, em que as mulheres são encerradas em casa, com poucas possibilidades de interação grupal. Ocorre alguma interação com o grupo, condição sem a qual as mulheres não conseguiriam efetuar as distinções e classificações mais elementares acerca de si e do outro, o que inviabilizaria sua tarefa de cuidar do outro. Mas a medida dessa interação com o outro é tênue, o que propicia um certo esgarçamento dessa consciência e uma certa imersão no mundo da emocionalidade. A emoção é uma atividade eminentemente social, nutrindo-se do efeito que causa no outro, isso é, as reações que causam no ambiente funcionam como combustível para sua manutenção, as emoções precisam de oxigênio social. Esse princípio evidencia o modo pelo qual se constroem os gêneros, pois a partir de uma mesma biologia, em que os caracteres que diferenciam os sexos não são profundamente diferentes entre si – visto que os caracteres primários são dicotômicos, mas constituem variáveis discretas e os caracteres secundários não são dicotômicos, mas polares – constroem-se não só corpos diferentes, mas modos de ser e estar no mundo tão díspares, dicotômicos mesmo. Se as emoções se nutrem das reações que o meio emite, ao se designar determinadas emoções como aceitáveis para uns – o choro nas mulheres – e não aceitáveis para outros – o choro nos homens – fortalecem-se algumas e enfraquecem-se outras, conforme se tornem desejáveis ou indesejáveis. No atual

momento de acumulação flexível, as emoções (algumas delas) são consideradas essenciais no mundo do trabalho, como o desapego ao lugar de nascimento (ou a capacidade de desenraizar-se), enquanto no período feudal o processo de estar ligado à terra era constitutivo e central, na subjetividade dos seres sociais; habilidades como a multifuncionalidade, que exige uma rápida mudança emocional de uma função para outra, se torna desejável, enquanto que no feudalismo o/a trabalhador/a era o seu ofício, apegava-se a ele por toda a vida, era unifuncional.

As emoções possuem forte poder de contágio o que propicia relações inter-individuais, nas quais se diluem os contornos da personalidade de cada um. Esse é um dos mecanismos mais utilizados tanto nos eventos de massa e fascismos, em geral, como no mundo do trabalho hegemônico pela ideologia toyotista. No mundo do trabalho, tanto no chão da fábrica como nos demais setores, mesmo que a empresa funcione como operacionalidade de forma taylorista – de forma pura ou mista – do ponto de vista ideológico, o discurso é o mesmo, que apela para o envolvimento emocional do/a trabalhador/a, é o discurso 'toyotista. De forma que esse envolvimento emocional é altamente contagiante, dilui a consciência da existência de interesses contraditórios no interior do trabalho e tudo aparece como se fora uma grande 'família', em que estão todos unidos por laços afetivos. É nesse quadro que o capital tem aproveitado a força de trabalho das mulheres em cargo de direção, visto que elas, preparadas pela educação de gênero, possuem mais desenvolvida essa capacidade de 'contagiar' o grupo com a emoção de pertencer à empresa; para preparar quadros homens para essa função de disseminar o envolvimento emocional, precisa de cursos de formação específicos, treinamento, o que envolve custos para o capital.

O caráter coletivo e contagioso da emoção tem uma importância decisiva na coesão do grupo social (toyotismo). Por meio de ritos (ginástica laboral coletiva, grandes eventos esportivos, etc) as pessoas realizam simultaneamente os mesmos gestos e atitudes, vivenciando um único movimento rítmico. Essa vivência estabelece entre os membros do grupo uma sintonia afetiva que mergulha todos na mesma emoção (produzir para o bem da empresa-mãe). Os indivíduos se fundem no grupo por suas disposições mais íntimas, mais pessoais, sendo que esse mecanismo de contágio intelectual estabelece uma comunhão imediata, um estado de coesão que independe de qualquer relação intelectual. Óbvio que a importância dessas manifestações emocionais diminui conforme o grupo disponha de outros recursos técnicos e intelectuais para garantir a coesão e a adaptação ao meio. No que se refere à classe/etnia, mecanismos como a dificuldade de acesso à educação formal e à cultura letrada, bem como o apelo ao sentimentalismo grosseiro ao invés do refinamento emocional, contribuem para que a classe trabalhadora e as etnias consideradas subalternas parem imersas na emocionalidade diluidora da consciência. No que se refere ao gênero, mesmo que no atual estágio do capitalismo se assiste a uma maior presença de mulheres na escola, os aparatos intelectuais ainda continuam sendo pouco disponibilizados para as mulheres, com o prioritário sendo o saber lidar com a emoção e não com o intelecto.

As emoções aparecem como primeira forma de adaptação ao meio e tendem a ser suplantadas por outras formas de atividade psíquica. Entre essas atividades, as funções intelectuais que vão adquirindo importância progressiva como forma de interação com o meio. A partir dessa afirmação de Wallon, pode-se deduzir que aqui começa a atuação diferenciada do meio social conforme a classe, os sexos e a etnia.

Para os pobres/negros (no caso do Brasil), destinados a engrossar as fileiras de exploração do capital no chão da fábrica ou em funções subalternas, não se faz necessário um efetivo crescimento das funções intelectuais, já que o que será exigido no trabalho (sobre a transformação dos seres humanos em peças da máquina, ver o *Capítulo 1 – Manufatura, Maquinaria e Indústria Moderna*) exige funções rudimentares; e quanto mais imersos na emoção, mais passíveis de serem contagiados pelas 'emoções' que o capital considere necessárias, conforme o momento histórico privilegie ou exija tal ou qual função. Para as mulheres, também não é necessária a aquisição de funções intelectuais mais elevadas, mas além disso é preciso fortalecer as funções emocionais, para que tenham maior capacidade de 'entender' as crianças, de cuidar do outro; o fortalecimento das funções intelectuais 'afasta' as mulheres da tarefa que lhes é destinada, na reprodução da vida. Aqui está a origem psíquica do processo que Marx denuncia que é a utilização da força de trabalho das mulheres (e crianças) pelo capital em momentos históricos em que se faz necessária uma força de trabalho mais dócil e mais submissa.

A atividade intelectual tem a linguagem como um instrumento indispensável e depende do coletivo. Essa afirmação de Wallon nos permite afirmar que a atividade intelectual é social por excelência e não fruto de capacidade individual de cada indivíduo isolado. A atividade intelectual, na sua íntima dependência da linguagem e do grupo, mostra resultados tremendamente diferentes, conforme a época histórica, a classe, o sexo e etnia. No que se refere à capacidade intelectual diferenciada por época histórica, lembre-se que, do século XIX até os primórdios do século XX, a humanidade conheceu produções intelectuais como as de Freud e Marx e que, após a segunda metade do século XX, rareou a produção intelectual absolutamente

inovadora; no que se refere à classe, encontra-se muita produção intelectual com perspectiva proletária, mas poucos intelectuais em situação de classe proletária; no que se refere à etnia, a situação é semelhante à de classe; quanto ao gênero, o processo é ainda mais complexo. As mulheres não existem no vazio, pertencem à uma classe e a uma etnia. Essas duas determinações se somam ao gênero, o que significa que quando a mulher é pobre e negra, as possibilidades de desenvolvimento intelectual estão rarefeitas, só acontecendo por um esforço hercúleo de superação individual, mas que não se estende automaticamente para todo o grupo. Também no que se refere ao gênero, os mecanismos que mantêm essa gramática lateralizante são muitos e mais fortemente construídos, mais explicitamente pensados, com as sanções recaindo mais fortemente sobre aquelas que rompem. Pensemos aqui nos mecanismos de rompimento, por exemplo, a ascensão social no que se refere à classe, etnia e gênero. Quando um/a proletário/a ou um/a negro/a rompe com sua situação de classe/etnia, ascendendo socialmente, o meio a que ele/ela passa a pertencer não cobra dele/a que volte à situação anterior, pelo contrário, entoa loas à sua 'capacidade empreendedora', pois sua ascensão não rompe com os traços clássicos do capitalismo, pelo contrário, reafirma-o ideologicamente. Para o liberalismo, os rompimentos individuais são importantes, porque aparecem como reafirmação da ideologia liberal, de que há lugar para todos/as segundo sua capacidade. No que se refere ao gênero, a ascensão das mulheres só é aceita quando ela rompe com o padrão de feminino, mas aceita o padrão masculino, no caso dessa tese, exerce os cargos de direção de uma forma ainda mais masculina que os homens. Masculino aqui é no sentido que utiliza Izquierdo (s/d), de determinadas características que não necessariamente são exercidas por um homem. Quando as mulheres rompem com o

padrão feminino de docilidade, submissão, e não assumem o padrão masculino, a cobrança face a face e anônima é cruel, subjetiva e objetivamente, não significando apenas julgamentos morais/afetivos mas também exclusão de lugares na vida pública.

Ao propiciar interações sociais, as emoções possibilitam o acesso ao universo simbólico da cultura. Além das razões elencadas acima, o número de horas que a jornada de trabalho ocupa do/a trabalhador/a, bem como o desgaste físico provocado pelo trabalho extenuante, dificulta que esse/a possa ter acesso à cultura. No começo deste século XXI, os/as trabalhadores/as não podem nem sequer contar – como já ocorreu em outros momentos da história – com os organismos de classe respondendo por ampliar a cultura da classe, visto que nos encontramos em um momento de recuo e retração das lutas no cenário mundial.

A atividade intelectual se manterá, depois de instaurada uma relação de antagonismo com as emoções. As emoções têm um poder subjetivador (voltando a atividade do sujeito para as disposições íntimas, orgânicas) que podem incompatibilizar-se com a necessária objetividade das percepções intelectuais. A atividade intelectual, voltada para a compreensão das causas de uma emoção, reduz os efeitos dessa. A separação dicotômica, que as sociedades patriarcais/capitalistas empreendem entre razão e emoção, serve à criação de subjetividades pobres e adaptadas à lógica produtiva do capital. Para que haja seres humanos integrais, é necessário que seja incentivada tanto a expressão das emoções como a atividade intelectual, de modo que a segunda exerça o controle sobre a primeira, não para descartá-la, mas para, dela, extrair todas suas potencialidades humanizadoras.

4.3 Padrões atuais de ocupação das mulheres

“Confusamente consciente de que estava fazendo algo que há muito desejava que se pudesse fazer, mas que nunca havia imaginado que realmente se pudesse fazer, sem saber como estava fazendo porque não sabia onde estavam os pés e onde a cabeça, nem os pés de quem nem a cabeça de quem” (Gabriel Garcia Marques)

O número de mulheres empregadas, no Brasil, em 2004, é de 17.120.828 (dezessete milhões, cento e vinte mil, oitocentos e vinte e oito) segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou 36,66% (trinta e seis e sessenta e seis por cento) do total de pessoas empregadas (vide tabela 2). Para conhecer os padrões atuais de ocupação da força de trabalho das mulheres, busco analisar essa quantidade como uma qualidade em constituição. Para efetuar tal análise utilizo também os dados da Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), órgão do Governo do Estado de São Paulo, que faz um acompanhamento sistemático dos números da economia no Estado, possuindo um setor de pesquisas voltado para os números do mundo do trabalho que se referem às mulheres.

TABELA 2

Pessoas Empregadas* com Carteira Assinada, de 10 ou Mais Anos de Idade, por Sexo, de 2001 a 2004

*Incluem as pessoas com carteira assinada, militares e outras formas de ocupação.

	ANO	ANO	ANO	ANO
PESSOAS EMPREGADAS (TOTAIS)	2001	2002	2003	2004
Mulheres	14.415.198	15.177.675	15.796.099	17.120.828
Homens	26.517.289	27.230.631	27.805.194	29.579.129
Geral	40.932.487	42.408.306	43.601.293	46.699.957
PESSOAS EMPREGADAS (%)				
Mulheres	35,22	35,79	36,23	36,66
Homens	64,78	64,21	63,77	63,34

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Dentre essas pesquisas, valho-me principalmente dos números da pesquisa feita por Bruschini (s/d). O uso de uma fonte, que é principalmente estatística, para analisar a presença das mulheres no mundo do trabalho, é possibilitado pelo referencial teórico usado – o marxismo – que não separa quantidade e qualidade, mas analisa dialeticamente, em relação, estas duas categorias. Os números refletem uma realidade que me interessa analisar e, como representação quantitativa desta realidade, pode ser apreendida por qualquer pesquisa séria. As diferenças/divergências aparecerão quando se trata de analisar o que significam estes números, qual sua qualidade.

“Comprova-se a exatidão da lei descoberta por Hegel, em sua lógica, de que modificações meramente quantitativas em certo ponto se transformam em diferenças qualitativas” (MARX, 1988, p. 234).

Os critérios da competência e seriedade na pesquisa são amplamente encontrados na pesquisadora Bruschini, credenciada nos meios acadêmicos. Além disto, a Fundação Seade, à qual a pesquisadora pertence, goza de muito prestígio nos meios acadêmicos/profissionais. A Fundação pesquisa o mundo do trabalho no

Estado de São Paulo e esta é uma das razões de a tomarmos como objeto de análise, pois para o materialismo histórico-dialético, “o país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro” (MARX, 1988, p. 18). São Paulo é o Estado da República brasileira que concentra os maiores índices de desenvolvimento econômico, sendo que, desta forma, o escolhi porque “o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo” (MARX, 1988, p. 18).

O período abrangido pela pesquisa (de 1989 a 2000) foi escolhido devido à análise que faço do processo de reestruturação produtiva, processo que se inicia no início dos anos 70 do século XX e dura ainda até esta primeira década do século XXI – conforme analisado no *Subcapítulo 1.2.2* – mostra que esse processo contém determinações que estão em movimento, constituindo-se e que guardam enormes similaridades entre si. Desta forma, se a pesquisa fosse mais recente, por exemplo, anos 2000 a 2004, os números seriam significativamente semelhantes aos do período 1989-2000, pois os processos que o constituíram – a forma peculiar de gestão do trabalho via reestruturação produtiva – continua em curso, não havendo mudanças significativas nos traços que a compõem.

O crescimento do número de mulheres em cargos de direção sinaliza que há um movimento de mudança em alguns aspectos econômicos/sociais no que se refere ao perfil por sexo de trabalhadores/as assalariados/as, mas que, por tratar-se de uma realização muito recente desse processo, ainda possui aspectos a serem conhecidos e conseqüências a serem desdobradas. Por isso, a abordagem do processo é ensaística, em que se apontam tendências e traços e se analisam algumas das possíveis causas que configuram esse processo: emergência de um significativo número

de mulheres em cargos de direção. Como na economia capitalista, o central é valorizar o valor, com todas as circunstâncias da vida social contribuindo, de forma consciente ou inconsciente, para realizar este objetivo, e, baseando-se na forma totalizante que o capital assume, é possível afirmar que esse crescimento das mulheres em cargos de direção tem rebatimentos, entre outras determinações, também nas mudanças no perfil de gestores de força de trabalho que o capital necessita para gerir a acumulação flexível ora vigente.

Essas mudanças estão ocorrendo agora e as estatísticas a respeito ainda são embrionárias e muito raras. Para Martins (2005), as estatísticas sempre aparecem muito depois do desenvolvimento dos fenômenos. É por isso que elas servem apenas como ilustração dos fenômenos reais (MARTINS), sendo essa a limitação do empirismo vulgar, que só é capaz de abordar algum fenômeno muito depois dele ter acontecido. Para os marxistas o início de um processo novo, em que os dados ainda são insuficientes mas apontam em determinada direção, permite abordar esse processo em forma ensaísta, apontando suas determinações, sugerindo possíveis cenários e possíveis desdobramentos a partir desse cenário, sem cair no projecionismo, nem ficar refém dos fatos após acontecidos, o que impossibilita a ação.

Para analisar a força de trabalho das mulheres, no atual momento da reestruturação produtiva, utilizo os princípios metodológicos que Vigotski (1998a) apresenta em sua obra:

- 1) Analisar processos e não objetos – todo processo sofre mudanças que variam quanto ao tempo mas que são visíveis. A tarefa básica da pesquisa constitui-se então de reconstruir cada estágio ocorrido no desenvolvimento do processo.

2) Explicação *versus* descrição – a descrição dos fenômenos não revela as relações dinâmico-causais reais. A descrição (ou análise fenomenológica) se baseia na aparência (ou características externas), enquanto que a explicação (ou análise genotípica) se baseia na origem do fenômeno, na sua gênese e nas suas bases dinâmico-causais. Conforme a tradição marxista a aparência é tomada como parte do fenômeno, embora não sendo todo ele. A aparência não é falsa, a análise inclui uma explicação científica tanto das manifestações externas quanto do processo em estudo.

Deste modo é necessário, para conhecer os padrões atuais de ocupação das mulheres, debruçarmo-nos, inicialmente, sobre quais são os espaços que as mulheres ocupam dentro do que é considerado como sua tradicional ocupação e quais são os novos espaços que elas ocupam, para que se possa, a partir daí, traçar tendências, possibilidades de vir a ser.

4.3.1 Espaços tradicionais

“(...) Procurou-a unicamente nos trajetos do seu itinerário cotidiano, sem saber que a procura das coisas perdidas é dificultada pelos hábitos rotineiros e é por isso que dá tanto trabalho encontrá-las” (Gabriel García Marquez)

Bruschini (s/d) mostra que, no período que vai de 1989 a 2000, são as ocupações tipicamente femininas que respondem pelo aumento do emprego entre as mulheres, sendo que mais da metade das mulheres estava ocupada em serviços de limpeza, administrativos. Os operários (homens) empregados na indústria (ramo da produção) perdem 727 mil empregos, o que significa mais um reforço na direção da tese de que o crescimento do número de mulheres, seja diretamente – como neste caso, no ‘chão da fábrica’ – seja indiretamente, como em posições de mando, representa um reforço na extração da mais-valia relativa.

Bruschini (s/d) mostra que 60,7% das mulheres estavam formalmente empregadas, no ano 2000, no Estado de São Paulo, e os grupos ocupacionais, em que as mulheres se encontram alocadas, são as ocupações femininas, isto é, aquelas desempenhadas tradicionalmente por mulheres e que reproduzem, no mundo da produção da vida, seu papel nas tarefas da reprodução da vida (cuidados com a família, organização de tempo e espaço). São as trabalhadoras de limpeza, secretárias e recepcionistas, atendentes de enfermagem. O que significa que não ocorreram modificações substanciais na estrutura ocupacional de mulheres e homens,

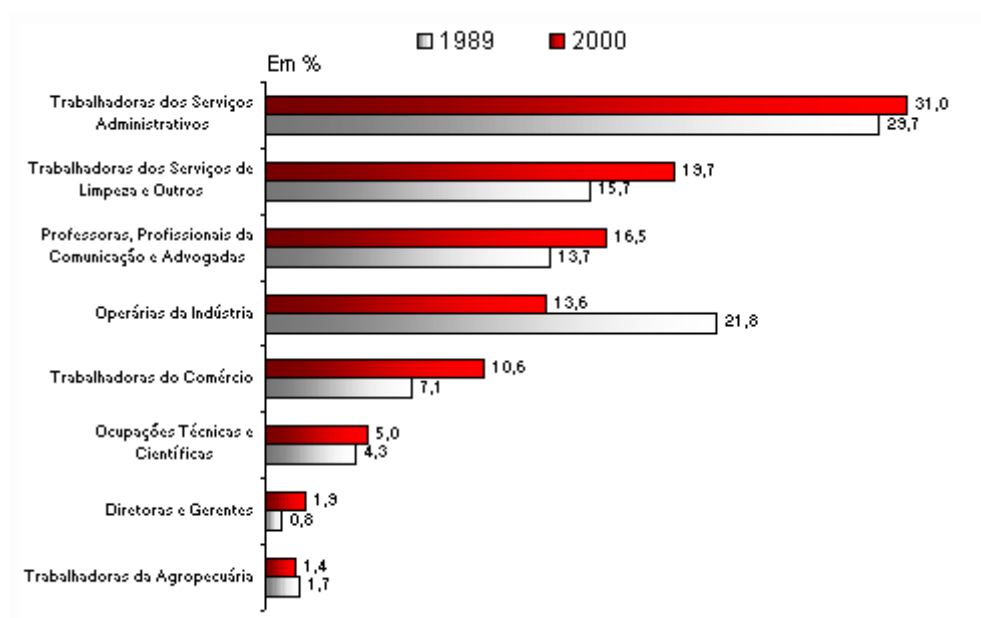
mas, pelo contrário, no trabalho assalariado ocorre um aproveitamento dessas funções de gênero, já 'naturalmente' treinadas nas mulheres.

TABELA 3

Distribuição dos Empregos das Mulheres, segundo Grandes Grupos de Ocupações

Estado de São Paulo

1989-2000



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/Relação Anual de Informações Sociais – Rais.
Nota: As ocupações ignoradas ou maldefinidas representavam 5,2%, em 1989, e 0,3%, em 2000.

O gráfico acima revela que ocorre uma manutenção do padrão de inserção das mulheres no mundo do trabalho, isto é, essa inserção ocorre mantendo-se as funções femininas para as mulheres, registrando-se, também, um aumento em outros setores como as trabalhadoras do comércio (de 7,1% para 10,6% no período analisado), do grupo de professoras, profissionais da comunicação e advogadas (de 13,7% em 1989,

para 16,5% em 2000) e de diretoras e gerentes (de 0,8% para 1,9%). Entre esses grupos, o único espaço tradicionalmente ocupado por mulheres é o de professoras, profissionais da comunicação e advogadas, especialmente pelo peso das mulheres entre os profissionais em ocupações relacionadas à educação. Nos dois outros, embora majoritariamente ocupados por homens, tem-se observado aumento da inserção das mulheres (BRUSCHINI, s/d).

Esse aumento da força de trabalho das mulheres apresenta qualidades diversas e complexas, que uma análise mais superficial tende a ignorar. Alguns dos números parecem contraditórios entre si, quando, por exemplo, afirma-se que houve um crescimento de mais de 100% (de 0,8% para 1,9%) para diretoras e gerentes, mas que a presença das mulheres em profissões consideradas femininas ainda é majoritária. O arsenal teórico do materialismo histórico-dialético permite analisar qualidades diferentes em uma mesma forma, pensar contradições nos processos estudados, que podem ser explicados do ponto de vista da própria contradição constitutiva do sistema capitalista e, desta forma, não são descartados, simplificados, decompostos, para que se os conheçam melhor, mas pensados dialeticamente, em relação, em movimento, inseridos numa totalidade, da qual são particulares constitutivos. Uma das características do método materialista histórico-dialético é o de analisar todas as formas como se trouxessem em si mesmas uma contradição, que amadurece no seu interior até que o conflito entre os pólos desta contradição não encontre mais espaço de resolução dentro delas mesmas (a contradição entre novas e velhas ocupações das mulheres). Desta forma, a contradição interna leva à destruição da forma antiga: a aparente docilidade e meiguice das mulheres – como cantam em verso e prosa as correntes essencialistas do feminismo – e gera uma nova

(sendo substituída por ordens – secas e brutas na sua essência – mas ditas por vozes meigas e ‘amigas’, no exercício dos cargos de direção).

Em suma, a matriz de gênero, que destina às mulheres as ocupações femininas – ligadas ao cuidar, à vida reprodutiva – continua majoritária no mercado de trabalho na pesquisa analisada, mas apresenta algumas mudanças que apontam para a abertura de novos espaços.

4.3.2 Novos espaços

“Será que os construtores do futuro começam todos desde os alicerces, será que eles não são os que arrematam e herdaram tudo o que existe de verdadeiro na experiência humana, será que carecem de aliados e antecessores no passado?” (Vigotski)

Ao analisar a ocorrência de alterações na estrutura ocupacional na última década do século XX, Bruschini afirma que, embora essas alterações não tenham sido marcantes, posto que os movimentos do emprego formal desse segmento se associaram, em grande medida, às ocupações tradicionalmente exercidas pelas mulheres, é possível identificar o aumento da inserção de mulheres em alguns espaços ocupacionais de domínio masculino.

Ao apontar que ocorreu um aumento dos empregos formais no grupo de trabalhadores/as do comércio, mas que esse aumento ocorre para ambos os sexos, Bruschini confirma a análise de Antunes (1995), em que este se refere a uma mudança na estrutura do mundo do trabalho, em que crescem significativamente os empregos, na área de serviços. A proporção de mulheres em empregos na área de serviços cresceu (BRUSCHINI, s/d) de 35,2% para 42,0%, entre 1989 e 2000, sendo este crescimento em maior intensidade para as mulheres (133 mil postos) do que para os homens (96 mil postos).

Estes dados reafirmam a tese de que as mudanças, que hoje ocorrem, no mundo do trabalho, são significativas, porém epidérmicas: o número de mulheres, na citada área, avança em 6,8 pontos percentuais, mas elas continuam minoria, não representam uma virada na composição dos/as trabalhadores/as na área.

A tendência de aumento dos empregos na área de serviços, como se vê em Antunes (1995) e confirmada pelos números da pesquisa de Bruschini, aponta em posições diversas no que se refere à inserção por sexo, às vezes apontando para uma mudança, mesmo que epidérmica nesses padrões e às vezes apontando para o aprofundamento da divisão sexual – social do trabalho assalariado.

Segundo Bruschini (s/d), as ocupações que mais contribuíram para tal desempenho positivo foram as mesmas para mulheres e homens: vendedores do comércio varejista e atacadista (56 mil mulheres e 18 mil homens) e supervisores de venda (17 mil e 14 mil, respectivamente). A ampliação mais intensa para o segmento das mulheres resultou na elevação da participação das mulheres nas duas ocupações destacadas, ainda que os homens continuassem sendo, em 2000, a parcela mais representativa de vendedores (51,1%) e de supervisores de vendas (59,5%). Os

maiores aumentos do emprego das mulheres (de 12 mil e 9 mil respectivamente) se localizam nos setores de gerentes financeiras, comerciais e de publicidade e no funcionalismo público (BRUSCHINI, s/d).

Ao analisar o perfil de ocupações das mulheres no Estado de São Paulo, Bruschini (s/d) afirma que a **estrutura ocupacional de mulheres e homens não apresentou alterações significativas, entre 1989 e 2000**, apontando, porém, para novas facetas no atual processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. As características principais dessa tendência revelam um aumento da presença das mulheres, tanto em espaços que exigem escolaridade elevada, ou seja, ocupações técnico-científicas (em que elas passaram a ser maioria), **como em funções de direção e gerência.**

Esse crescimento do número de mulheres em cargos de chefia intermediária – ainda que, esbarrando em um ‘teto de vidro’ quando se dirige para o cume da pirâmide, ou seja, para as ocupações de maior poder de mando (e não de execução, estas, sim, ocupadas por mulheres) – não significa uma mudança na direção da diminuição da opressão das mulheres ou um fruto do avanço da luta das mulheres na construção da igualdade de gênero (ainda que utilizando o recurso heurístico da dialética, não se possa negar que este crescimento também seja uma decorrência de ambos os fatores).

Destarte este crescimento esconde (eficientemente) um aprofundamento da opressão, visto que traz embutidas novas exigências sociais no que se refere às mulheres.

“Como a entrada das mulheres significa um estreitamento do poder dos homens, criam-se ressentimentos que são expressos de várias formas. uma das cobranças mais sentidas, que recai sobre as mulheres em geral, é a ditadura da perfeição, que se expressa como se fosse um ‘consentimento’ que a sociedade dá para a mulher sair do seu papel tradicional, de mãe e dona de casa, desde que:

primeiro, agregue novos papéis, como profissional, militante etc., sem abrir mão dos anteriores e segundo, que exerça todos eles com perfeição, de uma forma não igual, mas superior ao que o homem o faz. O sentimento de culpa que advém quando não se exerce com perfeição um destes papéis, principalmente o de mãe, é um dos mecanismos citados como responsável pelo assujeitamento da mulher” (SOUZA, 2000, p.155).

As múltiplas exigências feitas às mulheres, geradas pelo exercício de novos papéis, não foram acompanhadas por mudanças nos equipamentos sociais que poderiam auxiliar nas tarefas da reprodução, que nas sociedades patriarcais são majoritariamente função das mulheres.

Hirata, ao questionar a emergência de um novo padrão de divisão sexual do trabalho, afirma que ocorreu um

“Aumento considerável nas taxas de atividade feminina nos últimos 30 anos em todo o mundo; e a tendência mais recente notável nos últimos 10 anos- de bipolarização do emprego feminino entre um contingente minoritário, mas significativo, de trabalhadoras na categoria de executivos e profissões que exigem grau superior, por um lado, e uma grande maioria de mulheres em situação de trabalho vulneráveis, mal remuneradas e não valorizadas socialmente por outro” (HIRATA, 2002, p. 24).

O que significa que o crescimento da atividade das mulheres no mundo de trabalho, que tanto encanta pensadores da ordem, com alguns defendendo que a opressão das mulheres praticamente desapareceu, é um crescimento que aprofunda a desigualdade de classe/gênero, ajudando a escamotear os dados reais, pois a maioria de mulheres continua exercendo tarefas que expressam desigualdade de sexo (mal remunerada) e desigualdade de gênero (não valorizada socialmente).

Os dados da Tabela 4 referem-se a profissões do ramo da circulação (área de serviços, comércio), em que, a princípio, não ocorre extração de mais-valia, não sendo portanto trabalho produtivo. Mas a análise que pretendo realizar se volta para os números do mundo do trabalho referente à totalidade do modo de produção

capitalista, como os ramos de produção e de circulação de mercadorias. Para tanto, se faz necessário atentar para alguns pontos traços da teoria materialista histórico-dialética. Para Netto,

“O traço distintivo desta teoria é que ela toma a sociedade (burguesa) como uma totalidade concreta. Não como um conjunto de partes que se integram funcionalmente, mas como um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente” (NETTO, 1998, p. XXIX).

Desse modo, mesmo os ramos da economia, em que não há diretamente extração da mais-valia, funcionam ideopoliticamente, segundos os interesses do capital. Atente-se para o fato de que a valorização do valor se realiza no campo da circulação da mercadoria, e que o capital é uma totalidade, uma relação social composta de múltiplas determinações e não uma determinação única. A pesquisa de uma dimensão da realidade leva à outra, que, por sua vez, nos remete a uma outra, dialeticamente. Analisem-se, então, mais de perto, as características exigidas nestas profissões (em que houve crescimento no número de mulheres).

Em primeiro lugar, a profissão de vendedora exige uma **capacidade de convencimento** muito grande, e capacidade de convencer é uma das mais significativas ‘qualidades’ treinadas nas mulheres pela educação de gênero. Em seguida, tomemos o posto de supervisores de venda: além da já citada característica de convencimento, exigida também aqui no exercício deste posto, para supervisionar vendas é necessário **um clima de ‘equipe’, de ‘confiança’, de ‘saber ouvir’**. Características estas que são fartamente ‘treinadas’ pela educação de gênero nas mulheres. O capital tem, dessa forma, à sua disposição, sem necessitar de treinamento anterior, uma força de trabalho, cada vez mais unida e organizada

(MARX). Se não está unida para defender seu próprio interesse como classe, mas sim para ‘defender’ (ainda que não o saibam) o interesse do capital, é algo analisado no *Capítulo 2.4.2.1 (Consciência)*, e passa pelo processo de formação da subjetividade, pelo atual estágio da luta de classes, pela formação das condições subjetivas (de que fala Lênin).

Analise-se agora o fato de que os maiores aumentos do emprego das mulheres neste grupo se encontram entre gerentes financeiras, comerciais e de publicidade e as funcionárias públicas, com nível superior. Todas essas profissões/postos aliam a maior escolaridade das mulheres às habilidades de gênero desenvolvidas. Podem-se fazer ilações, neste caso, quando existem, em alguma medida, por parte dessas mulheres, condições de análise da realidade em alguma medida dada por essa maior escolaridade, se é possível falar em ‘elas não sabem o que fazem’ ou sua presença em postos de mando, em um mundo de trabalho configurado por um aumento expressivo nas formas de opressão/exploração, expresso em aumento da submissão/adoecimento de trabalhadores/as, ou se tal crescimento acrítico não é **revelador de um certa de `adesão’ aos ditames/objetivos do capital.**

Para esta pesquisadora, faz-se mister que, nas análises de gênero, evite-se tanto a culpabilização das mulheres, que têm como contrapartida a desculpabilização do sistema no qual elas estão inseridas, como a vitimização, que as coloca sempre, como eternas vítimas, que ‘nunca fazem por mal’. O perigo dessa última forma é uma posição altamente autoritária. Segundo Chauí (1998):

“O sujeito ético está dividido em dois: de um lado o sujeito como vítima, sofredor passivo; do outro, o sujeito ético piedoso e compassivo, que identifica o sofrimento e age para afastá-lo. A

vitimização é autoritária, porque concentra a ação na mão dos não sofredores, que trazem de 'fora' a justiça para os injustiçados e estes perdem a condição de sujeitos éticos para se tornarem objetos de nossa compaixão. Os não sofredores, para serem éticos, não podem prescindir da existência de vítimas e a vítima deve ser sofredora passiva e inerte" (CHAUÍ, 1998, p. 4).

Voltando-se ao crescimento significativo nos números de mulheres em cargos de direção, em que Bruschini (s/d) elenca as ocupações de que as mulheres participavam e que conheceram um significativo crescimento, entre as quais podem ser citados os diretores de empresas manufatureiras, ocupação em que as mulheres participavam com **7,0% em 1989, passando para 9,6% em 2000** (grifo meu); os diretores de empresas do comércio atacadista e varejista (de 10,4% para 15,4%); os diretores de empresas de transportes e comunicações (de 12,2% para 14,0%).

Trata-se de um significativo crescimento em termos relativos, mas insignificante em termos absolutos. Mas este movimento de crescimento relativo insere-se em uma lógica do capital, representando uma tendência que, por nascente, ainda traz traços imprecisos, mas necessários de análise. Esse avanço no número de mulheres em cargos de direção significa um rompimento no padrão de exploração de gênero, contribuindo para abrir caminhos para as demais mulheres e significando, dessa forma, uma diminuição tanto na opressão quanto na exploração da qual a opressão é teia e trama? Esse número significativo de mulheres em cargos de direção representa papel significativo na construção de um sujeito coletivo mulheres, que se reconhecem com interesses comuns ou essas mulheres assumem, de forma alienada, os interesses do outro – homem/patrão, e contribuem para perpetuar a opressão que até aqui as impediu de ascender profissionalmente, simplesmente por serem mulheres?

Burschini (s/d) alerta para a ocorrência de um padrão de comportamento social em que persiste a discriminação contra a mulher nos cargos de maior poder e

decisão, potencializada pela maior dificuldade que as mulheres encontram em compatibilizar suas funções sociais familiares – que continuam como atribuições a serem exectuadas predominantemente por mulheres – com as exigências das profissão, que exigem uma maior disponibilidade para efetuar jornadas mais longas, viagens e cursos.

O padrão de dominação de gênero, que é transversal, não ocorrendo apenas na vida privada, mas que acompanha a mulher e determina sua inserção no mundo do trabalho, continua sem grandes modificações. Essas dificuldades se referem às questões discutidas em Souza (2000), que se referem desde o número de filhos/as à geografia. Mas há um ‘aproveitamento’ diferenciado da força de trabalho das mulheres em cargos de direção. Segundo Bruschini (s/d) a participação das mulheres no total de diretores, na última década do século XX, conheceu um crescimento de 12,1% para 24,4%, sendo que, no ano 2000, de cada quatro cargos de direção, um era ocupado por mulher. Entre 1989 e 2000, também houve uma duplicação na participação das mulheres em cargos de gerentes, passando a corresponder a 27,9% dos cargos. Esse crescimento em cargos de direção (com autonomia relativa, em cargos de direção intermediária, não de mando superior) pode ser explicado pela tese da utilização pelo capital – no espaço da produção – das emoções que as mulheres adquiriram em seu treinamento de gênero – no espaço da reprodução, aumentando a extração da mais-valia relativa.

As mulheres passaram a ocupar a maioria de algumas ocupações técnico-científicas, que exigem uma maior escolaridade que elas já vêm apresentando. Em ocupações consideradas tradicionalmente masculinas, como médicos, cirurgiões-dentistas e gerentes financeiros, comerciais e de publicidade, foram identificadas por

Bruschini (s/d) como espaços de forte expansão do emprego de mulheres, na última década do século XX.

A ampliação de novos espaços ocupacionais pelas mulheres, mesmo quando se referem às profissões que não apresentam elevações expressivas em valores absolutos, representam, de qualquer modo, uma ampliação. Convém atentar para o aumento das ocupações que exigem maior escolaridade, responsabilidade e salário (BRUSCHINI, s/d). Ao lado do crescimento do número de mulheres nas ocupações técnico-científicas, que exigem maior nível de escolaridade e de especialização, ocorre a redução generalizada do emprego dos homens, com exceção das carreiras da área de saúde (médico e enfermeiro), de analista de sistema, professor e técnico. Em algumas profissões consideradas masculinas, como matemático, estatístico e cirurgião-dentista, registrou-se aumento da presença de mulheres, em que elas passaram a corresponder à maioria dos empregados (57,1%, 58,0% e 54,8%, respectivamente). Houve também aumento da presença de mulheres nas carreiras de técnicos de biologia e agronomia (51,3%), analistas de ocupações (53,6%) e escritores e redatores (50,7%) (BRUSCHINI, s/d).

Analisados os números acima apenas do ponto de vista do sexo/gênero, sem considerar a classe, à primeira vista as notícias parecem alvissareiras. Mas o recurso metodológico de ir da aparência para a essência possibilita algumas reflexões. Bruschini (s/d) fala de uma redução generalizada do emprego dos homens, o que significa que a classe trabalhadora como um todo enfrenta problemas com o desemprego, péssima notícia sob o ponto de vista da análise marxista, pois não se trata da melhoria de condições de vida para toda a classe, mas da utilização pelo capital da artimanha de dividir para reinar, jogando parcela da classe contra a outra;

considerando-se, na história, momentos de redução generalizada de emprego de homens e mulheres e substituição pela força de trabalho das mulheres (ainda que parcial), ver-se-á que o capital (não pela primeira vez na história) usa a força de trabalho das mulheres para extrair a mais-valia. Isto se dá com a diminuição do salário dos trabalhadores homens que, dependendo do grau de organização da categoria, podem abandonar estes postos ou travar ferrenhas lutas pelas condições de trabalho – salário incluído. Como, neste momento, no Brasil e no mundo, assiste-se a um descenso nas lutas travadas pelas representações de classe dos/as trabalhadores/as: partidos e sindicatos, os salários diminuem e as mulheres assumem estes postos, cuja remuneração foi diminuída. Trava-se então, não apenas uma luta fratricida, entre membros da mesma classe, mas também, e principalmente, mais uma estratégia vitoriosa do capital na sua tentativa de se perpetuar, valorizando o valor.

O que não significa negar a necessidade/importância do aumento do número de mulheres no espaço da produção, como forma de construir tanto a autonomia de sexo/gênero como a libertação da classe com o fim da sociedade capitalista.

Burschini sinaliza que ocorre uma diminuição da desigualdade entre homens e mulheres em profissões como de jornalista e advogado, com as mulheres ocupando 48,8% e 47,7% dos postos de trabalho na área, no ano 2000. No que se refere “às carreiras jurídicas, a inserção das mulheres significou 28,9% de advogadas e juízas, quase triplicando a participação que fora registrada em 1989, de 10,7%” (BRUSCHINI, s/d).

TABELA 4

**Número de Empregadas e Participação Feminina, segundo Famílias Ocupacionais Seleccionadas
Estado de São Paulo
1989-2000**

Famílias Ocupacionais	Número Absoluto		Participação das Mulheres (em %)	
	1989	2000	1989	2000
Médicas	12.298	20.551	28,5	37,5
Gerentes financeiras, comerciais e de publicidade	4.931	17.027	14,3	29,9
Gerentes administrativas	6.484	14.013	16,9	31,9
Cirurgiãs-dentistas	4.399	6.850	44,5	58,0
Técnicas desportivas	2.294	4.807	36,8	44,2
Técnicas de biologia e agronomia	3.444	4.801	38,4	51,3
Advogadas	3.678	4.111	37,4	47,7
Gerentes de produção e de pesquisa e desenvolvimento	1.787	3.505	9,1	17,6
Jornalistas e redatoras	2.246	3.317	34,8	48,8
Engenheiras civis e arquitetas	2.658	2.989	16,8	22,3
Diretoras de empresas de serviços comunitários e sociais	493	2.340	43,5	57,7
Economistas	1.530	1.539	21,7	32,4
Químicas	1.156	1.312	27,3	35,6
Membros superiores do Poder Judiciário	227	801	10,7	28,9
Médicas-veterinárias	365	505	28,6	32,5
Empresárias e produtoras de espetáculos	333	494	44,6	51,9
Estatísticas	239	334	32,8	54,8
Músicas	189	283	32,6	43,1
Matemáticas e atuárias	208	273	40,4	57,1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Mas esse aumento numérico traz embutidas duas formas de discriminação. Nas carreiras citadas, como de juiz, ocorreu uma significativa redução nos salários, de forma que os homens migraram para funções, como a magistratura, em que os salários são mais elevados e maior o status. E algumas áreas, como a comercial e a tributária, mais rentáveis financeiramente, continuam destinadas aos homens,

enquanto a área de direito da família, menos rentável financeiramente, destina-se às mulheres.

Souza (2000) analisa as dificuldades que o exercício dos papéis de gênero acarretam na vida das mulheres militantes políticas. As mesmas dificuldades se apresentam em setores das profissões acima citadas, em que as viagens e idas a congressos são imperativos profissionais, e, para as mulheres, estas exigências de atualização, para serem cumpridas, requerem o abandono de seus papéis de gênero – como mãe e esposa, ou o exercício da tripla jornada.

A Tabela 1 refere-se ao número de Empregos Formais no Grupo de trabalhadores da Indústria, por sexo, do Estado de São Paulo (1989-2000). Mostra que houve um declínio no número de trabalhadores/as da área, da ordem de 22,56%. Entre os membros os homens, esta diminuição foi de 21,02% e, entre as mulheres, foi de 29,49%. O padrão de dominação que recai sobre as mulheres no mundo do trabalho continua atuando. Em algumas poucas profissões do ramo da produção, houve aumento. Mas esses números se referem a cargos de execução, ao chão da fábrica. Minha tese de que o capital utiliza as emoções das mulheres, para extrair a mais-valia relativa, se refere, sim, à extração de mais-valia no lugar em que ela é possível, isto é, no ramo da produção. Mas é preciso considerar as seguintes mediações: são as mulheres em cargos de chefia, portanto de controle, que estão ascendendo e ocupando cargos de direção. Dessa forma, elas são responsáveis por dirigir o processo, por fazer acontecer o ‘ambiente’ necessário, para que o trabalho seja executado e, assim, difundem, para as outras mulheres e outros homens trabalhadores, o conjunto da ideologia patronal que, neste momento histórico, apresenta traços hegemonicamente toyotistas. Desse modo, não é preciso que todas

as mulheres possuam, de saída, o perfil necessário para criar um clima ‘harmonioso’ ou ‘familiar’, para operar este sistema de cooptação. Porque esse processo de envolvimento necessário do/a trabalhador/a é misto, com componentes de materialidade muito fortes, como ascensão, salários melhores que a maioria, e não só um processo de sedução emocional.

Parto do pressuposto de que a mudança do fordismo/taylorismo para o toyotismo não é uma mudança no modo de produção, mas uma mudança na forma de controlar a força de trabalho (eufemisticamente chamado de gestão da força de trabalho), e que essa mudança na forma de controlar a força de trabalho é uma das estratégias utilizadas historicamente pelo capital, para extrair a mais-valia relativa. Assim, a análise que efetuei é sobre aquelas trabalhadoras que são responsáveis por implementar esta mudança – as mulheres em cargos de direção – que exercem este controle de uma forma diferenciada, forma esta estimulada pelo capital.

A título de ilustração acerca de qual o perfil desejável/exigido pelo capital, para que as mulheres ocupem cargos de direção, busquei conhecer, nos meios profissionais, que selecionam profissionais para o capital, quais os critérios que são exigidos para um/a gestor/a do capital. Sendo assim, recorri a uma pesquisa de mercado, publicada na revista Veja de 03.08.2005²⁹, revista que representa um perfil ideológico claramente vinculado aos interesses do capital. Mesmo não sendo uma revista especializada em economia, mas em variedades, possui grande penetração nos meios médios, em que o capital efetua a busca por profissionais com o perfil que analiso. Entrei em contato com a revista Veja, que me facilitou o contato com o grupo, e entrevistei, por telefone, o consultor responsável. Embora a metodologia e demais

²⁹ O responsável pela pesquisa é o Sr. Antônio Carlos Martins, *head hunter* da Perfil Consultores executivos, empresa de consultoria que monitora há quinze anos o nível dos salários dos executivos das maiores empresas privadas do Brasil.

referenciais dessa pesquisa, não possam ser considerados científicos, seu uso se deve a que, sendo uma pesquisa de mercado, pode ser considerada no rol de afirmações efetuadas pela mídia, que utilizo como ponto de partida acerca do que é dito sobre a condição da mulher na atualidade.

A entrevista se deu no dia 11 de agosto de 2005, também por telefone, pois o consultor não me pôde disponibilizar toda a pesquisa, respondeu, estritamente, sobre minha área de interesse, os números que se referem às mulheres. A pesquisa mencionada ouviu trinta e três companhias que faturam mais de 1,5 bilhão de dólares por ano. Essa fonte, mesmo que lhe falte o rigor da pesquisas acadêmicas, apresenta um outro lado do fenômeno que pretendo estudar, um lado que não posso deixar de considerar. O responsável pela pesquisa é um *head hunter*, profissional cuja função é localizar, para as empresas, executivos/as para cargos de direção. O que representa uma parte significativa do processo: o perfil do profissional que é traçado pelos consultores atende às exigências não de um só capitalista, com interesses localizados, mas de vários capitalistas, de ramos diferenciados, mas com o interesse comum de buscarem valorizar o valor. Desta maneira, os dados obtidos por eles, apontam tendências mais genéricas do que é esperado pelo capital, como perfil de trabalhador/a para gerir/controlar a empresa.

O consultor disponibilizou apenas alguns dados da sua pesquisa – os que aqui estão expostos – e, como não é uma pesquisa privada e nem de órgãos acadêmicos, que necessariamente seriam de uso público, tive de me contentar com esses dados. Como exemplo da escassez de dados, tomo aqui o caso das trinta e três empresas que ele pesquisou, interessava-me saber a que ramos elas pertencem, se da produção ou da circulação e não o PIB (Produto Interno Bruto) produzido, mas tive de

analisar apenas os dados do PIB. Porém essa escassez de dados não invalida a análise, visto que, mesmo escassos, os dados da pesquisa vão ao encontro dos demais dados colhidos empiricamente. Os dados da pesquisa expostos na revista Veja vão ao encontro da minha pesquisa, bem como minhas análises confirmam – guardadas as devidas diferenças políticas, ideológicas e intencionais entre os autores – os dados que ela apresenta.

Os dados que utilizei são apresentados da seguinte forma pela revista Veja: Uma coluna denominada Constatações, que contém o dado; e outra, denominada Motivos, que contém a análise feita pelo consultor, sendo que usei apenas os dados que se referem à percentagem de mulheres em cargos de direção. Na coluna Constatações está dito que “29% dos cargos de direção são ocupados por mulheres. Essa proporção subiu 20% desde 2002”. Na coluna Motivos, ele analisa que, “em condições iguais de qualificação, as empresas passaram a optar por mulheres, que lhes **inspiram mais confiança**” (grifo meu).

Os números apresentados, ressaltando que não tive acesso à metodologia da pesquisa, estão muito próximos da pesquisa da Fundação Seade, que obedece às determinações da pesquisa científica.

Bruschini (s/d) afirma que as mulheres dobraram sua participação no total de diretores, de 12,1% para 24,4%, na última década do século XX, sendo que, no ano 2000, elas respondem por um em cada cargo de direção. Afirma, também, que, entre 1989 e 2000, as mulheres duplicaram sua participação também entre os gerentes, passando a corresponder a 27,95 destes cargos.

Na entrevista dada por telefone, o consultor disse que o perfil procurado deve conter os aspectos totais da pessoa, em todos os ângulos, sendo desejáveis

especialmente os aspectos de **flexibilidade, integração**. Em relação à exigência desses dois aspectos, avalio que ambos são características centrais da forma de acumulação flexível, bem como são duas das mais marcantes características construídas nas mulheres pela educação de gênero. Para o capital, a flexibilidade é necessidade central como capacidade objetiva do/a trabalhador/a ser facilmente manejado/a de uma função para outra, de ter aptidão para variadas coisas ou aplicações. O sujeito trabalhador incorpora-a como uma característica própria, o que faz com que, do ponto de vista ideológico, ele não se perceba explorado/oprimido, quando lhe são feitas as exigências de mudar de função a cada dia, hora, minuto, mas se sintam 'realizado/a', 'valorizado/a', ao exercer estas várias funções. Quanto à flexibilização das mulheres, no processo de produção de riquezas (mundo do trabalho), repete apenas a flexibilização ocorrida na reprodução (mundo doméstico), em que as mulheres têm não só que dar conta de tarefas tão díspares como fazer comida, limpar, lavar e passar roupas, para os demais membros da família, como educar os/as filhos/as, cuidando da construção do seu caráter, da moral e da ética, bem como da educação sentimental deles/as. E ideologicamente todas essas tarefas são desvalorizadas, vistas como não importantes, dessa forma a mulher incorpora uma imagem de si como não importante, visto que sua atividade não o é, isto é, as mulheres vêem a si mesmas como sem importância, o que, quando transposto para o mundo público, para o reino do capital, ajuda a compor um quadro de desvalorização do valor do/a trabalhador/a, caracterizando submissão ao outro.

Quanto à capacidade de integração, avalio como a principal de que o capital necessita, neste momento de reestruturação produtiva, e é uma das características mais treinadas na educação de gênero. A forma patriarcal da família na sociedade

capitalista destina às mulheres as tarefas de construção do lar como *locus* de afeto das classes trabalhadoras, construindo uma ideologia mítica de que o lar significaria, para o sujeito, o descanso das opressões. Porém o sujeito para quem o lar é preparado é o homem adulto, o que significa que as mulheres e as crianças e mesmo os/as velhos/as (não mais produtivos) são submetidos à opressão patriarcal. Cabe então às mulheres relevar as diferenças, buscar harmonizar as relações, em um complicado (e infrutífero) exercício de integração. No que se refere ao capital, a necessidade da integração se insere no quadro político ideológico de construção da hegemonia burguesa sobre a consciência das classes trabalhadoras. Nos marcos da reestruturação produtiva, em que a consciência do processo da exploração da classe trabalhadora pelo capital precisa não só ser velada, escamoteada, como também precisa ser invertida, aparecendo como se fora avanço societal. Nela ocorre um processo de subsunção real de toda a vida social ao capital (TUMOLO, 2003). No capítulo 1.2.B, em que discuto o novo padrão de acumulação produtiva (toyotismo), aparece uma das suas especificidades, a de que o controle/gestão da força de trabalho se faz não mais via regras ou repressão explícita mas por meio de internalização de regras, o que só pode ser realizado com a submissão das emoções dos/as trabalhadores/as à lógica do capital. Para tanto, é necessário que se crie um clima de integração entre todos, que o interesse do patrão apareça como se fosse interesse de todos, como se não houvera classes com interesses antagônicos, mas uma 'grande família', com interesses diferentes mas não antagônicos, interesses que se podem conciliar, se todos se integrarem, integração que tende à harmonia e nega a luta de classes.

Retorno à fala do consultor, para ele existe “uma clara identificação na atitude das mulheres”, mas não explicita identificação com o quê. Todavia é possível, por uma leitura do subtexto, analisar que há uma clara identificação da atitude das mulheres com a atitude do capital, isto é, que as subjetividades das mulheres que exercem cargos executivos tendem a se colar à lógica do capital, subjetividades servis, visto que as mulheres são incluídas constantemente, por mediações de diferentes ordens, no ‘nós’ que as exclui. O complexo processo dialético da exclusão/inclusão social gesta subjetividades específicas, que vão do sentir-se discriminado/a ou revoltado/a até sentir-se incluído/a (SAWAIA,1999). No que se refere às mulheres que, no presente momento, ocupam cargos de direção, a pesquisa aponta na direção de que a forma atual da acumulação flexível pode estar gestando subjetividades próprias, adaptadas e com forte sentimento de inclusão.

O consultor diz identificar dois pólos nas atitudes que as mulheres executivas apresentam. No primeiro deles, 16% das mulheres candidatas a executivas são cabeças de casal, o que, para ele, significa que elas ganham mais que o marido. Ainda, segundo ele, as decisões, que tiverem de ser tomadas quanto à carreira, **privilegiam a carreira da mulher** e, se for necessário, o homem é que pede a conta. Para o consultor, os aspectos financeiros passam a apresentar um peso maior na hora de tomar qualquer decisão na vida do casal. A tendência, quando a mulher é a cabeça, é haver decisões eminentemente financeiras.

Essa passagem da fala do consultor aponta para a leitura de um subtexto impregnado de ideologia sexista. O consultor qualifica como privilégio, e não como um direito, uma escolha que beneficia a mulher; na sociedade patriarcal capitalista, o comum é que – a escolha do local de moradia – seja feita pelo homem, sendo

considerada 'normal', um direito; mas, quando uma mulher exerce esse direito (caso se suponha uma relação minimamente igualitária, se estiver em jogo a vida profissional de qualquer membro do casal, a escolha recairá sobre o membro, que estiver em melhor situação, para alavancar a vida financeira do casal, e não necessariamente sobre o homem), ele é qualificado como um privilégio, o que reafirma a máxima vigotskiana de que os significados das ações e palavras atribuídos aos homens e mulheres, em uma sociedade sexista, são significados diferenciados, perpassados por valores de poder e dominação.

No segundo pólo, a referência é ao lugar que a vida afetiva ocupa na vida das mulheres. Para o consultor, 32% das candidatas a cargos executivos 'privilegiam primeiro a carreira e só depois o casamento'. Para elas, em primeiro lugar vem a independência, ou seja, não depender do marido, companheiro financeiramente. Na opinião do Sr. Antônio Carlos, as mulheres estão para o cargo da mesma forma que os homens.

Essa mudança no papel que a vida afetiva representa na vida das mulheres leva a refletir acerca da direção que a luta das mulheres visa alcançar. Quando defendo que para os/as marxistas a opressão de sexo/gênero não pode ser considerada separadamente em relação à classe, trata-se de afirmar uma direção para a liberdade das mulheres que significa libertar-se de toda a opressão/dominação e construir um novo modo de ser mulher e ser homem, e não de simplesmente ocupar os lugares construídos pelo patriarcado/capitalismo, lugares que foram construídos de tal forma, que neles só cabiam os homens. Inverter os papéis destinados às mulheres, cuja gramática dita que a vida afetiva deve ser o seu principal interesse, para uma gramática que signifique colocar a vida profissional como único objetivo, subordinada

à vida afetiva, não é superar a dominação, mas simplesmente trocar os sinais dela. A superação da dicotomia vida afetiva/vida profissional pressupõe que se alterem as condições em que as mulheres e homens trabalham, que a vida no trabalho seja dotada de sentido (ANTUNES, 1999), para que a vida fora dele também seja dotada de sentido. Um sentido pleno em que as tarefas da produção e da reprodução da vida sejam tarefas de todos e não dicotômicas divisões sexistas.

Retomando o tema de que, “em condições de igualdade/competência, os empresários preferem as mulheres” em cargos executivos, segundo ele, porque “os empresários” avaliam que “a mulher **agrega intuição e sensibilidade nos relacionamentos**, sabem quebrar o gelo, em situações de dúvida, a mulher é mais honesta intelectualmente (explicita os prós e contras) e é menos sujeita à corrupção”.

É necessário atentar que o que é considerado, na sociedade patriarcal/capitalista, como condições de igualdade/competência é uma exigência profundamente marcada pela desigualdade. As mulheres, para exercerem o mesmo cargo que os homens, necessitam possuir três vezes a escolaridade exigida para os homens e também no que se refere a um conjunto de habilidades exigidas, as mulheres necessitam demonstrar sempre um grau de excelência na execução de uma tarefa, para serem consideradas iguais a um homem (SOUZA, 2000).

Para o consultor, em suas projeções, o crescimento do número de mulheres em cargos executivos será cada vez maior, em suas palavras, por simples estatística. Segundo ele, este seria um crescimento saudável, pois contribui para aumentar a massa crítica e acabar com os preconceitos, mesmo que hoje, segundo ele, já não exista nenhum tipo de restrição às mulheres. Mulheres que recebem salários menores, segundo ele, só são encontradas hoje em atividades 'operacionais' e fabris.

Analisando sua fala, configura-se uma visão da vida social como uma progressiva ordem (o crescimento como simples estatística), em que o crescimento se dá de forma inexorável, em que não existem contradições mas apenas conflitos, perfeitamente superáveis. Quando o consultor fala do aumento da massa crítica, pode-se fazer a leitura de um subtexto que pensa as idéias da classe dominante como as únicas existentes (pensamento único), pois subjaz a análise de que, se há massa crítica a serviço do capital, isso significa que é bom para todos, em suma, um avanço social. No que se refere ao preconceito contra as mulheres, o subtexto revela uma visão ideológica/falseadora da realidade, em que as mulheres são aceitas, mas revela também um aspecto central da ideologia, que é tomar a parte pelo todo. Tomando como válidos os pressupostos do consultor, para quem igualdade é sinônimo de igualdade formal, sendo que essa se revela pelo acesso a cargos e à isonomia de salários para cargos de direção (no caso das mulheres executivas que ele entrevista), talvez seja possível considerar a realidade do não preconceito como factível. Porém, levando-se em conta que as exigências de gênero perpassam a vida privada dessas mulheres (como abrir mão da vida afetiva, casamento, filhos/as, enquanto que, nas mesmas funções, os homens não o fazem), para elas, essas questões não são vividas como significativas. Conforme minha tese, o capital utiliza a emoção das mulheres para extrair a mais-valia relativa não diretamente delas, como sujeitos singulares, mas usando seu potencial diferenciado de exercer o controle sobre a força de trabalho de uma forma mais eficiente (porque criam melhor o clima de intimidade, entre outras coisas). Por esse papel, são realmente (mas não justamente) remuneradas, mesmo assim essa realidade, é parcial, e não se aplica a um número sequer significativo de

mulheres, quanto menos à maioria delas, e principalmente não se aplica às mulheres das classes trabalhadoras.

Em suma, se tomarmos os dados da fala do consultor, e ficarmos no empírico, em uma análise superficial, a (aparente) ascensão social das mulheres, na atual reestruturação produtiva, parece apontar, de imediato, para a ocorrência de uma mudança significativa nos papéis de gênero, que poderia desbordar em duas direções: ou a divisão igualitária das tarefas da reprodução entre os gêneros, visto que as mulheres estariam em igualdade de condições no mundo do trabalho, ou a inversão de papéis, em que os homens assumiriam as tarefas da reprodução e as mulheres, as tarefas da produção. Mas, se efetuarmos uma análise teórica – e teoria supõe a superação do imediato –, veremos que ambas as hipóteses se revelam errôneas. A primeira hipótese, de divisão igualitária das tarefas da reprodução entre homens e mulheres, envolveria mudanças profundas na forma do ser social gestado no capitalismo, mudanças essas que só ocorrem pós-ruptura, com a realização da revolução proletária e que necessitam de tempo para serem gestadas. De qualquer modo, essas mudanças jamais ocorreriam no sistema capitalista, no qual a opressão é parte constitutiva da exploração – e a revolução **ainda** não aconteceu ; a segunda hipótese, da inversão nos papéis de gênero, não se encaixa no perfil de gênero que o capital deseja, visto que o trabalho de reprodução (improdutivo) não pode ser assumido pelo capital, nem tampouco mudar sua execução, para que os homens a realizem, pois, a meu ver, isso envolveria profundas repercussões tanto na economia – questões biológicas da mulher (ter filhos/as, amamentar, etc.) diminuem o tempo de extração da mais-valia –, como no campo ideológico - a reprodução da ideologia sexista é 'mais eficaz', quando feita pelas mulheres, por haver uma preparação

secular de gênero para tais tarefas, como uma materialidade, que não pode ser desconsiderada, que é a biologia, isto é, os corpos reprodutores das mulheres e a ligação afetiva diferenciada com os/as filhos/as, visto que, apesar do caráter histórico das emoções, que se alteram em meios ideológicos e psicológicos distintos, nelas, ainda, continuam sinais de um certo radial biológico, em virtude do qual surge essa emoção (VIGOTSKI, 1999a).

Em vários momentos da sua história, o capital utilizou-se da força de trabalho das mulheres (e crianças) para a execução de trabalhos penosos e mal pagos, em funções simples, como forma de extrair a mais-valia absoluta. Um desses momentos é quando o capital emprega a maquinaria, que, por tornar supérflua a força muscular, permite o emprego de mulheres e crianças que não possuem essa força muscular. Se, quando surge a maquinaria, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças (MARX, 1989), por que não ocorreu logo aí a substituição de toda força de trabalho dos homens, pela força de trabalho das mulheres e crianças? Porque, como dito acima, há fatores que vão da biologia à resistência dos trabalhadores homens, passando por uma reordenação brutal da vida societal sob o modo de produção capitalista (reordenação que, a meu ver, só é possível em sociedades não capitalistas, que impedem tal inversão). Reafirmando então que não é novo o uso da força de trabalho das mulheres pelo capital, como forma de extrair mais-valia, diminuindo o valor da força de trabalho, o traço novo nesse processo é que agora a força de trabalho das mulheres é utilizada não mais em funções desqualificadas, mas em funções qualificadas – em cargos de direção – para criar o clima afetuoso, íntimo.

As lutas das mulheres e do conjunto dos trabalhadores, assim como as necessidades econômico-políticas, obrigam o capital a efetuar mudanças na forma de absorver a força de trabalho tanto de crianças como de mulheres, proibindo a primeira e regulamentando a segunda. Estas mudanças ocorrem sem rompimento do padrão de divisão social e sexual do trabalho, mas, pelo contrário, aprofundam essa divisão. É bastante limitado o alcance das reformas que o capital pode efetuar, pois “o sistema de produção capitalista, de acordo com sua natureza, exclui qualquer melhoria racional que ultrapasse determinado ponto” (MARX, 1989, p. 552).

Na atual reestruturação produtiva, a mulher tem sua afetividade utilizada como componente da qualificação para o exercício do trabalho, em um processo de utilitarismo das emoções, mas sua inserção massiva no mundo do trabalho continua se dando de forma subordinada. As mulheres são usadas como força de trabalho especializada na multiplicidade de tarefas, que são tarefas rotineiras, repetitivas, assim como o são na gestão do capital: elas se valem mais das emoções, tornam o clima familiar.

O aumento nas taxas de emprego de mulheres (esse crescimento de 2001 a 2004, por exemplo, foi de 18,77%), – um avanço significativo, porém parcial – é analisado por alguns/mas teóricos/as como um grande avanço. Na análise que realizo, considero esse avanço como ilusório, pois esconde também o aprofundamento da opressão, visto que estas novas ocupações se sobrepõem aos tradicionais papéis de reprodução, e, mesmo no ramo da produção, esses números escondem/revelam realidades díspares.

Ao analisar a Tabela 4, sobre as mulheres que estão nas posições de mando, pude atentar que são posições de mando intermediário, pois a determinação de

gênero que continua valendo é que as mulheres só ascendem até determinada posição hierárquica. A partir daí, nas posições ligadas ao mando, não à execução – como diretores e gerentes – ocorre o ‘teto de vidro’) apresentam alguns ‘movimentos’ aparentemente contraditórios. Bruschini (s/d) mostra que ocorre uma ampliação maior de ocupações para mulheres do que para homens, mesmo em grupos profissionais tipicamente masculinos. No grupo de diretores e gerentes, a presença de homens é de 70,3%, mas apresentou uma elevação maior no seu contingente no número de mulheres (37 mil) comparada à que se verificou entre os homens (25 mil).

Esses números demonstram emblematicamente algumas afirmações que a autora traz à discussão. Em primeiro lugar, o contingente de homens em posições de mando continua majoritário, o que significa que não há no horizonte possibilidades de inversão de dominação de gênero, que o patriarcado se solidifica, neste casamento com o capitalismo. Para Bruschini (s/d), também, entre os homens, essas famílias ocupacionais registraram um aumento similar do emprego formal, de 10 mil para 12 mil.

Em segundo lugar, que os postos de direção intermediários estão crescentemente ocupados por mulheres, e é necessário analisar com acuidade este movimento. Por que, neste momento histórico, ocorre essa elevação? Será que o capital teria hoje interesse em diminuir (visto que acabar com a opressão é uma impossibilidade no modo de produção capitalista) a opressão de gênero?

Se, para Netto e outros autores, a burguesia como classe não apresenta hoje interesses progressistas – não por uma escolha pessoal dos indivíduos que a compõem, mas como imperativo das condições em que a acumulação ocorre – o que se vê hoje é o aumento da barbárie, e mesmo regressão social em algumas áreas

(mulheres africanas e muçulmanas, para ficar somente no gênero), aprofundamento da exploração (com contingentes crescentes de subempregos, desemprego), esta aparente mudança de patamar das mulheres, no mundo do trabalho, se inscreve no rol de 'mudanças' que o capital promove para se eternizar.

Utilizando o referencial marxista, em que a economia é a principal (não a única, como afirmam os detratores do marxismo) determinação, faz-se mister desvelar qual o interesse que o capital apresenta, nesta aparente mudança, na forma de escolher os gestores do mundo do trabalho. Considero tratar-se apenas de utilizar pragmaticamente as emoções das mulheres, emoções estas que uma educação de gênero sexista promove desde o surgimento do patriarcado, mas que, no capitalismo, ganha novas roupagens. Após o advento da Segunda Guerra Mundial, em que imensos contingentes de mulheres tomaram assento no mundo do trabalho ligado à produção, e não só no mundo da reprodução, mudanças significativas ocorrem no padrão de ocupação. Após a década de 1970, em que ocorrem grandes lutas sociais e quando o capital inicia o ciclo de acumulação flexível, vigente até a atualidade, a educação das mulheres passou a contemplar novas exigências, sem abrir mão das velhas. É conhecida a dupla, tripla jornada de trabalho, em que as mulheres dão conta simultaneamente das tarefas da produção e da reprodução.

A educação de gênero para cumprir a tarefa de preparação destas mulheres teve de **preparar** mulheres com as seguintes características: 1) multifuncionalidade: útil na reprodução (criar filhos/as, cuidar de marido, doentes, velhos/as; enfim, tarefas que o capital precisa que sejam exercidas privadamente, para que diminua o custo da reprodução, isto é, o salário, e conseqüentemente aumente a mais-valia útil na produção por um/a mesmo/a trabalhador/a, que toma conta de várias máquinas ao

mesmo tempo; 2) facilidade de lidar com as emoções, atenção especial aos sentimentos do outro, intuição, intimismo. Características necessárias tanto ao mundo da reprodução – cuidar do marido, filhos/as, velhos/as e dos doentes – para que se crie o clima ideológico de acolhimento e a força de trabalho masculina não se perceba como mera mercadoria, que efetivamente o é, mas que veja a si mesma como especial, importante; bem como necessária ao mundo da produção, visto que, no atual momento de acumulação flexível, em que a ideologia do capital diz que todos são uma equipe, e que o trabalho em equipe é necessário para manter a produtividade, as mulheres conseguem não se descuidar de ‘vigiar’ o outro e cuidar do clima afetivo – conversar, fazer amigos/as.

Desta forma, a utilização das mulheres em cargos de direção traz um duplo benefício ao sistema capitalista: 1) parece atender às reivindicações sociais, aquietando mentes e prevenindo insubordinações, ganhando aliados em todos aqueles que necessitam de desculpas (fáceis) para se render à ordem; e 2) potencializa a produção da mais-valia relativa. Bruschini (s/d) mostra que esse crescimento do número de mulheres em espaços mais qualificados do mundo do trabalho esbarra em algumas áreas bem menos favoráveis a elas. A ocupação de diretores financeiros, por exemplo, mesmo tendo apresentado aumento nos números de mulheres, elas representam apenas 13,1% do contingente total. O que dá sustentação à afirmação de que as mudanças no perfil de ocupação das mulheres, apesar de significativas, não representam um grande salto, muito menos uma inversão nos papéis de gênero/sexo no mundo do trabalho.

5 - CONCLUSÕES

5.1 Possibilidades de superação

“O essencial é não perder a orientação. Sempre de olho na bússola, continuou guiando os seus (...) para o Norte invisível, até que conseguiram sair da região encantada. Era uma noite densa, sem estrela, mas a escuridão estava impregnada de um ar novo e limpo” (Gabriel García Marquez).

No *Manifesto do Partido Comunista* (1998), obra que expressa mais a paixão política e o desejo revolucionário que uma amadurecida análise teórica marxiana (mesmo que esta não esteja ausente), Marx, ao analisar o evoluir da ordem societal do capital, afirma que “dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas” (MARX, 1998, p. 8).

A mudança revolucionária de uma época histórica a outra **pode** (mas não necessariamente o faz) dissolver as velhas relações, entre essas, a forma de organizar a vida reprodutiva, sob a forma do que, nesta tese, denominou-se de patriarcado-capitalista. Mas, se tal possibilidade de superação é alvissareira, confiar na sua inexorabilidade é no mínimo contra-indicado, bem como errôneo, do ponto de

vista do método. A superação da opressão de gênero exige o emprego de superação (*Alfhebung*), no sentido marxista do termo, que é o destruir e superar, ou incorporar criticamente, tomando os elementos positivos e indo além deles. Quanto ao gênero, essa superação envolve necessariamente a incorporação dos avanços sociais conseguidos em relação à condição da mulher, especialmente sua entrada massiva no mundo público e no mundo do trabalho. A revolução não é uma inexorabilidade, é um pôr teleológico, uma tarefa, que envolve necessária – mas não unicamente – a vontade humana, e exige o protagonismo das mulheres, no que tange à superação da opressão de gênero.

Mas, se o fim do capitalismo não conduz ao fim do patriarcado, o fim do patriarcado tem como condição necessária (mas não suficiente) o fim do capitalismo. Como é possível falar em protagonismo de gênero, se protagonismo significa ser sujeito e no capitalismo só o capital é sujeito?

“Na sociedade burguesa, o capital é autônomo e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha é dependente e impessoal” (MARX, 1998, p.23).

O que obriga todos/as aqueles/as, que querem ser agentes da sua vida – como as mulheres feministas – e querem construir o protagonismo sobre ela, a lutar pelo fim do capital – forma societal que coisifica pessoas (reificação) e personaliza coisas (fetichização). O único motivo indutor das operações do capital é apropriação crescente da riqueza abstrata e, para tanto, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência (MARX, 1988, p.125), enquanto exaure os seres vivos de suas ricas potencialidades humanas.

Dessa forma, a luta pelo fim dos antagonismos/conflitos de gênero, mais do que uma luta humanista/feminista contra a opressão de gênero (luta que, nunca é demais repetir, é necessária e vital para o socialismo), se transforma em lutas a serem travadas no coração da luta de classes. O capital transformou esse antagonismo de gênero (como já o tem feito secularmente com relação aos homens transformando-os em parceiros – mesmo quando inconscientes) em mais uma estratégia de cumprir seu objetivo, que é valorizar o valor. Isso se dá à medida em que o capital transforma a inserção das mulheres no mundo do trabalho – com mudanças apenas superficiais em sua condição de gênero – em mais uma forma eficiente de extrair a mais-valia relativa – e essa forma, por ser nova, ainda é pouco notada e pouco combatida.

Com isso, o capital ganha novos fôlegos, pois a inserção massiva (e subordinada) das mulheres, que o capital promove, nos séculos XX e XXI, faz parecer, a olhos desatentos, que a burguesia, como classe, ainda seria capaz de cumprir os compromissos em nome dos quais fez a Revolução Francesa. Mas, para Netto,

“A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão do qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do cidadão” (NETTO, 1998, p.XX).

Todos/as aqueles/as, que se colocam como revolucionários/as, na luta pela destruição da ordem capitalista e construção da nova ordem, em que não haja exploração e opressão, têm consciência de que a revolução não virá inexoravelmente: o capital tem uma capacidade – ainda que limitada – muito elástica de renovar-se, sem mudar o essencial. Por isso, é preciso denunciar as artimanhas, as estratégias

sedutoras do capital, o que não é uma tarefa fácil. É mister que a centralidade que o trabalho ocupa no modo de produção capitalista seja sempre o parâmetro de avaliação das medidas 'inovadoras' do capital. Pois

“A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador” (MARX, 1988, p. 168).

Nessa passagem de *O Capital*, Marx aponta, ao mesmo tempo, para uma das pedras angulares na construção das possibilidades de superação do patriarcado, como exercício de poder discricionário do homem sobre a mulher, cujas bases se encontram na divisão sexual do trabalho, necessidade imanente do modo de produzir mercadorias que se funda na apropriação privada do sobretrabalho, bem como para a importância da classe trabalhadora, na construção do protagonismo de classe.

Quando fala em tempo de trabalho necessário, Marx denuncia que a vida das mulheres e homens, no capitalismo, exaurem-se em atividades que não constroem vida, visto que é pequeno o tempo necessário para reproduzir a vida, se comparado com as jornadas de trabalho, tempo de que se vale o capital para sua reprodução. Nesse tempo necessário, fabricar-se-iam valores de uso e o outro tempo, o excedente, não seria empregado para extrair mais-valia, mas para outras atividades como pescar, namorar, fazer arte, enfim, viver.

Diante dessa necessidade do tempo ao capital e seu mundo, bem como ao/a trabalhador/a, independente da forma social de seu trabalho, por ser a existência contínua do/a trabalhador/a, Marx afirma, ao mesmo tempo, que o/a trabalhador/a e seu trabalho (necessário) são imprescindíveis, quaisquer que sejam a forma de

produção e o sistema. No entanto ocorre o inverso com o capital e seu mundo, pois, em outra forma de produção, são dispensáveis e, porque exploram, existem, na estrita dependência do trabalho alheio a si (o/a trabalhador/a).

Por isto, se faz mister (ANTUNES, 1999) que, no pós-capitalismo, se enfrente o grande desafio que é eliminar a 'muralha chinesa' (LUKÁCS, 2003) que separa o tempo do trabalho do tempo do não-trabalho, de forma que o reino da necessidade e o reino da liberdade transitem entre si, num mundo novo (LUKÁCS, 2003), onde necessidade e liberdade se realizem mutuamente. Marx aponta para o surgimento de uma nova sociedade fundada no tempo disponível, que o indivíduo dispõe de si para a sociedade, que não mais seria fundada em trabalho excedente e trabalho necessário. A nova sociedade que surge deve necessariamente organizar-se como sociedade do tempo disponível e produção de valores de uso (MARX, s/d).

A possibilidade de superação da ordem patriarcal se dá em uma luta conjunta (porém não idêntica) à luta pela derrocada do sistema capitalista. Engels (1989) afirma que Marx “funda suas reivindicações comunistas sobre a inevitável ruína do modo de produção capitalista”, isto é, as possibilidades de construção de seres humanos plenos só se tornarão viáveis, com a derrocada do capitalismo, com a revolução proletária. Assim estarão dadas as condições materiais/espirituais para **construir** a possibilidade de seres humanos que organizem sua identidade sem as amarras do gênero, processo em que

“O indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga não todas as suas forças, mas toda sua força numa objetivação duradoura (menos instrumental, menos imediata). Trata-se, então, de uma mobilização anímica que suspende a heterogeneidade da vida cotidiana – que homogeneiza todas as faculdade do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica” (NETTO, 1996, p. 69).

Para que as mulheres e os homens alcancem o pleno desenvolvimento de seu potencial humano, faz-se mister eliminar não só a natureza hierárquica da divisão de trabalho entre os sexos, mas sim a própria divisão de trabalho entre os sexos. As teorias do feminismo socialista não colocam a igualdade (eliminação do caráter hierárquico) como solução da desigualdade entre os gêneros, mas reivindicam a desaparecimento das diferenças de gênero na formação dos seres humanos, com a singularidade expressando diferenças, no âmbito individual e não, de classe, sexo ou etnia. Os seres humanos desenvolveriam suas qualidades, descobrindo e construindo gradualmente quem são, em vez de adaptar-se a uma norma identificadora que os preestabelece como homem ou mulher. A constituição da subjetividade seria um processo em que aquilo que se denomina hoje como masculino e feminino seria patrimônio de qualquer indivíduo, independente do sexo a que pertença.

5.2 Construção do protagonismo de gênero/classe

“É ruim ser boi-de-carro. É ruim viver perto dos homens... as coisas ruins são do homem: tristeza, fome, calor – tudo, pensado, é pior”(João Guimarães Rosa).

A denúncia das condições de como transcorre a vida das mulheres pode ter dupla conseqüência sobre o ânimo de quem dela toma conhecimento: a primeira é a desistência e o cansaço, pois a aparência dessa opressão é tão fossilizada que parece eterna, pois data de longínquas eras, mais velha ainda que a atual forma de exploração – o capitalismo –, que ela esconde em seu contrário, dificultando a identificação e o desvelamento. Ao enfrentá-la, a reação será tanto mais forte quanto mais eficaz seja esse enfrentamento. A segunda é que, após a denúncia, armados/as e certos/as de que luta melhor quem sabe mais, de que as estratégias, traçadas na luta contra a opressão de gênero, podem ser cotejadas com as estratégias aprendidas na luta de classes, conscientes de que o inimigo também é hábil, nas artimanhas e armadilhas, inicia-se a luta exatamente pela construção do protagonismo das mulheres.

“Se a consciência moral das massas considera injusto um fenômeno econômico qualquer, como, outrora, a escravatura ou a servidão, isto mostra que o fenômeno em tela é algo anacrônico e que emergiram outros fenômenos econômicos em função dos quais ele se torna já intolerável e insustentável. Assim, numa inexatidão econômica formal pode ocultar-se um conteúdo econômico real”. (MARX, 1989c, 2a. Edição, p. 167).

As forças produtivas se encontram em um estágio em que a opressão de gênero se transforma em algo anacrônico, intolerável e insustentável para o próprio crescimento das forças produtivas. No entanto o capital busca uma saída em que sua reprodução se perpetue, de forma que apresenta como uma das saídas para a desigualdade de sexo/gênero, no mundo do trabalho, a ocupação de cargos de direção pelas mulheres. Mas o capital apresenta tal saída, sem alterar os traços dominantes da divisão sócio-sexual do trabalho (saída que ele jamais poderia apresentar, pois seria um suicídio), isolando as mulheres da classe, colocando-as em situação de intimidade com o poder econômico, em um mecanismo que faz com que essas mulheres, que conquistaram tal posição de chefia em consequência das lutas sociais e feministas, esqueçam seu compromisso com seus antecessores e estabeleçam compromissos de adesão à lógica do capital. Como isto se dá e quem são os agentes de uma ruptura com as formas atuais de opressão?

“Não é possível indicar à vontade qualquer agente de negação – o um tanto mítico ‘excluído’ de Camus ou Marcuse, por exemplo – na esperança de encontrar a solução desejada. O caráter irremediavelmente negativo de uma teoria não é uma questão de escolha intelectual arbitrária (e muito menos o resultado de algum ‘erro filosófico’), mas a manifestação necessária de seu centro estrutural: o tipo de agente (ou o ‘Sujeito’, em termos filosóficos tradicionais) a que se refere para a realização da perspectiva defendida” (MÉSZAROS, 2004, p. 279).

No que se refere ao rompimento da opressão de sexo/gênero, as mulheres devem assumir o protagonismo de suas vidas, dos processos que as envolvem. Para dirigir essa luta, não basta, pois, ser mulher, precisa-se de mulheres feministas e socialistas, isto é, que façam a crítica da opressão de sexo/gênero e da exploração da classe.

A educação de gênero, da forma como descrita acima, prepara as mulheres para que sejam submissas e emocionais, voltando seu interesse para as coisas internas, para o mundo da reprodução, e educa os homens para que sejam autoritários e racionais, ocupando-se do mundo da produção, do mundo público, das coisas externas: se assim os seres humanos podem ser construídos, também podem inverter a lógica societal que rege essa construção e então construir uma educação/saber com relação aos sexos/gêneros, que transforme homens e mulheres em seres autônomos, livremente associados para produzir a vida.

Mas, além de alterar as representações acerca dos gêneros, de forma a incidir na forma como os sexos são educados, também é necessário ter claro que são processos diversos, um referindo-se ao enfrentamento do que as mulheres pensam acerca de si mesmas, das outras mulheres e dos homens, e um outro processo referente ao que os homens pensam das mulheres.

O enfrentamento que as mulheres fazem para construir a superação da opressão à qual estão submetidas é um processo longo e complexo, que já enfrenta suas próprias dificuldades, inclusive de rompimento subjetivo das mulheres com seus próprios valores internalizados. Quando se dá tal rompimento, além de enfrentar as novas possibilidades abertas por essa tomada de consciência – pois o processo de conscientização não altera apenas o que as mulheres pensam de si mesmas, mas, quando tais processos são reais, alteram profundamente também a prática dessas mulheres – as mulheres também têm de enfrentar o entorno, a reação do meio imediato em que estão inseridas, meio esse que foi objetiva e subjetivamente impactado com essa mudança. Ao contrário do que pregam as correntes reformistas, a mudança não é um processo gradual, contínuo e harmonioso, mas um caudaloso

processo de contradições e conflitos, que, às vezes, se apresentam por saltos. Oferecer resistência à opressão é um processo de muito sofrimento, seja qual for a forma sob a qual essa opressão se apresenta, pois essas formas vêm todas acompanhadas de uma justificativa sob a forma de proteção/amor: proteger a mulher da violência das ruas, da competição do cruel mundo dos negócios, proteger a fragilidade física das mulheres. O caminho que leva ao rompimento da opressão, do ponto de vista de cada ser singular, não é um caminho suave, mas uma árdua luta. Quanto à forma, como as resistências são encaradas pelo meio com o qual as mulheres buscam romper, tomo a afirmação que Chauí utiliza para analisar as relações entre ética e movimento social:

“Quando ocorre a recusa em fazer o papel de vítima sofredora, passiva, muda, inerte e digna de compaixão e se coloca como sujeito de direitos (...) como agente da violência e não sujeito ético (numa clara inversão ideológica) (CHAUÍ, 1998, p.14)”.

É necessário atentar também para a forma como a resistência à mudança se organiza, para enfrentar as três faces da opressão de gênero, quais sejam, segregação, discriminação e desigualdade (IZQUIERDO, 2001). A vida de homens e mulheres, na sociedade patriarcal, ocorre eivada por uma segregação que se expressa tanto como espaço quanto como função, segregação que facilita a prática do sexismo. As mulheres tendem a desenvolver suas atividades em espaços diferentes daqueles em que os homens o fazem, bem como desenvolver funções/atividades que diferem das masculinas. Tal segregação torna mais fácil o tratamento desigual recebido pelas mulheres, se comparado com o que recebem os homens. O distanciamento do outro ou o conviver como minoria com o outro são mecanismos

presentes aqui e que obnubilam a consciência e obstam a possibilidade de contestação. Esse processo de segregação não é um processo que envolve necessariamente as vontades conscientes, mas ocorre envolvendo tanto recursos intencionais como não premeditados.

Para Izquierdo (2001), naquilo que se refere ao intencional, a segregação contribui para construir e preservar o sentimento de identidade como mulher e como homem, porque a separação mais que constatar uma diferença previamente existente, a constrói, o que tem como consequência um empobrecimento das identidades. As pessoas descobrem-se e constroem-se gradualmente, são, entretanto, submetidas a uma camisa-de-força, a uma norma de identidade pré-estabelecida que as define como homem ou mulher. O processo de construção da identidade, do 'eu', passa pelo processo de diferenciação, eu me constituo na relação com o outro, mas o sexismo estabelece essa diferenciação de forma hierarquicamente valorizada e empobrecida, pois ligada a apenas dois padrões excludentes: homem ou mulher. Dessa forma, a ocupação dos espaços e o desenvolvimento das atividades são carregados de significados hierárquicos, que transcendem o significado da atividade em si. Cozinhar alimentos ou dirigir um carro, mais que atividades úteis, se transformam em expressões de identidade de mulher e de homem.

A dimensão intencional da segregação (IZQUIERDO, 2001) apresenta três expressões. A dimensão estratégica, quando se refere aos interesses do coletivo que dela se beneficia tanto **material como politicamente**, obedecendo aos interesses dos homens ou dos patrões. A dimensão moral, quando se pratica um sistema de valores em que a **moral** e as idéias exigem a separação de homens e mulheres (como nas religiões muçulmanas e evangélicas). Essa segregação espacial e funcional das

mulheres constrói espaços misóginos, no mundo social, cultural, político e econômico, que é a outra cara da integração, no âmbito da sexualidade.

Essas relações afetivas, apenas entre homens, nos espaços, dificultam o combate da segregação sexual. As pessoas são construídas como homens e mulheres, em uma matriz erótica heterossexual, a partir do momento em que a reprodução da espécie, o número de pessoas existentes se torna um bem a administrar. A administração da sexualidade com fins econômicos é o que torna relevante a classificação sexual fundada nas diferenças biológicas.

O sexismo é concretamente existente e intencional, porém só uma pequena parte das condutas de segregação é intencional, na maior parte, essas condutas são atos irrefletidos, semiautomáticos, levados a cabo sem pensar nas conseqüências e vazios de valor estratégico. Isto é, cada homem, ao praticar o sexismo, não o faz de modo consciente e arquitetado previamente, mas movido pela tradição e pelo hábito. O grosso das práticas sexistas se naturaliza em hábitos, marcando o espaço do possível, traçando caminhos, mas sem impor que se circule por eles. Aqui se abre a possibilidade de rompimento com o sexismo. Cada homem é dotado da possibilidade de não trilhar o caminho do sexismo, de romper com as práticas sexistas. Os hábitos que traçam o caminho do sexismo não determinam o caminho dos acontecimentos, mas os facilitam. Para Izquierdo (2001), os caminhos sexistas não precisam ser buscados, são caminhos que vêm ao encontro das pessoas, que emanam das práticas cotidianas; as condutas ocorrem sem a violência (o que não significa dizer que o sexismo não a provoque contra as mulheres, mas ela ocorre em situações diversas das aqui descritas, nas situações em que o homem se sente ameaçado com a perda do domínio sobre a mulher). Dessa forma, a opressão se exerce sem

violentar vontades. O sexismo e o seu ponto de partida , a segregação sexual, são caminhos de menor resistência. Por isso, as feministas que, ao lado de todos/as aqueles/as, põem em questão essas marcas sutis e circulares, são consideradas desagradáveis, desestabilizadoras e mal recebidas. Pois o sexismo e a segregação orientam as condutas sem necessidade de ordens externas, sem impor, sem forçar nada, oferecendo respostas fáceis e imediatas para o penoso esforço de permanecer com vida. A adesão ao sexismo não se dá conscientemente, ele aparece como natural – é, sempre foi e sempre será – e assim basta deixar-se levar pela vida, sem esforço, sem necessidade de provocar a vida intencionalmente. Esse modo sutil que o sexismo tem de operar se converte em segunda natureza de homens e mulheres – “eu nasci assim” –, naturaliza o sexismo – faz parte da natureza do homem ou da mulher – e, quem se opõe a isso e o denuncia, é avaliado como ser humano abominável, chato/a, risível, mulher mal amada, grotesca, indesejável.

Internalizada a segregação, que é o ato instituinte da discriminação e da desigualdade, mesmo com as pessoas não tendo consciência do que estão fazendo (visto que quando internalizados os hábitos aparecem como próprios, colados ao próprio jeito de ser, à identidade de cada indivíduo), a discriminação e a desigualdade passam a fazer parte do cotidiano de mulheres e homens, como vítimas ou como praticantes. A discriminação não é só o ato de classificar pessoas como homem ou como mulher, mas trata-se de optar por um sexo para certas atividades, de tratar as pessoas discriminadamente, conforme o sexo a que elas pertençam (na intervenção política, (a fala) dos homens é alvo de atenção, se falam as mulheres, é hora do cafezinho [SOUZA, 2000]). Essa discriminação deságua em desigualdade social,

exploração, submissão e violência, exercidas pelos homens contra as mulheres (IZQUIERDO, 2001).

As conseqüências do sexismo são tão danosas que a violência praticada contra as mulheres – que é terrível – não é tão perturbadora como a relativa falta de violência que se requer para sustentá-la, porque aponta para uma fraca resistência, uma aceitação tácita; ocorrem reações, mas são respostas mínimas – como a que, no Brasil, destina ao homem que espanca a mulher a pena de pagar uma cesta básica – ao se comparar com o mal-estar que provocam. Como diz a máxima reichiana, não se indigne com quem rouba para matar a fome, mas com quem morre de fome sem roubar para matar a fome.

Dessa forma, ao pensarem-se mecanismos de construção do protagonismo de gênero/classe, é necessário atentar para a forma não consciente, não intencional sob a qual as práticas de opressão se apresentam, o tanto que elas estão naturalizadas e aceitas como padrão de normalidade. É necessária uma atuação que incida sobre a objetividade e a subjetividade dos seres sociais. Sobre a objetividade na forma de práticas legais, econômicas, culturais e psíquicas que desnaturalizem a opressão; sobre a subjetividade, buscando redefinir os conceitos de ser humano, aumentando a capacidade de reflexão sobre si e ampliando a perspectiva de vida das mulheres, dotando-a de sentido. Sem esquecer que essa é uma batalha que deve ser tratada no âmbito do público e do privado e que quem nela se engaja enfrentará obstáculos poderosos.

Os novos padrões de acumulação do capital ocorrem em todos os países do mundo capitalista, apresentando no entanto particularidades conforme a posição que cada país ocupa. É necessário fazer as mediações entre os traços universais do

contexto globalizado e as singularidades de cada país, conhecendo cada realidade local, para que se possa reter a particularidade de cada processo. Dessa forma, esta pesquisa analisou os processos de ocupação da força de trabalho das mulheres, que apresentam ricas particularidades, tentando dessa forma apreender a configuração do processo global. A configuração que se fez da participação das mulheres em cargos de direção aponta para o fato de que tal participação é uma estratégia de que se vale o capital, para aumentar a mais-valia relativa e, de quebra, responder a (algumas) exigências dos movimentos de mulheres, na perspectiva lampedusiana de que “é preciso que algo mude para que tudo permaneça como está”. Mas tomando como base uma das características do método materialista histórico-dialético de que as contradições não são absolutas, estando tanto numa relação de contrariedade como de identidade, sendo que ao chegar a um determinado ponto do processo uma coisa pode se transformar no seu contrário, levanto algumas questões.

É possível transformar a ocupação dos espaços de direção pelas mulheres em processos que contribuam para a transformação social em direção ao fim do patriarcado/capitalismo?

“Enquanto as formas de luta podem mudar e mudam constantemente por diversas razões, relativamente temporárias e particulares, a essência da luta, o seu conteúdo de classe não poderá verdadeiramente mudar enquanto existirem classes” (LÊNIN, 1979, p. 73).

Se isso é possível, cabe ao feminismo socialismo e ao sindicalismo de classe propor instrumentos, para que a ocupação desses espaços de direção pelas mulheres possa constituir-se como um instrumento que possibilite mudanças nas relações entre os gêneros e na classe, aperfeiçoe as técnicas e as estratégias de superação da

submissão, bem como crie mecanismos em que as mulheres possam reconhecer-se a si mesmas (bem como aos homens da classe trabalhadora) como sujeitos políticos com interesses comuns, incidindo assim sobre a construção de uma subjetividade autônoma. As dificuldades enfrentadas por cada mulher na vida pública são passíveis de serem vividas como problema político e coletivo no conjunto das mulheres, na forma de afeto e necessidade, cuja gênese se liga aos interesses da sociedade patriarcal. A presença de várias mulheres – não como soma de vozes isoladas – mas com as mesmas necessidades e conhecimentos, permite uma intersubjetividade de caráter legitimador, que rompe o saber instituído socialmente. Para romper tal saber, uma voz dissonante não basta, não se legitima como conhecimento. O rompimento requer compartilhamento pelos semelhantes, para que se alcance a transformação desejada. Ao contrário, esse saber solitário corre o risco de se tornar legitimador, contrário a tudo aquilo a que visava combater.

Exige profundas discussões, às vezes amargas, sobre o papel que pode desempenhar – para além do que se deseja – a entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho, a mudança dos nexos nelas estabelecidos, entre a afetividade e o exercício do poder. Analisando as contradições existentes nessa aparente ascensão das mulheres representada pelo crescimento em cargos de direção, pode-se conhecer o amadurecimento interno dessa contradição, que só se poderá resolver, necessariamente, por uma ruptura, um salto de qualidade. Cabe às mulheres e homens comprometidos com o fim do patriarcado/capitalismo, buscarem formas de configurar o sujeito coletivo mulheres em cargos de direção, na confluência das vivências particulares dos problemas de cada uma, em que a intersubjetividade e a subjetividade possam ser recriadas de uma forma mais coletiva.

“Ninguém negará que entre determinadas funções existem conexões que se modificam diretamente: assim ocorre, por exemplo, no sistema que rege as relações entre os mecanismos emocionais e os intelectuais” (VIGOTSKI, 1999, p. 123).

A construção do protagonismo de gênero é um processo sócio-histórico cultural que exige mudanças na objetividade e subjetividade, alterando os nexos estabelecidos entre os mecanismos emocionais e intelectuais para mulheres e homens, de forma que mulheres e homens possam utilizar os recursos da emoção e da razão. Esse é um processo que ocorre como luta política, mas que necessita também dos recursos da ciência, por exemplo, na desmistificação de ideologias biologicizantes.

“Sabemos que a ciência como caminho da verdade inclui obrigatoriamente, e na qualidade de momentos necessários, equívocos, falhas, preconceitos. O essencial para a ciência não é o fato de que se produzam, mas que, ainda que se trate de erros, conduzem à verdade, que são superáveis. Por isso aceitamos o nome de nossa ciência com todas as marcas que deixaram nela os erros seculares, como sinal vivo de superação, como cicatrizes de feridas sofridas na luta, como testemunho vivo da verdade, que abre caminho através do incrível enfrentamento com a falsidade. Em essência, é assim que procedem todas as ciências” (VIGOTSKI, 1999, p. 406).

É necessário que as pesquisas possam contribuir com a construção de saberes que potencializem seres humanos comprometidos com a vida, que sejam capazes de mantê-la, produzi-la e reproduzi-la criativamente. Seres humanos que só podem existir em uma sociedade em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX, 1998).

5.3 À guisa de encerramento

“É bonito poder pensar, mas só nas coisas bonitas...” (Guimarães Rosa).

O significativo crescimento de mulheres em cargos de direção, não é resultado de avanços na superação da desigualdade entre os sexos, nem se dá porque vige um modo de produção em que o respeito à diferença e ao outro sejam existentes, nem que tenham mudado substancialmente as razões objetivas/subjetivas que gestaram as desigualdades de gênero. As guerras no Irã e Iraque, o assassinato de mulheres no México, a triste sorte da África, o assassinato de homossexuais, os conflitos entre grupos religiosos e entre torcidas de futebol, tudo parece apontar para um crescimento da intolerância religiosa, étnica, cultural e sexual. Explicitando o processo de coisificação e de reificação dos sujeitos sociais que o capital promove de forma crescente, essa ascensão das mulheres obedece apenas à lógica de valorização do valor, pois sendo esse aumento no número de mulheres em cargos de direção fruto também das reivindicações do movimento feminista, é a necessidade do capital que o colocou em funcionamento e se dá de forma que contribui para o aumento da exploração de classe. Exploração essa que alimenta e é alimentada pela opressão de gênero, pela desigualdade que recai sobre todas as mulheres (de forma diferente conforme a classe e etnia), desigualdade que é contraditoriamente praticado pelas próprias mulheres, em um triste processo de alienação de si e do outro.

Mas, a partir do ponto de vista do desenvolvimento do ser humano genérico, é possível pensar novas formas de relações entre os sexos. Heller (1982) afirma poder

ocorrer, mesmo em condições sociais alienadas, relações humanizadas entre os sexos. O que aponta para o caráter processual da construção de uma sociedade comunista, que passa por etapas – socialismo – em que a alienação ainda não está ausente, mas em que (já) se podem travar relações mais humanas, menos alienadas entre os sexos/classes, relações afetivo-sexuais e/ou de camaradagem, apenas. Esse processo de desalienação deve corresponder a um processo de desalienação da vida societal, fundada no processo de desalienação do trabalho, fulcro central do processo de construção do novo projeto societal. Na sociedade em que a propriedade privada dos meios de produção esteja ausente, encontra-se a base para superar o sentido de propriedade que rege as relações amorosas, possibilitando o cultivo do amor, do erotismo, da solidariedade e a amizade dos pares amorosos; na sociedade socialista não patriarcal, desaparecerá o sistema de normas morais especificamente sexuais e o contato entre os sexos será regido pelos mesmos critérios morais aplicados às demais relações humanas; na sociedade sem alienação, acabará também a alienação nas relações entre os sexos. Essas relações se darão (HELLER, 1982) cumpridas duas condições. Desaparecerá tanto a desigualdade social entre homens e mulheres, como as diferenças resultantes da divisão social do trabalho, que aparecem como 'naturais' na ideologia (a firmeza e a racionalidade 'natural' do homem, oposta à doçura e à emotividade 'natural' das mulheres). Desaparecendo a propriedade privada, desaparecerá a idéia de posse do outro e a relação se dará entre indivíduos livres, em que o outro será sempre um fim em si mesmo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Giovanni – *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry – *Zona de compromisso*. São Paulo, Unesp Fundação, 1996.

_____. *O fim da história – de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

_____. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ANTUNES, Ricardo – *O caracol e sua concha. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo (org.) – *A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels*. 2a. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

_____. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2a. ed. São Paulo, Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo et RÉGO, Walquiria Leão (orgs.) – *Lukács, um Galileu no Século XX*. 2.ª ed. São Paulo, Boitempo, 1996.

ARAÚJO, Clara M O – *Cidadania incompleta: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil*. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

BARAN, Paul et SWEEZY, Paul – *Capitalismo monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BARRETO, Margarida M S – *Uma jornada de humilhações*. São Paulo. Dissertação de mestrado em Psicologia Social da PUC/SP. São Paulo, 2000.

BASBAUM, Leôncio – *História sincera da República*. Vol 2. 3a. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.

BENJAMIN, Walter – *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- BERGER Peter L et LUCKMANN, Thomas – *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- BERNARDO, João – *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo, Boitempo, 2000.
- BETIOL, Maria Irene Stocco – *O feminino: alteridade e identidade frente ao sistema e mundo da vida*. Tese de Doutorado em Psicologia Social pela PUC/SP. São Paulo, 1998.
- BIHR, Alain – *Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BRAVERMAN, Harry – *Trabalho e capital monopolista- A degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- CHAUÍ, Marilena – *Ética e violência*. In *Artigo do Colóquio 'Interlocuções com Marilena Chauí'*. Londrina /São Paulo, 1998
- CHESNAIS, François – *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CORIAT, Benjamin – *A revolução dos robôs. O impacto socioeconômico da automação*. São Paulo, Busca Vida, 1989.
- DOBB, Maurice – *A evolução do capitalismo*. 7a. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- DORNAY, Bernard et SILVEIRA, Paulo (orgs.) – *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo, Vértice, 1989.
- EINSENSTEIN, Zillah R (comp.) – *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*. Ciudad de México, Siglo Veintiuno, 1980.
- ENGELS, Friedrich – *A Miséria da filosofia*. 2a. ed. São Paulo, Global, 1989c.
- FARR, Robert – *As raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954)*. 3a. ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- GALVÃO, Izabel – *Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- GERTH, Hans et MILLS, Wright – *Caráter e estrutura social. A psicologia das instituições sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- GIDDENS, Anthony – *A transformação da intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Editora Unesp, 1993.

GOLDMANN, Lucien – *Ciências humanas e filosofia. O que é a sociologia?*. 7a. ed. São Paulo, Difel, 1979.

GOUNET, Thomas – *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo, 2002.

GRAMSCI, Antonio – *Americanismo e fordismo*. In Maquiavel, N – *A política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

HARTMANN, Heidi – *Segregación de los empleos por sexos*. In EINSENSTEIN, Zillah R (comp.) – *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*. Ciudad de México, Siglo Veintiuno, 1980.

HARVEY, David – *Condição pós-moderna*. 4a. ed. São Paulo, Loyola, 1994.

HELOANI, Roberto – *Organização do trabalho e administração*. São Paulo, Cortez, 2002.

Heller, Agnes – *El futuro de las relaciones entre los sexos in La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona, Ediciones Península, 1982.a

_____ *Para mudar a vida*, São Paulo, Brasiliense, 1982.b

_____ *O Cotidiano e a História*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1970.

HIRATA, Helena – *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena (org.) – *Sobre o 'modelo' japonês*. São Paulo, EDUSP, 1993.

HIRATA, Helena et KERGOAT, Daniele – *A classe operária tem dois sexos*. In Revista Estudos Feministas, ano 2, n.º 1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

HOBBSAWM, Eric – *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. 2a. ed. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

_____. *A era dos impérios (1875-1914)*. 5.a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

_____. *A era das revoluções (1789-1848)*. 9a. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

IASI, Mauro Luis – *A mediação particular e genérica da consciência de classe (o Partido dos Trabalhadores entre a negação e o consentimento)*, Tese de Doutorado em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____. *O Dilema de Hamlet*. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999a.

- _____. *Processo de Consciência*. São Paulo. CPV, 1999b.
- IZQUIERDO, María Jesús – *Sin vuelta de hoja*. La biblioteca del ciudadano. Barcelona, Edicions Bellaterra, 2001.
- _____. *Uso y abuso del concepto de género*. In VILANOVA, Mercedes (Comp) – *Pensar las diferencias*. I.C.D – Instituto Catalã de La Dona -Universitat de Barcelona. Seminário Interdisciplinar Mujeres y Sociedad. Barcelona, 1994.
- _____. *Bases Materiais do sistema sexo/gênero*. Universidade Autônoma de Barcelona. Tradução do SOF (Sempre Viva Organizações Feministas), São Paulo, s/d.
- JOFFILY, Olívia Rangel – *Violência conjugal contra a mulher*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela PUC/SP. São Paulo, 1999.
- LENIN, V I – *Obras escolhidas*. Lisboa, Avante!, 1978.
- _____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1979.
- LEONTIEV, Alexis – *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo, Moraes, s/d.
- LERNER, Gerda – *La creación ddel patriarcado*. Barcelona, Crítica, 1990.
- LOJKINE, Jean – *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez, 2002
- LÖWY, Michael – *Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista*. 5a. ed. São Paulo, Cortez, 1989.
- LUKÁCS, Georg – *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In NEAM (Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP. Ontologia Social, Cadernos n.º 1. Profissional e Política. São Paulo, NEAM, 1997.
- _____. *Prolegomeni all'ontologia dell'essere sociale*. Roma, Guerini e Associati, 1990.
- _____. *O trabalho*. Tradução de Ivo Tonet de *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma, Editori Riuniti, 1981.
- _____. *Ontologia do ser social*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Existencialismo ou Marxismo?*. São Paulo, Senzala, 1967.
- MAFFI, Bruno – *Introdução à edição Italiana de O capital – Capítulo VI – Inédito*. São Paulo, Moraes, 1969.

MANDEL, Ernest – *A formação do pensamento econômico de Karl Marx – de 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MARTINET, M – *Teoria das Emoções*. Lisboa, Moraes, 1981.

MARTINS, José – *Império do Terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo, Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

_____. *Os limites do irracional. Globalização e crise econômica mundial*. São Paulo, Fio do Tempo, 1999.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira – *Cotidiano e emoções no processo saúde-doença. Análise psicossocial da hipertensão essencial*. Tese de doutorado da PUC/SP. São Paulo, 1994.

MARX, Karl – *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 6a. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1993.

_____. *Contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo, Mandacaru, 1989d.

_____. *A Miséria da filosofia*. 2.a ed. São Paulo, Global, 1989c.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. Livro 1, Volume II, 12a. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989a.

_____. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro 1, Volume I, 13a. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989b.

_____. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro I, Volume I. Coleção 'Os economistas'. São Paulo, Nova cultural, 1988.

_____. *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos. Textos filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1975.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador). 1857-1858*. Buenos Aires, Siglo XXI, Argentina Editores, 1971.

_____. *Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, Moraes, 1969.

_____. *A questão judaica*. São Paulo, Moraes, s/d.

MARX, K et ENGELS, F – *A ideologia alemã*. São Paulo. Hucitec, 1999.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.
_____. *A ideologia alemã*. 5a. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

MÉSZAROS, István –. *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. *Filosofia, Ideologia e Ciência social. Ensaio de negação e afirmação*. São Paulo, Imprensa, 1993.

MIGUEL, Sônia M – *A política de cotas por sexo. Um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro*. Brasília , CFEMEA, 2000.

MOLON, Susana Inês – *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygostky*. São Paulo, Educ/FAPESP, 1999.

NADE-BRULFER, J. & M. J. G – *Henri Wallon (Antologia)*. São Paulo, Ática, 1986.

NETTO, José Paulo – *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3a. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. *Prólogo*. In MARX, K et ENGELS, F – *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. *Democracia e transição socialista. Escritos de teoria e política*. Belo Horizonte, Oficina de livros, 1990.

_____. *Introdução*. In MARX, K – *A miséria da filosofia*. 2a. Edição, Rio de Janeiro, Global, 1989.

_____. *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo (org.) – *Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Sociologia. São Paulo, Ática, 1981.

OLIVEIRA, Lídia M L P R – *Concepção de ciência na física e o irracionalismo contemporâneo*. Tese de Doutorado em Física pela Unicamp/SP. Campinas, 2002.

OLIVEIRA, R D – *As pedras no bolso do feminismo*. Novos Estudos Cebrap. V.2/3/nov. São Paulo, 1983, p.35-38.

PACHECO FILHO, Raul – *O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da psicanálise*. In *Psicologia e Sociedade*. Vol. IX, número 1/2 . São Paulo, Abrapso, 1997, págs 124-138.

PACHECO FILHO, Raul A (org.) – *Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise*. São Paulo, Casa do Psicólogo/Educ, 2000.

PRIORE, Mary del – *Ritos da vida privada*. In NOVAIS, Fernando A – *História da vida privada no Brasil*. Volume 1. *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Cia das Letras, 2004, pág. 311.

REICH, Wilhelm – *O que é consciência de classe?*. Textos Exemplares. Porto, 1976.

_____. *Materialismo histórico e psicanálise*. 3a.ed. Lisboa, Presença, 1977.

SAWAIA, Bader B – *A consciência em construção no trabalho de construção da existência*. Tese de Doutorado em Psicologia Social pela PUC/SP. São Paulo, 1987.

SAWAIA, Bader B (Org.) – *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis, Vozes, 1999.

SCHAFF, Adam – *A sociedade informática*. 4a. ed. São Paulo, Editora Unesp/Brasiliense, 1993.

_____. *O marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Lenguaje y conocimiento*. Ciudad de México, 1967.

SCOTT, Joan – *Revista Educação e Realidade*. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, julho-dezembro/1990.

SÉVE, Lucien – *Marxismo e teoria da personalidade*. Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

SOUZA-LOBO, Elisabeth – *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos – *Agora eu sou uma estrela*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social pela PUC/SP. São Paulo, 2000.

SWEEZY, Paul M – *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Coleção ‘Os Economistas’. 2a. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

TELES, Maria Amélia de Almeida – *Breve história do feminismo no Brasil*. Coleção ‘Tudo é História’, n.145. São Paulo, Brasiliense, 1993.

TUMOLO, Paulo Sérgio – *Da contestação à conformação. Formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, Editora Unicamp, 2002.

_____. *Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação*. Artigo in ‘Educação & Sociedade’, V. 24, n. 82, p. 159-178. Campinas, 2003.

VIGOTSKI, Liev S – *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo, Martins Fontes, 1999a.

_____. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo, Martins Fontes, 1999b.

_____. *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1998a.

_____. *Pensamento e linguagem*. 2a. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998b.

VINTEUIL, Frederique – *Marxismo e feminismo*. Cadernos Democracia Socialista, Volume III. São Paulo, 1989.

WALLON, Henri – *As origens do caráter na criança*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

WALTER, Henriette – *A aventura das línguas no Ocidente. Origem, história e geografia*. São Paulo, Mandarim, 1997.

Sites Utilizados:

Artigo de periódico eletrônico:

BRUSCHINI (S/D), Cristina. http://www.seade.gov.br/mulher/boletim_09/frmt_09.htm, s/d. Acesso em 07.03.2005.

Dicionários:

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo, Nova Cultural, 1998.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)